



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA

BRENO RODRIGO DE OLIVEIRA ALENCAR

ENTRE A REGRA E AS ESTRATÉGIAS:
UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA DO PROCESSO DE ESCOLHA
DO CÔNJUGE

Belém

2011

BRENO RODRIGO DE OLIVEIRA ALENCAR

**ENTRE A REGRA E AS ESTRATÉGIAS:
UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA DO PROCESSO DE ESCOLHA
DO CÔNJUGE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração em Antropologia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Carmem Izabel Rodrigues

Belém

2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UFPA, Belém-PA

Alencar, Breno Rodrigo de Oliveira, 1984-

Entre a regra e as estratégias: uma abordagem antropológica do processo de escolha do cônjuge / Breno Rodrigo de Oliveira Alencar; orientadora, Carmem Izabel Rodrigues. — 2011

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2011.

1. Companheiro conjugal - Escolha. 2. Cônjuge – Processo decisório. 3. Noivado. 4. Casamento. 5. Austen, Jane, 1775-1817.
I. Título.

CDD - 22. ed. 306.82

BRENO RODRIGO DE OLIVEIRA ALENCAR

**ENTRE A REGRA E AS ESTRATÉGIAS:
UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA DO PROCESSO DE ESCOLHA
DO CÔNJUGE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração em Antropologia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, sob orientação da Profa. Dra. Carmem Izabel Rodrigues, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Banca examinadora:

Prof.^a. Carmem Izabel Rodrigues – PPGCS/UFPA(Orientadora)

Prof. Aldrin Moura de Figueiredo – PPGH/UFPA (Examinador Externo)

Profa. Valéria Augusti – PPGL-ILC/UFPA (Examinadora Externa)

Prof. Maria Angelica Motta Maués – PPGCS/UFPA (Examinadora Interna)

Prof. Rosângela Araújo Darwich – CCBS/UNAMA (Examinadora Suplente)

Conceito: Excelente

Belém, 30 de março de 2011

*À minha escolha,
Alice Maria*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não poderia tomar corpo e ganhar forma sem que houvesse recebido contribuições inestimáveis. A todos aqueles que emprestaram um precioso tempo de sua vida ajudando a construí-lo meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, à minha esposa, Alice Maria, que foi a inspiração para a escritura do texto. E também por ter me oferecido colo, quando me sentia perdido, e ouvido, quando precisava desabafar sobre as angústias de encarar o tema.

À Profa. Dra. Mônica Prates Conrado, por ter me iniciado na vida acadêmica.

À Profa. Dra. Cristina Donza Cancela, pelo crédito e confiança no início de minha trajetória como pesquisador e por ter me oferecido a oportunidade de fazer parte da pesquisa que deu origem a esta dissertação.

À minha orientadora, Profa. Dra. Carmem Izabel Rodrigues, a quem admiro pela competência com que assume as responsabilidades da licenciatura e pelo carinho com que acolheu minha proposta, tendo demonstrado paciência quando se viu rodeada de páginas a perder de vista.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em especial ao Dr. Flávio Leonel e a Dra. Angelica Motta-Maués, pelas inúmeras contribuições que deram ao longo do ano de 2010 quando da disciplina Seminário de Dissertação, seja acompanhando o desenvolvimento do trabalho ou apresentado propostas de abordagem do tema.

Aos Professores Dr. Ernani Pinheiro Chaves e Dra. Rosângela Araújo Darwich, pelas sugestões e críticas quando da qualificação do projeto. Sem elas não tomaria coragem para ousar em minha perspectiva teórica

Aos secretários do Programa de Pós-Graduação, Rosângela dos Santos Borges e Paulo Roberto de Araújo Pinto, pela afabilidade com que sempre me atenderam, auxiliando-me em meus requerimentos, ofícios ou dúvidas, indispensáveis ao exercício da atividade discente.

À Ana Miranda, bibliotecária da UFPA, pela atenção e presteza na elaboração da ficha catalográfica.

Ao João Luis, coordenador na Fundação Escola Bosque, que aceitou minhas desculpas e soube compreender minhas ausências da instituição.

Aos meus colegas de curso pelo aprendizado obtido, seja ouvindo ou refutando minhas idéias. Em especial ao meu amigo Alan Augusto Moraes Ribeiro que com nome

e sobrenome tem moral para apontar meus equívocos e corrigir-me quando acha necessário.

Ao inesquecível Amarildo da Silva Mattos que mesmo tendo falecido antes de concluir a revisão do trabalho contribuiu comemorando comigo, Diogo e Maurício, no Belga's, o término de sua escrita.

Por fim agradeço aos noivos e noivas que aceitaram minha invasão de privacidade, ou se não, permitiram que eu me apresentasse informando-lhes sobre o que estava estudando. Suas angústias, prazeres, medos ou reticências, quanto a falar de si, pensar o futuro, encarar uma fase nova na vida, foram acolhidos por mim com a sinceridade de quem sabe o que tudo isso significa.

La vista nos es un calco de lo real en el espíritu; si así fuera, habría demasiado para ver. Es selección e interpretación. Nunca aprehende más que una de las versiones del acontecimiento. El espacio es una elaboración psíquica al mismo tiempo que social y cultural; la apropiación visual del mundo resulta filtrada por lo que podríamos llamar, según los términos de Bion, pero aplicándolos a vista, una “barrera de contacto”, una frontera de sentido permanentemente cuestionada, un containing, es decir, un comportamiento, una pantalla psíquica que filtra los datos a ver y los interpreta de entrada. (LE BRETON, David. El sabor del mundo: una antropología de los sentidos. Buenos Aires: Nueva Visión, 2009.)

RESUMO

O trabalho é um desdobramento de meu Trabalho de Conclusão de Curso e procura analisar padrões de escolha do cônjuge na interface entre teoria antropológica, literatura e etnografia, tendo como campo de análise a interação entre indivíduos em processo de casamento. O objetivo é compreender este fenômeno a partir da análise de 2376 registros de matrimônio, onde se estudou a estrutura e os perfis de casamentos ocorridos em Belém, entre 1995 e 2006. Busco, assim, avaliar os perfis dos cônjuges tendo como cenário as transformações sociais pelas quais passaram as sociedades ocidentais nos últimos séculos, cujo aparecimento da literatura romântica, do individualismo enquanto valor e de diferentes modelos de arranjos familiares, exerceu profunda influência no tipo de escolha afetivo-sexual dos indivíduos, e com isso no tipo ideal de parceiro com quem se quer/deve casar. Metodologicamente o trabalho se desenvolve a partir da revisão da literatura antropológica que trata do tema da escolha conjugal nas ciências sociais com ênfase nos estudos que abordam sua evolução histórica e conceitual, assim como numa análise pormenorizada do processo de escolha em três obras da romancista inglesa Jane Austen (*Orgulho e Preconceito*, *Razão e Sensibilidade*, e *Emma*). Destaca também minha pesquisa junto ao Curso de Noivos da Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém-PA, onde analisei, por meio das falas de seus frequentadores, a experiência da escolha e o sentido de ser escolhido como cônjuge. Minha proposta com isto é tentar compreender não só os perfis de seleção e os discursos sobre o cônjuge preferencial, mas o porquê da escolha com vistas à união conjugal.

Palavras-chave:

escolha do cônjuge; regras sociais; estratégias matrimoniais; noivado.

ABSTRACT

The work is a development of my monograph in which I try to analyze patterns of spouse choice in the interface between anthropological theory, ethnography and literature, with the field to analyze the interaction between individuals in the marriage process. The objective is to understand this phenomenon through the analysis of marriage records from 2376, where he studied the structure and profile of marriages that occurred in Belém, between 1995 and 2006. Seeking thus to evaluate the profiles of the spouses against the backdrop of social changes through which passed the Western societies in recent centuries, whose emergence of romantic literature, individualism as a value and different models of family arrangements, had a profound influence on the kind of choice affective-sexual individuals, and thus the ideal type of partner with whom they want / should marry. Methodologically the work is developed based on a review of anthropological literature that addresses the issue of marital school in social sciences, with emphasis on studies that support their historical and conceptual development; as well as a detailed analysis of the procedure of choice in the work of three British novelist Jane Austen ("Pride and Prejudice", "Sense and Sensibility", and "Emma"). It also highlights my research along the course of Groom of the Parish of Nossa Senhora de Nazaré, in Belém-PA, where I looked through the speech of its users, the experience of choice and sense of being chosen as a spouse. My proposal with this is trying to understand not only the selection profiles and speeches about the spouse preference, but why they chose to view the conjugal union.

Keywords:

choice of spouse; social rules; matrimonial strategies; betrothal.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	14
<i>A escolha do cônjuge</i>	15
<i>Local da pesquisa e origem do trabalho</i>	21
<i>Relevância do tema</i>	26
<i>Referencial teórico</i>	29
PARTE 1 – ESCOLHA E ANTROPOLOGIA	36
CAPÍTULO 1 – A ESCOLHA COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE EM ANTROPOLOGIA	37
<i>Metáforas da experiência: o “destino” como conjuntura</i>	38
<i>A escolha como jogo social</i>	43
<i>Critérios de escolha conjugal</i>	48
CAPÍTULO 2 - ESCOLHA E ESTRUTURA SOCIAL	70
<i>A perspectiva de Foucault – sistema moral</i>	70
<i>O modelo como referência: as escolhas no cenário etnográfico</i>	75
<i>A perspectiva de Bourdieu – Habitus</i>	88
PARTE 2 - DA ESTRUTURA AOS SENTIMENTOS	98
CAPÍTULO 3 - ENTRE A ESTRUTURA E OS SENTIMENTOS	99
<i>A escolha como valor na sociedade moderna</i>	104
<i>O romance como ruptura</i>	113
<i>Escolhendo Austen (ou sendo escolhido por ela)</i>	118
CAPÍTULO 4 – A ESCOLHA EM JANE AUSTEN	126
<i>Orgulho e preconceito</i>	130
<i>Razão e Sensibilidade</i>	143
<i>Emma</i>	150
PARTE 3 – A ESCOLHA COMO PROCESSO	160
CAPÍTULO 5 - “A CADA ESCOLHA UMA RENÚNCIA”	161
<i>Noivado: breve histórico de um ritual “esquecido”</i>	164
<i>As tramas da aliança</i>	174
<i>No curso de noivos: um sacrifício</i>	186
CAPÍTULO 6 – “A GENTE ESCOLHE AMAR...”	193
<i>Reminiscências</i>	193
<i>Reflexões com noivos sobre trajetórias amorosas</i>	198
<i>Fabiane – Carência</i>	200
<i>Douglas – personalidade</i>	210
<i>Aline – amadurecimento</i>	224
CONCLUSÃO: ENTRE A REGRA E AS ESTRATÉGIAS	237
BIBLIOGRAFIA	243
ANEXO	259

Apresentação

Na obra *Encontro Marcado*, Fernando Sabino nos coloca diante de Eduardo, um personagem envolto em contradições, que sempre retoma suas experiências pessoais para explicar a angústia em que vive. Seu ímpeto rebelde o faz ser dissonante do mundo, mas, ao mesmo tempo, mergulhado no lugar comum de sua época. A competição, dissimulação, infidelidade inseridas na sua trajetória pessoal levam o personagem a refletir e explicar a si próprio sua insegurança diante da vida, a confusão sobre o que sente e indecisão sobre o que quer.

Com minha esposa nas madrugadas a fio, antes de adormecermos, nos surpreendemos sempre com as aventuras desse personagem, lendo e relendo, tentando descobrir por que ele é tão diferente de nós. Quando uma vez chegamos à conclusão que nós mesmos somos diferentes um do outro, percebemos que o encontro de Eduardo consigo mesmo era o mesmo encontro que fazíamos de nós um com o outro.

Em muitas outras ocasiões nós, que somos um casal recente, mergulhávamos no horizonte de oportunidades que as aventuras de Eduardo oferecem ao pensamento. Perguntávamos se o que somos hoje – casados – não é o resultado das experiências que tivemos e se não foram elas que nos levaram a estar juntos. Não tivemos – ou não acreditamos que tivemos – as mesmas experiências, porque julgamo-nos profundamente diferentes. Ela, por exemplo, é bem mais cautelosa que eu, menos impulsiva e administra bem suas convicções. Eu me considero mais impulsivo, capaz de mudar de opinião segundo a hora do dia e muito menos atinente à certas regras. De todo modo, nossas diferenças seriam boas razões para não estarmos juntos. Mas não é isso que acontece.

Quando refletimos sobre nossas origens e o fato de termos vínculos familiares descobrimos que há algo em comum que nos liga apesar de nossas diferenças. Ela, que sempre diz que “me esperava antes de nos conhecer” ou que “eu estava em seus sonhos”, manifesta algo em seu pensamento que a faz acreditar que fomos feitos um para o outro. Eu, que muito pelo contrário, me inspiro em Jorge Vercilo para admitir-lhe que

*Tudo que se foi vivido
Me preparou pra você
Não se ofenda
Com meus amores de antes*

*Todos tornaram-se ponte
Pra que eu chegasse a você¹*

demonstro que o meu interesse por ela resultou de um acaso.

Em parte, as razões deste estudo ocorrer resultam desse conflito, que me ocupou o pensamento ao longo de toda a sua elaboração. Convivendo com ele e profundamente inspirado por reflexões oriundas dos mais diversos campos de saberes é que, no mesmo, procuro discorrer não só sobre as razões que possivelmente me levaram a escolher a mulher que hoje amo, mas sobre a origem do fenômeno da escolha conjugal.

¹*Monalisa*. Jorge Vercilo

Introdução

A escolha do cônjuge

“Antes de acertar definitivamente suas relações com Laura exijo uma explicação clara sobre sua situação econômica. Não toquei nesse assunto porque, quer me parecer, cabia a você tomar a iniciativa. No que está ao meu alcance pretendo livrar minha filha das escolhas em que a vida da mãe dela foi sacrificada.” (declaração de Marx a um pretendente de sua filha. Contida em AZEVEDO, 1986, p. 69).

A seleção de um parceiro ao longo da vida é um ato complexo, baseado em emoções, na sexualidade, no inconsciente e na busca de uma vida socialmente compatível com o outro. É uma experiência que está no itinerário de cada um de nós, e, inevitavelmente se impondo em nosso caminho, sempre nos desperta curiosidade.

Sendo algo muito recente, visto se manifestar no interior das transformações modernas – as pessoas em nosso país encontraram-se “livres” para escolher quem amam e com quem querem casar há não mais que 30 ou 40 anos –, a escolha de um cônjuge é um dado cultural muito importante para entendermos a dinâmica de uma sociedade. Ao estudá-la temos a oportunidade de compreender a reprodução de nossas crenças sociais, ou como elas se manifestam em nossa individualidade. Uma vez que se manifesta através do imaginário social sobre o sujeito ideal com quem se deseja partilhar uma vida em comum, a escolha do cônjuge expressaria, em razão disso, o aprendizado cultural obtido pela trajetória de uma pessoa na sociedade da qual faz parte, assim como permitira identificar os modelos inconscientes de família, cuja caracterização no mundo moderno se expressa pela singularização das relações entre os seus membros.

Embora este fenômeno seja a forma mais fiel de expressar nossa individualidade, o fato dele compor nossa estrutura e organização sociais indica que não agimos isoladamente. Às vezes quando nos interessamos por alguém surge a curiosidade de saber por que isso ocorreu. A tendência é que as pessoas atribuam esse interesse a algum episódio de sua vida, como uma festa, uma momento de carência, durante os estudos, pela proximidade da vizinhança, pela beleza do parceiro, entre outras tantas razões. Mas quanto a se decidir se essa é a pessoa com quem se deve compartilhar experiências afetivas por um longo período a coisa é bem diferente, pois depende de uma avaliação mais elaborada das inúmeras variáveis contidas no relacionamento.

Algumas pessoas (para não dizer a maioria) concordam que casaram por que encontraram a “pessoa certa”, por que “já estava na hora”, por que “ele/a era a sua cara-metade”, por que “esse era o destino de ambos” ou por que “Deus quis assim”.

O que o leitor terá a oportunidade de encontrar neste trabalho também é uma explicação para este fenômeno, com a diferença de que, seja por acaso ou por vontade divina, as explicações que são dadas para a escolha de um cônjuge sempre procuram dar conta da necessidade em se ajustar interesses pessoais as convenções emanadas de uma certa organização social. Logo, a proposta desta dissertação é discutir o fenômeno da escolha no âmbito das transformações históricas e sociais que, no mundo social, levou as pessoas a elaborarem representações acerca do perfil ideal de quem está apto a ser aceito como cônjuge, tanto perante a sociedade, quanto às suas perspectivas afetivas.

Para chegar a isso traçarei um perfil das escolhas conjugais com base em uma reflexão sobre a origem desse fenômeno na modernidade, através de uma incursão à teoria antropológica, a literatura e a análise etnográfica sobre as experiências de noivos em processo de casamento.

Optar por essas alternativas resultou da avaliação de que ambas oferecem as condições necessárias para se analisar a origem da necessidade de escolher com quem se *deve* casar e o modo como isso se expressa em nossos dias. Em razão disso, é bem provável que as pessoas se familiarizem com o que irão encontrar aqui, visto que o assunto faz parte da experiência pessoal de muitos e não ser novidade para ninguém. Por isso, meu trabalho não pretende ser um levantamento sistemático dos fatos existentes na vida de quem optar por casar, visto que minha amostra – 24 noivos e recém-casados – não pode ser tratada como uma amostra representativa frente aos cerca de 1 milhão de habitantes de Belém – local onde foi realizada a pesquisa. Apesar disto, uma tentativa é feita no sentido de desenvolver interpretações e hipóteses de relevância geral que busquem dialogar com outras disciplinas e campos de conhecimento, como a literatura. Uma delas é dirigida à obra de Jane Austen, que nos ajuda a compreender a organização social da aristocracia rural inglesa do século XVIII, apresentando dados de grande relevância para se discutir a transição para a modernidade e a origem do fenômeno da escolha como valor. A revisão historiográfica do noivado, a etnografia deste ritual em um curso de noivos e a análise do discurso de noivos que estavam em processo de casamento ou haviam casado recentemente, por outro lado, ajuda a expor a natureza do relacionamento afetivo, vivido como experiência pessoal de seleção do par conjugal.

Como diria Girard (1964), em um estudo inaugural sobre o tema, “ninguém desposa ninguém à toa”, demonstrando que este fenômeno é importante para compreendermos o comportamento da sociedade moderna. A escolha do par conjugal,

ou a larga possibilidade desta, expressaria, assim, o significado do afeto nas sociedades ocidentais contemporâneas, onde esta decisão segue normalmente um período longo de aprendizado, cujas idéias e práticas pautam-se no desejo de satisfazer expectativas individuais.

A primeira vez que a ciência social se preocupou em abordar isso se deu com Galton, em seus *Essays in eugenics* (CASTAÑEDA, 2003, p. 911). Neste trabalho, Galton chama a atenção para a soberania das influências sociais sobre as escolhas pessoais, considerando que o casamento nunca foi um assunto de livre escolha e que as restrições sociais sempre foram universais e são elas que direcionam a escolha matrimonial.

Desde então, muitos estudiosos se preocuparam com o processo de arranjo conjugal, procurando identificar as variáveis que fazem parte deste fenômeno. A razão para isto está no fato de que a escolha do cônjuge tem implicações demográficas, genéticas, sociológicas, econômicas e mesmo políticas (em países onde duas populações, bastante segmentadas pela língua, pela religião, etc., coexistem).

Portanto, as relações que levam as pessoas a se unir não podem ser vistas como um fim em si mesmo. Elas refletem um ciclo no qual os indivíduos entram e saem continuamente, seja pelo nascimento, morte ou recasamento. Ocupa, assim, um lugar de destaque em nosso processo de socialização, definindo, social e biologicamente, a função que cada um de nós ocupa na sociedade. Por essa razão, a crítica que empreenderei a respeito deste tema está dirigida à ideologia espontaneísta, que considera a escolha do cônjuge um ato marginal na organização da sociedade.

No caso da instituição familiar, por exemplo, que, diante do discurso corrente sobre suas transformações, atribuiu-lhe uma suposta crise, esconde-se o fato de que a conhecemos quando está formada, ou seja, no limite do casal constituído. Para entendê-la seria necessário compreender as escolhas que se faz para formá-la. Uma família não nasce à toa, e sua crise – se é que existe –, deve ser explicada levando-se em consideração a origem e a trajetória de seus membros.

Por família estou compreendendo um projeto emancipador que acompanhou as transformações econômicas e políticas, instituindo novos padrões de comportamento, mas que só foi possível após mudanças na sua realidade exterior (SARTI, 2000). Logo, uma família, que de um ponto de vista contemporâneo, se expressa através da reunião de indivíduos que arbitram sobre si próprios e que consideram que sua escolha afetiva e sexual é, ideologicamente, uma atitude pessoal. Difere, pois, do modelo franco-

camponês, de herança européia e medieval, onde a interferência familiar determina com quem os indivíduos devem casar.

A divisão do patrimônio, a saída da mão-de-obra do campo para as cidades, sua tendência nuclearizadora, a mudança nos padrões demográficos, a especialização dos serviços que se voltam à ela, os novos padrões de sexualidade, a participação feminina no mercado de trabalho e a influência do Estado através dos especialistas na organização familiar (ver SINGLY, 2007) são as principais razão para essa diferença.

Como veremos (FOUCAULT, 1985, 2007a, 2007b), essa mudança corresponde às dinâmicas que se constituíram ao longo do século XIX, produzindo práticas discursivas que retiraram da família e passaram para a mão dos indivíduos uma subjetividade baseada na capacidade de realizar escolhas. Os novos regimes discursivos surgidos com base na orientação médica e sexológica desse período, fizeram emergir categorias de classificação que figuravam na avaliação das pessoas como condutas (diga-se trajetórias) afetivo-sexuais pelas quais se era possível basear para afirmar qual cônjuge era ou não passível de estabelecer uma relação permanente e duradoura. Com isso pretende-se afirmar que houve uma produção de moralidades que fez da escolha da monogamia um elemento regulador para as condutas conjugais na sociedade ocidental.

O que a contribuição de Foucault nos permitirá analisar será importante para considerarmos que a existência dessas moralidades repercutiu sobre o casamento moderno, o centro das preocupações de sociólogos e antropólogos durante toda a segunda metade do século XIX, quando da efervescente discussão baseada nas teorias racialistas (RODRIGUES, 1957; SCHWARCZ, 1993).

Em parte influenciada pelos conflitos nacionalistas, em parte pelas crises econômicas e sociais do final do século XIX, a teoria das raças consubstanciou o surgimento das ideologias eugênicas que viam nas estratégias de associação matrimonial uma solução para o processo de branqueamento, isto é, civilização, de sociedades como a brasileira e a norte-americana. Para isso é que foram elaborados os inúmeros manuais de casamentos, os quais, ao serem discutidos nesta dissertação, informarão que o processo de seleção do cônjuge é sempre uma experiência que pode interferir significativamente na estrutura de uma sociedade. Logo, mesmo não sendo um estudo historiográfico, as referências que utilizo para debater este tema refletem minha preocupação em afirmar que, dada a existência de um sistema moral, capaz de regular o casamento contemporâneo, a escolha do cônjuge nas sociedades ocidentais apresentam-

se como uma alternativa entre tantas outras possíveis no que se refere a união entre as pessoas.

De fato minha apropriação do tema se faz a partir da leitura e revisão dos textos produzidos a partir da segunda metade do século XX, quando o mesmo passou a chamar a atenção de pesquisadores interessados em entender os efeitos que a morte de 50 milhões de pessoas poderia causar sobre os índices de natalidade e a conseqüente reconstrução dos países afetados pela II Guerra Mundial. Naquele período, a Europa passava por sensíveis transformações em seu quadro familiar, como a chefia feminina – em razão da grande mortandade de homens durante a guerra –, o aumento no número de famílias monoparentais (em conseqüência disso) e a elevação na taxa de coabitação não-oficial.

Nesse sentido, o Instituto Nacional de Estatística e Demografia (I.N.E.D) da França passou a abordar o estudo das transformações pelas quais estavam passando essas famílias, nomeadamente sob o ângulo sociológico, demográfico e genético. Foi então que Alain Girard, em 1964, apresentou os resultados de um amplo inquérito, com 10.000 famílias sobre as condições e as circunstâncias sob as quais era feito o casamento, as distâncias sociais ou demográficas (grau de homogamia²), as atitudes, o número de filhos. Considerado o pioneiro nas discussões sobre o processo de escolha e arranjos matrimoniais, Alain Girard viu seu trabalho se tornar um dos clássicos da sociologia empírica, pois tinha como tese central o fato de que a escolha do cônjuge não era uma questão de sentimento, mas essencialmente um "fenômeno social". Por outro lado, num plano mais demográfico, do ponto de vista da idade dos cônjuges, Louis Henry, em vários artigos (1966, 1968, 1969a, 1969b), estudou como se fazia a seleção, e como a população reagia às perturbações causadas por uma guerra ou um outro acidente.

Outros autores seguiram os passos deixados por Girard e Henry. Martine Segalen e Albert Jacquard, em 1971, pesquisando a história da constituição dos casais de Vraiville, no interior da França, percebeu que as associações matrimoniais promoveram o surgimento e posterior desaparecimento de uma classe social bem definida, a dos tecelões, enfatizando que, no decorrer dos anos, as mudanças ocorridas na estrutura sócio-profissional desse vilarejo, produziu uma verdadeira mutação na função do

² "Homogamia" é uma palavra de origem grega e significa, literalmente, casar com semelhante. É usado aqui como um termo para designar a teoria de que as pessoas tendem a casar com aquelas que possuem características semelhantes às suas próprias. Entre os ingleses é também conhecida como "assortative mating". A teoria contrária – de que opostos se atraem – pode ser denominada heterogamia.

casamento³. O ideal da escolha, que antes era determinado pela parentela, foi, por conseguinte, alterado, tornando a escolha mais dispersa, por que distribuída num cenário mais amplo e com mais variáveis.

Já na década de 1980, Bozon e Herán, após ingressarem no mesmo I.N.E.D., lançaram as bases para uma pesquisa que tinha como foco os casais que haviam selado a união entre 1960 a 1983. A diferença desta pesquisa para a realizada Girard, estava no fato de que a categoria ‘coabitantes não casados’ fora incluída. Em uma de suas coletâneas, Bozon (2006) descreve essa transformação, passando a dar atenção não só às escolhas com vistas ao casamento tradicional, mas também as novas modalidades de arranjo que já vinham sendo vividas pela sociedade francesa daquele período, entre elas a coabitação, que para Girard era uma das novidades que poderia justificar uma investigação mais aprofundada.

Suas pesquisas levaram Bozon a concluir que a escolha do cônjuge descansa sobre um jogo de constrangimentos morfológicos, de disposições inconscientes e de finalidades estratégicas (BOZON, 1991b; 1992). Para ele, a sociedade, dada sua morfologia e a criação de subconjuntos sociais, cria uma forma de pré-seleção dos indivíduos, determinada pela sua origem social. Sem falar da falta de liberdade, o estudo de Bozon procura mostrar que a escolha de um dos cônjuges é socialmente controlada, tanto individual como coletivamente. Não há, portanto, um forte determinismo social regendo as uniões entre pessoas. Nasceria daí sua idéia de que o príncipe encantado estaria morto!

Em geral, os pesquisadores do I.N.E.D. recusavam-se a aceitar a idéia de que a Sociologia da escolha do cônjuge era uma Sociologia da Família. De fato, associavam-na à Sociologia da Sociabilidade, assim como à Sociologia do Julgamento e das Categorias de Percepção. Interessava-lhes os casos de figuras intermediárias, como os padeiros, então estudados por Daniel Bertaux e Isabelle Bertaux-Wiame (1982), para quem a escolha do cônjuge coincidia com o recrutamento de um colaborador, o que implica numa combinação indissolúvel entre amor e cálculo, relação de confiança e investigação de garantias.

³ Segundo Segalen e Jacquard (1971), como canal de transmissão dos ativos, o parentesco favorece, tanto quanto possível, as uniões no interior da parentela. Para os tecelões de Vraiville, o casamento homogâmico (e eventualmente consanguíneo) tinha outra função: visava associar duas forças de trabalho e um bem de produção (o ofício de tecer). Este modelo matrimonial se impôs até as últimas décadas do XIX, quando o modelo matrimonial mais urbano surgiu. Os limites da escolhas do cônjuge alargaram-se e a sociedade passou a conviver com outros intermediários (bailes, lugares mistos de trabalho, escolas ou fábricas, etc.).

Embora só tenha entrado em contato com essa corrente ao fim de minha graduação, meu trabalho de conclusão de curso discute aspectos que se alinham a essa perspectiva. Isto por que, tendo estudado a recorrência de casamentos homogâmicos na cidade de Belém entre os anos de 1995 e 2006, conclui minha pesquisa sinalizando que, apesar das uniões serem consideradas “espontâneas”, os noivos possuíam perfis bastante semelhantes quanto à faixa etária, o local de origem e a área de moradia, indicando que suas escolhas estiveram subordinadas a critérios de seletividade coletiva.

Minha visão é de que esses critérios de seletividade coletiva surgem da interação entre os indivíduos num dado sistema social. Por essa razão é necessário compreender a escolha como um processo onde as pessoas avaliam o significado da ação que estão realizando.

Minha ênfase recai, em função disso, sobre a análise e conseqüente discussão do processo de seleção conjugal, a fim de identificar o tipo ideal de parceiro pretendido num dado contexto social. Resumo meu trabalho, pois, a uma tentativa de explicar a relevância do contexto social em que se encontram e se envolvem os indivíduos, no sentido de interpretar como suas práticas, comportamentos e visões de mundo influenciam-lhes em suas escolhas.

Local da pesquisa e origem do trabalho

A pesquisa foi realizada na cidade de Belém e é o resultado de um estudo sobre perfis de casamento nesta cidade. Na ocasião, foi realizado um levantamento sócio-demográfico de 2376 registros de casamento. O objetivo era fazer um recenseamento dos casamentos, visando-a relacioná-los com os dados sobre demografia e urbanização da cidade de Belém e, ao mesmo tempo, discutir a configuração e as mudanças do casamento e das famílias, tendo como preocupação o perfil do matrimônio, a estrutura e a dinâmica interna dos grupos familiares associada à conjugalidade e às relações de parentesco, aliança e afinidade.

Como bolsista, minha função era organizar e compilar estes registros, mas acabei me identificando com o assunto e decidi que este seria o tema de minha monografia. Meses depois, esta foi defendida com o título *Migração, matrimônio e homogamia na Belém do Entre séculos (1995-2006)* (ALENCAR, 2008), que ao mesmo tempo celebrou o término de minha graduação, assim como abriu portas para a

elaboração do Projeto de Dissertação *Entre a regra e as estratégias: a escolha do cônjuge na Amazônia* (ALENCAR, 2009).

Minha proposta com a elaboração deste projeto era abordar a escolha do cônjuge de um ponto de vista que tomasse o tema como sendo o fruto de um processo sociológico baseado nas trajetórias individuais com vistas à associação matrimonial. Assim, procurava me afastar da visão que toma as relações afetivas e sexuais como “acaso”, onde se confunde a eleição do/a parceiro/a conjugal como um evento natural (ou naturalizado) no processo de relacionamento amoroso.

A pesquisa sobre os casamentos católicos que resultou na monografia, apresentou evidências de que há padrões de homogamia em Belém. Entre os padrões que mais chamaram a atenção, destacam-se a faixa etária, local de moradia e origem dos noivos.

Verificou-se que os homens, ao casar, possuíam 30,9 anos de idade e as mulheres 28,1. Em razão disso, 68,8% dos casais eram formados por homens mais velhos, 21,9% por mulheres mais velhas e apenas 9,3% tinham idade igual na época que contraíram matrimônio.

Tabela 1: Distribuição dos tipos de aliança segundo o sexo e a origem dos nubentes. Valores percentuais (Belém, 1995-2006)

<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>				Total
	Capital	Interior	Nacional	Estrangeiro	
Capital	52,2	10,3	9,8	1,4	73,7
Interior	9,9	6,5	1,2	-	17,6
Nacional	5,1	1,1	2,0	0,2	8,4
Estrangeiro	0,2	0,0	0,1	0,0	0,3
Total	67,4	17,9	13,1	1,6	100,0

Fonte: Livros de Casamento das paróquias

Em relação à origem pôde-se perceber que mais da metade, isto é, 52,2% dos casamentos envolviam noivos naturais de Belém. A maior parte dos naturais de Belém que casaram com pessoas oriundas de outros países, os estrangeiros, era composta por homens, o que expressa não só a natureza dos tipos de arranjo, mas também a diferença na circularidade espacial dos indivíduos segundo o marcador gênero, cabendo aos homens uma maior mobilidade espacial.

A idéia de uma maior circularidade masculina fica ainda mais clara quando se nota que os homens apresentam maior predisposição a vários relacionamentos, sobretudo de curta duração. Igualmente, os noivos estrangeiros são particularmente do

sexo masculino, o que indica uma elevada probabilidade de eles saírem de seus países de origem para adquirir matrimônio em Belém. O que é totalmente distinto do que ocorre entre as mulheres, uma vez que se nota um percentual de mulheres nascidas e que se casam em Belém cerca de 7% maior do que a de homens na mesma condição.

Contudo, dentre os dados obtidos com esta pesquisa, o que mais colaborou para a elaboração do projeto que deu origem a esta dissertação, diz respeito à distância entre o local de moradia dos noivos antes do casamento.

Enquanto consultava os registros de casamento cruzei, por iniciativa própria, os dados referentes à residência dos noivos por meio do programa Google Earth, chegando ao seguinte resultado: a existência de padrões de homogamia espacial, relacionadas à distância entre as moradias dos cônjuges.

Minha hipótese era de que estes padrões eram determinados pelo espaço físico (bairro), onde os usos do lugar e as características urbanas contribuíam para reunir indivíduos com origens e condições sócio-econômicas semelhantes. Por exemplo: na paróquia de São Pedro e São Paulo, que reúne a maior parte das pessoas que habitam o bairro do Guamá, foi possível observar a existência de um elevado índice de casamentos entre pessoas nascidas no interior do estado do Pará com maranhenses, que em sua grande maioria (73%) ou já moravam juntos ou eram vizinhos (distância entre moradias: menor do que 100 [cem] metros). O contexto sócio-econômico do bairro e o fato de os casamentos serem em sua grande maioria “comunitários”⁴ permite supor que os casamentos com estas características se dão entre pessoas com baixa renda e que vivem juntas na mesma residência há um longo período de tempo, através de alianças informais.

O contrário pode ser observado em relação aos casamentos realizados na paróquia de Nossa Senhora das Graças, localizada no bairro da Cidade Velha, onde foi possível identificar que a maioria dos casamentos (68,6%) envolveu indivíduos que residiam em habitações com mais de 1 km de distância uma da outra. Isto demonstra

⁴ O fato de haverem muitos casamentos comunitários merece atenção. De certa forma ele exemplifica a relação que a paróquia estabelece com a comunidade do bairro, já que oferece a esta a possibilidade de oficializar suas uniões consensuais. Em relação a paróquia de SPSP foi observado que a proporção de casamentos comunitários é elevada, chegando a ser de 51,6%, o que é um rico indicador da condição de renda desta população, indicando um tipo de evento no qual são reunidos num mesmo dia um grande contingente de casais que estão interessados em se unir “oficialmente”, mas possuem poucos recursos financeiros para arcar com os custos de uma celebração. Só para dar um exemplo, um casamento na Igreja de Santo Alexandre, na Cidade Velha, chega a ser de mais de R\$ 4.000,00; na Basílica R\$ 3.000,00. Pedreira e São Pedro e São Paulo cobram mais barato, mas mesmo assim uma celebração não sai por menos de R\$ 500,00. (Observação: todos os valores excluem despesas com decoração e ornamentação).

que os noivos desta paróquia se distinguem dos noivos do Guamá pelo fato de residirem em habitações relativamente distantes uma da outra, indicando assim se tratar de um outro contexto sócio-econômico.

As diferenças entre as distâncias tem como explicação o modo como os noivos circulam pelo espaço (se caminham, usam automóvel particular ou transporte coletivo); assim como se apropriam de sua sociabilidade (frequência aos bares, clubes, os caminhos que percorrem, se conhecem os vizinhos, etc.), o que de fato é determinante para as características da escolha. Assim, a hipótese é de que parte dos indivíduos se casam por que estão sempre em contato um com o outro, mas também por que se vêm com uma frequência considerável e por que podem caminhar ou andar de bicicleta para se encontrarem; outra parte se casa com desconhecidos ou conhecidos, que moram longe, por que circulam por espaços diversos (trabalho, escola, universidade, festas) e possuem recursos (carro, viajar de avião) que os permitem ir além do quarteirão em que residem.

Associado a isto está o fato de que a natureza da habitação revela a tendência dos noivos possuírem as mesmas condições de residência antes do casamento¹. Assim, analisando as condições de moradia, que podem ser obtidas por meio de alguns símbolos presentes na declaração de endereço, percebe-se que a presença da “barra” (/) no espaço destinado ao preenchimento do “Endereço” nos Livros de Casamento das Paróquias, indicava que os noivos, em razão da igreja ou do tipo de casamento (apenas religioso ou civil e religioso; individual ou comunitário; com ou sem missa) poderiam morar em edifícios ou condomínios, muitos dos quais situados nas regiões mais valorizadas da cidade de Belém, como Umarizal, Marco, Batista Campos e ao longo da Avenida Augusto Montenegro. Por outro lado, os campos que não eram preenchidos com a “barra” (/) permitiam interpretar que a residência era que o que se considera isolada, ou, como algumas pessoas dizem, “de chão” – para diferenciar dos prédios e habitações com mais de um pavimento que vem se proliferando em razão do intenso processo de verticalização observado em Belém desde as últimas décadas do século XX.

Essa característica, associada aos dados sobre a distribuição dos noivos no interior da cidade me permitiu chegar à conclusão de que a homogamia sócio-espacial está ligada ao sistema de alianças matrimoniais existente em Belém e que, neste sentido, é determinado pelo fato de que a distância entre a habitação dos cônjuges é diretamente proporcional ao nível de renda dos noivos.

Porém, a questão que se impôs na execução do projeto era de natureza mais ampla: de que forma essa suposta teoria de que a distância residencial entre os noivos estava diretamente relacionada à condição de renda poderia explicar o fenômeno da escolha do cônjuge em Belém?

É necessário considerar que isto só poderia ser respondido se eu me propusesse a entrevistar os casais que haviam feito parte dos registros de casamento – o que para o cenário da investigação (2.376 registros + 2 anos de curso + tempo dedicado à pesquisa) era impossível. No entanto, recorri a um método que me ofereceu uma amostra relativamente aproximada, mas mais profunda que aquela anterior, ou seja, “conversar com os dados”.

Por ser uma reflexão, a escolha de um cônjuge, como um dado subjetivo, não é alcançada, em sua magnitude analítica e epistemológica, sem que se faça o esforço de questionar o modelo de questionário fechado. Isto porque não interessa investigar o “porquê” da escolha, mas de fato “como” ela ocorre. Essa foi a razão de eu ter *escolhido* a literatura e o noivado como recortes para minha análise, uma vez que em ambos existe a possibilidade de questionar a trajetória dos personagens em seu processo de seleção conjugal.

Em resumo, minha demanda por compreender o processo em que se forja o fenômeno dos perfis de casamento na cidade de Belém só poderia ser atendida (e entendida) se, por meio do projeto de mestrado que estava sendo elaborado, eu conseguisse demonstrar que os valores, os gostos, as referências e as preferências emanadas da experiência de escolher com quem se *quer* casar, são representações que refletem determinadas práticas sociais. Ou seja, em razão da singularidade que é a experiência de conviver com alguém e tê-la como objeto de uma escolha conjugal, os indivíduos, por não terem consciência da arbitrariedade exercida pela cultura, servem-se de aparelhos de produção e reprodução simbólica que eles mesmos utilizam para constituir suas linguagens e representações acerca do que é o *ser* cônjuge, de modo que ele se materialize ganhando uma realidade própria, que é sempre legitimada pelo consenso social (cf. MICELI, 2007). Por essa razão, os processos de escolha do cônjuge presentes neste estudo não são compreendidos por mim como um evento probabilístico, sujeito a imponderabilidade da vida cotidiana, mas como uma realidade experiencial sujeita ao arbítrio da cultura. É o sujeito vivendo o seu constante diálogo com as regras e as estratégias.

Relevância do tema

A escolha do cônjuge é um tema relevante para estudar o comportamento de qualquer sociedade. Obedecendo às normas coletivas, fixadas e duradouras, que contribuem para manter as estruturas e as tradições anteriores, serve de ferramenta para analisar a dinâmica de um determinado grupo. No caso brasileiro, ele ajuda a mapear as dinâmicas provocadas pelas transformações demográficas, urbanas e políticas que alteraram a morfologia de nosso país ao longo de sua história.

Para a maioria das pessoas, escolher uma profissão, uma residência e alguém com quem conviver são três importantes aspectos dessa microsociologia do desenvolvimento social, porque refletem o aprendizado pessoal no interior de uma conjuntura econômica, social e política importante para se decidir o que fazer em vista do futuro que se lhes apresenta. Mas como se pode notar, a liberdade do indivíduo para essas escolhas continua sendo limitada por toda sorte de circunstâncias, e, em particular, pela influência sobre seu desenvolvimento, do seu meio e de sua instrução. Se as famílias não decidem sobre o casamento de seus filhos de forma autoritária, elas continuam a moldar sua personalidade social e a conduzi-los ao limiar de sua escolha. Isto me permite afirmar que, apesar das mudanças ocorridas, e da mobilidade cada vez maior, não é apenas a sorte que preside à formação de uniões. Embora, às vezes, seja aleatória, na representação subjetiva dos indivíduos, toda sorte de circunstâncias exteriores, alheias à sua vontade, tornou possível conhecer e se casar com esta e não com outra pessoa.

Conforme podemos observar, os indivíduos e os grupos defrontam-se constantemente com várias alternativas. As circunstâncias podem operar nossas ações de tal forma que certas uniões dependem do significado atribuído ao processo de envolvimento do casal. Neste caso, os envolvidos podem até não prever qual escolha farão, mas estão em condições de prever que a escolha provavelmente será feita levando-se em conta certas premissas do sistema de valores e da racionalidade do seu grupo.

Neste sentido, a premissa de coerência, que se presume haver na harmonia entre os casais, autoriza a pensar que a escolha do cônjuge opera com muitas outras opções, de acordo com princípios que não são necessariamente conscientes, uma vez que decorrem de disposições individuais socialmente constituídas ao longo da trajetória social de cada um.

Segundo Piscitelli (1990), a liberdade de escolher rege-se, em nossa atualidade, por mecanismos socialmente estruturados. Logo, para que as pessoas se gostem é necessário que elas “tenham algo em comum”, de modo que os seus gostos, vividos como um modo de perceber as coisas totalmente “livres” de uma sujeição social, permitam-lhes reconhecerem-se um no outro (DESROISIÈRES, 1978).

Por outro lado, o fato de haver “algo em comum” entre as pessoas hoje não significa que elas estejam imunes à influência de outras formas de se definir o que é esta semelhança. No caso dos casamentos ocorridos em nosso passado colonial – e até pouco tempo em vigor – a escolha do cônjuge se limitava a atender interesses familiares, e não à satisfação dos indivíduos envolvidos.

Neste cenário, o casamento desempenhava o papel de reproduzir as estruturas da sociedade, assegurando a estabilidade das hierarquias, dos poderes e das fortunas. A escolha do cônjuge estava assim, conforme demonstra Wall, submetida a uma homogamia patrimonial e ao consentimento paternal (1998, p. 242).

Para Medina (2004), o Brasil do período colonial representava um cenário onde os casamentos eram típicos de uma sociedade tradicional, sendo muito mais um acerto entre famílias do que propriamente uma escolha dos indivíduos em questão. Isto por que eram, no contexto colonial, “um ideal a ser perseguido, uma garantia de respeitabilidade, segurança, e ascensão a todos os que o atingissem” (VAINFAS, 1989, p. 93). Para Levy, a escolha do cônjuge, nas classes abastadas deste período, excluía a paixão, a atração física ou o amor, e dependia das razões pessoais do *pater familias*, evidenciando, assim, a assimetria nas relações, uma vez que a escolha era feita pelos homens, sendo o papel da mulher passivo: ela era ou não escolhida (2009, p. 119).

É só no século XIX que esse padrão começa a ser alterado, em grande parte pelas exigências do amor romântico, muito embora as escolhas continuassem a depender bastante das obrigações morais e até jurídicas do privatismo familiar e das tradições patriarcais. Surge desde então a norma do consentimento individual condicionado, elegendo-se os candidatos ao casamento de modo imediato pela simpatia, pela atração física, pela correspondência afetiva.

Segundo Nazzari

essas transformações tiveram lugar no Brasil a partir do século XVIII e continuaram durante todo o século XIX de maneira gradual e complexa, de tal modo que tanto as características antigas quanto as novas muitas vezes coexistiam num dado momento, por vezes até dentro da mesma família (2001, p. 22-3).

Em parte, essas mudanças foram influenciadas pelas transformações que a Europa vinha sofrendo desde o século XVIII, em função das revoluções sexuais e afetivas determinadas pelo advento da literatura de ficção da época.

Até então o sexo e o casamento tinham um objetivo mais social, por que o sentido dele era corresponder aos interesses da comunidade e da família, a se verificar pelas leis que impediam a independência dos jovens na escolha de seus parceiros para o casamento⁵. Já nos fins do século XIX o sexo, assim como o casamento começam – entre outros motivos, por força do crescente individualismo – a ter um sentido mais afetivo. Os jovens vieram a atribuir maior atenção às suas inclinações interiores e, cada vez menos, a considerações como a prioridade, a estabilidade das instituições, os desejos dos pais. Neste ponto Azevedo é, certamente, o melhor intérprete destas transformações afirmando que

No passado a primeira fase desse processo [escolha do cônjuge], o namoro, era secreto, mas desenrolava-se de algum modo no lar: a moça conversava na porta ou no portão do jardim. Esses encontros, que duravam meses e podiam estender-se por anos até que o candidato tivesse condições econômicas para pedir a mão da sua escolhida, realizavam-se às escondidas da família, particularmente do pai e dos irmãos mais velhos, com a cumplicidade de empregadas domésticas, de uma parenta, a certa altura com a convivência materna. O pai não devia saber, nem mostrava sabê-lo quando descobria um caso; a esta altura podia fazer valer sua autoridade, diretamente ou por intermédio da esposa, forçar o encerramento do namoro se considerava que este era, por qualquer motivo inconveniente. Os irmãos rapazes consideravam-se obrigados a defender as irmãs contra namorados mal-intencionados ou que assim fossem julgados; podiam e era de se esperar que intimidassem ou mesmo atacassem fisicamente àqueles. Não se falava no namoro e um namorado não era admitido em casa dos pais da moça; ao menos isto não era freqüente antes que, pelo menos, houvesse entre os pretendentes sinais de um compromisso merecedor de confiança. O

⁵ Entre as leis que regulavam a união entre as pessoas estão: as Ordenações, publicadas em 1603; as leis portuguesas de 1772 e 1775; e a Real Pragmática Espanhola de 1776), supondo serem eles desiguais, os mesmos ocorriam em grande escala. No caso da lei de 1775, apesar de promulgada, foi bastante tumultuada sua aplicação, em razão das críticas dirigidas pela Igreja, que há muito defendia o direito dos jovens de escolher livremente seus cônjuges, mesmo enquanto ainda sujeitos ao pátrio poder. Uma das preocupações principais dessa lei era evitar a “aliciação, sedução e corrupção dos filhos-família de ambos os sexos”, o que levava a casamentos desiguais sem o consentimento dos pais, parentes, ou tutores aos quais, “entre todas as nações civilizadas, [...] [compete] regular os efeitos civis daqueles contratos”. Tendo sido rejeitado em Portugal num tratado de 1773, o princípio da Igreja relativa ao casamento e ao noivado sofria protestos por instruir os jovens a desobedecer aos pais a respeito do casamento, considerado um dos atos mais importantes da vida civil daquela época. Entretanto em Lisboa, a própria igreja era ambígua em sua defesa da liberdade no casamento; os vigários das paróquias eram instruídos a assegurar-se do consentimento dos pais antes de fazer correr os proclamas de casamento. O texto da lei censurava os inúmeros casos em que herdeiras, ou mulheres portadoras de grandes dotes, haviam sido seduzidas para forçar seu casamento, ou casos em que um jovem era convidado a ir a uma casa em que havia uma filha casadoura, depois do que a família se queixava de que ele a havia comprometido, forçando-o com isso a casar-se com ela (cf. NAZZARI, 2001, p. 212-3)

namorado que se insinuasse no lar de sua pretendente estaria, ipso facto, comprometendo-se, isto é, dando um caráter um tanto formal à ligação, o qual implicava uma promessa irretirável de casamento. Realmente esse caráter só tinha, via de regra, o noivado formal, resultante do pedido e do sim por parte do pai. O noivado durava também meses ou anos e era regulado de maneira muito estrita (...) (1986, p. 6)

Caracterizando-se por uma escolha recíproca, baseada em critérios afetivos, sexuais e na noção de amor, pelo menos para os setores mais modernos da sociedade contemporânea, como a burguesia ascendente, o casamento tornar-se-ia, segundo esta óptica, uma expressão da ideologia individualista – que carrega em si a noção de indivíduo como “ser moral e racionalmente autônomo, não-social, sujeito normativo das instituições, tendo como atributos a igualdade e a liberdade” (VIVEIROS DE CASTRO e ARAÚJO, 1977, p. 139) - devendo ser totalmente livre, e não marcada por regras de homogamia.

Todavia, mesmo a ideologia individualista sendo uma expressão do mundo moderno, há que se considerar a existência de uma lógica – a “lógica relacional” (DAMATTA, 1997, p. 112), que move os indivíduos a agir em conformidade com certas regras. Esta lógica, que não anula o caráter individualista do sujeito seria então,

uma aparente contradição entre a teoria e a prática, que faz com que as reações aos relacionamentos heterogâmicos [...], não sejam justificadas por um raciocínio coerente com o paradigma individualista, mas sim pela forma de prestígio, preconceito e vergonha (MEDINA, 2004, p. 154).

Em razão disso, a bibliografia utilizada nesta dissertação foi selecionada a fim de que se possa analisar os vários pontos de vista envolvidos neste problema. Por essa razão é que ela se torna abrangente e dialoga com campos de conhecimento variados.

Referencial teórico

Em geral os estudos sobre o tema entre os norte-americanos têm origem no método dedutivo, baseada em dados estatísticos obtidos por meio de entrevistas fechadas no meio universitário e laboral, ou junto a institutos de migração (GRAVES & GRAVES, 1974; HOLLINGSHEAD, 1950; KIRKPATRICK & CAPLOWE, 1945a, 1945b; SLETTO, 1946; WINCH, 1943, 1947, 1949, 1955). Alguns autores como Bossard (1939), Popenoe (1937), Burgess & Wallin (1943) e Glen (1969) se interessavam pelo perfil demográfico da população núbil. Por outro lado nos estudos

mais recentes, como os de Coleman (1984), Buss (1985, 1986, 1994), Buss e Kenrick (1998) e Hechter & Kanasawa (1997), há o interesse nos aspectos racionais do processo de escolha que leva a existência desses perfis. Os de Goode (1959) e Herman (1973), todavia são os que mais nos interessam, em razão da abrangência de sua reflexão e da profundidade com que analisam o fenômeno. O primeiro porque discute a influência do sentimento de amor na contratação do casamento moderno; o segundo porque discorre sobre a influência dos manuais de casamento na representação sobre o par ideal. Destaque também para Barnes (1999), que em seu *Marriage by Capture* analisa as críticas à teoria de McLennan, demonstrando que etnografia moderna ofereceria condições para entender que este fenômeno corresponde a uma linguagem exogâmica, muito eficaz para promover o desenvolvimento demográfico, econômico, político e social dos povos.

Entre os franceses – como já havia falando anteriormente – desde Girard (1964), houve uma tendência a desenvolverem-se pesquisas na intenção de mostrar que a escolha se determina pelo grau de homogamia num determinado grupo. São exemplos: Bourdieu (1972, 1983, 2004, 2006, 2008, 2009), Bozon (1990, 1991, 1992, 2001, 2006, 2007), Bozon e Héran (1987, 1988), Desroisieres (1978), Henry (1966, 1968, 1969a, 1969b), Segalen (1999) e Segalen e Jacquard (1971). Há, todavia, se posso dizer assim, uma preocupação maior deste grupo em tentar identificar as variáveis que explicam a reprodução de certos perfis matrimoniais segundo um estrato social determinado. Diferente dos norte-americanos, dada a metodologia utilizada (geralmente associando dados estatísticos com etnografias), os estudiosos franceses enfatizam a dinâmica das interações entre os grupos de classes e o efeito dessa interação no modo de operar os casamentos em seu interior. Há também um estudo muito interessante, de Gell (1996) sobre o fato de, no contexto ocidental, a busca pelo parceiro encontrar-se influenciada pelos gêneros ficcionais, cuja referência é o romantismo.

Em Portugal a abordagem do tema privilegia aspectos historiográficos e se aproxima muito dos famosos “estudos de comunidade”, como os de Cândido (1979) ou Wagley (1977). Destacam-se, portanto, os trabalhos de Almeida (1986), Almeida (1988/89), Almeida, Sobral e Ferrão (1997), Carneiro (2002), Lages (1983), Leal (1986) e Monteiro (1993). Há, todavia, que se prestigiar os trabalhos de Wall (1998) e Rosa (2004, 2005), cujos modelos de análise seguem a metodologia francesa, onde, na primeira interessa discutir o casamento como um fenômeno fusional ao nível afetivo e sexual e, se possível, mas não obrigatoriamente, fusional em nível profissional e social.

Na concepção de Wall, escolher um parceiro afetivo significa um projeto de vida onde, idealmente, a atração mútua, o entendimento e a homogamia profissional protegem a vida conjugal das desavenças graves e, portanto, de qualquer desgaste dos laços susceptíveis de conduzir à ruptura. Enquanto isso, para Rosa (2004; 2005), prevalece o interesse em identificar, no processo de formação dos casais, o *habitus* dos envolvidos segundo o local em que se encontram, numa perspectiva que leva em consideração o contexto social que predispõe os indivíduos a sentir atração, ao mesmo tempo física e simbólica, um pelo outro.

Entre os estudiosos de língua espanhola podem ser citados os trabalhos de Carabaña (1983), na Espanha, que analisa o processo de mobilidade social alcançado através do casamento entre membros de diferentes classes sociais; e Piani (2000), no Uruguai, que arrola as variáveis determinantes do mercado matrimonial naquele país.

Na Itália um importante trabalho merece destaque. É o recente estudo de Silvia Sinibaldi (2005) intitulado “Valore dei beni e valori della persona: la scelta del coniuge in un comune della Val di Chiana nel corso del XX secolo”, uma tese que inaugura talvez a mais interessante discussão sobre a importância de Simmel na explicação do fenômeno da escolha afetiva.

Baseada em sua obra “Filosofia do Dinheiro”, a autora elabora uma crítica muito interessante à aplicação do paradigma econômico ao comportamento humano e assim como àquelas que se dão pela chamada “teoria da troca social”. Segundo Sinibaldi a aplicação dos conceitos de valor de troca e da escolha do cônjuge tem permitido o desenvolvimento de conceitos como: “mercado matrimonial”, comum aos teóricos franceses, e de “complementaridade de necessidades”, presente nos estudos norte-americanos. Mostra, dessa forma, que as semelhanças entre o mercado e a seleção de candidatos lança luz sobre as condições estatísticas da troca de material e valores simbólicos realizada pelos agentes, e as necessidades e o lucro que cada candidato pretende obter com isso.

No Brasil, os estudos na área da escolha do cônjuge se resumem a trabalhos historiográficos (BACELLAR, 1997; BOTELHO, 2004; LOPES, 2005; MARCÍLIO, 1973) e se concentram na análise das normas e sistemas jurídicos ou, como contraponto, na transgressão e no desvio (ALMEIDA, 1999; SILVA, 2003; TORRES-LODOÑO, 1999; VAINFAS, 1986). Seguindo essa linha, o trabalho de Nazzari (2001), sobre o declínio do dote, analisa o perfil das alianças e o processo de substituição desse dispositivo no início do século na cidade de São Paulo. Também estudando esse

período, Samara (1987/88) chama a atenção para as estratégias matrimoniais ocorridas durante o *boom* do café na economia brasileira e a presença dos migrantes neste processo. Del Priore (2007) e Levy (2009) discutem os fatores presentes no processo de formação da sociedade brasileira que culminaram no exercício de uma escolha livre e por amor. Fontenele (2008) apresenta dados sobre decretos que impediam ou estimulavam a miscigenação na era pombalina na Amazônia.

Os trabalhos de reconstituição de família, embora focados eminentemente no sudeste e sul do país (MARCÍLIO, 1986; QUEIROZ, 1987; BACELLAR, 1997, 2001; NADALIN, 2001) também são importantes fontes. Assim como os trabalhos de Otta (1998) e Laranjeira (2008), e alguns trabalhos da área de psicologia (CARNEIRO, 1997; GEARY e BJORKLUND, 2000; GANGESTAD e SIMPSON, 2000; GUELFÍ et al., 2006; ALMEIDA, 2007; e HATTORI, 2009), que, embora tratassem de assuntos correlatos, serviram de inspiração às idéias contidas no texto.

No que tange à Antropologia os trabalhos mais representativos na área da escolha do cônjuge são as dissertações de Piscitelli (1990) e Medina (2004), cuja ênfase teórica e metodológica as tornam peculiares por tomarem este fenômeno como o centro de sua análise. Comparando com trabalhos que debatem a escolha no plano analítico, sem oferecer meios de questioná-la como experiência, suas investigações têm o mérito de enfrentar o desafio de explicar como a classe média ou as elites agrárias e políticas desenvolvem estratégias de seleção social que variam ao longo do tempo em função das transformações dos modelos de organização social.

Piscitelli desenvolve uma etnografia dos arranjos matrimoniais presentes em Serro Verde, no sul de Minas Gerais, apresentando dados que indicam a existência de mecanismos socialmente estruturados que regulam as escolhas e estratégias de relacionamento afetivo entre os diferentes estratos desta sociedade. Medina se interessa por uma genealogia da noção de escolha – tal como presente nesta dissertação –, mas define seu campo de análise a partir de entrevistas e um método muito peculiar de comparação de fotos, cujo objetivo – identificar padrões ideais de parceiro e representações sobre casais ajustados – molda sua preocupação em retratar que, apesar das características individualistas e igualitárias de nossa sociedade e dos indivíduos substituírem o compromisso com a linhagem e a coletividade por outro que enaltece a felicidade e a realização pessoal, o casamento ainda é um fator de manutenção de status e de valores de determinado grupo.

Por outro lado, apesar de a antropologia não ter dedicado muitas páginas a este tema, alguns pesquisadores abordaram a escolha como um recorte às suas respectivas análises. Entre eles se destacam Cândido (1979), que estuda os aspectos da cultura “caipira” no interior de São Paulo; Azevedo (1986), que se volta para as manifestações amorosas procurando demonstrar como o namoro permite construir pontes entre o masculino e o feminino, ao mesmo tempo em que se trata de um mecanismo básico de transformação de estados sociais muito importantes, sobretudo nas sociedades tradicionais; Viveiros de Castro e Benzaquen de Araújo (1977) que se interessam por isolar a concepção de amor presente na obra *Romeu e Julieta* de Shakespeare, procurando ao mesmo tempo perceber qual a lógica das relações sociais subsumidas por esta categoria, qual o sistema de oposições e compatibilidades em que ela insere-se, que visão de mundo ajuda a construir com a emergência da vida moderna; Velho (2006) que procura deixar claro que o casamento representa um jogo de identidades, interesses e valores de grupos, procurando demonstrar que o envolvimento entre duas pessoas envolve não só parentes ou amigos, mas redes de sociabilidade que garantem a manutenção e fortalecimento do casal; Woortmann (1995) que se empenha em descrever as estratégias de casamento necessárias para assegurar a preservação ao patrimônio representado pela terra em duas diferentes comunidades rurais do Brasil – sitiantes no Nordeste e colonos no Sul; Woortmann (2002a) que analisa as contribuições etnológicas de Bourdieu para se compreender a natureza das regularidades matrimoniais, o que não significa obediência a regras, mas práticas de reprodução social sustentadas pelo *habitus*; e Dias (2000) que discorre sobre as implicações da imigração cabo-verdiana nos arranjos familiares, com ênfase na análise das representações femininas sobre o padrão ideal de marido.

Na região Amazônica, em se tratando de contextos urbanos, os principais trabalhos publicados são os de Lago (2002) que se propõe a investigar, identificar, compreender e interpretar as idéias e práticas de namoro de jovens das camadas populares urbanas de Belém-PA, na virada do séc. XX para o XXI, traçando um paralelo com as regras descritas por Thales de Azevedo acerca do início do século XX; Souza (2002), que estuda, dentre outras coisas, as representações sobre casamento e parceiro ideal de jovens freqüentadores do curso de noivos da paróquia de Santa Terezinha, no bairro do Jurunas, também em Belém; Malcher (2002) que analisou a forma com que jovens de camadas médias urbanas de Belém (PA) concebem a noção de amor a vivenciam suas práticas amorosas no contexto da construção das

masculinidades; e Aguiar (2009) que se preocupa em analisar os discursos de valorização tanto do casamento quanto da homogamia entre famílias de cearenses em Santarém, no Oeste do Estado do Pará.

A dissertação está dividida em três partes, cada uma delas contendo dois capítulos.

A Parte 1 pretende ser uma contribuição teórica à discussão sobre o fenômeno da escolha do cônjuge e sua importância nas ciências sociais.

No capítulo 1 é dada ênfase a relevância do tema para a antropologia, discutindo seu papel nos estudos de parentesco. Também chama atenção para a linha de raciocínio que orientará o desenvolvimento do trabalho, com foco na relação entre evento e conjuntura; na análise sobre a emergência dos sentimentos nas relações de parentesco e sua função no processo de avaliação e classificação do tipo ideal de cônjuge desejado; e nos critérios de seletividade social vividos como processo de mútua significação entre os parceiros.

No capítulo 2 é dada continuidade às reflexões do capítulo anterior, mas avançando na discussão sobre o papel da escolha do cônjuge na estrutura da sociedade moderno-ocidental. Em razão disso o capítulo apresenta considerações sobre a visão de Foucault sobre o casamento, a moral e a monogamia no ocidente; a importância da etnografia no cenário social moderno, destacando as contribuições de Malinowski e Firth em torno das concepções de escolha social que caracterizam a visão de sujeito e organização nas diferentes sociedades; e o papel do conceito de *habitus* como articulador das transformações que redefiniram o papel do sujeito, através do romantismo, na modernidade, abrindo assim a discussão sobre a importância da literatura neste contexto.

A parte 2 tem como objetivo discutir, na interface entre antropologia e literatura, as transformações provocadas pela emergência do individualismo na escolha do cônjuge, procurando articular os elementos que marcam a oposição entre razão e sentimento.

O capítulo 3 discute a escolha como valor e as implicações do conflito entre as noções de estrutura e sentimento, com ênfase na avaliação do conceito de afeto e sua importância no processo da seleção contido nos casamentos modernos. Ao mesmo

tempo são feitas considerações sobre a metodologia de seleção dos textos literários utilizados como recurso para análise do fenômeno da escolha do cônjuge, e indicando o porquê da preferência pela obra de Jane Austen.

No capítulo 4 faço uma análise dos textos *Orgulho e Preconceito*, *Razão e Sensibilidade* e *Emma* da romancista inglesa Jane Austen, procurando destacar arquétipos de racionalidade de sua época que servem de base para compreendermos o sistema de relação que deu origem a escolha por afeto no mundo moderno e sua influência nos dias atuais.

A parte 3 está eminentemente voltada para minha experiência de pesquisa, uma vez que apresento considerações sobre o ritual do noivado e os resultados obtidos com a observação e entrevista junto a noivos em processo de casamento, procurando indagar sobre os motivos que levaram a escolha pelo casamento.

No capítulo 5 apresento minha perspectiva de etnografia, uma revisão bibliográfica sobre a origem e o conceito de noivado, assim como a minha experiência como noivo e observador do ritual no Curso de Noivos da Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré. Volto-me para o discurso em torno do noivado, procurando identificar, através das entrevistas com noivos, a visão de mundo que cerca este ritual e sua dimensão simbólica enquanto prelúdio à escolha pelo casamento.

O capítulo 6 finaliza o trabalho apresentando o resultado de minhas entrevistas com noivos ou recém-casados sobre suas experiências no processo de escolha do parceiro conjugal.

Parte 1

Escolha e Antropologia



Desenho de espartilho utilizado para ajustar o corpo feminino (HERMAN, 1973, p. 252).

Capítulo 1

A escolha como ferramenta de análise em Antropologia

“[...] a arte de se conduzir no casamento se definiria menos por uma técnica de governo e mais por uma estilística do vínculo individual” (FOUCAULT, 1985, p. 150).

O fato deste estudo se propor antropológico obriga-o a corresponder às exigências desta área de estudo. A escolha do cônjuge, como disse anteriormente, não é um “tema-chave”, tal como a religião, o parentesco, a sociabilidade e outras categorias que servem de análise ao comportamento humano. Logo, para se converter em uma ferramenta de trabalho tenho de convencer o leitor de que estudar a escolha do cônjuge é útil ao desenvolvimento desta disciplina.

Para começar é necessário que se indique o quanto é complicado abordar um tema que não se insere entre as grandes correntes do pensamento antropológico. Em razão disso a bibliografia selecionada procura atender a demanda de se explicar porque a escolha do cônjuge não acompanhou o desenvolvimento da antropologia, estando, muito pelo contrário, marginalizada em relação à ela.

Minha perspectiva é de que os seus desdobramentos teóricos encontram-se agrupados àqueles que formam o corpo dos estudos de parentesco, como a exogamia, a endogamia, o casamento de primos e o incesto.

O parentesco pode ser definido como a pedra angular do movimento antropológico. Seu desenvolvimento reflete a própria evolução dos estudos sobre a sociedade humana. Compreende assim, o estudo das relações que unem os homens entre si mediante laços baseados na consangüinidade, enquanto relações socialmente reconhecidas, e na afinidade (por meio da aliança matrimonial). Tais relações encontram uma tradução nos *sistemas de designação mútua* (as terminologias de parentesco), nas *regras de filiação* que determinam a qualidade dos indivíduos como membros de um grupo e os seus direitos e deveres no interior do grupo, nas *regras de residência*, nas *regras de transmissão* dos elementos que constituem a identidade de cada um, nos *tipos de agrupamentos sociais* nos quais os indivíduos estão filiados, e, ao que nos convém abordar aqui, nas *regras de aliança* que orientam positiva ou negativamente a escolha do cônjuge.

Apesar disso, não podemos nos enganar e pensar que o parentesco, no âmbito deste trabalho, apresenta as mesmas qualidades teóricas oferecidas por sua análise estrutural. Ele se converte ao estudo das interferências do meio familiar e social no processo de escolha do

parceiro conjugal. Logo, não se aplica às normas que presidem o funcionamento das relações sociais, mas o significado dessas relações.

Sendo o parentesco uma construção, conforme já assinalava Morgan em *Systems of Consanguinity and Affinity of the Human Family* (1871), ele indica a existência de dispositivos de ação criados pelos sujeitos para classificar os indivíduos segundo um tipo determinado de relação. Em vista disso é que a proposta deste capítulo foca não apenas o parentesco enquanto uma ferramenta de compreensão da relação entre duas pessoas, mas uma variante desta: a aliança promovida pela escolha do cônjuge.

Esta iniciativa certamente inaugura a possibilidade de contrariar o que se apresentou a mim como irrelevante, complexo, disperso, denso ou inusitado, quer pela bibliografia utilizada, quer pelos debates suscitados pela sua exposição ao longo de minha trajetória acadêmica no mestrado em Antropologia do Programa de Pós-Graduação da UFPA. A rigor a análise da escolha como instrumento de reflexão é muito recente e, conforme se verá, impõe profundos questionamentos sobre a estrutura da sociedade moderna.

Minha hipótese é de que a importância atribuída recentemente ao tema da escolha conjugal reflete uma mudança nas relações de parentesco. Neste sentido, as regras contidas em seu funcionamento, mais que classificar ou limitar certos tipos de relação, imprimem nos sujeitos modos de agir, maneiras de pensar, que se expressam nas escolhas que eles fazem ao longo de sua trajetória pessoal.

No decorrer deste capítulo procuro expor essas reflexões com o objetivo exclusivo de explicar porque uma antropologia da escolha é tão importante para o estudo das sociedades modernas.

Metáforas da experiência: o “destino” como conjuntura

O ato de escolher é como o oxigênio em nosso corpo: um elemento indispensável à ação. Uma vez que se expressa através das alternativas a que se é exposto cotidianamente, escolher indica que cada indivíduo deve agir.

Se acordarmos indispostos e sem vontade de levantarmos da cama é muito provável que continuemos deitados. Se estivermos doentes é tácito considerar que escolher continuar deitado nos auxiliará em nossa reabilitação. Caso contrário, avaliar-se-ão as conseqüências desse ato: dormir indeterminadamente até o momento que se é assolado pela fome; ressentir-se das penalidades pela falta ao trabalho ou à aula; ser considerado preguiçoso. Caso se esteja querendo bater algum recorde de horas deitadas na cama, a fama pode ser uma alternativa – a se verificar

pelas bizarrices contidas no Guinness Book. Enfim, há muitas opções para quem acorda e tem que decidir se levanta ou não, o que nos leva a concluir que escolher é um fato inalienável, pois até mesmo recusar uma alternativa é também fazer uma escolha.

Estar diante de alternativas leva-nos, portanto, a considerar que o ato de escolher exige uma avaliação de possibilidades. Neste sentido, a escolha de um cônjuge, por exemplo, seria um processo de avaliação do que se espera obter com o casamento.

O casamento ocupa um lugar no imaginário social que leva as pessoas a avaliarem seu significado e a necessidade de contraí-lo. Em se tratando de uma instituição que tem como objetivo a união de indivíduos para formar uma família, as trajetórias sociais são uma importante referência nesta avaliação, pois orientam os indivíduos a considerar o encontro e as aparências dele provenientes o resultado das experiências familiares e/ou sociais do grupo ao qual o indivíduo pertence. Assim, minha perspectiva é de que o casamento, vivido como valor na sociedade moderna, leva os indivíduos a se interessarem por uma relação conjugal em razão das avaliações que fazem um do outro. Neste sentido, o contexto em que se produz tal avaliação, que num primeiro momento é de caráter objetivo (em função de derivar da curiosidade por se conhecer o outro) e depois experiencial (fruto do convívio e da avaliação dos significados atribuídos a quem se quer como esposo/a), é importante para se saber quem é o par ideal. Logo, para que duas pessoas se interessem uma pela outra e decidam que ambas devem se casar é necessário compreender como o discurso do casamento é incorporado na experiência social a fim de se avaliar qual indivíduo é o cônjuge ideal.

A personalidade de cada um é um fator determinante nesse processo, pois sinaliza as características que tornam acessível o contato e a exposição sensorial entre as pessoas. Todavia, não basta que as pessoas tenham personalidades semelhantes (o “algo em comum” ou a “afinidade espontânea”, como diria Bourdieu [2008]) para que elas se interessem umas pelas outras e venham a casar, é necessário que haja condições objetivas para isso.

A primeira delas é, obrigatoriamente, que elas se encontrem, se conheçam e saibam da existência uma da outra. Logo em seguida, que haja a oportunidade de elas se comunicarem. A cada uma dessas condições nós podemos denominar “eventos”, pois cada um desses fragmentos do processo de relacionamento entre duas pessoas faz parte de uma cadeia, na qual vários outros eventos permitem aos parceiros interagir e conviver, afim de que mutuamente avaliem a possibilidade de continuarem juntos e de poderem se casar.

Mas tudo isso está assentado em interpretações, o que significa dizer que cada um, ao avaliar o que é interessante no outro, atribui sentido às práticas, ações e comportamentos num

contexto de interações. O contexto seria, neste sentido, o fator explicativo para determinadas ações individuais, quer seja um olhar ou simples passar de mão nos cabelos.

Um olhar pode exprimir raiva, desejo, representar um flerte ou, em companhia de um “beijo”⁶, apontar para alguma coisa, pessoa ou lugar. Mexer nos cabelos tanto pode ser o reflexo de um incômodo (o vento colocando-o sobre a face; um parasita em ação), como também sinalizar a alguém que se quer ser cortejada. Por ser qualquer coisa, flertar ou balançar o cabelo são aspectos da expressão corporal humana, mas que adquirem significados que lhes são particulares, e que, às vezes, dão a oportunidade para o contato, a conversa e (quem sabe) uma paquera que levará duas pessoas ao casamento.

Se duas pessoas se encontram e tomam esses *eventos* como acaso ou destino de seu relacionamento – conforme tenham a crença de que isso se manifesta enquanto princípio da relação entre os dois –, o que podemos pensar então sobre o meio em que se operou tal relação? Não podemos esquecer que o que ocorre com um pessoa, do ponto de vista social, está intimamente ligado a uma cadeia de eventos, que se reflete nos outros, dado estarmos todos num campo de múltiplas interações, – uma rede, diria Bott (1976) – onde tudo o que se faz (caso se queira expressar) é sempre uma demonstração do que se é ou o que se quer ser perante alguém.

Assim, o meio onde ocorre a troca de experiências e o aprendizado que formam os gostos, os valores e as visões de mundo dos indivíduos não está isento de interferir no assemelhamento entre as pessoas. Isto por que, em razão da necessidade de se socializarem, elas elaboram roteiros de vida com itinerários provavelmente muito semelhantes, tornando possível que a cada evento social crie condições para que elas se cruzem e considerem semelhantes suas preferências e interesses. Dessa maneira, tudo que é considerado coincidência no início de um relacionamento – frequentar os mesmos lugares, escutar a mesma música, possuir os mesmos objetivos – faz parte de uma rede que agrupa pessoas que resolvem seguir o mesmo caminho.

O fato é que o meio em que se atam e se desatam os nós dessa rede forma o que chamamos de estrutura social; e as escolhas decorrentes dos inúmeros eventos que colocam as pessoas em contato contribui para a reprodução das relações existentes nesta estrutura social.

Marshall Sahlins (2008), pesquisando sobre o sistema de significados sobre o qual se baseava a sociedade havaiana à época do contato com a tripulação do Capitão Cook, considera que a reprodução das relações entre as pessoas é o que leva à existência da cultura. Pensada

⁶ Refiro-me a uma expressão facial utilizada pelas pessoas que habitam a cidade de Belém para indicar um lugar específico. É geralmente utilizada por pessoas idosas ou oriundas do meio rural e ribeirinho, mas de tão comum é recorrente entre jovens (de forma jocosa) e no meio familiar. Usar o “beijo” significa informar o lugar a quem está interessado e, neste sentido, se manifesta por meio da contração da musculatura entorno da boca (lábios) do informante, em que se forma um bico, seguida de um movimento com o pescoço (prolongamento) indicando a direção que se deve seguir.

como um recurso utilizado para compreender os padrões de uma sociedade, a reprodução das relações sociais, neste sentido, serviria como referência para a elaboração de um imaginário sobre as práticas das pessoas que formam uma sociedade. Inseridas num contexto e sob determinadas circunstâncias esse imaginário produz classificações. Logo, se a estrutura social de determinado grupo envolve uma rede de relações, é certo que a cultura classifica e distingue os indivíduos, por meio dessas relações.

A existência da rede como estrutura social implica, pois, a idéia de que a cultura é conjuntura, na medida em que estabelece parâmetros de significação do sujeito e exerce sobre ele o poder de determinar suas práticas. Segundo Sahlins,

[...] a conjuntura possui uma estrutura, e esta se constitui de relações sociais mediadas por signos com valores distintos em função do seu papel no esquema simbólico coletivo e na prática das pessoas (2008, p. 14)

Portanto, se para entendermos a história de um indivíduo precisamos recorrer a sua trajetória pessoal, o meio social do qual ele faz parte e que forma sua cultura representa o *locus* da produção de sentidos para suas ações. O que significa dizer que o conjunto de eventos que marcam a trajetória de uma dada pessoa, considerando os dispositivos que ela utiliza para se ajustar a uma determinada prática social – escolher alguém para casar, estudar para passar num exame, planejar uma viagem – se adapta a uma conjuntura na qual suas práticas encontram-se ajustadas a práticas de outras pessoas, muito embora estejamos habituados a crer que a afinidade entre as pessoas seja o resultado de coincidências, acasos ou destinos pré-determinados.

É importante ressaltar que essa formulação teórica parte do pressuposto de que, num dado contexto, os indivíduos envolvidos em uma certa relação traduzem o que aprenderam, vendo, ouvindo e sentindo, segundo o significado atribuído as suas experiências e de acordo com as variáveis em jogo. Neste sentido, o fato de no casamento haver um imaginário do sentimento de felicidade e da realização pessoal, onde as pessoas sentem-se obrigadas a seguir padrões como fidelidade, lealdade e companheirismo, fazem de cada um o juiz de si, avaliando seus próprios comportamentos, a fim de que sejam aceitas pelos seus possíveis pretendentes.

Como se verá adiante, a conjuntura que ainda leva a maioria das pessoas a crer nesse modelo de casamento estrutura-se sobre um *fenômeno mítico* (o amor romântico) que os envolve numa cadeia de representações sobre normas econômicas, filosóficas, morais, educacionais, demográficas e todo um conjunto de justificativas que é-lhes apresentada para explicar o porquê de ser “normal” na sociedade moderna a união com fim exclusivo de realização pessoal. Isso ocorre porque a prática, antes de qualquer coisa,

[...] possui sua própria dinâmica – um “estrutura da conjuntura” – que, significativamente, define as pessoas e os objetos que dela tomam parte. E esses valores contextuais, quando diferentes das definições culturalmente pressupostas, têm então a capacidade de atuar sobre os valores convencionais. Acarretando relações sem precedentes entre os sujeitos atuantes, mutuamente e em relação a objetos, a prática acarreta objetificações sem precedentes de categorias (SAHLINS, 2008, p. 72).

Chegamos assim, ao ponto central do problema: se as escolhas emergem num contexto de possibilidades (casar/ficar solteiro, estudar /trabalhar, casar com fulano/sicrano/beltrano), que papel desempenhamos nesse processo – que é o de avaliar as possibilidades? Escolhemos ou somos escolhidos? Arbitramos segundo o julgamento do que nos é conveniente ou estamos submetidos a uma estrutura de acontecimentos (eventos) que arbitram por nós, fazendo-nos julgar conveniente o que a própria estrutura toma como coerente para si?⁷

Ora, se fazemos escolhas, temos de considerar que o nosso papel é o de avaliar o leque de possibilidades que se nos apresenta como possibilidades efetivas de realização. Logo, escolher não é só arbitrar sobre algo, mas avaliar o papel que se desempenha neste processo. Nessas escolhas, onde o que está em jogo é o futuro, construímos modelos de ação que nos servem como referência para eleger, dentre alternativas disponíveis, aquelas que mais se adéquam à conjuntura da qual se participa.

Assim, e dentro dos limites da informação disponível, as pessoas tenderiam, portanto, a escolher a linha de conduta mais eficaz para conseguir realizar seus objetivos num dado contexto. Significa então, que as pessoas possuem aspirações e agem na intenção de realizá-las, mesmo que não avaliem as alternativas antes de “escolher” um rumo de ação. Todo pesquisador, mesmo baseado numa seqüência de evidências inter-relacionadas, teria, então, de levar em conta que, na maioria das vezes, as pessoas seguem alguma estratégia já conhecida, que funcionou para outro problema parecido ou observam como outras pessoas solucionam problemas parecidos, o que implica um viés conservador a favor de conhecimentos e procedimentos já comuns no ambiente do ator. Portanto, para entender a estratégia observada, é necessário que se leve em consideração a história e a cultura particular do grupo no contexto específico em que se estuda um dado sistema de escolha⁸.

Uma vez avaliada, a discriminação sobre a natureza e o sentido da escolha efetuada ocuparia a função de atender às demandas do meio social (sistema) em que a mesma se realizou, o que corresponde, neste caso – a se avaliar se um cônjuge é ou não útil, em se tratando de

⁷ Aqui não estou falando de um Deus ou “maestro” (cf. BOURDIEU, 2009, p. 87), ao qual estamos submetidos como marionetes num teatro de bonecos, mas de uma rede de relação sociais que arbitram sobre nós, levando-nos a seguir trajetórias de vida pré-determinadas.

⁸ Monsma (2000) chega a afirmar que “Para evitar o objetivismo e o universalismo da escolha [...], é essencial reconhecer que os atores não existem fora do contexto social, que as formas da racionalidade variam com a natureza das disposições e dos esquemas de percepção internalizados em contextos específicos” (MONSMA, 2000, p. 86).

casamento – à conveniência de enfrentar os riscos provenientes dela, que se dá em dois níveis: o pessoal e o familiar, ambos mensuráveis conforme o prestígio ou a satisfação proporcionada pela escolha realizada.

Como cada escolha oferece condições diferentes de avaliação do contexto em que a mesma se produziu, suas conseqüências, em termos de prestígio e satisfação, só podem ser consideradas relevantes se analisado o espaço de tempo em que ela se deu. Logo, escolhas consideradas rápidas de um ponto de vista cronológico em relação àquelas que levam mais tempo e são frutos do que se considera uma reflexão mais acertada, determinam tipos diferentes de avaliação sobre a mentalidade de uma pessoa ou grupo social. Não seria por outra razão, portanto, que as escolhas entre pessoas que moram na cidade em relação as que moram no campo, ou as de gerações anteriores em relação a nossa, diferem em sentido e função, pois uma e outras são regidas por processos distintos, que se expressam segundo a evolução dos meios de comunicação, da ampliação e distribuição de renda, do melhoramento genético, do aumento demográfico, do crescimento urbano, da melhoria da qualidade de vida, entre outros fatores que contribuem para uma elevada quantidade de eventos e probabilidades de satisfação e realização pessoais⁹.

A escolha como jogo social

Como vimos, a escolha é parte de uma cadeia de acontecimentos que se manifesta no interior de uma certa estrutura social. Para a antropologia seria como se ela ocupasse uma área onde a imponderabilidade das ações humanas a impedisse de ser classificada e sistematizada por meio dos esquemas gerais de análise do comportamento social.

⁹ Além da bibliografia procuro outros recursos para pensar. E enquanto transeunte e espectador sou levado a crer que o cenário do século XXI aponta para a descoberta da vontade e o desejo do indivíduo, mesmo que isso esteja baseado num aprimoramento das técnicas de venda e consumo. Isto ocorre por que em diferentes setores da vida social, quer seja ela política, econômica ou midiática, os especialistas, conforme destaca Giddens (1991), desenvolvem recursos, tecnologias, saberes e ideologias fundamentalmente destinadas a uma identificação com o sujeito, que desse modo satisfaçam seus interesses particulares. Trata-se de fórmulas cada vez mais “eficazes” para o tratamento capilar; sabores e proteção distintos para os diversos tipos de dente; candidaturas que oferecem a melhor qualidade em som (cantores), entretenimento (esportistas) e imagem (modelos ou galãs de novela); trajes cada vez mais adaptados aos diversos tipos de corpos e ambientes; grades de programação que se adaptam aos diferentes gostos dos espectadores. Neste sentido o que mais se destaca no Brasil é o caso dos aparelhos celulares. Além de possuírem os mais variados recursos tecnológicos, os celulares à venda no país seguem linhas de produção cada vez mais adaptada aos interesses dos grupos sociais, com a possibilidade de os mesmos se tornarem um recurso indispensável para a identificação dos sujeitos. Muitas pessoas passaram a adotar seus números como verdadeiras formas de se identificarem, seguindo o exemplo do Registro Geral e do Cadastro de Pessoa Física. Por essa razão pesam sobre eles as mais importantes características do sistema de escolhas, cuja mídia se beneficia promovendo campanhas publicitárias onde o lema necessariamente é “o melhor plano de saúde é viver; o segundo melhor é Unimed”, ou “Claro, escolha”, enfatizando assim que a o portfólio de oportunidades culpabiliza o consumidor desavisado: “será que fiz um bom negócio?” Ora, mas é exatamente isto que retroalimenta o fluxo do sistema capitalista.

Ao que se sabe, a seleção sexual¹⁰ estudada por Darwin (2004 [1859]) contribuiu muito para que esse fenômeno levasse o tema da escolha ao ostracismo na antropologia clássica, uma vez que deixou uma grande lacuna ao não analisar a experiência humana como um processo em constante construção e significação. Mas não sendo este o seu objetivo – a propósito, é inútil questionar um autor pelo que ele não fez – vale dizer que os estudos posteriores, sobretudo psicanalíticos e suas derivações (na sociologia com Weber, na economia com Von Neumann, na política com Coleman, na antropologia com Bourdieu) permite-nos compreender como as escolhas humanas, além de afetivas, são políticas e fazem parte de um jogo em que os tipos ideais são noções pré-concebidas e classificatórias do mundo social.

A análise demonstra que diante de várias alternativas os indivíduos não esperam que num momento x decidam por a ou b , mas que vivam n momentos em que a e b são possibilidades. Possibilidades que dependem do significado atribuído pelo sujeito em processo de escolha ao tipo de escolha a que se vê obrigado fazer numa determinada estrutura social.

Ora, mas como avaliar se o significado atribuído a escolha numa dada estrutura social não estaria sujeita aos condicionamentos dessa mesma estrutura? Como ela oferece autonomia ao indivíduo se para este continuar fazendo parte do grupo necessita fazer escolhas que se adéquem ao sistema de escolha do próprio grupo?

Em seu livro *Structure and Sentiment* (1962), Needham presta uma grande contribuição à esse questionamento, demonstrando que em qualquer sociedade, invariavelmente, a escolha do cônjuge depende do jogo social existente entre as várias categorias de indivíduos que formam uma sociedade.

Segundo Sztutman (2002), por ser um dos tradutores de *As estruturas elementares do parentesco* para a língua inglesa, Needham teceu diversas considerações e críticas ao estruturalismo, uma vez que procurou introduzir na teoria geral do parentesco a noção de interesse, recuperando em seus modelos analíticos um lugar para o agente, que teria sido abandonado “por aquela Antropologia sem sujeitos” (SZTUTMAN, 2002, p. 451).

Em seu debate com Homans e Schneider (1955) sobre *Marriage, Authority, and Final Causes: A Study of Unilateral Cross-Cousin Marriage*, Needham refuta a hipótese de que em sociedades nas quais o casamento é permitido ou preferencial com a filha do irmão da mãe, mas proibido ou reprovado com a filha da irmã do pai, são sociedades que se caracterizam como possuindo parentesco patrilinear; e de sociedades em que o casamento é permitido ou preferencial com a filha da irmã do pai, mas proibido ou reprovado com a filha do irmão da mãe, são sociedades que possuem grupos de parentesco matrilinear; ou seja, a teoria de que a

¹⁰ O termo sexual não se aplica necessariamente às relações de cópula, mas sim ao fato de nas diferentes sociedades animais haverem sistemas de seleção e classificação baseadas no critério sexual (processo de acasalamento).

escolha de um esposo leva em consideração, principalmente as vantagens sociais que ele pode oferecer numa determinada estrutura de parentesco. Needham, muito pelo contrário, propõe que se expliquem as instituições sociais por referência aos sentimentos individuais, isto é, de que o casamento entre primos cruzados unilaterais é determinado pelo sistema de relações interpessoais, precipitada por uma estrutura social, especialmente pela localização da autoridade jurídica sobre Ego.

Needham debruça-se sobre este tema a partir da leitura que realiza de Marcel Mauss que, em 1920, em sua primeira versão do *Essai sur le Don*, define a exogamia como uma troca de mulheres entre clãs e não entre indivíduos. Essa perspectiva, abordada primeiramente pela escola antropológica de Leiden, na Holanda, investigava empiricamente uma série de publicações sobre a maneira pelas quais as mulheres, em certas sociedades da Indonésia, foram trocadas de forma regular entre os grupos de descendência linear. O sistema particular em que eles estavam interessados era aquele baseado no casamento prescrito com um primo cruzado matrilinear, um sistema ao qual deram o nome de “circulating connubium” (NEEDHAM, 1962, p. 7).

Esses estudos não adotaram a aplicação teórica da noção de “troca”. Assim, permanecendo até que em 1949, Claude Lévi-Strauss apresentou pela primeira vez um modelo formal de trocas de mulheres entre determinados grupos de parentes, definindo as várias modalidades de troca praticadas e os tipos de grupos entre os quais as mulheres podem ser transferidas, postulando as várias conseqüências estruturais dessas regras.

Para Needham a existência desse modelo não é o suficiente para mostrar que a instituição é, em algum sentido, boa para a sociedade, mas que haja uma causa eficiente para ela vir a existir¹¹. Por causa eficiente Needham considera a “agência de produção”, “o fenômeno que produz outro... Ou, às vezes, o ser que produz uma ação” (NEEDHAM, 1962, p.24). Noutros termos: prática; que não pode ser compreendida como uma lógica utilitária. De um lado por que Lévi-Strauss não tenta explicar a origem ou a “adoção” de qualquer regra de casamento especial, e, por outro, por que ele não tenta explicar a simples existência de qualquer instituição matrimonial tendo como referência a sua utilidade. Pelo contrário, em nenhum momento em sua obra Lévi-Strauss trata de objetivos ou fins em relação ao casamento entre primos unilaterais, ou

¹¹ No esquema de Lévi-Strauss, a causa eficiente seria, na compreensão de Homans e Schneider a inteligência humana. Mas é amargamente difícil persuadir os homens a arriscar seus interesses individuais de curto prazo em troca de eventuais benefícios para a sociedade; e é duvidoso que o inteligente reconhecimento do que seria bom para a sociedade é sempre uma condição suficiente para sua aprovação.

dos membros de sociedades que escolhem uma ou outra regra com todos os benefícios resultantes disso¹².

Em suma, para Needham a teoria de Lévi-Strauss não pode ser descrita, na acepção comum dos termos, como uma teoria da “causalidade final”. Na verdade, os próprios Homans e Schneider não fazem uso desse termo em sua acepção comum, e parecem admitir isso quando fazem a ressalva de que para a sociologia uma teoria da causalidade final o é quando a teoria comprova que uma instituição é o que é porque ela é boa para a sociedade como um todo – como se as noções de causalidade em sociologia fossem diferentes daqueles da ciência em geral.

Notabilizada pela característica de expressar em parte a moral moderna, devido ao fato de acolher nossos interesses mais particulares e traduzir os efeitos do individualismo (pela margem de liberdade que nos oferece em nossas práticas eletivas), o entendimento que se tem sobre a união entre duas pessoas – podendo ser definida como casamento moderno – demonstra ser um elemento importante para compreender a discussão sobre causa eficiente nos dias de hoje.

Sendo um modelo que arbitra o entendimento coletivo acerca de como duas pessoas devem se unir e se relacionar, o simples fato delas se desejarem é orientado por uma estrutura da conjuntura. O fato é que se vivemos uma determinada realidade cultural, ela não se apresenta para nós como alternativa, mas como fato incondicional, haja vista fazer parte da estrutura elementar que forma nossa mentalidade acerca do que vivemos como prática. Assim, a causa eficiente que modularia a escolha no caso do casamento ocidental, além de ser moral – muito mais do que religiosa ou econômica – estaria vinculada à mentalidade que deu origem as regras de relacionamento entre duas pessoas. O que significa dizer que a opção por um determinado tipo de pessoa se ajusta aos contextos nos quais regras e valores sociais definem e se combinam às relações estabelecidas entre os membros de uma determinada sociedade, sempre sujeitas ao jogo das imponderabilidades humanas.

¹² As interpretações de Homans e Schneider, de que os membros de algumas sociedades pensam fazer o casamento matrilateral porque “vêem” nisto vantagens sociais, são errôneas para Needham. A concessão que pode ser feita aos autores, sobre esse ponto, é que Lévi-Strauss cita “riscos”, “ambições”, “aventuras”, e assim por diante, no que diz respeito às sociedades que praticam uma ou outra regra, como se seus membros, ou mesmo os sistemas sociais próprios, fizessem avaliações racionais de possibilidades institucionais. Na verdade a causa eficiente presente em Lévi-Strauss nos leva a compreender que algumas instituições trabalham de forma mais eficaz do que outras, e que aquelas que são menos eficazes são menos susceptíveis de sobreviver. Quando, por exemplo, ele discute as formas em que os membros das sociedades simples, analisam ou descrevem os seus próprios sistemas sociais, e como elas podem ensinar ou adquirir representações teóricas de diferentes sistemas, o seu objeto não é a alegação de que eles, assim, fazem escolhas de “melhores” instituições, mas “para mostrar que a validade de uma aproximação estrutural é confirmada pela apreensão que o próprio povo possui das estruturas postuladas pelo antropólogo” (NEEDHAM, op. cit., p. 24-5).

Voltamos à questão inicial: mas se o contexto social determina as normas, que regularidades (portanto normas) poderiam servir de base para compreender como diferentes pessoas fazem escolhas semelhantes, ou segundo os mesmos princípios e determinações?

Para responder esta pergunta Needham nos remete a Evans-Pritchard (1929) em um artigo no qual este afirma que as relações entre essas duas variáveis (normas e comportamento) são ambíguas, demonstrando que a influência do pai deve ser levada em conta ao considerar, por exemplo, a formação do sentimento para com o irmão da mãe. O último não é apenas o irmão da mãe de ego, mas também o irmão da mulher do pai de Ego. Sendo o irmão da mulher geralmente um “*parente pivot*” nas sociedades primitivas, as atitudes do marido e da mulher são mais acentuadas em relação a ele do que com outros parentes, e são mais pronunciadamente diferentes. É de se esperar, então, que algumas evidências deste “choque de sentimentos” por parte dos pais possam ser encontrados também na atitude de Ego em relação ao irmão de sua mãe. As relações em questão são, segundo Evans-Pritchard, regidas pela proposição: “A relação entre tio materno e sobrinho assemelha-se à relação entre irmão e irmã, assim como a relação entre pai e filho é semelhante à que há entre marido e mulher” (EVANS-PRITCHARD, 1929, p. 193).

Portanto, se a diferenciação e a extensão dos sentimentos derivam inicialmente, como Radcliffe-Brown (1973) afirma, da natureza do grupo familiar e de sua vida social, então o mesmo processo é uma característica das sociedades cognáticas também, em que o pai é a figura autoritária e a mãe a figura indulgente, tal como na situação patrilinear.

Assim sendo, chegamos a uma questão curiosa: qual seria o fator mais provável a predominar na contratação de uma união entre dois membros de grupos de descendência linear – o sentimento, ou a autoridade? Tal união é, como sabemos, não uma mera união de dois indivíduos apaixonados, caso em que, como na Europa e na América, o sentimento pode ter um papel predominante. Geralmente é uma aliança entre dois grupos autônomos de indivíduos, inaugurada pelo noivado e estendida por tanto tempo quanto a durar a união. A aliança pode implicar o envolvimento em guerra ou contenda, a responsabilidade material pela reparação dos erros, contribuição para pagamentos de casamento, cooperação econômica, religiosa e interdependência.

Podemos aceitar, com base nesta análise, a premissa de que o pai possui autoridade jurídica sobre seus filhos, homens e mulheres. Sua esposa, um estranho de outro grupo, é, sem esses poderes, aliás, caracterizada como uma figura indulgente. Desse modo, os sentimentos, por não possuírem nenhum efeito causal, derivam de uma relação de afinidade e devem ser entendidos como princípios orientadores da prática de escolha, uma vez que determinam o

sistema de ações (*modus operandi*) pelo qual um indivíduo se baseia para desenvolver sua trajetória afetiva, seja entre sociedades primitivas ou complexas.

Assim, temos que o padrão de escolhas é definido pelo arranjo dos indivíduos numa dada estrutura social, as quais, por não se definirem apenas afetivamente, mas também no campo político, são influenciadas pelas normas de conduta social regidas, ora pelas relações de parentesco, ora pela transitoriedade dos significados atribuídas à elas numa estrutura social determinada.

Pode-se afirmar também que a escolha, enquanto norma ou não-norma depende, da conjuntura na qual as instituições orientam a seguir princípios determinantes de práticas. Isto por que ao contrário do que se possa pensar, a existência de uma suposta regra de conduta, inaudita, invisível e silenciosa, serve de aresta para que sejam elaborados critérios de seletividade social.

Crítérios de escolha conjugal

“A ‘preferência’ traduz uma situação objetiva”
(LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 31)

Não existem evidências de que os padrões de seleção de parceiros nas sociedades ocidentais tenham se alterado substancialmente nos últimos cem anos. Níveis atuais de seletividade são comparáveis aos que ocorreram nas décadas de 1920 e 1930. No entanto, de acordo com Buss (1985), tendências modernas de aumento da mobilidade geográfica e igualdade de oportunidades podem aumentar a intensidade da seletividade tornando mais fácil a congregação de indivíduos semelhantes em idade de casamento.

A seleção do cônjuge tem sido examinada com respeito a uma grande variedade de variáveis, incluindo características físicas, idade, origem étnica, religião, posição sócioeconômica, variáveis intelectuais e cognitivas, traços de personalidade e atitudes sociais. Em geral, a tendência para escolher alguém semelhante a si mesmo como parceiro é tão forte que Thiessen (1979) prefere o termo *assortative narcissism* (“narcisismo seletivo”). Obviamente as pessoas não selecionam seus parceiros com base na largura do nariz ou comprimento do lóbulo da orelha, mas a seleção de outras variáveis como a altura ou raça causarão seletividade secundária nas características que covariam com essas.

Características normalmente desejadas num parceiro infelizmente não são portadas por todos os potenciais esposos. Em um sistema monogâmico acontece de alguns indivíduos terem que se contentar com o seu parceiro. Além disso, se algum indivíduo tiver que ficar sem parceiro, provavelmente será aquele que tem menos características desejadas. Aqueles que

possuem os traços mais valorizados tendem a se casar com outros que também possuem traços tão valiosos quanto, ou mais valiosos. Por exemplo, alguém que pode ser considerado confiável poderá se casar com alguém que seja inteligente, num processo chamado seletividade cruzada de caráter (BUSS e BARNES, 1986). Os traços previamente não correlacionados de confiabilidade e inteligência poderão covariar nos filhos de tal casamento.

Buss (1985) admite também a existência de três níveis de preferências na seleção sexual: aqueles compartilhados pela maioria dos indivíduos, aqueles que variam de acordo com o sexo e aqueles que variam entre os indivíduos. Cada nível de preferência tem conseqüências para a seleção dos parceiros.

Teoricamente, esses três níveis de preferência não proíbem qualquer um de poder casar com qualquer um. Apesar disso, conforme atesta Lago (2002), a escolha do cônjuge não é livre nem se dá de forma tão espontânea, apesar da impressão que se tenha dela. Dado que os meios sociais reproduzem-se no interior de si mesmos, há alguns critérios para a escolha que orientam o processo de seleção dos candidatos.

O espaço, enquanto meio de circulação dos indivíduos, seria, neste sentido, o aspecto mais elementar desse processo, uma vez que para quererem estar juntas as pessoas precisariam estar, necessariamente, próximas umas em relação às outras num mesmo espaço geográfico. Em razão disso, é possível que as decisões em torno da escolha dos nubentes esteja relacionada com a circulação dos indivíduos no interior dos espaços. De fato, como assinala Coleman (1984), a livre eleição do cônjuge está limitada pela mobilidade geográfica e pela distância residencial, e estas limitações chegam a ser mais importantes que as de tipo religioso ou étnico.

Acerca disso Segalen (1999) relata que em Seattle, nos EUA, a maioria dos maridos residia a menos de 4,5km das esposas no momento em que faziam o pedido da licença de casamento. Do mesmo modo, em meu trabalho de conclusão de curso (ALENCAR, 2008), ao analisar os tipos de alianças estabelecidas em Belém, no que diz respeito ao local de residência dos noivos antes de oficializarem a união, foi possível constatar que a distância entre suas residências era em média de 2,8km e que a mesma variava, para mais ou para menos, na razão direta de sua localização em relação ao centro econômico e financeiro da cidade (ver tabela abaixo).

Tabela 2: Distribuição percentual dos nubentes segundo a distância entre as habitações antes do casamento e distância média entre estas segundo a paróquia (Belém, 1995-2006).

Paróquia/Bairro	Moravam Juntos	Não moravam juntos				Distância Média (km)
		Até 100m	>100m e ≤1 km	>1km e ≤10 km	> 10 km	
São Pedro e São Paulo / Guamá	68,0	5,2	14,5	10,3	2,0	2,21

Nossa Senhora Conceição Aparecida / Pedreira	28,8	8,4	22,4	36,8	3,6	2,35
Nossa Senhora das Graças / Cidade Velha	10,2	1,0	20,2	57,8	10,8	2,92
São Francisco de Assis / São Brás	34,5	3,4	13,6	40,0	8,5	3,86
Média						2,83

Fonte: Livros de Casamento das paróquias

Apesar de limitar o encontro e reduzir as possibilidades das pessoas se conhecerem, o espaço não determina os critérios que servem de orientação às escolhas individuais. A família, por outro lado, não só limita, como também desenvolve dispositivos que excluem certas categorias de pessoas do leque de relacionamentos afetivos dos indivíduos. Como declara Goode,

Na nossa sociedade, os pais ameaçam, mimam, adulam, subornam e persuadem os seus filhos a “ir com as pessoas certas” durante o começo dos jogos de amor e, mais tarde na fase de namoro. Primeiramente, procuram controlar relacionamentos amorosos influenciando os contatos sociais informais de seus filhos: deslocando-os para bairros e escolas mais apropriadas, apresentando partidos e ajudando a fazer listas de convite, tornando os seus filhos conscientes de que algumas pessoas têm traços de inelegibilidade (raça, religião, maneiras, costumes, gostos, vestuários, e assim por diante). Uma vez que os jovens se apaixonam por aqueles com quem estão associados, o controle sobre as relações informais também controlam substancialmente a incidência de afetos (1959, p. 45).

Nossas relações familiares, portanto, atuam como a variável que cria e alimenta os meios pelos quais o espaço ajustaria o percurso dos indivíduos em sua trajetória afetiva. É o lugar privilegiado da objetivação de esquemas geradores de práticas classificatórias e, cujo intermédio pelas divisões e hierarquias, estabelece entre as pessoas e suas práticas um sistema de classificação/seleção feito coisa inculcada e reforçada pela arbitrariedade de nossa necessidade de agregação.

Segundo Bourdieu, a educação familiar

[...] reforçada por todas as experiências sociais, tende a impor esquemas de percepção e de apreciação, em uma palavra gostos, que se aplicam, entre outros objetos, aos parceiros potenciais e que, mesmo fora de qualquer cálculo propriamente econômico ou social, tendem a afastar a má aliança: o amor socialmente aprovado, portanto predestinado ao sucesso, não é senão esse amor pelo seu próprio destino social, que reúne os parceiros socialmente predestinados por caminhos aparentemente aleatórios e arbitrários de uma eleição livre (2009, p. 264).

Assim, no processo de educação familiar um conjunto de características se combina servindo de parâmetro para orientar as decisões do indivíduo que seleciona, o que inclui não só uma análise da pessoa desejada mas de seu valor no mercado matrimonial, o que, para Aguiar (2009) é sustentado pela busca de parceiros que cumpram as exigências valorativas masculinas e femininas atribuídas por um determinado grupo. Neste mercado, a beleza de uma mulher pode

ser tão valiosa quanto a riqueza, a posição e outros atributos de um homem. Assim, para fazer parte dos casáveis é necessário ter qualidades que são consideradas pelo grupo como próprias deles (cf. AGUIAR, 2009, p. 63).

A tomada de decisões baseada na existência desse mercado matrimonial se dá utilizando alguns fatores-chave como parâmetros, mesmo que de forma inconsciente. Miller e Todd (1998) descrevem quatro conjuntos de características as quais dizem respeito à qualidade do parceiro (e como elas são percebidas na atratividade geral do parceiro): saúde e fertilidade (atratividade física), eficiência neurofisiológica (inteligência), capacidade de provisões de recursos (status social) e habilidade para interações cooperativas (personalidade).

O *laissez-faire* desse mercado, todavia, como demonstra Bourdieu (2004, 2006), esconde necessidades. Ao estudar o Béarn, zona rural da França, ele analisa a passagem de um regime matrimonial do tipo planejado para o livre mercado encarnado no baile. Segundo ele

[...] O recurso à noção de *habitus* se impõe nesse caso mais do que nunca: de fato, como explicar de outro modo a homogamia que se observa apesar de tudo? Evidentemente, há todas as técnicas sociais que visam limitar o campo dos partidos possíveis por uma espécie de protecionismo: ralis, bailes seletos, reuniões mundanas, etc. Mas o mais seguro fiador da homogamia e, desse modo, da reprodução social, é a afinidade espontânea (vivida como simpatia) que aproxima os agentes dotados de *habitus* ou gostos semelhantes, logo, produtos de condições e condicionamentos sociais semelhantes [...] efeito da afinidade de *habitus* [...] Amar [neste mercado] é sempre amar no outro uma outra realização de seu próprio destino social” (BOURDIEU, 2004, p. 90).

O mercado em tal caso poderia impor de modo categórico limitações à ação dos sujeitos. Além disso, haveria, segundo Piani (2000), um conjunto heterogêneo de variáveis demográficas que poderiam influenciar o modo pelo qual cada grupo de indivíduos se comportaria no interior desse mercado, tais como a taxa de fecundidade das gerações anteriores, a migração e a mortalidade, assim como condicionantes sócio-econômicos como o nível educativo, a ocupação, o lugar de moradia, hábitos, atitudes e opiniões.

Apesar disso, a noção em torno dos critérios de eleição do cônjuge é muito mais ampla do que se pode imaginar e, como categoria de análise, infiltra-se nos mais diferentes campos de conhecimento. Sua discussão nos leva ao século XIX e tem como principal precursor Charles Darwin.

Após completar sua *Origem das Espécies* em 1859, Darwin observou que muitas diferenças de características sexuais, como plumagem dos pavões, pareciam não ter valor para a sobrevivência dos indivíduos e não pareciam fazer parte da seleção natural. Para explicar essas observações ele propôs o conceito de Seleção Sexual, como um segundo processo que causava

mudanças evolutivas. A Seleção Sexual, pensava Darwin, explicaria observações que não poderiam ser explicadas pela seleção natural.

De acordo com Buss (1985) o processo de seleção sexual de Darwin presume dois processos relacionados. O primeiro, a seleção intrasexual, é a tendência de membros de um único sexo de competirem pelo acesso a membros do sexo oposto. O segundo, a seleção intersexual, é a escolha preferencial expressa por certos membros do sexo oposto. A essa seleção Darwin denominou “escolha feminina”, porque ele observou que no mundo animal as fêmeas tendem a ser mais seletivas por parceiros do que os machos.

Segundo essa teoria, se os indivíduos são atraídos por determinadas características, eles tenderão a competir entre si para ter acesso aos parceiros do sexo oposto com essas características, o que favorecerá a habilidade competitiva. A competição pelos melhores parceiros produz uma seleção que aumenta as chances de sobrevivências e reprodução da prole, seja pela herança das habilidades competitivas, seja pela herança das preferências pelas características¹³.

De acordo com Popenoe (1937), a tendência é de que os machos (homens) tomem a iniciativa neste processo, cabendo às fêmeas (mulheres) o papel de seduzi-los. Em parte, segundo Hattori (2009), essa diferenciação dos papéis sexuais de homens e mulheres se dá num processo evolutivo no qual é necessário o desenvolvimento de estratégias reprodutivas que

¹³ Um aspecto interessante dos estudos sobre o processo de elaboração da teoria sobre seleção social de Darwin encontra-se num dado de sua biografia. A fim de decidir se casava ou não com sua prima, Emma, Darwin resolveu colocar numa folha de papel as vantagens e desvantagens. De acordo com Macfarlane suas anotações estavam dispostas da seguinte maneira:

Casar: filhos — (Se Deus consentir) — constante companhia, que se interessará pela gente (uma companheira na velhice) — objeto de amor e distração — melhor do que um cão, de qualquer forma — Um lar, e alguém para tomar conta da casa — Clássicos de música e tagarelice feminina — Coisas boas para pessoas saudáveis — (forçado a visitar e receber parentes) mas uma terrível perda de tempo — Meu Deus, é inconcebível pensar em passar a vida inteira, como uma abelha operária, trabalhando, trabalhando, e, depois de tudo, nada.

Não, nem pensar — Imagine viver todos os dias solitariamente num quarto sujo e enfumaçado de Londres — Pense apenas numa bela e delicada esposa num sofá, uma boa lareira, livros e música talvez — compare essa visão com a realidade sombria de Grt Marl Street. Casar. Casar. Casar.

A seguir ele lista as vantagens de permanecer solteiro:

Liberdade de ir para onde quiser — escolher a vida social, e pouco dela. Conversas com homens inteligentes nos clubes — Não ser forçado a visitar parentes e a envolver-se com ninharias — ter despesas e preocupações com filhos — brigas talvez — perda de tempo — não poder ler à noite — gordura e ociosidade — angústia e responsabilidade — menos dinheiro para livros etc. — ter muitos filhos, maior esforço para ganhar a vida (Mas trabalhar demais pode ser prejudicial à saúde). Talvez minha esposa não goste de Londres, neste caso a sentença é o banimento e a degradação em meio a gente tola e ociosa (MACFARLANE, 1990, pp. 17-9).

possibilitem maximizar esse investimento sexual. Nesse contexto particular, devemos entender por estratégia reprodutiva o conjunto de comportamentos que expressa os mecanismos de competição por e de escolha de parceiros para o acasalamento. Como mamíferos, apresentamos limitações biológicas características, as quais favorecem o surgimento de certas estratégias reprodutivas. O fato de apresentarmos fecundação interna e lactação, por exemplo, coloca as mulheres em posição de investimento parental obrigatório, o que significa, além de investir tempo e energia, a formação de vínculos com a prole.

Todavia, conforme indica Carneiro (1997), os atributos valorizados na pessoa do sexo oposto podem variar dependendo do grau de envolvimento na relação. Segundo o modelo de investimento parental, espera-se que as mulheres sejam mais criteriosas ao escolher um companheiro na medida em que dispõem um elevado custo com cada filho na gravidez, na amamentação e nos cuidados com a prole.

Em diversos estudos sobre o patriarcado podemos ver que esse princípio se manifesta exercendo sobre a sociedade o imperativo patriarcal. Em Samara (1987/88), por exemplo, o comportamento descrito acima era típico da sociedade paulista do século XIX, uma vez que devido às poucas opções de escolha que restavam à mulher dessa época, o casamento tinha uma função específica, especialmente numa sociedade onde sua imagem estava associada às de esposa e mãe, pois representava proteção e a decente sobrevivência, já que aos maridos cabia zelar pela segurança da mulher e da prole.

Esta seletividade diferencial baseada nos potenciais reprodutivos de cada sexo é conhecida como princípio de Bateman, o qual prediz que as fêmeas oferecem níveis elevados de investimento em cada prole, levando-as a um potencial reprodutivo menor em relação aos machos. Por esta razão, os machos devem competir por elas, ou seja, pelo acesso às oportunidades de fertilização, com base no valor reprodutivo da fêmea. Por outro lado, as fêmeas exercem seu poder de escolha, selecionando machos com habilidade e disposição ao investimento paternal. Com isso pode-se notar que o esforço reprodutivo da fêmea é voltado à prole (esforço parental), enquanto dos machos é voltado às oportunidades de cópula (esforço de acasalamento).

Buss e Schmitt propõem, a este respeito, a Teoria das Estratégias Sexuais, na qual avalia-se os possíveis mecanismos evolutivos de homens e mulheres, os quais são responsáveis pela resolução de problemas adaptativos enfrentados em diferentes contextos reprodutivos.

A Teoria do Pluralismo Estratégico, de Gangestad e Simpson (2000), enfatiza que manter o foco apenas nas diferenças sexuais para explicar os padrões reprodutivos humanos não permite explicar por que existe mais variação relacionada ao acasalamento dentro de cada sexo

do que entre os sexos. Nesta teoria se argumenta que a seleção produziu estratégias mistas que dependem de circunstâncias ambientais (físicas e sociais), sob as quais indivíduos de ambos os sexos podem mudar de estratégia de curto para longo prazo e vice-versa, com ampla variação intrasexual. Em suma, as preferências por determinadas características no processo de escolha de parceiros são consideradas como uma das classes dos mecanismos psicológicos evoluídos e pode diferir em contexto temporal (interação de curto ou longo prazo) e de acordo com o sexo.

Segundo Dawkins (2005), Fisher, um dos principais darwinistas das primeiras décadas do século XX, desenvolveu a idéia de seleção desenfreada, no qual sugeriu que a preferência por parte das fêmeas encontra-se sob controle genético e, portanto, sujeita à seleção natural, exatamente da mesma maneira que as qualidades preferidas. Assim, uma característica atraente seria favorecida pela preferência do sexo oposto, gerando um traço que seria valorizado ao longo das gerações.

Trivers (1972) definiu o conceito de investimento parental como qualquer investimento dos pais em sua prole atual de modo que aumente suas chances de sobrevivência (e assim, de sucesso reprodutivo), em detrimento de proles futuras.

Esses estudos demonstram, portanto, os aspectos que orientaram um tipo determinado de escolha (aquela definida pelos mecanismos utilizados por machos e fêmeas em seu processo de acasalamento), ao mesmo tempo em que apresentam o processo pelo qual se desenvolveu a teoria da seleção sexual exposta por Darwin.

De fato, parte dos estudos de Darwin foi adaptado às teorias eugenistas ao longo de todo o século XIX¹⁴. Ao estudar os efeitos dessa adaptação, Castañeda (2003) demonstra que a base dos estudos sobre seleção feitos por Darwin se transformaram em manuais de casamento, que foram muito comuns na Europa e nos Estados Unidos no início do século XX. Ainda segundo Castañeda, em Kehl (1933a) a adaptação dos estudos sobre seleção sexual tinha como princípio um melhoramento da espécie mediante o processo da boa frutificação ou, melhor ainda, “era a ciência da herança e técnica da paternidade, porque preconiza as boas uniões matrimoniais e desaconselha ou proíbe as más” (KEHL, 1933a, p. 55 *apud* CASTAÑEDA, 2003).

O próprio Kehl publicou um manual para a escolha apropriada de um bom cônjuge. *Como escolher um bom marido* (1923, reeditado em 1935), como o próprio título diz, descreve uma série de regras que orientam a mulher na hora de escolher seu futuro marido. O principal conselho é a instrução: “O bom marido escolhe-se através dos conhecimentos da família, dos seus antepassados, dos seus princípios morais e sociais” (KEHL, 1935, pp. 24 *apud*

¹⁴ Para Domingues (1933, p. 21), a eugenia é a ciência que propõe estabelecer princípios e regras para a formação de proles sadias de corpo, sadias de espírito. Porém os meios de que ela se serve são os da heredologia, isto é, são leis biológicas, que a genética lhe fornece, capazes de serem aplicadas ao homem.

CASTAÑEDA, 2003, p. 917). De modo mais específico, ou seja, sob o ponto de vista eugênico, a escolha deveria estar baseada no exame pré-nupcial. Nesse sentido, o livro discute 15 regras básicas para a seleção conjugal, entre elas: escolher sempre um par da mesma condição social; ter sempre em vista o ascendente familiar do par que vai escolher; evitar casar-se com pessoa de raça diversa; escolher um par em perfeito gozo de saúde física, psíquica e mental; escolher um par de idade conveniente; evitar casamento consanguíneo. Além dessas regras, o autor fornece conselhos às candidatas, advertindo sobre doenças venéreas ou contagiosas, sobre o uso de drogas e sobre o estado mental do candidato. Kehl também chega a declarar só um médico poderia dizer se existia ou não uma doença que impedisse, naquela ocasião, o matrimônio.

Uma platéia que acolheu com muito entusiasmo esses manuais foram os norte-americanos. O artigo de Herman (1973) mostra, por exemplo, que parte dos leitores de tais manuais era formado por uma classe média urbana que, embora tenha encontrado uma escolha conjugal livre, viu nela algo mais difícil do que nunca. A própria população dos bairros, o aumento da oportunidade entre homens e mulheres de encontrar trabalho, tornava praticamente impossível para os pais saber quem entre todos os “eleitos”¹⁵ um filho ou uma filha iria escolher. Algum recurso tinha, portanto, que substituir a valiosa fofoca da cidade pequena. Os livros de conselho matrimonial ocuparam esta lacuna. Algumas destas obras, especialmente as dos doutores em aconselhamento sexual pós-núpcias, bem como aconselhamento quanto à escolha conjugal, eram bastante populares. O mesmo Herman afirma que *The Physical Life of Woman*, do Dr. George Napheys, vendeu 150.000 exemplares em sua edição original de 1869 e foi reimpressa em 1888 (HERMAN, 1973, p. 237). Outros pareceram ser coleções de sermões que circulavam um pouco mais do que o padre da paróquia.

Nos manuais, os ministros e doutores faziam descrições uniformes da boa esposa e recriminavam comportamentos que não se conformassem com os seus ideais, a saber, protestantes. Aos homens era recomendado procurar o caráter e a performance ideal em uma esposa. A candidata à noiva tinha de mostrar que ela poderia se tornar uma sóbria e meticulosa governanta. Mas a extravagância feminina predominante nos vestidos tornou essa exigência difícil de se cumprir. Os escritores temiam que as esposas ociosas que administravam somente às necessidades sensuais dos seus maridos estivessem aumentando. Suas famílias não eram grandes o suficiente para ocupá-las. Uma esposa, em segundo lugar, tinha que identificar seu futuro com o de seu marido, escutando simpaticamente seus planos e consolando-o quando estes falhassem. E a simpatia era necessária para com o marido. “Eu aconselho a esposa a lembrar que o seu marido está engajado numa severa e terrível batalha pela vida”, pregou o Reverendo DeWitt

¹⁵ Pressupondo que os pais ainda manifestavam interesse em que os filhos casassem com quem eles haviam definido como par ideal.

Talmage em 1886 (*apud* HERMAN, 1973, p. 238). Esta talvez seja a razão para que muitos colégios americanos, por serem independentes em relação ao governo e à igreja, passassem a adotar esses manuais, tão famosos entre as jovens do final do século XIX.

Nos colégios, educava-se a mulher para que fosse confiável, o que significava que ela tanto poderia ser a confidente do seu marido, quanto sexualmente pura. Nenhum sinal de interesse sexual devia aparecer em seus gestos ou em uma conversação. Sua reputação, mais do que a de seu marido, passou a ser a reputação de toda a família. Geralmente, os conselheiros matrimoniais acreditavam que esta exigência seria mais fácil de cumprir do que as outras.

A maternidade também era um requisito importante. Os ideais femininos de ternura, castidade e habilidade doméstica orientavam as mulheres a incorporar e assumir o papel de mãe, enquanto informavam os homens sobre a capacidade das mesmas em reproduzir e criar seus herdeiros.

Do mesmo modo, o potencial marido era considerado em seu papel de *pater familias*. Se a mulher era obrigada a servi-lo e dar-lhe conforto, o homem deveria amá-la e protegê-la. Partindo do pressuposto darwiniano de que a “natureza animal” do homem era muito mais forte do que a da mulher (contudo necessária para a propagação da raça), os doutores e os reverendos emitiam severos alertas sobre a moralidade masculina.

As mulheres poderiam exercitar uma influência de amansamento, mas nunca poderiam reformar erros fundamentais. As meninas deveriam evitar os homens muito mais idosos do que ela, principalmente os *sem vergonha*, bêbados, jogadores, tiranos insensíveis, aqueles cujo trabalho afastava-os de casa com frequência ou que desprezavam a religião cristã. De todas as falhas pós-nupciais, os homens absorvidos pelos negócios e que possuíam atração pela vida de hotel eram comumente mais amados. Consultores de casamentos alertavam as esposas para permanecerem elegantes e atraentes.

Personagens da época, como o reverendo Ward (cf. GILMAN, 1914), estimavam a existência dos guias de casamento e comemoravam o aparecimento do amor romântico não apenas como algo bonito para os indivíduos, mas benéfico para a sociedade. Considerava a forma mais elevada e mais nobre da evolução humana. Para ele, quando os homens e as mulheres se apaixonam avançam tanto em termos raciais como civilizacionais. Optando por companheiros de temperamento e classe diferentes, atuavam fora de uma sabedoria natural para produzir uma prole bem equilibrada. Nessa concepção o som da eugenia sadia era obediente à lei do amor.

Como será descrito em capítulo posterior, apropriado à discussão sobre as influências do romance no modo de operar as escolhas na modernidade, esse fator implicará profundas

mutações no sistema de casamentos do mundo ocidental. Assim, parte dessa literatura do “bom partido” determinou, no caso da estrutura do patriarcado brasileiro, o tipo ideal de genro ou nora com o qual os pais desejavam ver seus filhos unidos. Conforme descreve Azevedo (1986), no Brasil do início do século XX, também era possível encontrar diversos manuais de etiquetas (guias de namorados) que tinham como objetivo a conquista do/a parceiro/a. As finezas, as boas maneiras, a etiqueta, o modo de “praticar com pessoas” eram inculcados, por exemplo, em compêndios de civilidade cristã [...] (cf. AZEVEDO, 1986, p. 15). Esses guias eram o reflexo dos manuais de casamento dos séculos XVI e XVII, onde eram recomendadas várias atitudes e comportamentos em relação à escolha, para que os casamentos dessem certo e fossem “bons”, estimulando preferencialmente os casamentos intraclasses e afastando os interclasses com penalidades (LEVY, 2009, p. 118).

Isso demonstra que apesar de nossa colonização ter dado privilégio à miscigenação com fins de melhoramento da raça, isso não significou uma ausência de critérios, pois para além da mancebia que ocorria, a abertura matrimonial dos portugueses ocorria, mas com base em fortes critérios de seletividade (cf. LOPES, 2005)¹⁶. Cabe, contudo ressaltar que o fenômeno da miscigenação entre nós, tão acentuado pela historiografia, teve sua origem muito mais na pobreza a que estavam submetidos os atores sociais, do que na plasticidade portuguesa tão celebrada por Gilberto Freyre (1990a, 1990b).

É sobretudo após nossa independência política que, segundo Sâmara (1987/88), esses entraves à realização de casamentos entre “pessoas desiguais” começam a ser rompidos – mas desde que houvesse o “consentimento” paterno. Na prática, porém, essas uniões sofreram influências da estrutura social que já se encontrava estabelecida e, por essa razão, criava dispositivos como a boa aparência ou a renda, para desaconselhar ou criticar arranjos inconvenientes, enfatizando as distinções de raça e de grupos sociais, existentes aqui como anteriormente em Portugal.

¹⁶ Nesse sentido é interessante analisar os estudos de Almeida, no qual enfatiza em sua análise uma interpretação dos manuais de casamento encontrados em Portugal do século XVIII. Num dos textos ela transcreve, por exemplo, que

Para o Dr. João de Barros tanto pode um homem pobre casar com uma rica e com seu dote fazer-se próspero, como um homem rico casar-se com mulher pobre. No entanto nobres não devem casar-se com pessoas de “baixo gênero”, pois o nobre (homem ou mulher) facilmente virá a desprezar o plebeu. É desejável que a mulher seja de “mediana formosura” porque se é “mui formosa é desejada” dos outros, e se é “mui feia, desgostosa”, e por isso “no meio se requer”. Um mancebo plebeu formoso pode, no entanto, vir a casar-se com uma rica mulher, ou vice-versa, sem que haja desonra (1988/89, p. 198).

Ainda, para Samara, durante o século XIX, assim como ocorrera nos séculos anteriores, os pré-requisitos matrimoniais eram mais flexíveis para certas camadas da população, especialmente quando existia dificuldade em se encontrar mulheres disponíveis. Tais ocorrências, no entanto, eram menos perceptíveis entre a elite branca, onde a condição sócio-econômica e a pureza de sangue eram elementos importantes para a realização dos casamentos. Para isso, “até mandavam-se vir moças e rapazes de Portugal”, já com o casamento tratado¹⁷. Na falta de pretendentes à altura, ao que parece preferiam o celibato, estado bastante comum entre os paulistas¹⁸.

Del Priore (2007) destaca que o padrão de escolha conjugal existente na virada do século XX no Brasil se combina às transformações produzidas por um cenário social de maior exposição dos indivíduos ao sexo ilícito, que havia crescido desde o final do século XVIII, ao mesmo tempo em que o casamento se tornava um fenômeno universal entre todas as camadas¹⁹.

Entre os estudiosos desse fenômeno no Brasil, Thales de Azevedo (1986) e Antônio Cândido (1979) chamam a atenção para as transformações que levam ao surgimento do que se convencionou chamar de “bom partido”. Diz ele: “Esperava-se [...] que os candidatos bem-intencionados e de ‘boa educação’ soubessem ter suficiente paciência, contendo os impulsos para a familiaridade com sua escolhida” (AZEVEDO, 1986, p. 29).

Remetendo-nos ao contexto da sociedade rural, Cândido (1979) indica que os requisitos de um pretendente se resumiam basicamente ao “conhecimento da sabedoria grupal; eficiência na indústria doméstica, na caça e na pesca; domínio dos instrumentos de trabalho; destreza, valentia e capacidade de defesa pessoal” (CÂNDIDO, 1979, p. 235).

¹⁷ Sãmara reporta que essa maior austeridade de costumes sem dúvida pode estar relacionada ao aumento do número de mulheres brancas, que ocorre a partir de 1765. Segundo a autora um trecho famoso da carta de Manoel da Nóbrega ao Mestre Simão diz:

“Parece-me coisa mui conveniente mandar Sua Alteza algumas mulheres que lá tem pouco remédio de casamento e estas partes, ainda que fossem erradas, pois casarão todas mui bem” (MACHADO, 1930 *apud* SÂMARA, 1987/88, página indeterminada)

¹⁸ No entanto, MacFarlane (1990) considera que, tanto o casamento relativamente tardio quanto a presença de um número elevado de solteiros numa comunidade, estão intimamente ligados à escolha pessoal do cônjuge. O fato de casar em idade avançada ou permanecer celibatário até adquirir independência jurídica seria uma estratégia que limitaria o grau de controle paterno sobre as escolhas dos filhos.

¹⁹ Exceção a esta regra foi a Inglaterra, onde o casamento não tinha finalidade de maximizar a procriação. Ali os casamentos tardios e poucos filhos teriam, antes, impulsionado a revolução industrial e o sucesso do capitalismo; os casais se escolhiam livremente, baseados na emoção que sentiam um pelo outro. O mesmo se observando entre camponeses que, casando-se mais tarde, escolhiam suas esposas a partir do princípio de equilíbrio, igualdade e afetividade. Não tendo mais do que seu trabalho a repartir, o casal fica mais livre do que aqueles que, nas elites, tinham muito a dividir (DEL PRIORE, 2007, p. 132).

Nos dois casos, a referência a um *bom partido* era determinada pelos interesses da parentela, o que tornava comum os ajustes matrimoniais realizado entre os pais dos noivos. Via de regra, a condição do pai é que o pretendente fosse trabalhador, capaz de tocar a vida por si. Carneiro cita ainda que um dos requisitos fundamentais para que o casal reunisse condições para contrair o matrimônio, era que o noivo tivesse uma “arte” que pudesse servir de suporte financeiro para a família (2002, p. 228).

Para Cândido havia, no entanto, uma série de condições bem mais complexas e severas – hoje postas de lado. Num dos opúsculos que analisa ele registra que

Durante o contrato, era comum o pai da moça especular sobre o principal serviço que o noivo sabia fazer. O serviço principal, naquela tempo, era fazer cesto, balaio, peneira. Além disso o noivo, para poder casar, tinha que saber cortar com o machado – cortar dos dois lados –, tinha que conhecer todas as qualidades de armadilha para a pesca e caça (1979, p. 233).

Para certificar-se de que o noivo estava em condições de tomar uma moça como esposa, Cândido também cita o fato de serem exigidas provas de sua habilidade, assim como de resistência física:

[...] a primeira consistia em saber cortar embiruçu no mato; a segunda, em saber jogar pau. O futuro sogro certificava-se desta última habilidade pelo seguinte modo, segundo os informantes: amarrava um porrete em posição vertical ao meio de uma corda bem distendida, desferindo a seguir na sua extremidade superior um forte golpe, que lhe imprimia movimento rápido no enrolar e desenrolar da corda. O candidato devia manter-se bem ao alcance, sem arredar, executando os movimentos necessários para não ser atingido. Saindo-se bem, o sogro via que era capaz de defender-se, que era esperto, e dava-lhe a filha (1979, p. 234).

Até metade do século XX a idade mais comum para se casar era dos 15 aos 16 anos para as mulheres, sendo os limites extremos 13 a 20 anos. Os homens casavam em média entre 18 e 22 anos. Depois dos 30, era mais difícil arranjar casamento, sobretudo para as mulheres.

Levy (2009) lembra que a existência desse padrão etário remonta ao Direito Romano e ao Canônico. Até o século XIX a idade ao casar era, em Portugal e no Brasil, de 12 anos para as meninas e 14 para os meninos. As Ordenações foram silentes no que tange a matéria. Levy cita ainda que

Em Portugal e no Brasil, a idade podia ser suprida legalmente em certos casos. Todavia, vigiam em Portugal antes do Concílio de Trento, como em outras partes, os esponsais, que podiam ser: a *sponsalia de praesente*, que era uma verdadeira forma de matrimônio indissolúvel, embora dispensando a assistência do sacerdote; e a *sponsalia de futuro*, promessas de futuro casamento a ser contraído por pessoas hábeis e desimpedidas, ou seja, maiores de sete anos de idade, e que não era incomum acontecer até antes dos sete anos em Portugal. Nos países regidos pela *common law* (Inglaterra e Estados Unidos), o casamento contraído antes dos 12 ou 14 anos valia como esponsais, mas podia ser desfeito antes da puberdade. Segundo Clovis Bevilacqua (1896, p.15-16 e 86), os esponsais seriam uma transformação da anterior compra de mulheres, e a

“confirmação do compromisso futuro materializava-se pela dação de arrhas ou pela simples troca de anéis” (2009, p. 120-1).

De acordo com Emma Otta o padrão de preferência baseado na idade é compatível com o modelo evolucionário, segundo o qual fatores biológicos limitam a gama de parceiros com os quais uma pessoa pode se reproduzir em determinado ciclo de sua vida. Segundo esta autora

Os homens tendem a buscar parceiras mais novas que eles próprios em função da capacidade reprodutiva delas. Já as mulheres buscam homens capazes de garantir os recursos necessários à manutenção de uma futura prole (1998, p. 100).

Convém observar que o amadurecimento sexual das mulheres ocorre mais cedo, o que as leva a procurarem parceiros numa faixa etária mais avançada, fisicamente compatível com elas (PATERSON e PETTIJOHN, 1982) e que já acumularam recursos materiais necessários à manutenção familiar. Todavia, logo após a menarca, ocorre que as mulheres exibem uma subfecundidade (MENKEN e LARSEN, 1986), o que conduz os homens de idade equivalente a procurarem mulheres um pouco mais novas. De outro lado, mulheres mais velhas, mas ainda no período reprodutivo, evitam parceiros situados nas faixas etárias mais elevadas, temendo que estes possam falecer ainda durante a infância dos filhos.

Logo, a idade ou características que indiquem a idade do parceiro em potencial é um aspecto importante que pode evidenciar informações relevantes associadas à seleção de um parceiro num dado contexto social. Segundo Hattori (2009) para homens, a idade da parceira indica, sobretudo, seu valor de mercado em termos de fecundidade e fertilidade. A fertilidade feminina diminui drasticamente com a idade e, por isso, a preferência masculina está focada em mulheres mais jovens, com melhores perspectivas reprodutivas (cf. HATTORI, 2009, p. 8).

Contudo, de acordo com Glenn (1989), a questão da idade como critério de seletividade tende a ser mais relevante quando comparamos as determinantes sócio-demográficas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Melhores condições de alimentação e saúde, técnicas contraceptivas, somadas ao acesso a recursos estéticos poderiam beneficiar as mulheres dos países desenvolvidos, levando-as a aparentarem uma idade inferior à que têm de fato. Ademais, convém lembrar que a expectativa de vida nesses países é substancialmente superior à dos países atrasados. A escolarização prolongada, as dificuldades de inserção num mercado de trabalho exigente e competitivo, as relações cada vez mais simétricas entre homens e mulheres e o avanço da idade média das pessoas que se casam e procriam, exercem profunda influência no universo dos países mais afluentes, sobre os critérios de escolha de parceiros, notadamente no que diz respeito ao fator idade.

A expectativa social em torno dos papéis sexuais também exerce considerável influência. Em grande medida espera-se que a mulher ou viúva mantenha-se voltada para a família – filhos, netos e trabalho doméstico, ficando sob maior controle familiar. Todavia, os homens nesta situação civil não sofrem a mesma pressão, podendo construir mais facilmente uma nova relação. Lembramos igualmente o estigma que atinge os homens adultos que permanecem celibatários, sendo muito comentados, a propósito, os casos de pessoas que adotam o casamento como forma de escapar da estigmatização inerente às acusações de homossexualidade. Ademais, os homens dependem do trabalho doméstico feminino para terem acesso a um amplo conjunto de serviços que tradicionalmente ficam sob a responsabilidade das mulheres (cf. DAVIS, 1990). Pode-se visualizar essa questão com maior clareza no contexto das sociedades indígenas, nas quais o homem adulto solteiro vê-se em situação difícil, e às vezes até mesmo deplorável, já que lhe é vedado o acesso a um rol expressivo de bens e serviços atribuídos culturalmente apenas e tão-somente ao trabalho feminino (cf. CLASTRES, 2003; LÉVI-STRAUSS, 2008).

A expectativa social quanto à sexualidade dos dois sexos, neste sentido, é assimétrica. Enquanto ao homem é dado o pleno direito ao prazer sexual, a mulher é mais reprimida na sua sexualidade. Casando-se ao final da sua idade reprodutiva, a mulher afirmaria uma sexualidade dissociada da reprodução, fato normalmente visto com reservas à luz das normas estabelecidas. A união entre uma mulher madura e um homem bem mais jovem, por exemplo, sempre desperta a atenção pública e dá margem a comentários jocosos.

A este respeito é importante citar o trabalho de Schurmer (1972 *apud* AZEVEDO 1986), que aponta para o fato de que, tanto no passado como no presente, as mulheres sempre foram persuadidas de que não casar é um insucesso. Portanto, quando mais velhas ficam supostamente menos atraentes se tornam. Disto deriva, por exemplo, a distinção, na língua inglesa, entre *spinster* – a rejeitada para o casamento, a nossa solteirona – e *bachelor girl* – a solteira, que ainda não foi escolhida mas é casável, *marriageable* (SCHURMER, 1972 *apud* AZEVEDO 1986, p. 51).

Buss (1989) demonstra que a idade se ajusta a outras quatro categorias que norteiam a união conjugal humana, baseadas em concepções evolucionistas de investimento parental, seleção sexual, capacidade reprodutiva e assimetrias sexuais. Tais categorias estão relacionadas ao tipo de critério valorizado por cada sexo: a capacidade de ganho material, a ambição, a jovialidade, os atrativos físicos e a virgindade. O autor constata que as mulheres tendem a valorizar no outro, mais do que os homens, a capacidade de ganho material. Por outro lado, as características que apontam para a capacidade reprodutiva são mais valorizadas por homens do

que por mulheres. Tais diferenças podem ser explicadas pelas distintas ocorrências de pressão de seleção evolutiva entre homens e mulheres. Elas também apontam para fortes evidências transculturais sobre as estratégias de reprodução, no que diz respeito às preferências dependentes do processo de socialização dos parceiros sexuais.

Segundo a teoria da estrutura social de Eagly e Wood (1999) e do papel social (EAGLY, 1987), as diferenças de gênero quanto aos critérios de seleção do parceiro derivam das diferenças de posição social e dos papéis de homens e mulheres. De acordo com Guelfi,

um homem, ao escolher uma esposa, leva em consideração o sentimento que permeava a sua ligação original com a mãe. Em contrapartida, sentimentos que a mulher nutre por um homem e que levam à escolha do mesmo como parceiro amoroso recebem fortes influências da ligação original dela com o seu pai (2006, p. 84).

Em qualquer casal podemos observar claramente as diferenças existentes, mas o que costuma ficar oculto são as semelhanças que, na maioria delas, são inconscientes. A atração de um pelo outro também faz parte do processo inconsciente. Contudo, é importante não confundirmos escolha com atração. A atração, segundo Guelfi, “é aquilo que vai nos despertar para uma pessoa, demonstrando que ela serve para nós, mas somente após o processo de escolha” (2006, p. 84).

Seríamos, portanto, atraídos por pessoas iguais a nós, porque elas “ativam” em nós, qualidades que também temos, mas que estão em um “estado de dormência”. Uma qualidade reprimida, ao ser vista em outra pessoa, acaba sendo liberada.

Assim, a seleção pode refletir uma preferência por indivíduos que se enquadram nos seus estereotipados papéis de gênero. A teoria da estrutura social implica que os homens atraem-se menos por mulheres que são superiores a eles e as mulheres tenderiam a evitar os homens que são relativamente mais atrativos do que elas são (EAGLY e WOOD, 1999).

Ainda para Buss (1989) a escolha masculina reflete a capacidade reprodutiva limitada pelo tempo em relação às mulheres, cuja tendência nos homens é a busca por atributos que sinalizam tal capacidade. A escolha feminina reflete, pois, o desejo inconsciente em se encontrar homens capazes de fornecer recursos para auxílio na educação dos filhos.

Embora a literatura sobre este tema seja pouco estudada na antropologia, psicólogos há muito estudam os determinantes da escolha do companheiro antes do casamento usando evidências empíricas²⁰. Em geral, estes estudos indicam que os homens enfatizam mais a atração física do que a inteligência ou a ambição (BUSS, 1994). As mulheres, por outro lado, colocam

²⁰ Para uma investigação mais detalhada acerca do tema ver Regan *et al.* (2000), Stewart *et al.* (2000) e Buss e Kenrick (1998).

maior ênfase no potencial lucrativo, considerando esses atributos como ambição, inteligência, e status social.

O mesmo pode ser encontrado no estudo de Fisman *et al.* (2006), onde se vê a afirmação de que as mulheres põem maior peso na inteligência e na origem social do parceiro, enquanto os homens se interessam mais pelos traços físicos. Além disso, os homens não avaliam a inteligência ou a ambição das mulheres quando excedem as suas próprias. Em consonância com a teoria da estrutura social de Eagly e Wood (1999), este autor observa que, na verdade, um homem é significativamente menos propenso a aceitar uma mulher que é mais ambiciosa do que ele. Por último, ele analisa que as mulheres preferem homens que cresceram em bairros mais ricos, enquanto os homens não expressam essa preferência.

Kenrich *et al.* (1990) concluem que as mulheres são mais criteriosas ao escolherem parceiros para qualquer nível de envolvimento, enquanto os homens o são apenas quando escolhem parceiras para fins de casamento. Atributos como compreensão, gentileza e inteligência são avaliados pelos homens como pouco importantes na parceria potencial quando se trata de um envolvimento para fins sexuais, o mesmo não ocorrendo com as mulheres em relação às suas escolhas.

Essas diferenças são mais acentuadas quando o que está em jogo são relacionamentos a longo prazo. De acordo com Hattori (2009), a teoria evolucionista sugere duas estratégias distintas na formação de relacionamento de curto ou de longo prazo: o primeiro caracterizado pelo não cumprimento da expectativa de fidelidade; o segundo pelas estratégias reprodutivas de quantidade e qualidade, respectivamente. Segundo este estudioso, algumas diferenças sexuais são apresentadas em relação às características consideradas mais importantes dependendo da estratégia utilizada.

Para homens adultos, por exemplo, a estratégia de qualidade envolve propaganda honesta através de avaliação mútua, investimento de recursos e retardo do início das relações sexuais no relacionamento. Entretanto, estratégias de quantidade envolvem ameaças diretas ou indiretas, pressão psicológica e conversa sobre sexo. Já as mulheres adultas, em relação aos relacionamentos de curto prazo, parecem preocupar-se pouco com o desejo por crianças e com a capacidade de ganhos financeiros do parceiro. Contudo, nos relacionamentos de longo prazo, essas características ganham importância, visto que as mulheres buscam um parceiro saudável que seja capaz e esteja disposto a investir recursos nela e em seus filhos, além de oferecer proteção (HATTORI, 2009, p. 19).

Assim, as mulheres colocam maior ênfase na atração física quando da seleção de companheiro de curto prazo do que naquelas de longo prazo (REGAN *et al.*, 1998). Pesquisadores como Kerckhoff e Bean (1962) indicam também que tanto os homens como as mulheres consideram as semelhanças em seu processo de escolha. Além disso, homens e

mulheres tendem a selecionar companheiros com valores sociais aproximadamente iguais (MURSTEIN, 1970), ao que denominamos homogamia.

De acordo com Goffman “pode-se afirmar como estabelecido que uma condição necessária para a vida social é que todos os participantes compartilhem de um único conjunto de expectativas normativas, sendo as normas sustentadas, em parte, porque foram incorporadas” (1975, p. 138). Existiriam, assim expectativas, socialmente incorporadas, de relacionamentos homogâmicos como “resultado de consenso” (BECKER, 1977, p.54).

A homogamia se define pela compatibilidade de características sociais semelhantes entre os cônjuges antes de estabelecida a união. Kráľová (1995) caracteriza-a como situação das pessoas no momento do seu casamento. Ela depende de um vínculo de parceiros socialmente semelhantes determinado, ora por um status atribuído (homogamia afetada ou hereditária), ora por um status alcançado (homogamia adquirida). Mas a semelhança de personalidades não tem necessariamente de seguir a compatibilidade social, sendo, geralmente, resultado de uma série de condições interligadas: idade, sexo, semelhante percepção cultural do mundo, relacionadas com educação, sabor, etc. Surgiria então retratada como estrutura, isto é, enquanto resultado de um conjunto de variáveis que fazem dois destinos individuais se cruzarem no tempo, mas que partem de meios sociais idênticos ou profundamente similares entre si. Mas também como processo, ou seja, como conjunto de mediações e cenários de interação através dos quais os parceiros efectivamente se encontram ou, pelo contrário, se evitam no espaço social.

A este respeito Rosa (2005) admite que em Portugal a proximidade socio-profissional é um fator decisivo para a existência de uma homogamia entre os casais. Segundo ele, a tendência para a homogamia sócio-profissional caracteriza todos os meios sociais, mas acentua-se quer junto das mulheres com profissões mais qualificadas, quer entre as camponesas. Por outro lado, em alguns segmentos da classe média - como as profissões técnicas e liberais – bem como na fração menos qualificada do operariado industrial, verifica-se a inclinação feminina para casar com um parceiro que ocupa uma posição sócio-profissional mais favorecida. Há de se considerar também que para a ocorrência de um status sócio-profissional é necessário levar em conta a qualificação dos ascendentes, uma vez que esta influencia nitidamente a escolaridade e a colocação das crianças no mercado matrimonial.

Segundo Desrosieres (1978) as condições de vida das categorias operárias são muito marcadas pelas condições de trabalho (horários, distância do lugar de trabalho). Estes fatores influenciam não apenas as formas da nupcialidade, mas também e, sobretudo a permanência dos casais e as famílias. Almeida (1986) sustenta ainda que a profissão da mãe surge igualmente como uma importante variável na discriminação de atitudes dos pretendentes perante a

institucionalização da relação conjugal. Segundo esta autora, é possível verificar em Portugal uma nítida clivagem entre filhos de mulheres que trabalham fora de casa (p. ex., proprietárias/quadros, empregadas de comércio/escritório) e os filhos das domésticas, bem mais conservadores e tradicionalistas.

São de fato os jovens cujas mães pertencem a uma camada tipicamente urbana, detentora de um certo capital cultural, empregadas no sector terciário, aqueles que mais valorizam a união livre e se mostram menos a favor do casamento pela Igreja. Tais resultados fazem-nos pensar que este meio constituirá uma região social particularmente exposta à mudança de valores familiares (ALMEIDA, 1986, p. 163).

Assim, são os filhos dos proprietários e do quadro de profissionais liberais que manifestam uma maior abertura em relação a comportamentos familiares laicos e à possibilidade de se viver uma relação conjugal fora da instituição. Por outro lado, o contexto operário e rural europeu sugere ser aquele em que esses valores são menos flexíveis, estando mais ligados à família. É nela que os jovens recusam, com mais força, a união livre, e se mostram mais a favor (sobretudo entre os camponeses) do casamento na Igreja.

Os locais de encontro, enquanto espaços de socialização nos quais é estabelecido o primeiro contato, também constituem um indicador dos contextos em que a experiência do casal traduz sua posição social. Segundo Bozon (1991a) a evolução do relacionamento entre duas pessoas é diferente dependendo do local onde ocorreu o encontro, em termos de coabitação, o número de meses antes do primeiro sexo, número de meses vividos antes do casamento, etc... As relações, neste caso, evoluem mais rapidamente quando os encontros se dão em lugares “de jovens”: boites, noitada com amigos e nas zonas urbanas; em contrapartida são mais lentos quando o encontro ocorre em lugares ditos “tradicionalistas”, controladas pelas relações de parentela e nas zonas rurais. Mas apesar de aparentemente não serem necessariamente uma escolha consciente dos familiares ou do próprio indivíduo, esses locais estão de fato associados aos diversos meios sociais que fazem parte do roteiro social ao qual se é orientado a seguir. Neste sentido, não é de se estranhar que estes cenários reforcem a espontaneidade que tende a assumir o encontro entre indivíduos socialmente próximos.

Os condicionamentos sociais de tal escolha devem a sua eficácia à própria estrutura de disposições que, incorporadas nos atores, asseguram a espontaneidade do encontro. Nascido e alimentado em contextos interpessoais, o laço entre os cônjuges tornar-se-iam, pois mais fortes quanto mais próximos um do outro estivessem. Um processo distinto terá caracterizado a escolha do cônjuge no passado, ficando a escolha subordinada, de um lado, de forma mais flagrante, aos interesses de alianças das famílias, por outro, do funcionamento econômico (cf. PILLORGET, 1979; FLANDRIN, 1991). Os levantamentos feitos por Girard (1964) demonstraram, a este

respeito, que os locais e as situações de encontro impõem-se determinando o padrão de comportamento de adolescentes e jovens num determinado ciclo de sua vida e contexto social específicos.

Embora, segundo Geary e Bjorklund (2000), pouco se conheça sobre a seleção de parceiros durante a adolescência, visto que a maioria dos estudos apresenta resultados de casais já formados, é neste período que o fenômeno do encontro e do contato se manifesta com maior intensidade. De acordo com Hattori (2009), durante este período do ciclo da vida, as pressões seletivas favorecem o aprendizado do repertório comportamental adequado; ocorre também um refinamento das estratégias sociais relacionadas à reprodução (como as estratégias de competição por escolha de parceiros). Ao atingir a adolescência, ocorrem formações de grupos mistos compostos por indivíduos de idade semelhante, o que propicia as primeiras experiências românticas e sexuais (Hattori, 2009, p. 9-10).

Burgess e Wallin (1943) demonstram que a instrução, como o lugar em que se viveu na infância, também atua como um fator seletivo neste processo. Segundo os autores

Em primeiro lugar, as salas de aula constituem um fértil local de encontro para os dois sexos, oferecendo oportunidade de continuar a associação que é uma condição favorável para o desenvolvimento das relações que levam ao engajamento e ao casamento. E na escola, como é óbvio, as reuniões são mais prováveis entre pessoas que possuem, aproximadamente, o mesmo nível educacional. Em segundo lugar, as pessoas que possuem educação relativamente semelhante têm mais probabilidades de ter um padrão cultural semelhante, o mesmo universo de discurso, interesses comuns, etc, e, nesse sentido, possuem a base para iniciar e manter um relacionamento duradouro (1943, p. 114).

Influenciado pelas pesquisas de Bozon e Héran (1987), onde se revelou que o critério da proximidade sócio profissional acresce o requisito da proximidade geográfica, sendo sobretudo freqüente a escolha recair sobre o conterrâneo²¹, Rosa (2005) demonstra que o local de encontro (como resultado da proximidade das origens geográficas dos parceiros) assume uma importância que se vai alterando em função dos grupos sócio-profissionais, retraindo-se junto das profissões qualificadas ou ligadas ao terciário, mas acentuando-se quer entre as mulheres com profissões menos qualificadas, ligadas ao campo ou à indústria, quer entre as mulheres domésticas. Ainda conforme Rosa, os diferentes impactos da origem geográfica na escolha do cônjuge refletem os modos diferenciados com que os atores sociais circulam no espaço dos encontros sociais que, associada à grande mobilização social ocorrida nas últimas décadas, introduziu novos e variados cenários onde ocorrem os encontros amorosos.

²¹ Esta pesquisa demonstrou também que a escolha de indivíduos da categoria sócio-profissional mais favorecida (os “quadros”) contrasta com a dos operários industriais e dos agricultores: enquanto praticamente metade dos quadros casa com alguém que nasceu noutra região da França, a maioria dos operários e agricultores casa com alguém que nasceu no mesmo distrito.

Segundo Mare (1991), a tendência para esses relacionamentos ocorrerem em maior intensidade, decorre em parte das preferências e em parte das características do mercado matrimonial em que se dão uma quantidade fundamental de padrões de estratificação social. Bozon (1991b) demonstra que as categorias de apreciação que presidem nossas escolhas permitem a apreensão de traços físicos e de caráter pessoal que são, precisamente, indicadores de capitais sociais invisíveis²². Para ele, portanto, seriam os fatos psicológicos, relativos à nossa capacidade de julgamento, que permitem diferenciar, em função da categoria social, a qual grupo pertence um indivíduo²³.

Desrosieres (1978), todavia indica que essa procura é bastante complexa, um vez que em certos casos uma “ascensão” social (filhos de camponeses tornando-se professores, por exemplo) pode “custar” um afastamento geográfico, que afasta o agente ao mesmo tempo do seu meio de origem e do seu meio de chegada, diminuindo assim a sua probabilidade de casamento. Não é possível, no entanto, vincular automaticamente a fraca homogamia à dispersão espacial, como mostra o exemplo das profissões liberais (médicos em especial) muito fortemente homogâmicas, apesar de sua dispersão. Nestes casos a homogeneidade e o encerramento sociais são, portanto decisivos. Isto explica por que uma homogamia elevada pode ter um significado muito diferente de acordo com as classes: resulta, nas classes dominantes, de mecanismos de seleção e de aptidões a dominar o futuro, enquanto que reflete, para as classes populares, mecanismos de exclusão.

Como admite Elder (1969) é provável que isso também implique, por exemplo, em que mulheres da classe trabalhadora sejam ranqueadas pelos homens num nível inferior, apesar de, em termo de atração física, estejam acima das mulheres da classe média, menos acessíveis na medida em que adquirem independência financeira. Uma vez que o coeficiente de hereditariedade das características morfológicas é relativamente elevado (por exemplo, a diferença entre a altura dos pais e os filhos varia de 5 a 6 cm [BLOOM, 1964, p. 33]), a ascensão social de mulheres atraentes poderia produzir diferenças genéticas na morfologia da classe média que favorecem mais as mulheres em função de sua aparência física. Ora, as vantagens nutricionais de um “passado” de classe média ou uma polarização por parte dos observadores

²² Como exemplo podemos dar aquele caso em que a ascensão social pelos estudos gera aos membros dos estratos inferiores um portfólio de oportunidades (acesso a parceiros de diferentes estratos) maior do que aquele observado quando se abre mão do mesmo pelo exercício de uma atividade remunerada; embora não necessariamente ofereça as mesmas condições de acesso a uma determinada escolha, tornada mais quando se faz parte de um estrato superior.

²³ A este respeito é suficiente esclarecer que a noção de classe com a qual trabalho aqui se adere à noção de classe presente em Bourdieu a qual, de acordo com a minha convicção, se define no comportamento de um indivíduo frente a um campo de ação determinado, onde gostos e estilos de vida refletem características distintivas do sujeito no grupo em que esses gostos e estilos se manifestam.

que favorecem meninas de classe média também poderia produzir esta previsível diferença de classe em relação ao aspecto físico.

Podemos sugerir então que para algumas pessoas o modelo de casamento homogâmico está tão institucionalizado que elas simplesmente não percebem as pessoas desiguais como possíveis parceiros amorosos. Significa dizer que antes de conhecermos nosso ‘verdadeiro amor’, já temos prontos alguns elementos básicos de nosso parceiro ideal, e só permitimos nos apaixonar por aqueles que correspondam aos mesmos, determinando a idéia que se tem de que um rosto varia segundo o rótulo que lhe é atribuído segundo padrões de diferenciação por status e posição social. Logo, a harmonia, possível de se atribuir a média das uniões observadas decorreria do que Bourdieu denomina “aculturação mútua”.

Por aculturação mútua compreende-se a *surpreendente* harmonia dos casais que dizem manifestar os mesmos gostos comuns que, ajustados freqüentemente desde a origem, “combinam um com o outro”²⁴.

Esta empatia surgida e manifestada através do gosto é o que se pode dizer de uma identificação do *habitus* pelo *habitus*,

[...] que encontra-se no princípio das afinidades imediatas que orientam os encontros sociais, desencorajando as relações socialmente discordantes, incentivando as relações ajustadas, sem que estas operações tenham de se formular, algum dia, de outra forma que não seja na linguagem socialmente inocente da simpatia ou da antipatia. A extrema improbabilidade do encontro singular entre as pessoas singulares, que oculta a probabilidade dos acasos substituíveis, leva a viver a escolha mútua como um acaso feliz, coincidência que imita a finalidade - “porque era ele, porque era eu” - reduplicando assim a sentimento do milagre (BOURDIEU, 2008, p. 226).

Assim, aqueles que, segundo nos parece, estão de acordo com nosso gosto colocam, em suas práticas, um gosto que não é diferente daquele que utilizamos na percepção de suas práticas. A melhor prova de afinidade de gostos entre duas pessoas seria, portanto, a afeição que sentem uma pela outra.

Segundo Carabaña (1983) é justamente por que sentem afeição uma pela outra, ou porque gostam das mesmas coisas que quase todos os pretendentes buscam qualidades no outro que julgam haver em si no outro. Deste modo aqueles que possuem riqueza, beleza, talento ou prestígio, podem obter esposos iguais a eles. Por outro lado os menos desejáveis não podem conseguir suas aspirações e não de casar-se com pessoas iguais a eles em condição. Em consequência, inclusive em um sistema de classes aberto, a maioria das pessoas se casa em seu

²⁴ Para Bourdieu “o gosto está na origem do ajuste mútuo de todos os traços associados a uma pessoa e recomendados pela amiga estética para o fortalecimento mútuo fornecido por cada um: as inúmeras informações produzidas, consciente ou inconscientemente, por uma pessoa reduplicam-se e confirmam-se indefinidamente, oferecendo ao observador advertido a espécie de prazer que as simetrias e as correspondências resultantes de uma distribuição harmoniosa das redundâncias proporcionam ao amante das artes” (2008, p. 165-6).

mesmo nível de classe. Por conseguinte, a estrutura geral do sistema pode permanecer relativamente estável durante gerações não porque os indivíduos estão contentes em permanecer no mesmo nível ou porque as famílias preferam encontrar esposos para seus filhos entre seus iguais, mas sim por porque isto é aproximadamente tudo ou que os indivíduos podem obter no mercado matrimonial”.

Portanto conforme assinala Lago (2002) os critérios de escolha têm sua gênese nos modelos de comportamentos socialmente concebidos de modo geral, e que de acordo com essa investigação estão ligados a classificações e segmentações dos indivíduos segundo o grau de proximidade (assemelhamento) existente entre eles.

Nota-se então que o vínculo entre as pessoas não se dá por acaso. Mas em função de um processo que está na ordem do parentesco e das cadeias de circunstâncias (eventos) que põe os indivíduos em contato, caracterizando o estudo da escolha do cônjuge não só como uma importante ferramenta de análise para a antropologia contemporânea, como um recurso indispensável a compreensão das relações sociais na modernidade.

Capítulo 2

Escolha e Estrutura Social

As descrições dos critérios presentes no processo de eleição do cônjuge nos levam, obviamente, a investigar a origem dos dispositivos utilizados neste processo, uma vez que, como expresso anteriormente, a manifestação do desejo por alguém manifesta a existência de uma conjuntura. Restaria, então, saber como o casamento atua orientando os indivíduos em seu processo de seleção, cujo sentido objetivo encontra-se expresso no modo como a sociedade moderna incorporou essa instituição em sua estrutura social.

Como vimos no capítulo anterior, sistema de escolhas que resultam num processo de seleção e hierarquia entre os parceiros está presente nas trajetórias pessoais dos indivíduos. Assim, as relações amorosas fazem parte de um cenário onde a escolha é delimitada pelas classificações que se faz das pessoas com base numa certa conjuntura. Esta é a razão pela qual a transferência de sentimentos depende de uma subjetivação racionalizada que se faz do outro, onde os sujeitos com os quais nos relacionamos encontram-se prescritivamente identificados através de sua posição na sociedade, dos gostos e estilos de vida comuns.

Em sua *História da Sexualidade* (1985) Foucault demonstra que esta subjetivação racionalizada, capaz de realizar escolhas, produz *práticas discursivas* baseadas em interações ao mesmo tempo classificatórias e hierarquizantes, cuja relação com os registros etnográficos de Malinowski e Firth nos servem de exemplo para sinalizar que sua manifestação no cenário das sociedades primitivas traz evidências que nos permite discutir o processo de escolha em diferentes épocas e sob diferentes ópticas. Minha intenção, neste sentido, é demonstrar como a escolha do cônjuge é uma experiência social marcada pelo significado atribuído a própria experiência de escolher em sociedades complexas, que não sendo a igual e nem tendo a mesma função sociedades mais simples, indica a que serve e porque se ajusta ao sistema social presente no mundo moderno.

A perspectiva de Foucault – sistema moral

A relação sexual, na vida conjugal, deve servir como instrumento para a formação e o desenvolvimento de relações afetivas simétricas e reversíveis (FOUCAULT, 1985, p. 183).

Partindo do pressuposto de os elementos apresentado no capítulo anterior atuam como dispositivos de ação da sociedade capitalista – e aqui eu me permito afirmar que este estudo é sobre uma sociedade que se estrutura num padrão capitalista – tem-se que a escolha, embora

considerada livre nesta sociedade, está associada a um conjunto bastante articulado de regras e valores morais que regem a conduta de seus membros. Isso implica, necessariamente, numa constante avaliação das trajetórias afetivas e sexuais, de modo que assim se possa codificar as ações e, a partir daí, classificar quais sujeitos são ou não possíveis de estabelecer um vínculo conjugal permanente e duradouro. Há, portanto, nestas sociedades, uma forte pressão sobre as escolhas individuais e coletivas, que se exerce nos diferentes níveis sociais e que exige dos indivíduos uma conduta conveniente com as práticas e o sistema de gostos, atitudes ou valores do seu grupo ou com os quais se comunicam.

Podemos considerar que o modo peculiar pelo qual a monogamia se constituiu também contribuiu para a existência desse complexo moral, cuja seleção do par conjugal, mesmo não sendo o tema principal, é, ao menos, o horizonte sobre o qual as pessoas se baseiam para realizar escolhas segundo critérios moralmente definidos, como fidelidade, lealdade, honestidade, integridade – embora com um maior rigor na avaliação das práticas e condutas femininas.

Além de comporem o *menu social* da seletividade, estes critérios servem de base para a avaliação dos riscos que se pode correr em um envolvimento afetivo ou emocional onde o indivíduo com conduta considerada irregular, instável ou *anormal*, é definido como suspeito de corrupção moral. Esta suspeita pode não ocorrer em outros domínios de convivência, como no trabalho, na escola, amizade, paquera, mas é substancialmente importante em termos de casamento, pois está diretamente ligado ao controle exercido pela sociedade sobre a aliança conjugal.

Quando Foucault afirma que a monogamia é a mais expressiva dimensão da escolha na cultura ocidental, conclui-se que, diante de sua relação com um complexo moral originado com o advento do direito e da noção de propriedade, estamos a tratar de uma relação de forças que, embora seja limitada pelo *a priori* cultural, não deixa de ser uma consequência de nossa história moral, regida pelas mesmas condições que nos permitiram o desenvolvimento econômico, político e social. No que se refere à constituição do casamento, algumas *verdades* se naturalizaram em função dessas relações de forças. Naturalização que se constituiu com base numa apropriação dissimulada dos corpos e da identidade dos sujeitos.

Desta análise obtém-se que as concepções de monogamia e casamento giram em torno de uma apropriação e expropriação dos sujeitos, uma vez que o antigo direito sobre a vida e a morte foi transferido do poder real, em que o soberano possuía a legítima entidade de gládio, para o Estado moderno.

Controlando o progresso e a ordem das populações em desenvolvimento no mundo ocidental, o bio-poder deste Estado de direito reverteu o sentido sobre a vida e a morte existente

outrora. Já não é mais o pátrio-poder quem determina os rumos da vida dos seus subalternos, mas a lei. A lei moderna, subestimando a vida individual, passou a adotar o discurso do bem-estar e bem-comum para defender o direito à vida e o direito de morte. Tal discurso foi e continua sendo bastante absorvido pelo domínio público, em que o conflito bélico tornou-se a melhor explicação da passagem do século XIX ao XX. Presume-se que em toda história humana nunca se matou tanto em defesa da vida e da paz quanto neste período. A própria paz, adquirindo novos sentidos e significados, demonstra eficazmente como a bio-política das nações ocidentais utiliza o seu poder para eliminar o conflito produzido em seu interior ou influenciado por aqueles produzidos além de seus domínios.

Para Foucault (1985) este tipo de poder, no plano da analítica sexual, se exerce também sobre a sexualidade. Ao contrário do que os seus estudos demonstravam sobre a antiguidade clássica, em que o sangue determinava as prescrições definidas pelo soberano sobre o corpo de seus súditos, agora é o sexo (entenda-se sexualidade) o elemento regulador dos usos e desusos dos corpos individuais. Neste sentido os arranjos matrimoniais observam dois princípios básicos: o do passado (tradicional) onde o sangue determina o “melhor partido” e o presente, que define como cada um deve exercer suas funções no exercício de seus papéis sexuais. Neste sentido, a presença do poder masculino e a vulnerabilidade feminina marcam a modernidade e a existência de uma micro-política das relações sexuais, de modo que os antigos arranjos de casamento guiados pela política do bio-poder e da soberania tradicional paterna sobre os filhos²⁵, deram lugar à suposta liberdade da escolha, que pressupõe uma conduta sexual coerente com as novas e modernas práticas sexuais.

Na perspectiva de Foucault essa conduta sexual, que sofre interferência de um poder público, deita suas raízes sobre a história e pode ser associada, por exemplo, com a transformação do casamento de ato privado em público.

O casamento, ato privado, que dizia respeito à família, à sua autoridade, às regras que ela praticava e reconhecia como suas, não exigia a intervenção dos poderes públicos nem na Grécia nem em Roma. Ele era, na Grécia, uma prática 'destinada a assegurar a permanência do *oikos*, cujos atos fundamentais e vitais marcavam, um, a transferência para o marido da tutela exercida até então pelo pai e, do outro, a entrega efetiva da esposa ao seu cônjuge. Ele constituía, portanto, uma 'transação privada, um negócio realizado entre dois chefes de família, um real, o pai da moça, e outro virtual, o futuro marido; esse negócio privado era 'sem ligação com a organização política e social (FOUCAULT, 1985, p. 79).

²⁵ Os arranjos de casamento tradicionais pressupõem uma intervenção da soberania paterna sobre a idéia de que os valores morais são herdados pelo sangue e pela raça. É a partir de então que no Brasil, por exemplo, passa-se a criticar e eliminar a amamentação oferecida pela ama de leite negra. O que está em jogo é um ideal da degenerescência da miscigenação, que é pensada, através da sexualidade, no contato com sujeitos membros de uma raça, classe ou etnia que supostamente possuíam uma conduta transgressiva, anormal e inferior.

A publicização do casamento na cultura clássica é também um ato de moralização do seu ritual, pois

Em sua forma antiga, o casamento só tinha interesse e razão de ser na medida em que, mesmo sendo um ato privado, ele continha efeitos de direito ou pelo menos de status: transmissão do nome, constituição de herdeiros, organização de um sistema de alianças, junção de fortunas. O que só tinha sentido para aqueles que podiam desenvolver estratégias em tais domínios. Como dizia P. Veyne: “Na sociedade pagã, nem todo mundo se casava, longe disso... O casamento, quando alguém se casava, respondia a um objetivo privado: transmitir o patrimônio aos descendentes e não a outros membros da família ou aos filhos de amigos; e a uma política de castas: perpetuar a casta dos cidadãos” (FOUCAULT, 1985, p. 81).

Neste sentido o que se observa com a análise das modalidades de ritual matrimonial na antiguidade e na modernidade tendo como fio condutor a perspectiva de um controle pelo biopoder, é que a vida e os corpos dos indivíduos passaram a ser alvo de uma moralização pública, o que influencia suas ações e acaba por se cristalizar num sistema de legitimação das suas condutas, que assim se traduziu pela influência do cristianismo e a política estatal sobre a *cultura de si*.

Segundo Foucault essa cultura de si é produto de um individualismo característico da modernidade. Nas suas palavras

Pode-se caracterizar brevemente essa “cultura de si” pelo fato de que a arte da existência – a *techne tou biou* sob as suas diferentes formas – nela se encontra dominada pelo princípio segundo o qual é preciso ter “cuidados consigo”; é esse princípio do cuidado de si que fundamenta a sua necessidade, comanda o seu desenvolvimento e organiza a sua prática (1985, p. 49).

Obtém-se, então, um fenômeno que se expressa pelo crescimento, desde o mundo helenístico e romano até os dias atuais, de um “individualismo” que confere cada vez mais espaço aos aspectos privados da existência, aos valores da conduta pessoal, e ao interesse que se tem por si próprio. Está-se, pois, a dialogar com um fenômeno cuja expressão nas sociedades clássicas tinha o sentido de marcar uma profunda relação com a vida pública, onde cada indivíduo se situava em fortes sistemas de relações locais de clientela e amizade. A sua constituição, contudo, precisa ser caracterizada com base nos seguintes pressupostos:

1. A atitude individualista: caracterizada pelo valor absoluto que se atribui ao indivíduo em sua singularidade e pelo grau de independência que lhe é atribuído em relação ao grupo ao qual ele pertence ou às instituições das quais ele depende;

2. A valorização da vida privada: importância reconhecida às relações familiares, às formas de atividade doméstica e ao campo dos interesses patrimoniais; e

3. Intensidade das relações consigo: as formas nas quais se é chamado a se tomar a si próprio como objeto de conhecimento e campo de ação para transformar-se, corrigir-se, purificar-se, e promover a própria salvação.

Isto implica numa avaliação constante e permanente das trajetórias afetivo-sexuais dos indivíduos, de modo que assim se possa avaliar, e a partir daí classificar, quais sujeitos são ou não possíveis de se estabelecer um vínculo conjugal.

Para romanos e gregos isso significava uma incitação a austeridade levada a cabo pela moral e os bons costumes, a qual estava diretamente ligada a capacidade de suportar as privações dos prazeres em benefício do seu uso no casamento e à procriação. Era uma escolha estética e não moral (o que não significa dizer que fosse amoral).

Com o advento da sociedade industrial de natureza capitalista, o processo de escolha do cônjuge que resulta no casamento é modificado em função da emergência de um mercado de bens simbólicos expresso pelas distinções produzidas pelas classes que constituem este sistema. A este novo processo de seleção conjugal estão associadas fases pelas quais os sujeitos se questionam acerca de suas condutas, muito mais mediados por uma moralização imposta pelo ideal de monogamia, do que necessariamente por uma conduta baseada na religião ou na lei. Aqui resta saber se o foco central da questão que estamos analisando é a escolha com fundamentos morais, ou as implicações morais que a monogamia encerra sobre a natureza dos casamentos modernos.

Com base nas reflexões suscitadas por Foucault percebemos que sua preocupação está centrada não no exercício da sexualidade no interior de um sistema já constituído, mas na produção de uma moral sexual baseada na construção de uma verdade sobre a sexualidade. A monogamia seria, portanto, fruto dessa relação de forças, e, como já disse, embora se encontre determinada pelos limites do *a priori* cultural, não deixa de ser uma conseqüência de nossa história moral.

Desse modo é possível afirmar que a idéia da seleção do cônjuge em si não é o tema principal da abordagem foucaultiana. Ela, na verdade, está impressa nas entrelinhas de suas convicções políticas e sociais. Isto por que, muito embora ele não se proponha a abordar a escolha como um ponto central de suas preocupações, demonstra acuidade na análise dos artificios que, ao longo da história, deram ensejo à sua caracterização, enquanto dispositivo, para definir que conjunto de indivíduos estão aptos ou não a fazer parte de uma possível vida conjugal.

Torna-se claro que as implicações de uma conduta baseada na existência da verdade tornam cada um de nós produtores da mesma. Essa verdade constituiu-se através da reprodução

contínua e permanente de valores que são a própria base de existência da sociedade moderna. E o discurso, sendo uma prática, torna essa reprodução o meio pelo qual cada um realiza suas escolhas não só conjugais, mas pessoais em diversos sentidos.

Para Foucault existe uma prática discursiva que produz essa subjetividade capaz de realizar escolhas, isto por que os novos regimes discursivos surgidos com base na orientação médica e sexológica criam categorias de classificação. Essas classificações podem ser retratadas como sendo, por exemplo, o resultado de uma avaliação das condutas (diga-se trajetórias) afetivo-sexuais pelas quais é possível afirmar qual cônjuge é ou não passível de estabelecer uma relação permanente e duradoura.

Com a análise e contribuição dos escritos de Foucault sobre o tema da sexualidade, pode-se afirmar a existência de um sistema moral que produziu a escolha e definiu a monogamia como elemento regulador das condutas conjugais nas sociedades ocidentais. Tal característica implica considerar que, sendo a monogamia uma invenção da sociedade, a seleção de um parceiro com perfil adequado aos padrões sociais é a causa eficiente da existência do casamento enquanto instituição, o que nos faz retomar a discussão do primeiro capítulo, onde se vê definido que o modelo sob o qual se baseia a sociedade moderna, além de diferir de outras sociedades afastadas no tempo e no espaço, possui sua própria sociogênese, fruto da mentalidade e das experiências em que esta sociedade viu-se envolvida.

Para aprofundar essa discussão proponho recorrer a modelos que nos oferecem base de comparação, no sentido de identificarmos que o sistema sob o qual estão delimitadas as fronteiras da escolha com objetivo conjugal deriva da organização social característica de um grupo. Segue-se então a análise de duas importantes etnografias, as de Bronislaw Malinowski e Raimond Firth.

O modelo como referência: as escolhas no cenário etnográfico

Onde existem várias linhas entre as quais uma pessoa pode escolher seu parentesco com outra, a base da escolha é a idade e posição relativa, conjugadas com o interesse pessoal. [...] O casamento de pessoas mais ou menos da mesma idade, mas de graus de parentesco diferentes, tende a nivelar tais discrepâncias na terminologia. Casos de união entre 'pai' e 'filha', 'filho' e 'mãe', 'sobrinho' e 'irmã do pai' – todos no sentido classificatório – não são de modo algum incomuns em Tikopia [...] estes são casamentos 'anômalos' que na verdade ocorrem, mas com base numa escolha pessoal, e não num arranjo institucional. Os ajustamentos que se seguem a eles ilustram muito bem como a terminologia de um sistema classificatório de parentesco é o servo, e não o mestre, dos relacionamentos sociais que ela retrata (FIRTH, 1998, p. 371).

Toda vez que recorremos a um texto etnográfico nos habilitamos a rever um passado, e que apesar de singular aos olhos de quem lê, nunca é tão íntimo quanto para quem o escreveu.

Sua reflexividade, porém nunca é a mesma, nem para quem lê nem para quem escreve, talvez porque seja assim que o contexto, enquanto experiência absorvente, modela o juízo que se faz do mundo e das coisas existentes nele.

Não sendo outra coisa a não ser uma experiência, o contexto em que se organizam as relações entre as pessoas é único, e, como narrativa de um mito, não se faz duas vezes da mesma forma. Isso implica dizer que o momento no qual são estabelecidas as interações sociais é para o etnógrafo uma tela sob o qual ele pinta o que vê e descreve o que sente. Logo, o juízo que faço da etnografia, na intenção de convencer o leitor sobre a possibilidade que entender que o processo de escolha por alguém explica o sistema sob o qual se organiza uma determinada sociedade, é neste sentido uma proposta de análise sobre modelos de referência que orientam nosso entendimento acerca do sentido atribuído ao indivíduo no contexto de uma interação social determinada. Desse modo, as etnografias a *Vida Sexual dos Selvagens* (1982), de Bronislaw Malinowski, e *Nós os Tikopia* (1998), de Raymond Firth, são reveladoras de como a organização de um grupo ajusta essa interação no sentido de reproduzir um determinado sistema social. Essa duas etnografias nos mostram também que a noção de seleção social, embora aparentemente marginal no contexto abordado pelo conjunto das obras (uma miscelânea de temas de natureza social), é o elemento articulador entre as noções de parentesco e organização social que ajudam a entender o modo como se organiza a sociedade moderna.

Em primeiro lugar, o período de publicação de tais etnografias é o que se convencionou chamar de entre-guerras, onde o armistício entre os países europeus, divididos entre Aliados e Eixo, estava suspenso, embora na iminência de um novo confronto. É o período também de uma grave crise que afetou grande parte dos países capitalistas e que, por essa razão, permitiu a ascensão de regimes autoritários, mais burocráticos e com forte interferência do Estado na economia. Eram tempos perigosos, de instabilidade, insegurança e medo. Alguma coisa precisava ser feita. É nesse momento, de conflito ideológico entre o evolucionismo (oriundo do século anterior) e a emergente psicanálise freudiana, que as ciências sociais encontram o cenário ideal para inserir um sujeito assenhoreado de si, com vontade própria e insubordinado perante o mercado e o estado burguês.

Isso se deu primeiramente a partir da visita de Rivers ao Estreito de Torres, onde foram esboçados os primeiros questionamentos à visão evolucionista que vigorava até aquele momento.

Mas foi com um texto provocativo que tudo começou.

Confundidas com livros de cabeceira ou de ficção²⁶, as primeiras etnografias de Malinowski, que datam da década de 1920, abordam os nativos das Ilhas Trobriand, localizadas a leste da Nova Guiné. Numa visão rousseauiana do “bom selvagem”, Malinowski procurou retratar como vivia e se comportava este povo, em seus traços mais simples, sempre apontando para a complexidade das tramas que envolviam as pessoas em sua organização social. Guiava-se, quase que exclusivamente, pela descrição *in loco*, procurando perceber, nas suas mais íntimas observações, os detalhes de uma certa organização social.

Em Londres, onde apresentou os resultados de sua pesquisa, deu ensejo a uma verdadeira revolução metodológica, passando a divulgar seus trabalhos sempre chamando atenção para a natureza de seu método, baseado na convivência íntima com a população pesquisada, longos períodos de permanência entre eles e a compreensão de seu idioma. Entre os que admiravam seu trabalho estava Raymond Firth, que posteriormente se transformaria em seu discípulo, metodológica e teoricamente falando.

O convívio com Malinowski possibilitou a Firth o aprendizado de seu método, assim como a aplicação e crítica de algumas de suas idéias. Por essa razão é que sua pesquisa, realizada entre 1928 e 1929, caracterizou-se por expressar uma profunda identidade entre suas idéias e as de seu mestre. É preciso, contudo, situar suas convicções sobre o parentesco como anterior ao modelo africano e à teoria da descendência, então consolidada com a publicação dos *African systems of kinship and marriage*, de 1950 [RADCLIFFE-BROWN, 1978]), organizado por Radcliffe-Brown. A “descendência”, tal como visualizada na África – conceito-chave para entender a Antropologia Social britânica nos anos 40 e 50 – não rende neste momento discussões mais férteis. É possível argumentar que a discussão de Firth não tem em vista modelos regionais (o complexo Polinésio) ou conceituais mais amplos. Trata-se de uma obra pioneira que, *à la* Malinowski, tenta extrair da observação empírica questões passíveis de serem tratadas pela disciplina. Isso não quer dizer que Firth desenvolva um debate intelectual desatrelado de seus interlocutores. Pelo contrário, debates caros à Antropologia, tais como os empreendidos por Morgan (1871) e Kroeber (1909), na tentativa de discutir as relações entre terminologia e sistema de atitudes, ou os de Rivers (1914), quanto à aproximação de regras matrimoniais, são levados em conta. No entanto, não parecem oferecer à análise de Firth paradigmas propriamente ditos, mas ferramentas para a construção de um quadro etnográfico específico calcado na experiência dos Tikopia.

²⁶ Alguns dos manuais que discutem a biografia de Malinowski, como Kuper (1978) e Stocking Jr. (1983), avaliam que sua produção, à época, fora acolhidas com profunda desconfiança, em razão da natureza de seu método (observação participante) e da forma exótica como viveu sua experiência de pesquisa (direta). Por essa razão, seus textos foram, por longa data, tidos como verdadeiras “ficções” sobre a vida selvagem.

Tanto Malinowski como Firth, neste sentido, apresentam evidências do que se convencionou chamar de funcionalismo, ou seja, a busca pela explicação dos fenômenos sociais em termos dos efeitos dos costumes sobre a vida, isto é, nos pensamentos, sentimentos e atos dos indivíduos. Leach (1982) ressalta que, no caso de Malinowski, a idéia de função teve seu significado alterado de Durkheim. Para Durkheim, Segundo Woortmann,

[...] função significa utilidade social – a função de um fato social está em sua relação com um fim social. Malinowski substituiu social por biológico/psicológico. Enquanto Durkheim se preocupava com as conseqüências sociais dos fatos, sem juízos de valor, para Malinowski os fenômenos sociais existem para satisfazer o organismo biológico e/ou necessidades psicológicas. A função é então positiva (2002b, p. 8).

Pode-se com isso afirmar que as idéias funcionalistas presentes no empirismo da Escola Britânica de Antropologia Social, dos quais tanto Malinowski²⁷ quanto Firth eram expoentes, foram terminantemente influenciadas pela perspectiva racionalista da Escola Sociológica Francesa, sobretudo através de Durkheim, Marcel Mauss, Robert Hertz e, inclusive, Radcliffe-Brown, que acreditava no paralelismo entre vida orgânica e vida social. Contudo, esta influência se exerceu muito mais no plano filosófico do que no plano conceitual e metodológico; os ingleses, por essa razão, continuaram acreditando só no que viam. Era o que ocorria com Malinowski, pois, no que dizia respeito à visão funcionalista, ele, diferentemente de Firth, mantinha-se cético ao reducionismo biológico e ao seu suposto poder explicativo, o que causou profundo incômodo na releitura de sua obra quando, por exemplo, Leach rechaçou sua concepção de que os trobriandeses ignoravam a paternidade fisiológica.

Parece-me conveniente dizer que Leach, em sua crítica ao dogmatismo de antropólogos como Malinowski, mostra como os autores pertencentes à corrente funcionalista confundiam suas representações com os dados imediatos oriundos do campo. Em *O Nascimento Virgem* ele afirma que

A ignorância é uma coisa relativa, e obviamente somos todos ignorantes em algum grau, particularmente no que diz respeito ao sexo. [...] o que parece interessante não é tanto a ignorância dos aborígenes, mas a ingenuidade dos antropólogos (1982, p. 123-4).

Concebemos, pois, quão forte foi o impacto do racionalismo francês no empirismo indutivo da escola britânica. O resultado, como observado, fora a revolução etnográfica, e sua principal característica estava em que os pesquisadores, ao entrarem em contado com a realidade

²⁷ O empirismo de Malinowski se deve a várias influências, como a psicologia experimental de Wundt – embora rejeitasse a noção de “mentalidade de grupo”, assim como rejeitaria também a consciência coletiva” de Durkheim, em defesa do livre arbítrio individual. De Mach ele deriva o princípio de que todos os processos do indivíduo vivo seriam reações no interesse da auto-preservação. A própria ciência nada mais seria senão um desenvolvimento do pensamento instintivo primitivo. Mach havia também desenvolvido a noção de função, como substituto dos conceitos de causa e efeito (cf. STOCKING, 1995).

dos povos e não com supostas teorias acerca deles, davam-se conta do mosaico de experiências que formavam a sua realidade. O que significa dizer que a partir desse mosaico, antes impossível de se enxergar nos escritos evolucionistas, começaram a surgir os temas com os quais se tornou possível associar as experiências do mundo contemporâneo com aquelas dos povos *selvagens*. Tornou-se possível, por exemplo, extrair da experiência etnográfica a psicologia da vida selvagem, o que demonstrava um avanço considerável no que concerne à compreensão de suas categorias êmicas. Não se deve ao acaso, portanto, o interesse, tanto em Malinowski quanto em Firth, em tornar suas etnografias verdadeiras traduções.

Podemos considerar, no entanto, que a etnografia de Firth é a que melhor expressa o sentido de tradução cultural, por ser aquela que investe sobre as representações coletivas a noção de estabilidade, partilhando assim, com o funcionalismo de sua época, os valores de uma sociedade moralmente desajustada. Acerca disto ele próprio afirma que

Poder-se-ia pensar que a chamada santidade da vida humana não é um fim em si mesma, mas os meios para um fim, para a preservação da sociedade. E do mesmo modo que, numa comunidade civilizada em tempos de guerra, de perturbação civil ou de ação contra o crime, tira-se a vida para preservar a vida, também em Tikopia se poderia permitir colocar a cabeça de recém-nascidos para baixo e impedi-los de entrar no mundo que mal entreviram, para que o equilíbrio econômico fosse preservado, e a sociedade mantivesse sua existência estável. Este é um argumento que um sociólogo desapaixonado pode apresentar, quando vê perturbada a harmonia da vida dos tikopias, ameaçado seu equilíbrio social e econômico, inteiramente contra a sua vontade. Ao fazê-lo ele ignora, é claro, o desejo ardente de nossa cultura pseudocristã de fazer com que outras pessoas se adaptem a seus padrões, independentemente do efeito que pode significar essa adaptação (1998, p. 533).

Embora preocupado com o método e a divulgação de sua proposta, Malinowski também aponta neste sentido, mas adverte para o fato de que a tradução tem como finalidade o domínio das categorias nativas:

Em suas observações, o antropólogo deve esforçar-se para compreender o nativo através de sua própria psicologia, e precisa construir a imagem de uma cultura estrangeira com base em elementos daquela a que pertence, bem como de outras que conhece na teoria e na prática. Toda a dificuldade e a arte do trabalho de campo sociológico consiste em partir desses elementos que são familiares na cultura estrangeira e ir aos poucos configurando o estranho e o diferente em uma esquema compreensível [...] (1982, p. 22).

O que importa saber é que o processo de construção do trabalho de campo no período que abrange as duas obras é intermediado pelo surgimento e declínio da noção de função. Corroboraram para isso os efeitos da crise econômica mundial e o advento do nazi-facismo, cuja base ideológica fundamentou-se na intervenção do Estado para garantir a estabilidade de uma ordem econômica e socialmente abalada. Motivo pelo qual se produziu, com fins de convencimento, um sujeito assenhoreado de si e com uma indubitável capacidade de encontrar

artifícios para dominar a natureza à sua volta, o seu corpo, a sua sexualidade, seu processo educativo e todo o conjunto que compunha o cenário de sua vida social. Algo bastante diferente do que vinha sendo observado entre as nações que habitavam a Europa daquele período que mesmo tendo vivido um processo revolucionário no âmbito intelectual, político e econômico, ainda se via mergulhada nas contradições provocadas por tais revoluções.

Esse sujeito, não obstante produzido pela escrita etnográfica, acenava para a possibilidade de ser interpretado como um sujeito histórico, cujos mitos e oralidade que formavam sua biblioteca revelavam uma outra face da humanidade, até então desconhecida, quer pela visão aberrante que se tinha deles, quer pela inescrupulosa forma como estes povos estavam sendo eliminados (física e culturalmente falando).

Distante daquele primitivo do final do século XIX, esse novo primitivo não se explicava mais pela natureza de suas emoções, concebidas até então como bárbaras e inconstantes. Pressupunha-se, como afirma Firth, que a pesquisa entre tais povos levasse em conta o comportamento e não mais o sentimento entre as partes, o que na visão dos europeus variava entre a promiscuidade sexual e a chacina generalizada. Desse modo,

Quando [o antropólogo] usa termos como sentimento, emoção, sensibilidade, quando descreve as atividades da mente de um indivíduo, dever-se-ia entender que tais caracterizações são meramente símbolos em ponto pequeno de um complexo sistema de pequenas ações observáveis e observadas em cada caso (FIRTH, 1998, p. 708).

Não se trata mais apenas de uma visão polarizada, que, procurando estabelecer o lugar do primitivo em relação ao civilizado, determina a posição dos sujeitos no cenário da relação etnográfica.

Malinowski aponta para uma observação aproximativa, onde a tradução de um determinado fato está na interação entre o que o pesquisador pensa e o que nativo diz. Deveu-se a isso o seu equívoco em considerar os trobriandeses ignorantes quanto à paternidade fisiológica. Como ressalta Leach, ele tornou o discurso masculino – o único com o qual entrou em contato – numa verdade para a cultura como um todo. Mas ao mesmo tempo em que se faz este tipo de crítica, é necessário apontar para o fato de que na *Vida Sexual...* ele adverte para as dificuldades da coleta de informação. Como afirma Malinowski

[...] As observações humanas, inclusive as mais exatas, não escapam de ser aproximativas, e tudo o que um químico ou um físico podem fazer é indicar os limites em que se acha confinado o erro [...] A observação direta é sempre difícil, quando se estuda a atração sexual ou o desenvolvimento de uma paixão; ela é até mesmo, por vezes, impossível, devendo o etnógrafo contentar-se, em grande parte, com o que consegue apurar através de confiança e mexericos (1982, p. 291).

Cabe esclarecer que Malinowski, mesmo reconhecendo que a “divergência entre o método de colher declarações das pessoas e observar diretamente a realidade da vida selvagem constituiu fonte muito importante de erros etnográficos” (MALINOWSKI, 1982, p. 474), evitou jogar a culpa desses equívocos presentes na análise, nos seus informantes, pois, como ele mesmo ressalta:

[...] o que está errado é a confiança plena que o etnógrafo deposita no método de perguntas e respostas. Ao enunciar a regra moral, ao insistir sobre o seu rigor e perfeição, o nativo não está realmente procurando enganar [o etnógrafo]. Ele apenas faz o que faria qualquer membro de um sociedade bem ordenada; ignora os aspectos feios e desagradáveis da vida humana, faz vista grossa para as suas próprias falhas e as de seus vizinhos, fecha os olhos para aquilo que não quer ver (1982, p. 474).

A tradução implica, pois, em identificar no comportamento coletivo os índices da irrefutabilidade entre declarações e práticas, conquanto estas sejam consideradas as *verdades nativas*. Foi o que fez Firth, uma vez que considerou não apenas o discurso dos homens, mas sua investida no cenário das relações de gênero. Segundo ele

Praticamente todos os dados apresentados com relação à menstruação e às fases mais íntimas da vida sexual foram obtidas dos homens, e embora sejam informantes extremamente bons, o material deve ser considerado representativo essencialmente da visão masculina dos tikopia acerca do sexo e da parte que nele ocupa a mulher (1998, p. 601).

Essa reserva em admitir o discurso de um determinado indivíduo ou grupo como expressão da cultura vai marcar diferentes aspectos, tanto na obra de Malinowski quanto na de Firth. Por exemplo, enquanto para Malinowski a cultura trobriandesa é marcada pela singularidade do direito materno, a dos tikopia, na visão de Firth, distribui igualmente os poderes entre homens e mulheres, de modo que ambos possam exercer sua função sociológica. Isto resulta da concepção de parentesco existente em suas obras.

Por parentesco Firth entende o sistema de relações interpessoais numa sociedade, de modo que este esteja associado integralmente ao reconhecimento da ligação biológica, de um lado, pelo casamento e pela procriação e, de outro, por uma união social legalizada que envolve as relações sexuais entre dois indivíduos. Portanto “O elemento básico [do parentesco] é o reconhecimento das pessoas de que constituem uma unidade por meio de vínculos genealógicos, reais ou presumidos” (FIRTH, 1998, p. 479).

Desse modo, a unidade de parentesco entre os Tikopia não é a linhagem, mas a “casa” (*paito*), um agrupamento de várias famílias nucleares, cujo pertencimento se dá por meio de um ancestral masculino (FIRTH, 1998, p. 456). (Por “casa”, contudo, não se deve compreender uma unidade residencial propriamente dita, uma vez que os membros podem estar espalhados por

várias aldeias)²⁸. A relação entre as “casas” se estabelece de maneira hierárquica, uma vez que a riqueza diferencial de cada *paito* se dá pelos dados tradicionais relativos à posse da terra. Um conjunto de casas conforma um “clã”. Este se define pela cooperação econômica e social entre as “casas” e designa uma unidade política e religiosa, baseada no poder de jurisdição dos chefes e na filiação a um totem ancestral. É importante salientar que os fatores usuais de delimitação de um clã são, segundo Firth, a exogamia e o totemismo.

Enquanto isso, para Malinowski, o parentesco (que para ele se limita a uma concepção fisiológica) é o concomitante cultural da necessidade de reprodução. Assim, os processos procriativos que correspondem ao acasalamento culturalmente formatado, são diferentes no ser humano, em contraste com os animais, pois ele precisa da proteção dos pais por longo período. Daí resulta que a reprodução biológica deve estar ligada à paternidade legalmente estabelecida. Assim, o casamento e a família são o resultado de um

[...] sistema de condições que se manifestam no organismo humano, no marco cultural e na relação de ambos com o ambiente físico, e que é suficiente e necessário para a sobrevivência do grupo e do organismo (MALINOWSKI, 1948, p.107).

O parentesco é definido, conforme analisei no capítulo 1, pela posição dos sujeitos no cenário das relações entre os sexos, o que produz uma visão distinta, por exemplo, do papel sociológico do pai, que é estabelecido e definido fora de qualquer reconhecimento de sua função fisiológica. Desse modo, em uma sociedade matrilinear como a trobriandesa, a posição social se transmite de um homem para os filhos de sua irmã. E essa concepção, exclusivamente de parentesco, é de suma importância nas restrições e regulamentações a que está sujeito o casamento e nos tabus que pesam sobre as relações sexuais, que na sua maneira de pensar é uma força sociológica e cultural, uma vez que proíbe o intercuro sexual e o casamento dentro de um mesmo clã totêmico. Neste sentido, como o próprio Malinowski afirma

A proibição [recai] com ainda maior ênfase às pessoas que [fazem] parte de uma mesma subdivisão do clã, cujos membros são considerados parentes reais. E o tabu torna-se rigoroso ao máximo quando se trata de duas pessoas de quem é possível estabelecer que possuem uma ascendência genealógica comum [diga-se matrilinear] (1982, p. 437).

Desse modo, diferentemente de Firth, para quem o parentesco é sempre um conjunto de relações entre indivíduos, em Malinowski um princípio maior, a matrilinearidade, exerce profunda influência na vida social do grupo de parentes, uma vez que “no regime matrilinear, o

²⁸ A importância das “casas” na sociedade Tikopia diz respeito não apenas a um problema de descendência, mas também a um problema de aliança. Entre os Tikopia, verifica-se a ausência de uma regra prescrita de casamento. Ou seja, se algo é prescrito entre os Tikopia é o fato de que eles se casem com parentes distantes por “sangue” e por “residência”. É importante notar que no caso dos Tikopia a residência acaba por englobar a consangüinidade.

irmão e a irmã são, com efeito, em todas as questões relativas às leis e aos costumes, os representantes associados e respectivos dos direitos masculinos e femininos” (MALINOWSKI, 1982, p. 63).

O parentesco é, para ambos os autores (embora mais para Firth e menos para Malinowski), “uma reinterpretação, em termos sociais, dos fatos da procriação e da união sexual regularizada” (FIRTH, 1998, p. 709). Segundo Firth,

A complexa série de relacionamentos sociais formados sobre essa base compreende a atividade de uma ordem residencial, uma econômica, uma política, uma jurídica, uma lingüística, e constitui um sistema de integração primária da sociedade [...] (1998, p. 709).

Desse modo ele conclui que o parentesco é fundamentalmente um mecanismo social para lidar com situações entre pessoas e não apenas uma reafirmação dos fatos da procriação. Logo,

[...] uma definição científica de um laço de parentesco entre indivíduos significa não só uma especificação do vínculo genealógico entre eles e o termo lingüístico usado para denotar esse vínculo, mas também uma *classificação de seu comportamento* em muitos aspectos de sua vida (FIRTH, 1998, p. 709) [grifo nosso].

Apesar das visões que elucidam suas obras, a concepção de parentesco existente em ambos corrobora o que Rivers havia declarado décadas antes. Para Rivers o comportamento coletivo se definia por uma ação multideterminada (“pluralidade de causas”); uma ação que, no âmbito do parentesco, era determinada pela estrutura social. Essa estrutura é considerada por Rivers como a base social na qual todo ser humano, seja ele membro de um grande império, ou de alguma rústica tribo selvagem, tem de sentir, pensar e agir. (cf. CARDOSO DE OLIVEIRA, 1991, p. 37-8).

Isso implica em considerar que, sendo um dos precursores do estudo de parentesco na Antropologia Social Britânica, Rivers influenciou a visão de funcionalistas como Malinowski e Firth, por considerar que a livre associação entre pessoas estava longe de ser aquela que a estrutura social determinava enquanto regra. Para ele ‘formas de matrimônio’ não significavam diferentes tipos de cerimônias unindo duas pessoas, mas diferentes tipos de posição de parentesco representada pela união de duas pessoas – primos cruzados, de um homem com a filha do irmão, ou com a mulher do irmão da mãe, etc. Por essa razão o matrimônio, em Malinowski e Firth, não é uma questão de simples escolha pessoal, mas o resultado de um princípio classificatório – uma relação entre tipos específicos de parentes.

Todavia, ao fazermos essa aproximação à obra de Rivers estamos falando mais da perspectiva de Firth que da de Malinowski, pois é Firth quem considera que

A divisão dos parentes [por sexo e pela afinidade], embora tão simples, é extraordinariamente eficaz no funcionamento [da sociedade], sendo suficientemente plástica para satisfazer as necessidades da elaborada organização social, na qual ela é a base para grande parte da vida econômica, ritual, estética e religiosa do povo (FIRTH, 1998, p. 357).

Como observa Lanna (*Apresentando...*, FIRTH, 1998), o perfil funcionalista, de caráter economicista e utilitário, se expressa na sua própria distinção entre estrutura e organização social. Segundo Lanna, para entender a proposta de Firth,

[...] importa distinguir a questão do individualismo metodológico [...] porque Tikopia não conhece graus preferidos, sendo aí proibido o casamento dos primos. Isto é, trata-se de uma sociedade que praticamente conduz, ou obriga mesmo o analista a pensar a questão da estratégia quanto à escolha dos cônjuges (1998, p. 49).

Ora, esta questão das escolhas individuais também faz parte das preocupações de Malinowski, assim como o fez para Radcliffe-Brown. É preciso não esquecer, contudo, que a escolha em Malinowski é limitada: um certo número de moças é totalmente eliminado do horizonte de um homem, pela simples razão de que elas pertencem à mesma classe totêmica que ele²⁹; além disso, existem certas restrições de caráter endogâmico, embora estas não sejam tão precisamente definidas como as que impõem a exogamia. A endogamia só autoriza o casamento nos limites de um certo território político, ou seja, dentro das dez ou doze aldeias que formam um distrito.

Assim, Firth se via duplamente constrangido (pelos tikopias e pela sua formação com Malinowski) a refletir sobre tal fenômeno. Se não chegou, em 1936, a incorporar o conceito de estratégia ao conceito de estrutura, possibilitando um funcionamento não-transcendental deste último, ao menos deu início a uma importante reflexão a respeito desta questão, ainda que por vezes caísse no utilitarismo e no individualismo metodológico.

Apoiando-me no que afirma Lanna (*Apresentando...*, FIRTH, 1998), a crítica a ser feita ao trabalho de Firth é a de que ele separa e opõe estrutura e estratégia, enfatizando que, por exemplo, o roubo de mulheres seguido da troca de presentes manifestava uma estrutura social

²⁹ A organização totêmica trobriandesa, segundo Malinowski, “é simples e simétrica em suas linhas gerais. A humanidade está dividida em quatro clãs (kumila). A natureza totêmica é considerada como impregnando profundamente o indivíduo, da mesma forma que o sexo, a cor e a estatura [...] Considera-se que essa divisão em quatro clãs totêmicos é universal e que se estende à humanidade inteira” (MALINOWSKI, 1982, p. 466). Os grupos menores abrangidos pelos clãs são considerados subclãs. “Os subclãs são”, diz Malinowski, “pelo menos, tão importantes como os clãs, porque os membros de um mesmo subclã se consideram parentes entre si, acreditam pertencer à mesma condição social e formam uma unidade local dentro da sociedade trobriandesa. [...] As pessoas pertencentes a um mesmo subclã têm parentesco real e se chamam uma à outra veyogu (‘meu parente’)” (Id. *Ibd.*, p. 467).” No tocante à hierarquia social, portanto, o que importa é o subclã, mais propriamente do que o clã, e isso é válido igualmente em matéria de direitos e privilégios locais [...] O clã é primordialmente, portanto, uma categoria social, mais do que um grupo, categoria que compreende um certo número de animais, de plantas e de outros objetos naturais (Id. *Ibd.*, p. 470).

que conformava o grupo a um dado sistema. O que Firth, todavia, não aborda é o fato de que não se rouba qualquer mulher, mas alguém por quem se tem preferência, e a troca de presente, por mais que resulte de uma conveniência, é sempre uma fórmula para quem não tem outro grupo de acolhida e preserva o interesse de continuar sobrevivendo num mundo de estranhos.

Não se trata aqui da solução de um problema econômico (os processos econômicos não são isoláveis). É um ato de consciência primitivo e indivisível que faz do roubo e da troca uma necessidade para continuidade do grupo.

Temos, pois que os termos de troca que definem o isolado de parentes, num primeiro momento definido a partir da circulação de mulheres, estão baseados numa *necessidade* de manutenção da estrutura e neste sentido do ordenamento social, cuja função é garantir a continuidade, ao mesmo tempo, da lei e do poder. Enfatiza-se que a partir dessa abordagem a troca de mulheres favorece o processo de exogamia interclânica, uma vez que representam os valores do que se é trocado. Na etnografia de Malinowski isto fica evidente na maneira como ele concebe o sentido da exogamia entre os nativos, ou seja, enquanto um tabu absoluto,

[...] tanto no que diz respeito ao casamento como no que concerne às relações sexuais; a transgressão desse tabu choca-se com uma violenta desaprovação moral que provoca cólera da comunidade contra os delinqüentes e os impele, quando são descobertos, ao suicídio. Existe igualmente contra as transgressões desse tabu uma sanção sobrenatural, sob a forma de uma terrível doença capaz de levar à morte. Em virtude do que, a exogamia é observada rigorosamente, e não há transgressões (1982, p. 473).

Uma vez tendo origem na designação dos indivíduos a partir de um clã, o tabu que dá origem à exogamia não equivale à mera oposição de um rótulo, mas consiste em uma indicação de natureza. Desse modo, um nome em comum significa, até certo ponto, identidade pessoal, e o parentesco implica identidade clânica. O processo de identificação com os indivíduos vai caracterizar, a partir de uma distinção objetiva – dada pela identificação com o nome do clã – o sistema de classificação dos cônjuges preferenciais, no interior de um sistema hierarquicamente concebido. O ponto de vista de Firth, embora dúbio, aponta neste sentido, uma vez que corrobora as análises de seu mestre, ao mesmo tempo em que chama atenção para a função classificadora, estudada por Durkheim e Mauss na obra *Algumas Formas Primitivas de Classificação* (2005 [1903]).

Na concepção da Escola Sociológica Francesa, a função classificadora se define pelo ordenamento das coisas em grupos distintos entre si, separados por linhas de demarcação nitidamente determinadas. Desse modo a concepção de exogamia existente em Tikopia, embora determinada pela troca interclânica, impedia a troca entre membros de distritos diferentes. Um ponto essencial a observar acerca desses distritos é que, embora a distinção entre eles seja,

sobretudo geográfica, representam entidades sociais propositadamente separadas, o que caracteriza uma nítida distinção entre território e espaço social. Segundo Firth

Sua característica social predominante é a rivalidade entre eles, mas, apesar das comparações com a organização dual melanésia ou australiana que inevitavelmente sugerem, eles mesmos são apenas divisões locais, não metades de parentesco, e não são exogâmicos. A força do vínculo que liga os membros de cada distrito se deve à sua residência comum, com sua conseqüente inter-relação familiar; ela predomina sobre a ligação comum de filiação clânica e mesmo a do parentesco familiar, a menos que este seja muito próximo (1998, p. 161).

Ou seja, como o casamento ocorre entre grupos de parentes de diferentes clãs, as pessoas imediatamente envolvidas são aquelas sobre as quais recaem a obrigação de trocar presentes e, com isso, a constituição de uma rede permanente e contínua de obrigações e retribuições, o que impede a associação entre parentes afins. É como se cada novo arranjo excluísse os elementos que fazem parte do sistema, obrigando-os a associarem-se a outros elementos, que ao mesmo tempo não façam parte de tal sistema e não encontrem-se distantes do território do clã. A exogamia favorece, pois, a simplificação social, por permitir, segundo Firth, “uma divisão pelo casamento entre pessoas cujos interesses já estão ligados de outras maneiras” (FIRTH, 1998, p. 446).

Com base nessa concepção de classificação e hierarquia suscitada pela divisão interclânica, segue-se que a definição de escolha encontra-se associada a regras que são de natureza social, mais que individual, cuja função é determinar o isolado populacional prescrito para o casamento. Contudo, sabe-se que, além das regras, existem formas pelas quais os indivíduos procuram se adaptar às mesmas, ora resistindo, ora intervindo sobre elas, segundo seus interesses. Em Tikopia podemos encontrá-las na forma de associação de enamorados e rapto sem consentimento prévio. Já nas ilhas Trobriand identificamos duas outras formas: a preferência pessoal e a posição dos sujeitos. Além disso, podemos elencar as escolhas que têm como referência o tipo físico, e que em ambas se definem não só pelas características corporais, mas também pela maneira como os próprios autores identificavam e viam-se identificados no conjunto das definições que marcam as noções de beleza e a feiúra de cada um, segundo sua posição no grupo³⁰.

Acerca do que analisa Firth, a associação baseada no namoro e no rapto faz parte do processo de institucionalização do casamento, o qual é substancialmente orientado por interesses objetivos e claramente determinados pela condição social da noiva, condição esta definida pela quantidade de alimento disponível nos pomares de sua família. Além disso, podemos considerar

³⁰ Expressão disso é a constante comparação com os tipos físicos europeus que, tanto Malinowski quanto Firth, utilizam para identificar as distinções de beleza e feiúra entre os nativos.

que os critérios de escolha, embora tenham sido difíceis de serem elucidados na cultura tikopia, são reconhecidos através da personalidade atraente, da habilidade na dança e coisas semelhantes.

No caso trobriandês a associação entre os cônjuges é mediada pelo dote, e os interesses sofrem a interferência da posição que cada um possui em seu respectivo grupo de parentes. Como afirma Malinowski “seu efeito é bastante considerável, não apenas sobre a própria instituição do casamento, mas sobre toda a economia e constituição da tribo” (MALINOWSKI, 1982, p. 145). Portanto, o homem, ao realizar a escolha de sua mulher, procura equacionar suas próprias necessidades com a importância do dote que lhe pode caber. Sua situação futura dependerá, desse modo, não somente do seu próprio zelo e de suas aptidões pessoais, mas também do zelo e das aptidões de seus parentes afins. O que significa dizer que o casamento entre os trobriandeses, ao invés de afastar a possibilidade de casamento entre os membros do clã, como ocorre em tikopia, os coage a afirmar sua posição de parceiros preferenciais no interior de um grupo de parentes.

Caso consideremos as estratégias como mediação das regras, no sentido de nos conformarmos a ela à nossa maneira, e tendo já explorado a definição de Firth ao abordar o parentesco, em Malinowski isso é visto de maneira completamente diferente. Segundo ele “a melhor maneira de apreciar a moralidade sexual em uma cultura diferente consiste em lembrar-se de que o impulso sexual nunca é completamente livre, nem poderá jamais ser completamente escravizado por imperativos sociais” (MALINOWSKI, 1982, p. 442). Portanto, os limites da liberdade, além de variarem, são determinados por motivos biológicos e psicológicos, e também por uma esfera em que o controle do costume e da convenção desempenha papel importante. Por essa razão, os padrões de escolha dos cônjuges, ora baseados na posição social, na área geográfica e também na idade, permitem não só definir com quem casar, mas definir o lugar de cada tipo racial no interior do sistema (mercado) matrimonial.

Concebemos, portanto que a associação conjugal em Malinowski e Firth, embora tomada sob ângulos diferentes, são fruto da dupla função socializadora exercida pelas regras: conformar os indivíduos a agir segundo padrões e convenções pré-determinadas, e com isso, garantir a manutenção da estrutura. Regras e estratégias são, portanto facetas de todo o processo que constitui o isolado matrimonial nativo, e que desse modo possibilitam a tradução do parentesco e do casamento em ambos os autores.

Desse modo, tendo sido forjados sob a égide de um contexto em transformação, os estudos etnográficos desenvolvidos pelos autores com os quais dialoguei neste capítulo em conformidade com a minha proposta de explicar a genealogia da escolha na nossa cultura, demonstram que a concepção de parentesco e casamento incutidas nesse processo, mais que

teórica, é uma expressão da experiência humana. A escolha, interferiria, assim, na maneira como o sujeito se pensa diante do outro o que, inequivocadamente, abre precedente para se analisar a relação dos indivíduos com modelos de referências e estratégias pessoais de comportamento, muito peculiares a discussão sobre *habitus* discutidas a seguir.

A perspectiva de Bourdieu - *Habitus*

As preferências efetivas se determinam na relação entre o espaço das possibilidades e das impossibilidades oferecidas e o sistema das disposições [...] (BOURDIEU, 2009, nota 29, p. 84).

Os agentes se determinam em relações aos índices concretos do acessível e do inacessível, do “é para nós” e do “não é para nós”, divisão fundamental e tão fundamentalmente reconhecida quanto a que separa o sagrado do profano (BOURDIEU, idem, p. 106).

A definição adotada por Bourdieu acerca do *habitus* foi pensada como um expediente para escapar ao paradigma objetivista do estruturalismo sem recair na filosofia do sujeito e da consciência, características do existencialismo sartriano. Aproxima-se da noção de Heidegger do “modo-de-ser no mundo”, mas tem características próprias. O *Habitus* seria, assim, um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada. As disposições não são nem mecânicas, nem determinísticas. São plásticas, flexíveis. Podem ser fortes ou fracas. Refletem o exercício da faculdade de ser condicionável, bem como, a capacidade natural de adquirir capacidades não-naturais, arbitrárias (BOURDIEU, 2001, p. 189).

Sendo adquiridas pela interiorização das estruturas sociais, tais disposições são de tal forma internalizadas que chegamos a ignorar que existem. São as rotinas corporais e mentais inconscientes, que nos permitem agir sem pensar. O produto de uma aprendizagem, de um processo do qual já não temos mais consciência e que se expressa por uma atitude “natural” de nos conduzirmos em um determinado meio. É composto pelo *ethos*, os valores em estado prático, não-conscientes, que regem a moral cotidiana (diferente da ética, a forma teórica, argumentada, explicitada e codificada da moral, o *ethos* é um conjunto sistemático de disposições morais, de princípios práticos); pela *hêxis*, os princípios interiorizados pelo corpo: posturas, expressões corporais, uma aptidão corporal que não é dada pela natureza, mas adquirida (Aristóteles) (BOURDIEU, 1984, p. 133); e pelo *eidos*, um modo de pensar específico, apreensão intelectual da realidade (Platão, Aristóteles), que é princípio de uma construção da realidade fundada em uma crença pré-reflexiva no valor indiscutível nos instrumentos de construção e nos objetos construídos (BOURDIEU, 2001, p. 185).

Segundo Thiry-Cherques (2006) o *habitus* é relativamente autônomo, encontra-se entre o inconsciente-condicionado e o intencional-calculado.

Não é destino: preserva uma margem de liberdade ao agente, não, certamente, a liberdade do sujeito sartriano, mas a liberdade conferida pelas regras dominantes no campo em que se insere. Ele contém as potencialidades objetivas, associadas à trajetória da existência social dos indivíduos, que tendem a se atualizar, isto é, são reversíveis e podem ser aprendidas (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 34).

Reveste-se, pois, dos condicionamentos determinados pelo conjunto de experiências que formam a trajetória pessoal de um indivíduo. Não sendo destino, explicaria a aparência do acaso que se expressa na atração física, por exemplo, ou sentimental entre duas pessoas. Isto porque, sendo um sistema de disposições duradouras e transponíveis que, integrado a experiências passadas, funciona a todo momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações capazes de moldar semelhantemente gostos e representações.

Esse “assemelhamento” deita suas raízes no processo em que se dá a construção do sujeito social e que, segundo Miceli (2007), deriva de “um conjunto de esquemas implantados desde a primeira educação familiar, e constantemente repostos e reatualizados ao longo da trajetória social restante” [...] (p. XLII). Baseado nisto Bourdieu demonstra que todas as práticas culturais (frequência dos museus, concertos, exposições, leituras, etc.) e as preferências em matéria de literatura, pintura ou música, estão estreitamente associadas ao nível de instrução (avaliado pelo diploma escolar ou pelo número de anos de estudo) e, secundariamente, à origem social (BOURDIEU, 2008 p. 9).

O resumo desses preceitos parece achar-se naquele conceito de Azevedo de que “acertam melhor no casamento as pessoas de idéias diferentes do que de ‘educação’ diferente” (1986, p. 54). Educação, nesse contexto, significa o domínio de hábitos, de gostos, de linguagem, de estilos de comportamento e de etiquetas próprios de cada classe. A questão das preferências e inclinações afetivas e da sensibilidade para os sentimentos, os modos de julgar, os prazeres é posta em destaque quando se assinala que duas pessoas se gostam quando possuem gostos semelhantes. As semelhanças que são caracterizadas como pertinentes ao casal seriam, portanto, produtos de uma experiência de exposição aos mesmos valores e representações de uma classe (ou grupo de classe) definida, o que dá origem à definição de *habitus de classe* presente na análise de Bourdieu³¹.

As estruturas sociais incorporadas por esse *habitus*, reveladas, conforme descrevem Almeida, Sobral e Ferrão (1997), no modo como se fala e do que se fala, veste, anda, come, nos

³¹ Segundo Bourdieu o *habitus* de classe é determinado pela forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe (2008, p. 97).

gostos, funcionam como as matrizes das atrações possíveis ou mesmo princípios de afinidade, ao mesmo tempo que recordam a cada um os limites sociais do seu desejo. Se, como analisa Woortmann (2002a), o *habitus* de classe reflete um sistema de disposições internalizadas e naturalizadas, embora históricas, em relação dialética com determinadas práticas do grupo, a união de duas pessoas, com base nesses princípios de afinidade, é a presença operante de todo passado do qual ambos são o produto. Logo,

Se o sistema [leia-se casamento] pode funcionar na maior parte dos casos tendo como base critérios menos pertinentes do ponto de vista dos princípios reais de seu funcionamento, é primeiramente porque a educação familiar tende a garantir uma correlação bastante estreita entre os critérios fundamentais do ponto de vista do sistema e as características primordiais aos olhos dos agentes (BOURDIEU, 2009, p. 264).

De modo que, produzindo práticas, individuais e coletivas, portanto, históricas, conforme os esquemas engendrados por um grupo determinado, o *habitus* garante a presença ativa das experiências passadas que, “depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, tendem, de forma mais segura que todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo.” (BOURDIEU, 2009, p. 90).

Ora, a hipótese é de que a inclinação para a semelhança social na escolha do cônjuge seja reflexo da tendência para a distinção entre as classes sociais, e que esta se assentou gradualmente através da incorporação dos mecanismos de seleção do parceiro no quadro do processo civilizacional que, segundo Norbert Elias (1990), caracteriza os países ocidentais desde a desintegração da sociedade feudal na Europa, definindo-se, entre outros aspectos, pela transformação simultânea das estruturas sociais e das estruturas psíquicas – ou *habitus* – dos indivíduo. Logo, para Elias

São precisamente os medos [...] que se referem à perda de prestígio distintivo [...] que mais se prestam à interiorização [...] que, através da maneira como cada um dos membros desses estratos [sociais] é educado, nele se enraízam e convertem em medos interiores, os quais o mantêm automaticamente coagido sob pressão de um forte superego, independentemente de qualquer controle de outras pessoas (1990, p. 262).

Associados a condicionamentos de uma classe particular de condições de existências, essas características, que se definem pelo (e definem) *habitus*,

atuam como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 2009, p. 87).

Neste sentido, o sistema de disposições inculcada pelas condições materiais de existência e de educação familiar, as quais constituiriam, segundo Bourdieu, o princípio gerador e unificador das práticas modernas, é o produto das estruturas que estas práticas tendem a reproduzir de modo que os agentes possam apenas reproduzir, ou seja, imitar conscientemente ou reinventar inconscientemente, adequando a si ou de forma mais conveniente ou simplesmente mais cômoda, estratégias já comprovadas, uma vez que estas encontram-se orientadas de acordo com a lógica de um campo de ação próprio. Em todo caso, como a matriz que dá conta da série de estruturações e reestruturações por que passam as diversas modalidades de experiências diacronicamente determinadas dos agentes, o *habitus* seria o dispositivo que regularia a conjuntura de eventos sobredeterminados, cuja “ausência de mastro” torna possível a idéia de destino para quem está apaixonado e sonha em casar.

Prova disto está no fato de que os casamentos estudados por Bourdieu no Beárn em Cabila são considerados parte das estratégias que garantem a continuidade da linhagem e a reprodução da força de trabalho, enquanto asseguram a transmissão do patrimônio e mantêm as famílias em sua hierarquia econômica e social. Estratégias que, incorporadas pelo *habitus*, inscrevem-se no corpo, no indivíduo biológico, permitindo produzir a infinidade de atos de jogo que estão inscritos no jogo em estados de possibilidades e de exigências objetivas. As coações e as exigências desse jogo, como já assinala em relação à teoria de Needham, ainda que não estejam reunidas num código de regras, impor-se-iam àqueles e somente àqueles que, por entenderem como se joga o jogo, isto é, o seu funcionamento, estão preparados para percebê-las e realizá-las.

Percebe-se então que não se deve colocar o problema em termos de espontaneidade e coação, liberdade e necessidade, indivíduo e social. O *habitus* como sentido do jogo é jogo social incorporado, transformado em natureza. Nada, portanto, seria simultaneamente mais livre e mais coagido do que a ação do bom jogador (BOURDIEU, 2004, p. 82).

Dessa forma, as estratégias matrimoniais que Bourdieu estuda são o produto não da obediência à regra, mas do sentido do jogo que leva a “escolher” o melhor partido possível considerando o jogo que se tem para “jogar”, isto é,

[...] os trunfos e as cartas ruins (as moças particularmente), e a arte de jogar que se possui; é a regra explícita do jogo – por exemplo, os interditos e as preferências em matéria de parentesco ou as leis sucessórias – que define o valor das cartas (rapazes e moças, primogênitos e caçulas). E as regularidades que se podem observar, graças à estatística, são o produto agregado de ações individuais orientadas pelas mesmas coações objetivas (as necessidades inscritas na estrutura do jogo ou parcialmente objetivas em regras) ou incorporadas (o sentido do jogo, ele próprio distribuído de modo desigual, por que em toda parte, em todos os grupos, existem graus de excelência) (2004, p. 82).

Bourdieu sugere, portanto, que toda família tem como objetivo único a manutenção ou a expansão de seu capital material e simbólico. No entanto, o casamento de cada um dos filhos de cada família representa um problema específico que necessita de diferentes estratégias para assegurar o fim desejado (BOURDIEU, 1990, p. 147). Como em um jogo de cartas, onde diferentes opções de jogada se colocam conforme o valor da carta, das outras cartas na mão e das regras do jogo, o casamento de cada indivíduo apresenta diferentes alternativas para maximizar os ganhos com a transação matrimonial.

Em seu estudo sobre as transações matrimoniais em Serro Verde, no interior de Minas Gerais, Piscitelli (1990) analisa que as opções de jogada em curso nas tramas matrimoniais de duas famílias locais dependeram da estrutura e das oportunidades que os casamentos ofereceram à reprodução dos seus membros. Baseada na idéia de que a escolha do cônjuge entre as famílias Morais e Pinheiro Leitão esteve durante todo o século XIX influenciada ao mesmo tempo pela tradição do nome e pela interferência do complexo do amor romântico, intimamente ligada à filosofia individualista, Piscitelli demonstra que as relações matrimoniais, ao longo das sucessivas gerações, se viu confinada à díade norma-afeto. Ou seja, mesmo as famílias operando como doadoras de posição social para sua descendência, onde o casamento entre iguais torna-se um elemento crucial na reprodução das hierarquias sociais, o convívio com a escolha livre implicou em uma forma de organização que ampliou o leque de alternativas a sua manutenção. Partindo da pergunta “Como se resolve o aparente paradoxo entre o amor- idéia individualista – e a manutenção dos limites eletivos?” a autora elege como fonte para sua investigação um estudo sobre a genealogia dos grupos. Por definição trata a família Morais como a proprietária de terra, enquanto a família Pinheiro Leitão como a que descendia dos antigos sitiantes do local, cuja trajetória política permitiu-lhes ascensão social.

Em ambas as famílias ocorreriam estratégias familiares implementadas, num e noutro caso, como meio de manutenção e aumento dos patrimônios. Segundo Piscitelli, em Serro Verde haviam sido criados

[...] critérios para a imposição, aceitação ou recusa de parceiro/a nas distintas gerações. Os critérios de seleção de cônjuge inter-relacionaram-se com o contexto político-econômico, com os aspectos demográficos, com a composição da estrutura familiar e com a etapa vivida pelos grupos de parentesco (1990, p. 54).

Exemplo disso é que, para as filhas da família Morais, as opções matrimoniais estavam em casamentos com filhos de agricultores, comerciantes e políticos, além da alternativa de se casar com os recém-chegados “oriundos de cidades consideradas mais sofisticadas, com educação superior e modos refinados”. A questão, todavia, impôs limites a partir do momento em que esta família dispunha de poucas filhas casadoiras ao longo de duas gerações sucessivas.

Segundo Piscitelli, a continuidade da fortuna da família Morais dependia, neste caso “exclusivamente das alianças realizadas pela descendência feminina” (1990, p. 61). Sua pesquisa sugere ainda que, em razão desse fator,

[...] em distintas gerações, as primeiras filhas que casaram estiveram mais expostas a uniões forçadas. Como as famílias conseguiram efetivar as alianças adequadas, parece que puderam ser mais flexíveis posteriormente. Casamentos que teriam sido conflituos para a primogênita ou para a única filha mulher dentro da faixa etária habitual, puderam realizar-se com uma oposição infinitamente mais branda quando se tratou de irmãs menores ou de mulheres que, tendo superado a faixa dos 30 anos, tinham a certeza de não casar mais. Da mesma forma, a partir das primeiras décadas deste século, as jovens que casaram depois da morte paterna, gozaram de uma liberdade mais ampla para escolher o cônjuge (PISCITELLI, 1990, p. 75).

Como se vê, à medida que a estrutura do grupo viu habilitarem-se novas alternativas de arranjo, o casamento por livre iniciativa transformou-se num fenômeno que compunha sua própria organização. Além disso, os casamentos que Piscitelli considera “rebeldes”, transmitiram às gerações seguintes uma nova fórmula de operar as relações entre as famílias, advertindo que casamentos exclusivamente endogâmicos colocavam em risco sua própria continuidade biológica. Nesses envolvimento entre “rebeldes”, o amor e o sistema matrimonial adquiriam sentido no espaço ocupado pelas mulheres no universo simbólico das famílias da cidade, e, particularmente, do papel que desempenharam no desenvolvimento das estratégias familiares de reprodução, o que era um risco ainda maior, haja vista a hierarquia entre os gêneros nas decisões familiares.

Na tentativa de evitar que esses fenômenos prejudicassem o grupo, preferiu-se, muitas vezes, realizar casamentos entre pessoas inferiores na hierarquia familiar com candidatos/as de fora da família, alternativa que oferecia como benefício um novo modo de operar os relacionamentos familiares, uma vez que favorecia os laços de solidariedade dentro dos grupos de parentesco, particularmente os masculinos. Esses laços, que a autora considera “verticais”, isto é, “entre uma geração e a seguinte”, também eram importantes neste cenário. Na visão de Piscitelli “Através [deles] se estabeleciam ocupações e uma série de créditos e proteções por parte dos parentes mais poderosos em relação aos mais fracos em termos políticos e econômicos; estes, em contrapartida ofereciam trabalho e, sobretudo, absoluta lealdade política.” (1990, p. 108-9)

Com o advento do século XX essas trocas matrimoniais foram influenciadas por uma série de novidades relativas às escolhas de cônjuges e à transmissão de propriedade. Segundo os relatos e narrativas colhidos por Piscitelli “pertencer aos grupos de parentesco adquire significados distintos na medida em que vão se consolidando as hierarquias internas das parentelas”. Segundo ela,

“[...] os relatos sugerem que este processo de diferenciação desenvolveu-se conjuntamente com uma mudança de ênfase nas redes de solidariedade. Os laços de solidariedade econômica, que continuaram acontecendo entre os homens do grupo, passaram a ser predominantemente horizontais. Em outras palavras, empréstimos e diversos tipos de alianças estabeleceram-se entre os homens da mesma geração e, preferentemente, de posição econômica equivalente. Estas transformações começam a ocorrer nos anos posteriores ao casamento de Frederico Pinheiro Leitão.

“Os laços de solidariedade verticais, por sua vez, passam a ocorrer no universo feminino do grupo, expressando-se através de auxílios e favores concedidos entre as mulheres das parentelas. As mulheres mais ricas protegeram sobrinhos e sobrinhas pobres – geralmente afilhados e afilhadas – oferecendo aos primeiros oportunidades de trabalho e estudo e promovendo alianças vantajosas para as segundas. Apenas excepcionalmente as irmãs consideradas mais ricas ajudaram as mais pobres, incentivando a atuação dos maridos em casos de empréstimos para situações de emergência. Creio que esta mudança no direcionamento das redes de reciprocidade familiar relaciona-se com a drástica redução de casamentos consanguíneos que se observa nos dois grupos a partir das alianças da quarta geração.

“Nas últimas gerações – quarta e quinta – a presença de solteiros parece ter tido, ao menos entre as famílias das camadas altas, um sentido estratégico que deve ser associado a uma nova tendência nos casamentos femininos e na transmissão de propriedade. As jovens deveriam casar agora com iguais ou realizar casamentos hipergâmicos. Dentro dos grupos de siblings tanto os homens solteiros quanto suas irmãs casadas e solteiras deixaram a administração de suas terras em mãos de algum irmão. Este, a partir da acumulação das rendas das terras familiares, teria mais fácil acesso a construção da riqueza pessoal, à compra das terras de seus siblings depois da morte dos pais e ao casamento com uma mulher rica” (PISCITELLI, 1990, p. 109-11).

Neste sentido, as famílias optavam por garantir a manutenção do patrimônio econômico familiar por via masculina e permitiam que os filhos casassem com moças pobres. Simultaneamente, exigiam que as filhas, que seriam menos favorecidas economicamente, realizassem casamentos com jovens que recebessem o mesmo tratamento que seus irmãos, ou que gozassem de posição econômica superior. Logo, ao mesmo tempo que acolhiam carinhosamente suas noras consideradas pobres, as famílias reprimiam as relações amorosas de suas filhas com rapazes do mesmo nível das noras.

Outro detalhe importante dentro desse processo está no fato de que, em termos de escolhas conjugais, a família Pinheiro Leitão, segundo Piscicelli - mais flexível em seus arranjos – , delimitou, a partir da quarta geração, um universo mais amplo de cônjuges possíveis. Os Moraes, por sua vez, presos a um *passado de elite*, recusavam-se a casar com forasteiros. Os Pinheiro Leitão, para quem as restrições ao casamento pareciam estar diretamente ligadas ao capital econômico possuído, contraíram matrimônio com italianos considerados ricos.

Num nível mais profundo, os processos de escolha do cônjuge ocorridos entre as duas famílias estudadas por Piscitelli ajustam-se ao intento de transformar a estrutura sem romper com normas homogâmicas. O *habitus*, portanto, enquanto conjunto de disposições que funcionam como estruturas estruturadas, mas também como estruturas estruturantes, estariam, neste caso, dotados da suficiente flexibilidade para possibilitar a recriação das práticas do passado em função de novas situações.

Bourdieu indica que isso ocorre porque o *habitus* possibilita a improvisação de práticas eficazes em uma infinidade de situações específicas e o ajustamento constante do comportamento na interação com os outros, sem escolhas deliberadas, que muitas vezes só complicariam a realização de resultados apreciados (BOURDIEU e WACQUANT, 1992).

Sendo flexível conforme a conjuntura das situações o exige, o *habitus* torna-se um princípio adaptativo das revoltas ou resignações. Isto é, mesmo quando pensam nas suas escolhas, os indivíduos, por meio do *habitus* e do conhecimento prático, vêm moldadas a definição do problema, limitadas as ações pensáveis e definidas as estratégias para resolvê-lo. Não sendo coordenado por princípios de natureza consciente, reveste-se, portanto, de espontaneidade para tornar admissível uma reestruturação do sistema, tornando, por exemplo, os amores rebeldes mais que rupturas, porque nestes há princípios de transformação que buscam permanecer no mesmo espaço social.

Ora, funcionando como cartas de um baralho, as ações dos indivíduos seriam lances de jogo que devem sua eficácia à inconsciência ou à falta de interesse através das quais os jogadores lançam suas “cartas” no mercado matrimonial. O *habitus* permite, assim, que os agentes se orientem neste espaço estrategicamente, sem que para isto sejam necessárias uma reflexão ou uma determinação consciente.

Segundo Monteiro (1993) as estratégias matrimoniais não passam necessariamente pela vontade consciente de todos os agentes sociais nelas envolvidos e, sobretudo, que só são possíveis porque se adequam ao papel que lhes é garantido por direito e pela autoridade do grupo familiar (aliás, também suportada pelo direito), mas ainda pelas disposições incorporadas, que fazem com que cada um aceite o seu destino como o destino natural.

Como poderá ser visto nos capítulos posteriores, tanto no que se refere à análise da literatura de Jane Austen como em relação aos discursos dos noivos, o fato de se ter consciência sobre o que se quer escolher não explica o *porquê* objetivo de ter que se escolher assim. Não cabendo a nós explicar por que amamos ou queremos casar com alguém (embora sempre haja justificativas para isso) o fato é que a trajetória social e afetiva é o expediente necessário para entendermos sobre quais condições estão baseadas nossas práticas. Sem querer fazer da consciência um laboratório para nossas ações, isto nos mostra que o legado afetivo, cuja operação se dá pelas reações do corpo – mas também pelo acesso, através dele, a compreensão do que se quer *amar* – nada mais é do que um investimento pessoal em conferir legitimidade àquilo que se apreende como sentimento na justa medida do que se deve oferecer como sentimento a alguém; de forma que a justificativa mais coerente e plausível para uma escolha é sempre aquela que se adapta a um tipo de percepção sobre como o escolher é um modo de operar

a realidade, portanto mais subjetiva em relação ao que queremos (destino, acaso) e mais objetiva ao que evitamos (cor, altura, origem, comportamento, etc.).

Neste sentido o *habitus* encerraria a solução dos paradoxos do sentido objetivo sem intenção subjetiva, exatamente por que ele está no princípio desses encadeamentos de “golpes” que são objetivamente organizados como estratégias, sem ser o produto de uma verdadeira intenção estratégica, o que, segundo Bourdieu (2009), suporia pelo menos que eles sejam apreendidos como uma estratégia possível entre tantas outras.

Se cada um dos momentos da seqüência de ações ordenadas e orientadas que constituem as estratégias objetivas pode parecer determinado pela antecipação do porvir e especialmente de suas próprias conseqüências (o que justifica o emprego do conceito de estratégia), é porque as práticas que o *habitus* engendra e que são comandadas pelas condições passadas da produção de seu princípio gerador estão de antemão adaptadas às condições objetivas todas as vezes que as condições nas quais o *habitus* funciona permaneceram idênticas – ou semelhantes – às condições nas quais ele se constitui, o ajustamento às condições objetivas perfeitamente e imediatamente alcançado fornecendo a mais completa ilusão da finalidade ou, o que significa o mesmo, do mecanismo autorregulado (BOURDIEU, 2009, p. 102).

Portanto, a noção de *habitus* indica que os sujeitos ajustam, por meio das alternativas em jogo, modelos de ação que ao mesmo tempo atendem à estrutura da conjuntura da qual são parte e suas estratégias particulares de adaptação à ela, o que revela a particularidade do processo de escolha conjugal, onde os indivíduos, sujeitos a uma certa demanda da sociedade, fazem opções que mutuamente se adaptam, dando origem a casais que acolhem como acaso o fato de serem tão parecidos.

A questão que emerge nesse contexto é: como explicar o acaso, uma vez que ele se faz presente no interior de um leque de possibilidades?

Essa é uma questão tentadora, mas impossível de ser solucionada por que para identificarmos o evento em que duas pessoas mutuamente se escolhem, teríamos de recorrer a um estudo de suas respectivas trajetórias de vida. Mesmo assim, como podemos fazer juízo de algo incerto? Como saber quem vai se escolher? Por isso é tão importante entender o processo, por que sendo um encontro o primeiro passo num envolvimento amoroso, a probabilidade que um casal tem de se casar, torna possível compreender os eventos que levam os indivíduos a tomar essa decisão.

Mas ainda assim teríamos um problema a ser solucionado: estudar o processo de envolvimento amoroso entre duas pessoas não significa ter certeza de que elas virão a contrair matrimônio. Isto por que os mesmos eventos que as levam a namorar ou noivar podem contribuir para separá-las. Ora, então seria um paradoxo estudar a escolha como processo?

Não se entendermos que, sendo um processo, a escolha atende a certos princípios, tal como os observados até aqui, ou seja, as regras de parentesco, a estrutura da conjuntura, a homogamia, aos critérios de seletividade, etc., onde o que importa é muito mais saber sobre o contexto de envolvimento dos indivíduos do que o momento em que eles se interessaram um pelo outro em termos matrimoniais.

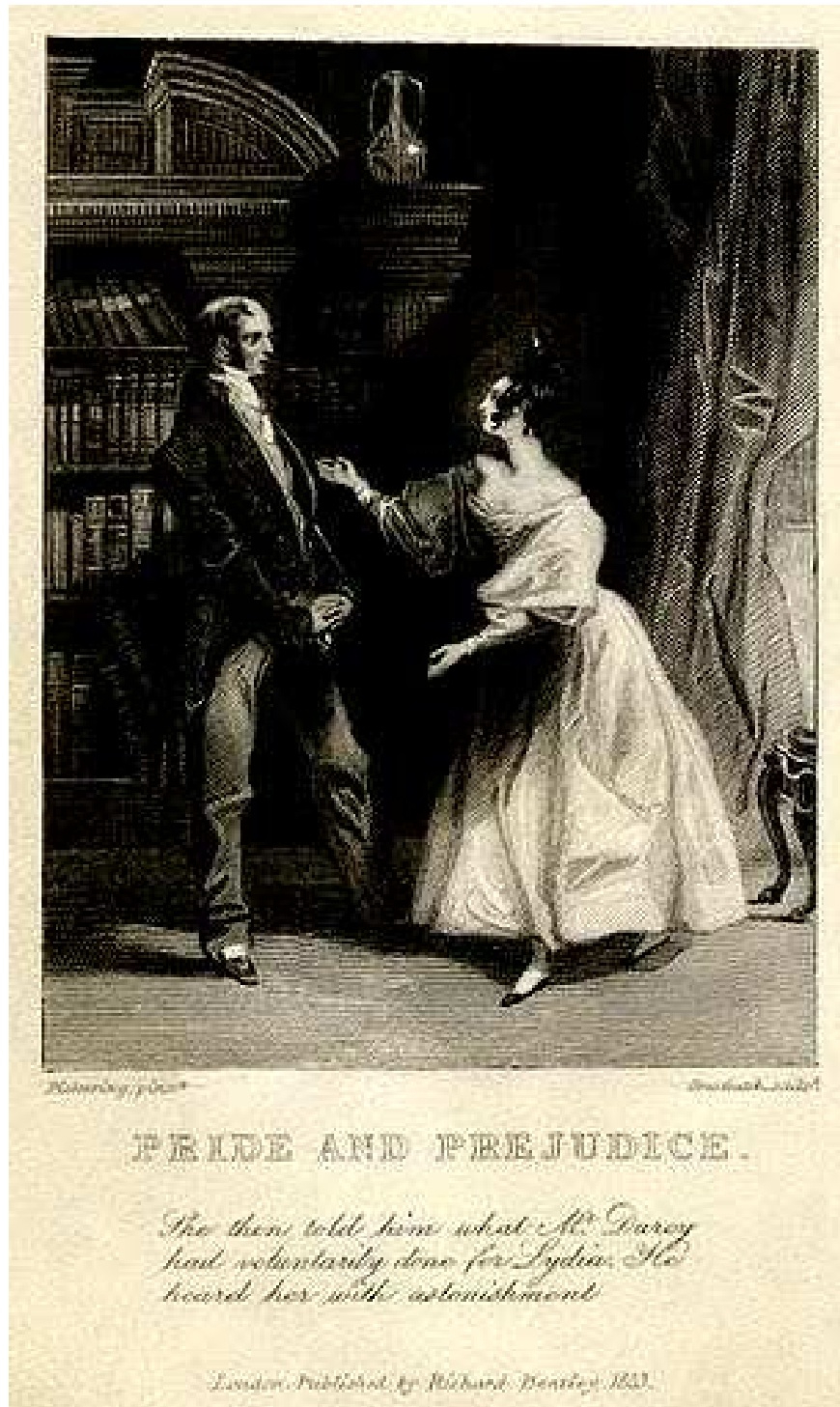
Assim, minha solução para esse problema metodológico só poderia ser encontrado num recurso que vem sendo muito utilizado para se compreender a cultura nos dias atuais: a literatura.

Na literatura, mas sobretudo no romance moderno, a tentativa de apontar a agência do ator em seu próprio destino é, como se sabe, uma das marcas do mundo ocidental. Enfatizando padrões de comportamento de cada época e sociedade, assim como as estratégias dos personagens para se adaptarem ou se rebelarem contra os mesmos, os autores oferecem muitos elementos para se discutir o conflito entre norma e agência, razão e sentimento.

Minha perspectiva é de que, fazendo uso desse recurso, possa conduzir o leitor a compreender como as transformações sociais descritas no romance moderno dão ênfase ao individualismo caracterizado na escolha como valor e por “amor”. Uma vez que a noção de indivíduo é apropriada pela literatura romântica, a narrativa presente na obra de Jane Austen nos auxilia a compreender como a trajetória pessoal serve de referência para se avaliar com quem se quer/deve casar e que sentido isso possui nas respectivas estruturas sociais analisadas.

Parte 2

Da Estrutura aos Sentimentos



Capa da primeira publicação de 'Orgulho e Preconceito' de Jane Austen.

Capítulo 3

Entre a estrutura e os sentimentos

Tal como afirmou Azevedo o tema deste capítulo deve ser “exposto e discutido com as competências da inteligência e do coração” (1986, p. XI). Isto por que falar de uma manifestação afetiva sobre a qual nos baseamos para identificar um parceiro ideal, tal como na escolha do cônjuge, é eleger um tema profundamente complexo e perigoso, com o qual temos de pensar e sentir antes de nos pronunciar.

Nele me remeto às discussões emanadas de minhas observações no campo literário, uma fonte de inspiração para minha discussão sobre o campo da intersubjetividade surgida no decorrer de minha etnografia junto ao curso de noivos.

Esta metodologia é de fundamental importância para minha iniciativa de análise das representações dos noivos sobre o processo de identificação do cônjuge ideal. Por meio dela pretendo também avaliar as implicações da literatura romântica no processo da seleção ritual contido nos casamentos modernos, assim como os elementos presentes neste gênero literário que me permita considerar os vários eixos de relação entre as estruturas sociais prevalentes e as estratégias individuais contidas no cenário das transações sentimentais existentes nos dias de hoje.

Início tratando da discussão envolvendo a natureza das (se podemos dizer assim) estruturas que compõem o processo de constituição da escolha individual, com ênfase numa genealogia desse sentimento, para, em seguida, aprofundar-me na análise da obra de Jane Austen, romancista inglesa do século XVIII, que apresenta aspectos relevantes para se pensar o processo de elaboração da escolha enquanto valor na modernidade, advertindo-nos, também, para uma crítica da relação entre sujeito e sociedade, entre cultura e sentimentos.

Segundo Viveiros de Castro e Araújo (1977), desde Malinowski, a antropologia vem se debatendo nos braços da dicotomia “direito” versus “afeto”, isto é, a estrutura social concebida como sistema de relações jurais entre pessoas *versus* aspectos da vida social não redutíveis a ela, consistindo em sentimentos e emoções, em condutas individualizadas e processos que transgridam as fronteiras da estrutura normativa (VIVEIROS DE CASTRO e ARAÚJO, 1977, p. 133). De um lado teríamos as

relações marcadas pela 'obrigatoriedade, exterioridade e generalidade', onde as condutas humanas se especificam segundo uma rede de direitos e deveres e posições sociais hierarquizadas, representadas pelo parentesco. Este é o lado da autoridade e, num certo sentido, dos sentimentos de expressão obrigatória. Do outro lado estão as relações onde vigora a escolha individual, a livre opção quanto às linhas de conduta e aos parceiros possíveis, às afinidades eletivas que cortam as divisões internas. Este é o lado da indeterminação, do imponderável, complementar, mas residual em relação ao lado da generalidade.

Pode ser o lado sagrado, onde as fronteiras internas da sociedade são transcendidas por uma comunidade cósmica. O próprio ser humano pode ser concebido segundo este esquema dual: uma persona social, feixe de direitos e deveres, e um aspecto individual, ora alocado no nome que o indivíduo recebe através de um não-membro do grupo, ora no corpo enquanto oposto à alma, ora em uma parte da alma, etc. Este lado é o lado do amor e da amizade, dos sentimentos espontâneos e das atitudes 'naturais' (VIVEIROS DE CASTRO e ARAÚJO, *idem*, p. 135).

O principal problema dessa dicotomização “direito/afeto” é a tendência a se confundir com uma partição ontológica do mundo em um domínio submetido a regras e outro que a elas escapa. Neste sentido a oposição é reificada, padecendo de uma identificação entre regra “normativa” e regularidade social. Em segundo lugar, essa dicotomia oscila entre ser a expressão de certas concepções ideológicas sobre a sociedade e ser a constatação objetiva de uma alocação diferencial da norma e do afeto.

Em outros momentos, tal dicotomia se converte em distinção metodológica, chegando mesmo a exprimir modalidades alternativas de análise do objeto (e de identificação/classificação do pesquisador em seu processo de análise). Neste último caso, a dicotomia caracteriza um processo histórico que nos remete a Radcliffe-Brown, enquanto fundador do modelo normativo e universal de explicação do social. Na contramão temos Firth, Leach e muitos outros que se inscreveram entre os autores que privilegiam o desenvolvimento de modelos que dêem conta de estratégias individuais, incorporando o elemento “optativo” na análise dos sistemas sociais. Não necessariamente, convém lembrar, esta vertente teórica pensa a oposição referida em termos de “direito/afeto”. De todo modo, o que caracteriza esta vertente, de maneira mais geral é a progressiva relevância que o indivíduo vai tomando, como unidade de análise e/ou instrumento de explicação – seja o indivíduo como ser concreto cujas ações não seguem mecanicamente os padrões normativos, seja como categoria ou complexo

de representações (e aqui é tanto o “indivíduo” quanto o “individual”) que escapam à geometria classificatório-normativa do sistema social.

Viveiros de Castro e Araújo sublinham, portanto, a diferença existente entre as vertentes preocupadas em estabelecer o papel que os sentimentos desempenham na vida social e as que se interessam pelos afetos nas relações interpessoais. E, dentro destas últimas, assinala a distância entre a produção antropológica preocupada em explicar a causa social dos sentimentos individuais e os trabalhos que tentam verificar a função e os significados que pode assumir a manifestação socialmente prescrita dos sentimentos.

Todavia, não podemos esquecer que o pioneiro nessa discussão é Durkheim. Foi ele quem discutiu pela primeira vez a dimensão social das emoções a partir de seus estudos sobre os fenômenos religiosos, contrariando assim, a versão corrente de incomunicabilidade entre intelecto e sentimento.

Em sua concepção, do mesmo modo que toda sociedade tem representações coletivas que se impõem aos indivíduos e através das quais eles organizam suas experiências, ela também produz sentimentos coletivos, necessários para a manutenção do consenso social. Assim, os rituais, muitas vezes de caráter religioso, teriam o papel de reafirmar regularmente os sentimentos coletivos que dão unidade à sociedade. Durkheim e Mauss, em trabalho já comentado (DURKHEIM e MAUSS, 2005), postula que a própria sociedade emana de “estados de alma coletiva”, estados estes que se caracterizam pela manifestação de sistemas afetivos:

[...] para aqueles que designamos como primitivos, uma espécie de coisas não é um simples objeto de conhecimento, mas corresponde antes de tudo a uma certa atitude sentimental. Toda sorte de elementos afetivos concorrem para a representação que se faz dela (2005, p. 453).

Neste sentido, a relação ambígua, mas complementar, entre intelecto e sentimento, entre norma e sensibilidade, decorre do sentido (ou significado/significação) produzido pelo indivíduo em sua interação com o seu meio social. Ora, a significação é uma relação entre termos, entre significantes e significados, o que significa dizer que, por exemplo, o pensamento científico, tomado como uma matriz, a da racionalidade, revela apenas uma adequação mais satisfatória sob certas circunstâncias ao pensamento mágico, associado com um modo de pensar e agir, “menos racional”, embora a natureza do processo que os engendra seja a mesma. Entretanto, há uma inadequação irreduzível entre significantes e significados, pois, para compreender o mundo, o homem enfrenta sempre uma “superabundância de

significantes em relação aos significados sobre os quais ela pode aplicar-se” (LÉVI-STRAUSS, 1974, p. 34). No limite, existe sempre um excedente de significação e o “progresso do espírito humano [...] só pode e só poderá sempre consistir em retificar fendas, proceder a reagrupamentos, definir pertinências e descobrir recursos novos, no seio de uma totalidade fechada e complementar de si mesmo” (LÉVI-STRAUSS, 1974, p. 33).

A classificação lógica seria, portanto, uma forma de ordenação do universo através destes significados, ao qual Mauss e Durkheim chamam conceitos, e que sob a ótica do primitivo, constituía um estágio mais complexo do que o estágio puramente afetivo, se opondo a ele. Desse modo, a classificação não passaria de uma categoria do entendimento e a história da classificação científica não seria senão a história das etapas no curso das quais se deu o enfraquecimento progressivo do elemento *afetividade* em favor das categorias próprias do entendimento (MICELI, 2005, p. XIX-XX).

Aproximando-se dessa discussão, Lévi-Strauss, no que se refere à passagem da natureza para a cultura, considera que não haveria uma oposição entre o emotivo e o intelectual. Para ele estas dimensões não se distinguem num primeiro momento. Retomando os argumentos de Rousseau sobre *a origem das línguas*, o qual afirma que não foram as necessidades físicas (fome ou sede) que levaram os homens à sociedade, Lévi-Strauss demonstra que as necessidades podem ter “ditado os primeiros gestos”, mas foram as paixões (amor, ódio, piedade) que “arrancaram as primeiras vozes” através das quais os homens se reconhecem uns nos outros: “Apresentam-nos a linguagem dos primeiros homens como línguas de geômetras e verificamos que são línguas de poetas (...). Não se começou raciocinando, mas sentindo” (ROUSSEAU, 1973 *apud* LÉVI-STRAUSS, 1976).

Assim, para Lévi-Strauss as condutas sociais não são desempenhadas espontaneamente por cada indivíduo, sob o efeito de emoções atuais. Para ele os homens não agem, enquanto membros de um grupo, de acordo com aquilo que cada um sente como indivíduo: cada homem sente em função da maneira pela qual lhe é permitido ou prescrito comportar-se, o que nos remete imediatamente a posição de Mauss sobre *A expressão obrigatória dos sentimentos* (1981 [1921]).

Nesta obra, Mauss destaca que as emoções — tanto na sua expressão oral quanto gestual e corporal — formam uma linguagem, “signos de expressões compreendidas” (MAUSS, 1981, p. 62), que, em muitas situações, requer manifestação obrigatória (como nos ritos funerários que analisa). Compreende-se, pois, que as

emoções, acima de tudo, são elementos da comunicação, logo elementos eminentemente sociais, onde os costumes seriam vistos como normas externas antes de engendrar sentimentos internos. Portanto, os constrangimentos sociais, positivos e negativos, não se explicam nem quanto à origem nem quanto à sua persistência, pelo efeito de pulsões ou de emoções que reapareceriam com as mesmas características no percurso dos séculos e dos milênios em indivíduos diferentes, pois, conforme Lévi-Strauss, “se a recorrência dos sentimentos explicasse a persistências dos costumes, a origem dos costumes deveria coincidir com a aparição dos sentimentos [...]” (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 155).

Além disso, se as instituições e os costumes tiveram sua vitalidade no fato de serem continuamente refrescadas e revigoradas por sentimentos individuais semelhantes àqueles em que se encontrava sua primeira origem, elas deveriam encerrar uma riqueza afetiva continuamente renovada, que seria seu conteúdo positivo. Sabemos que não é assim, e que a fidelidade que se lhe atribui resulta, mais comumente, de uma atitude convencional. Qualquer que seja a sociedade a que pertença, o sujeito raramente é capaz de indicar uma causa para este conformismo: tudo o que sabe dizer é que as coisas sempre foram assim, e que age como se agiu antes dele. Este tipo de resposta nos parece perfeitamente verídico. O fervor não transparece na obediência e na prática, como deveria ser o caso se cada indivíduo assumisse as crenças sociais porque em tal ou tal momento de sua existência ele as teria vivido íntima e pessoalmente. A emoção vem somente quando o costume, indiferente em si mesmo, é violado (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 156).

Meu estudo sobre escolhas parte, deste modo, do princípio de que as experiências emocionais singulares, sentidas e vividas por um ator social específico, emergem num contexto relacional como produto da interação entre os indivíduos e a cultura/sociedade na qual estão inscritos valores e representações sócio-afetivas. A emoção que envolve o sujeito que escolhe, enquanto objeto analítico das Ciências Sociais, pode ser definida, então, como uma teia de sentimentos dirigidos diretamente a outros e causado pela interação com outros em um contexto e situação social e cultural determinados. Em sua fundamentação analítica vai além do que um ator social sente em certas circunstâncias ou com relação às histórias de vida estritamente pessoal.

De todo modo, a natureza da distinção que separa (unindo paradoxalmente) sentimento e razão precisa ser compreendido enquanto referencial epistemológico que nos auxilia no entendimento da atividade humana, a qual é, concomitantemente, regida pela singularidade da vida social e pelas imponderabilidades da ação individual. De forma que, não é possível afirmar a existência de dois personagens num só, tão menos de um personagem que encarna papéis para seguir normas pré-estabelecidas, mas sim que há múltiplos roteiros de vida que se conformam se ajustando às singularidades

subjetivas do papel que cada um de nós escolhe exercer. Daí talvez a minha preocupação em encarar a escolha como um processo sujeito a continuidades e descontinuidades, cujos atores não emitem verdades sobre a escolha que fazem, mas rememoram as experiências afetivas que os auxiliam em seu processo de racionalização sobre a escolha que deveriam fazer.

Não podemos esquecer que tratar disso é refletir sobre a evolução da “escolha” enquanto valor semântico, num primeiro momento definido pelas regras de funcionamento da organização social da qual o indivíduo faz parte, mas que progressivamente vai se alterando e se adaptando, num segundo momento, às transformações da intimidade, às novas formas de organização social e principalmente a novas formas de sentimentalidade, caracterizadas pela emergência do romantismo na Europa oitocentista.

A escolha como valor na sociedade moderna

“O que é um afeto?” nos questiona Julia Kristeva (1988), em seu livro sobre *Histórias de Amor*. Ela fala dos diferentes tipos de afeto que nos *afetam* até os dias de hoje.

A linguagem de São Bernardo não tem o rigor daquela que nos legou São Tomás: um mesmo termo pode recobrir em seus textos a mesma acepção, às vezes importantes. Some-se a isto o fato de que seu pensamento, essencialmente cristão bem entendido e, conseqüentemente, entendendo por amor, Deus (já que, inversamente, Deus é amor), nem por isso é menos devedor dos retores e dos moralistas da Antiguidade. As pessoas cultas, no século XII, consultavam Cícero e seu *De amicitia*, para ler ali que amizade é essa *benevolentia* que quer o bem do objeto, fora de toda e qualquer consideração de utilidade; que ela é uma virtude, que ela repousa sobre a similitude (a semelhança) dos parceiros e que ela não se realiza sem reciprocidade. Aprendiam seu código amoroso em Ovídio: o século XII foi por isso, justamente, chamado *aetas Ovidiana*. Ovídio os persuadia de que o amor nos é natural no sentido de inato e de que a única coisa a aprender sobre ele seria não o fazê-lo nascer, mas o purificá-lo e consolidá-lo. Por fim, liam igual e principalmente os autores escolásticos, que consideram o amor como um *affectus cordis*, mas entrevedo, como sugere a significação moderna da palavra “afeto” e contrariamente à teologia do século XII, o reino exclusivo do sentimento e da sensibilidade.

Se amor é, para Bernardo, um dos quatro afetos (com o medo, a tristeza e a alegria), a noção de afeto reveste-se aqui de uma complexidade por vezes ambígua, que nos permitirá uma aproximação de densidade e, por momentos, dos conflitos a que vão conduzi-lo sua experiência e sua concepção do amor. Primeiramente, é preciso observar que o afeto (*affectus*) situa-se na alma, e faz parte de suas qualidades. [...] Como para os outros autores de sua época, o afeto segundo Bernardo é tributário dos sentidos tanto quanto da vontade, porque o ser falante, enquanto ser espiritual, é movido por uma única e mesma lógica.

Elo do homem com a exterioridade, com Deus e com as coisas, o afeto é uma noção conexas à de desejo. A diferença entre ambos estará talvez em que o desejo sublinha a falta, enquanto o afeto, mesmo que a reconheça, privilegia o movimento em direção ao outro e à atração recíproca (KRISTEVA, 1988, p. 183).

Em Kristeva, discutida em tom de genealogia, a noção de afeto encontra-se na base das manifestações humanas, sendo uma das características que formam a sua racionalidade. Inerente a qualquer povo nas suas mais variadas formas de expressão, o afeto representaria o modo subjetivo do conhecimento traduzir um contexto social, na sua forma (lágrimas, riso) e no seu conteúdo (sentido em expressar essas formas). Mas embora a Antropologia moderna tenha se definido pelo estudo das características que definem o conjunto de expressões que formam a cultura de um povo, aquela que trata dos afetos, das emoções, como campo disciplinar específico, surgiu concomitante ao processo de consolidação da antropologia geral, embora, enquanto especialidade em busca de suas próprias fronteiras tenha seu processo formativo, no mundo ocidental, a partir da metade da década de setenta do século XX (KOURY, 2005, p. 239). Isto por que durante boa parte deste século, as emoções permaneceram assunto prioritário da psicologia, sendo consideradas como realidades psicobiológicas, dadas a priori e pouco modificadas pela socialização em uma cultura específica (REZENDE, 2002, p. 71).

Essa vertente do conhecimento antropológico, segundo Röttger-Rössler (2008), deveria tentar demonstrar como as culturas trabalham o sistema afetivo instalado no organismo humano a ponto de fazer dele complexos sistemas sociais de informação (RÖTTGER-RÖSSLER, 2008, p. 182). Sua tarefa consistiria, pois na descoberta das particularidades especificamente culturais dos comportamentos emocionais.

Como propõem Lutz e White (1986), investigar os conceitos de emoção é buscar compreender elementos de práticas ideológicas locais, que envolvem negociações sobre o significado dos eventos, sobre direitos e moralidade, sobre o controle dos recursos, enfim, sobre todas as esferas da vida social (LUTZ, 1988, p. 5). Partindo desta proposição, as emoções são tidas como um idioma que define e negocia as relações sociais entre uma pessoa e as outras (LUTZ e WHITE, 1986).

Emoção, afeto, sentimento, neste sentido, não devem ser entendidos como fenômenos estáticos, como condição interna, mas sim como processo relacional no qual fatores culturais, sociais, individuais e biológicos interagem com o mesmo peso. Seriam gerados através da complexa interação de diversos componentes, se constituindo nas interfaces de diversos sistemas biológicos, psíquicos, sociais, culturais e também

temporais. Dependendo da disciplina são abordadas sob diferentes perspectivas, isto é, diferentes recortes parciais, nos quais outros respectivos elementos ou sub-sistemas tornam a entrar em cena³².

Como apontado anteriormente, Durkheim foi um dos primeiros a discutir a dimensão social das emoções, a partir de seus estudos sobre os fenômenos religiosos. Em Simmel (1993), essas emoções adquirem status sociológico, pois estão articuladas às formas de relação, ao passo que outras permaneceriam como estados subjetivos. Ainda que Durkheim não se refira a uma dimensão cultural das emoções, confere-lhes o estatuto de dado sociológico ao ver nelas um fator de sustentação do consenso social. Para Simmel, esse caráter sociológico decorre da imbricação de forma e conteúdo, sendo este último constituído por sentimentos, entre outros elementos.

Mais recentemente os estudos sobre emoção se baseiam no pressuposto de que, originalmente, as emoções estão constituídas biologicamente e de que elas vêm a ser, tão somente, influenciadas e diversificadas através de fatores culturais. Os representantes desta posição – na antropologia, os principais são Spiro (1984), Gerber (1975) e Heider (1991) – postulam a existência de uma quantidade de emoções básicas ou originais universais que estariam ancoradas no “programa de afetos” dos seres humanos e que seriam postas em movimento através de determinados estímulos, onde, contudo, em parte culturalmente, tais estímulos podem ser definidos de modos distintos.

A posição exatamente contrária a esse princípio consiste em ver as emoções como sendo, antes de tudo, culturalmente constituídas. Os representantes dessa via – Lutz (1988), Rosaldo (1984) e Lynch (1990) – partem do pressuposto de que as emoções são em primeira linha avaliações, julgamentos: aquilo que um ser humano numa dada situação sente vem a ser estruturado por meio de sua compreensão, de sua avaliação de tal situação, e, portanto, é dependente das concepções culturais que, respectivamente, estão colocadas a sua disposição. Por exemplo, Owen Lynch define as emoções como “estados não específicos de sentimento culturalmente categorizados e

³² Verifiquei em Sartre (2009), por exemplo, que do ponto de vista existencialista a emoção significa “o todo da consciência ou, se nos colocarmos no plano existencial, da realidade-humana. Ela não é um acidente porque a realidade-humana não é a soma de fatos; ela exprime sob um aspecto definido a totalidade sintética humana em sua integridade” (SARTRE, 2009, p. 26). O existencialismo, assim, corrobora a impressão de que é impossível considerar a emoção como uma desordem psicofisiológica. Para os seus autores ela tem sua essência, suas estruturas particulares, suas leis de aparecimento, sua significação. Ela não poderia vir de fora à realidade-humana. Ao contrário, é o homem que assume sua emoção e, por conseguinte, “a emoção é uma forma organizada da existência humana” (SARTRE, 2009, p. 27).

conceitualizados concernentes a avaliações de um ‘eu’ relativo a pessoas, coisas ou eventos” (LYNCH, 1990, p. 93). Os estímulos fisiológicos são, portanto vistos como secundários. Eles valem como fundamento não específico que só se transforma em emoções específicas através de processos cognitivos de avaliação culturalmente dependentes.

No Brasil, encontramos igualmente um conjunto de estudos cuja ênfase está nas variações do conceito de pessoa e nas emoções de segmentos sociais distintos, como por exemplo, nos estudos de Gilberto Freyre (1990a, 1990b, 2003), com o ensaio inovador sobre a cultura e as relações sociais durante o processo de colonização brasileira, tanto quanto nos trabalhos realizados por Sérgio Buarque de Holanda (1995) com a sua teoria do homem cordial. Envolve, também, o universo de pesquisas de autores como Roger Bastide (QUEIROZ, 1983), em sua estada no Brasil, e os importantes estudos de Oracy Nogueira (1942, 1945), entre outros. Em todos estes autores as questões das emoções e das relações intersubjetivas no constructo social foram sempre uma das problemáticas definidoras da busca de identificação de bases compreensivas para a realidade brasileira, porém, ainda, sendo conjecturadas através de outros objetos e não a partir da categoria analítica das emoções (KOURY, 2005, p. 240-1).

A partir da década de 70 podemos verificar que nos textos de DaMatta são levantadas hipóteses sobre o sentimento e sua forma de expressão, formulando que ele perpassa a constituição do público e do privado brasileiro. No clássico *A Casa e a Rua* (DAMATTA, 1997) discute-se o conceito de sociedades relacionais versus sociedades individualistas, opondo os dois tipos de organização social delas oriundos e conectando à lógica brasileira à lógica inerente ao primeiro conceito de sociedade. Partindo de uma análise do cotidiano e dos rituais e modelos de ação social, no esforço de compreensão da realidade brasileira, através de uma costura analítica que tenciona indivíduo e pessoa, como categorias que se articulam de modo peculiar na formação de um social e de uma sociabilidade específica, elabora uma leitura antropológica dentro de um modelo dual de análise que contrapõe pessoa e indivíduo. Este parâmetro analítico o acompanha em outras obras (DAMATTA, 1979, 1994, 1986), onde busca entender o cotidiano brasileiro, seus rituais e modelos de ação dentro de um método estrutural baseado na leitura de Mauss (2003) e, sobretudo, em Dumont (1993) sobre o problema do individualismo e da diferenciação analítica entre indivíduo e pessoa.

Os modelos de ação e rituais cotidianos no Brasil, para DaMatta, envolvem uma oposição entre duas lógicas presentes na sociabilidade brasileira. A primeira, seria uma lógica institucional. Lógica esta visível e superficial, onde o indivíduo emergiria como sujeito estatístico e submetido a leis impessoais. A segunda, por sua vez, seria uma lógica culturalista, estruturante do imaginário e inconsciente brasileiro, onde a pessoa emerge como ser relacional, submetido a esferas hierárquicas do sistema social.

Esta oposição sempre tensa é resolvida através da dominância do elemento pessoa sobre o individualizante e abstrato, que restaura a harmonia dos conflitos entre casa e rua pela lógica hierárquica inerente à atitude relacional com referência ao sistema social presente no conceito de pessoa. A compreensão da realidade social brasileira, da cultura e da trama das emoções dela emergidas, para DaMatta, deste modo, se dá através de uma leitura estrutural da sociedade. É através das leis, normas e valores de um sistema social que se pode compreender o comportamento dos sujeitos individuais nele presentes. Desse modo, rejeita uma análise que valorize as relações subjetivas entre os indivíduos e que parta de uma troca entre indivíduos e sociedade para compreensão de um social determinado.

Além de DaMatta, Gilberto Velho (1981, 1985, 1986, 1988, 1999) em seus estudos e pesquisas sobre as classes médias no Brasil urbano contemporâneo enfatiza a cultura emocional e baseia-se na visão de hierarquia presente na teoria dumoniana para compreender a dualidade estruturante da realidade brasileira. Para ele as relações entre indivíduo e cultura marcam uma dualidade que parece se manifestar e se expressar de diferentes formas em outras relações como as entre o grupo e seus membros, entre os projetos individuais e os campos de possibilidades oferecidos para seu aparecimento e realização, entre a questão da unidade individual e social e da fragmentação nas sociedades complexas, da tensão entre consenso e conflito, norma e desvio, na busca de demonstrar o caráter heterogêneo do urbano, onde diferentes projetos, individuais e coletivos, se chocam e se interpenetram.

Um dos conceitos fundamentais em Gilberto Velho para tratar desta heterogeneidade e das tensões relacionais entre indivíduo e cultura em uma sociedade complexa é o de projeto. Para ele, seguindo de perto a análise feita por Alfred Schutz (1970), a noção de projeto implica uma avaliação de meios e fins estando, portanto, fortemente vinculada a uma realidade objetiva e externa. Implica, também, é claro, uma avaliação consciente de condições subjetivas. A noção de projeto individual para Velho, deste modo, não é um fenômeno puramente interno e subjetivo, mas formulado e

elaborado dentro de um campo de possibilidades, e circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes. Para ele, cada indivíduo é um *locus* de tensão entre os constrangimentos da cultura que pedem o enquadramento a padrões, e outros constrangimentos de cultura que pedem ao indivíduo autonomia e singularidade. O equilíbrio entre estes pedidos contraditórios é uma das tarefas diárias dos indivíduos nas sociedades ocidentais contemporâneas. O que o leva a desenvolver as temáticas do ser no mundo, das ideologias individualistas, das alianças, das diferenças individuais, da questão geracional, da problemática da família, da psicologização das sociedades urbanas contemporâneas, da relação entre racionalidade e emoção, das relações entre cultura objetiva e subjetiva, cara à análise simmeliana, onde a questão da paixão ascende como um elemento compreensivo fundamental no jogo ambivalente de formação dos sujeitos sociais e individuais na sociabilidade urbana contemporânea e, principalmente, para o entendimento da emergência, fundação, modos de agir e significar dos indivíduos pertencentes às camadas médias urbanas, sobretudo, na sociabilidade brasileira e carioca, de modo particular.

Com efeito, podemos verificar que o longo e denso debate sobre a subjetividade apresenta um quadro bastante interessante que nos ajuda a pensar como a noção de escolha está intimamente ligada a tensa e instável relação entre cultura e individualidade. Neste sentido, a manifestação do sentimento de poder escolher emerge enquanto valor na sociedade moderna, indicando uma profunda alteração do comportamento e dos papéis sociais dos indivíduos no seio de suas referências culturais. Acompanhando a análise de Medina (2004) sobre este mesmo tema, posso afirmar que o sentimento de escolha deixa de estar fora para se localizar, nos tempos modernos, ‘dentro’ dos indivíduos.

Aqui procuro me aproximar do debate suscitado por Colin Campbell (2001), que se refere ao prazer afirmando que este, para o homem das sociedades tradicionais, era procurado por meio de estimulações sensoriais; com a mudança de mentalidade, ele passou a ser buscado por meio de estimulação emocional.

Desse modo, a manifestação dos sentimentos, antes considerada negativa, passa a chamar a atenção, a partir de meados do século XVIII. Desde então a expressão emocional adquire uma conotação diferente, indicando ser um sinal de virtude, sendo

cultivada pelo intrínseco prazer que passa a produzir. Nesta época “a sensibilidade foi uma palavra significativa, quase sagrada, pois encerrava a idéia do progresso da raça humana. A sensibilidade era uma qualidade moderna” (CAMPBELL, 2001, p. 198). O espiritual era concebido como superior ao material, e nesse sentido, o amor e a felicidade eram percebidos como extrínsecos à riqueza. Constituiu-se, assim, pouco a pouco no Ocidente um ideal que encontraria reflexo no casamento, onde se impõe aos esposos que se amem, ou que pelo menos façam de conta que se amam, como dois amantes (ARIÉS, 1985).

Vale dizer que o próprio casamento, até então uma instituição meramente objetiva, cujo princípio elementar era a reprodução, não era exatamente assunto que tivesse a ver com sentimentos³³. Ora, o risco do casamento movido por sentimentos era o de subverter a função desta mesma instituição, desestabilizando a transmissão do patrimônio, a garantia de alianças e o predomínio de certos grupos de poder sobre outros³⁴. Mas com o surgimento do contrato que passou a exigir a presença de um padre e de testemunhas, a obrigatoriedade da promessa dos esposos, mais a presença do dote, das mãos sobrepostas, do anel e do princípio de indissolubilidade, as fronteiras entre as exigências do sacramento e as outras formas de convívio afetivo foram ficando cada vez maiores. Criou-se uma dicotomia. Por um lado, sentimento regido por normas cada vez mais organizadas além de critérios práticos de escolha do cônjuge: o chamado “bem querer amistoso”. De outro, o sentimento ditado por razões subjetivas, por vezes, inexplicáveis. “Ou seja, lentamente se construía um tipo de amor dentro do casamento e outro fora” (DEL PRIORE, 2007, p. 123).

Evidências deste cenário podem ser verificadas no trabalho de Levy (2009). Esta autora argumenta que a escolha do cônjuge no período colonial brasileiro excluía a paixão, a atração física ou o amor, e dependia das razões pessoais do *pater familias*, evidenciando, assim, a assimetria nas relações, uma vez que a escolha era feita pelos homens, sendo o papel da mulher passivo: ela era ou não escolhida.

De acordo com os autores que escreveram sobre esse período, dentro da família, nada era dito ou conversado sobre namoro ou sexo,

³³ “É que o sacramento ou os ritos que o cercavam se baseavam em critérios mais pragmáticos do que aqueles cantados pelos trovadores medievais que, então, se referiam a jardins floridos e encontros de amantes” (DEL PRIORE, 2007, p. 122).

³⁴ Acerca de colonos e sitiados do interior brasileiro, Woortmann (1995) observa que o amor romântico foge ao esforço de construção dos casamentos. Ele se opõe ao esforço da família de construí-lo de acordo com os seus interesses e necessidades. O amor, contendo o perigo da decisão individual, pode ser percebido como representando a desordem.

especialmente diante da presença feminina. A moça tinha de ser virtuosa, honesta, honrada, qualidades não exigidas do marido. Essa noção de honra, para a mulher solteira, significava ser virgem, e a perda da virgindade diminuía, e muito, as chances de casamento (LEVY, 2009, p. 119).

O mesmo pode ser verificado ainda no século XX. Samara (1987/88) observa, apoiada na análise de casamentos realizados na cidade de São Paulo, que os aspectos complexos envolvidos na escolha do cônjuge e as oportunidades limitadas da vida social feminina dificultavam a participação daquele sentimento na eleição do cônjuge.

É somente com o processo de urbanização das cidades e o crescimento do individualismo que essa situação vem a se alterar. Conforme indica Araújo (1989), a partir da análise de processos de divórcio e correspondência pessoal, as famílias dos centros urbanos foram modernizando-se – pelo menos no plano das mentalidades – nas primeiras décadas do século XX. E, dentre as transformações, destaca-se o espaço que passou a ser dado ao sentimento. A autora comenta que, ao lado de namoros e noivados mais prolongados e de um maior peso das decisões pessoais nas escolhas de cônjuge, o afeto passa a ser considerado um fator relevante tanto para casamento quanto para o divórcio; ou seja, casa-se e separa-se por amor.

Enquanto isso, para Nazzari (2001) o surgimento do amor como razão principal para a escolha do parceiro afetivo, e assim, pelo casamento, passou a ocorrer à medida que a família mudava de unidade primordialmente de produção e de consumo, o que foi facilitado pela existência de profissões liberais ou outras carreiras que permitiam que os homens sustentassem as esposas sem herdar bens ou sem receber grandes dotes, e lhes proporcionava a opção viável de se casarem com moças sem nenhuma expectativa. Essa possibilidade fez aumentar o poder de negociação do futuro marido diante da noiva, mesmo que ela pertencesse a uma família rica, pois significava que ele não precisava de um dote para se casar.

A isto Parsons (1971) se refere indicando que a progressiva independência do casal (família de procriação) face a dos pais (família de orientação) se associa ao fenômeno global de mobilidade social e geográfica decorrente da industrialização, característica de grande parte das sociedades modernas. Na sua perspectiva funcionalista, a intervenção dos pais na escolha do cônjuge entre as classes médias perde a função que continua a desempenhar noutros meios – quer ligado ao campo, quer às elites – onde a aliança com base nos “sentimentos afetivos pessoais” com um novo elemento questiona os interesses de reprodução de um patrimônio familiar (PARSONS, 1971, pp.273-278).

A família nuclear moderna ou “companheirista”, tal como afirma Parsons (1971), espaço dominado pelos afetos que protege os indivíduos da lógica competitiva reinante no exterior, seria, neste sentido, o núcleo da produção de sentimento, dos afetos modernos, mais individualizados. É representada pela figura do marido e mulher, pais e filhos como um espaço privado, onde as emoções gratificantes triunfariam sobre a lógica do interesse, predominante no seu exterior.

Tal perspectiva influenciou diversas pesquisas norte-americanas nos anos 60 e 70, cuja abordagem microsociológica privilegiava variáveis como a “espontaneidade afetiva”, “sentimento afetivo pessoal”, “desejo de casar” ou a “semelhança com o parceiro ideal”, como condicionantes na escolha conjugal, partindo do pressuposto de que tais variáveis têm origem em relações interpessoais, interações captadas sem qualquer articulação sociológica com contextos mais amplos.

É claro que a motivação para os relacionamentos afetivos pode ser outra entre os sexos, diferindo de pessoa para pessoa, mas, em geral, pode-se dizer que as pessoas buscam o afeto, da forma como aprendem (socialmente falando), como o sustentáculo de seus interesses. Assim, o sentimento de interesse, desejo ou afeição, que uma pessoa indica ser a evidência do amor, ou da paixão, baseia-se sobre uma multiplicidade de fatores. Para uns, sobre o respectivo contexto social e sobre os correspondentes modelos culturais de interpretação e de comportamento, para outros, sobre a psiquê e biografia específicas do indivíduo, assim como - fundamentada na biologia dos seres humanos - sobre as respectivas reações fisiológicas e sua percepção subjetiva, que, por sua vez, é, contudo, em parte culturalmente modelada, do mesmo modo que a eventual exteriorização da emoção está sujeita a regulações culturais.

Desse modo, a escolha, enquanto valor, desempenharia na modernidade o papel de traduzir a manifestação da vontade e do desejo, antes eclipsadas pelos constrangimentos das estruturas familiares. É também uma possibilidade que só aparece com a transformação do mundo tradicional em capitalista. Com o desenvolvimento do individualismo e o surgimento do amor romântico a manifestação destes sentimentos torna-se arbitrária, embora emotivamente apreendidos num cenário de relações sociais.

Pensar o amor, nestes termos, como um exemplo de afeto, seria considerar sua relevância para a complexidade do tema que venho abordando, e que é notavelmente testemunhada por cada um de nós (emotiva e teoricamente falando). Contudo, dispensar fôlego em sua análise, particularmente no contexto em que se executa esta pesquisa, é desviar o rumo do projeto original, embora para mim esteja claro que em torno do amor

estão incorporadas as tensões da relação entre razão e sentimento, principalmente em se tratando das causas que levam uma pessoa à escolha de um parceiro conjugal. Por essa razão é que vou abordar uma parte da literatura romântica que fala de escolhas amorosas, e mais que isso, vive as contradições provocadas por esse sentimento no decurso das transformações modernas, sem, de fato, apropriar-me do contexto em que o amor emerge como dispositivo para estas escolhas.

O romance como ruptura

A literatura que trata do amor aparece-nos como o lugar privilegiado em que o sentido se constitui e se destrói, eclipsa-se quando se poderia pensar que se renova. É esse o efeito da metáfora. Da mesma forma, a experiência literária revela-se como uma experiência essencialmente amorosa, capaz de desestabilizar o mesmo na sua identificação com o outro. Rival neste aspecto da teologia que, no mesmo terreno, consolidou o amor como fê, subjugando assim pelo absoluto o momento crítico que o amor comporta, a literatura é hoje a um só tempo fonte de renovação “mística” (na medida em que cria novos espaços amorosos) e negação intrínseca da teologia, na medida em que a única fê que a literatura veicula é garantida, quão dolorosa no entanto, de sua própria performance como autoridade suprema (KRISTEVA, 1988).

De acordo com Viveiros de Castro e Araújo (1977) o amor é uma noção que designa, na linguagem corrente, uma modalidade de “afeto”, ou “sentimento”, mas também é um processo, e não meramente o produto de uma experiência.

Segundo Almeida e Oliveira

[...] o ser humano vive, geralmente, num estado de incompletude, condição esta que, como regra, seria encontrada através do acréscimo do que lhe é exterior. E o mais comum é sentir que essa plenitude idealizada será alcançada através da união com uma outra pessoa, detentora de tudo aquilo que o ser humano julga não possuir em si mesmo. A expectativa desse encontro, aproximação e enlace amoroso motiva muitas pessoas a procurar parceiros para um relacionamento” (2007, p. 133).

Em Vasconcellos (1997), a procura da “alma gêmea” atende tanto às necessidades próprias, como as exigências sociais. Enquanto isso, para Solomon (1992), o amor é um processo emocional que deriva de um conjunto de idéias que são influenciadas pela sociedade e pelo contexto histórico-social nos quais se insere.

Com base no pensamento desses autores é possível formular, portanto, que o modelo cultural de emoção descrito como “paixão amorosa” representa um padrão que possibilita aos indivíduos interpretarem e ordenarem as experiências pelas quais eles passam. Como todo esquema emocional, este também representa não apenas um modelo

de sentimento, mas igualmente um modelo de comportamento para aqueles envolvidos em seu meio social (RÖTTGER-RÖSSLER, 2008, p. 197). Designaria, também, determinadas relações sociais. Em síntese, relações sociais em que predominaria o componente afetivo ou emocional, o qual, por sua vez, estaria associado à idéia de escolha, de opção individual (VIVEIROS DE CASTRO e ARAÚJO, 1977, p. 132).

Para a família nuclear apareceria como um substituto ao controle que as famílias tradicionais exerciam sobre os cônjuges devido aos laços de parentesco, funcionando atualmente como a garantia de estabilidade que os laços de parentesco dissolviam antes. Ou seja, surge em circunstâncias nas quais a família se constitui em unidades distintas das unidades econômicas que eram (D'INCAO, 1996, p. 67).

De acordo com Carabaña (1983) a discussão sobre o amor romântico emerge dos estudos voltados para entender as rupturas que ele provocou nas estruturas das sociedades pautadas em parentescos tradicionais, na quais os critérios de eleição de cônjuge eram essencialmente endogâmicos. Ao mesmo tempo, na medida em que se converteu na base do matrimônio, caracterizou-se como quadro de referência para, segundo MacFarlane (1990), destacar a emergência da atração e afetividade antes do casamento.

Estes autores apresentam, pois, evidências que estão na base do pensamento parsoniano. Para Parsons a proeminência do romantismo em nossa cultura é acompanhada de três outras modificações na estrutura social:

[...] (a) a cultura juvenil liberta o indivíduo da família, permitindo assim que ele se apaixone; (b) o amor é um substituto para o bloqueio dos papéis do parentesco encontrados em outras sociedades, e, portanto, motiva o indivíduo a se conformar com bom comportamento conjugal; e (c) o isolamento estrutural da família liberta o casal para inclinações afetivas que permitem amarem-se um ao outro (1949, pp. 187-189, tradução nossa).

Tal sistematização nos permite chegar à conclusão de que a representação da escolha como afetiva e casual, derivada do amor romântico, é cúmplice da prática homogâmica, pois a escolha recai de modo sistemático sobre alguém que ocupa uma posição similar (ou equivalente) no espaço social. Dado o fato da inculcação do *habitus* — que começa desde logo no seio da família — se processar a um nível inconsciente e das suas disposições se naturalizarem, não constitui obstáculo que, do ponto de vista das representações e aos olhos dos seus protagonistas, essa escolha resulte da cumplicidade proporcionada pelo afeto. Aliás, o idioma do afeto constitui a linguagem legítima

adequada à descrição do casal moderno, o que nos leva pontualmente a crítica de Duarte (2004) a o romance, onde afirma que a experiência do mundo objetivo

[...] implica a recusa de uma objetividade externa absoluta do processo de conhecimento ou da prática científica, em nome de uma consideração constante dos processos subjetivos em jogo na relação com o mundo exterior (2004, p. 11)

Para este autor o romantismo, além de representar uma ruptura, em termos de uma crítica ao universalismo em nome da singularidade, da intensidade e da experiência, é o contraponto de uma dinâmica que o ultrapassa e determina. Ele encarna, nos mesmos termos do modelo de Louis Dumont (1993), as dimensões hierárquicas e holistas do pensamento humano.

Neste sentido, a própria antropologia pode ser considerada herdeira de dimensões essenciais do amor, retratadas pelo romantismo. Por exemplo, o conceito boasiano de culturas é claramente herdeiro da noção de totalidade/unidade cultural prevalente no romantismo desde Herder (1997 [1774]) aplicado ao conjunto ampliado das experiências humanas e não apenas aos fatos da civilização. A luta de Boas contra os reducionismos fisicalistas e racialistas que caracterizavam a academia ocidental de finais do século XIX pode ser também vista como afirmação da qualificação superior do espírito, como pedra de toque dos fenômenos culturais (DUARTE, 2004, p. 15).

Importante notar que a dimensão alcançada pelo romance no contexto em que emerge a antropologia aponta na direção de uma reflexão sobre o momento em que se dá o surgimento de um novo modelo de comportamento, menos homogeneizante e mais voltado para um questionamento do indivíduo enquanto sujeito no/do mundo. Esta mudança, como indicado no capítulo 1, revela uma nova trama na composição do cenário social moderno: a valorização do sentimento de liberdade. Significa dizer, portanto, que os efeitos desse ingrediente na composição dos sentimentos modernos contribuiu para o aparecimento de uma *performance expressional*³⁵, ou seja, para uma nova forma de manifestação do sujeito frente às transformações pelas quais passa a sociedade.

³⁵ Empristo o uso do termo *performance expressional* dos trabalhos de Chomsky, sem necessariamente afirmar que ele o utiliza no sentido que vou atribuir aqui. Para Chomsky (1980) *competência lingüística*, enquanto capacidade mental que implica num conhecimento sistemático demanda o treinamento do sistema verbal, para que o desempenho expressional seja aperfeiçoado e convincente. Assim, nas suas pesquisas o que se destaca é a relação entre competência e desempenho, tendo em conta a variação lingüística original dos sujeitos. O mesmo se dá no âmbito da performance individual, em que se faz uso de um conjunto de atitudes e ferramentas da personalidade individual para se convencer alguém de que se é (ou que se quer ser) interessante, logo passível de um relacionamento afetivo.

Não podemos esquecer que o romantismo, ao eclodir num universo tomado pelas revoluções burguesas, se desenvolve junto com o mercado de literatura de ficção, formado principalmente por mulheres das novas classes em ascensão. Colin Campbell (2001) associa o desenvolvimento do romance moderno, cujo auge se deu entre 1790 e 1830, à ascensão dessa nova classe ao poder, e ao conjunto de valores emanados do interior de suas relações sociais, com destaque para o amor romântico, e sugere, através da análise de estudo sobre a oposição popular à novela inglesa, “que o amor no romance e o amor na vida real estavam estreitamente ligados” (CAMPBELL, 2001, p.44).

Verifica-se, pois, que o sentido do texto romântico no contexto das transformações sociais e políticas privilegia as novas classes com uma nova forma de manifestação de si no interior de uma sociedade em transformação. Não esquecendo que tal gênero passa a ser financiado e lido por uma classe emergente, sua composição e conteúdo chamam atenção do público para a realidade que o absorve na conjuntura dos novos acontecimentos, das revoluções invisíveis do pensamento, do comportamento, do sentimento.

O que é com efeito inesquecível no romance não é o ‘fato inaudito’ da revolução, mas o seu oposto: o refluir das águas, o retorno dos velhos lugares-comuns, dos egoísmos mesquinhos, das fantasias sem força e sem alcance (MORETTI, 2003, p. 14).

Sua linguagem é íntima e persuasiva, e procura, através disto, convencer o cidadão comum de sua importância enquanto ser sentimental. Para isso o poeta, como nos lembra Antonio Cândido (1989), não atua, como poderia parecer à primeira vista, transpondo os elementos observados na realidade, mas, especificamente, elaborando a referida estrutura, onde eles adquirem sentido, aproximando-se e aproximando-nos de uma *realidade*. Isto significa, conforme o mesmo autor, que o poeta não encontra enredos prontos, mas precisa inventá-los a partir de fontes diversas, que podem ser a tradição, a mitologia, a história ou a pura imaginação, desde que aproximem o leitor de algo que lhe seja sensível ao pensamento.

A isto Moretti (2003) denomina *enchimento*. Para ele o enchimento torna o romance uma “paixão calma”, um sintoma e um aspecto da “racionalização” weberiana da existência moderna:

[...] um processo que se inicia nas esferas da economia e da administração, mas depois se transpõe e invade os âmbitos do tempo livre e da vida privada, do divertimento e do sentimento [...] Em suma, o enchimento é uma tentativa de *racionalizar o romance* e desencantar o

universo narrativo: poucas surpresas, ainda menos aventuras e nada de milagres (MORETTI, 2003, p. 16) [grifo nosso].

Segundo Antonio Cândido (1989) seria como misturar açúcar num remédio amargo, mas necessário, ou pintar de ouro uma pílula de gosto repelente, para levar as crianças a ingeri-los em seu próprio benefício.

[...] a verdade crua e por vezes dura pode ser disfarçada com os encantos da fantasia, para chegar melhor aos espíritos [...] assim como o médico doura a pílula ou esconde a lanceta na esponja, o romancista enrola a verdade na fantasia; e nos dois casos o engano é para o nosso bem. Por outras palavras, a mentira pode ser às vezes um auxiliar da verdade, e isto a justifica (CÂNDIDO, 1989, p. 51-61).

A pergunta que nos incomodaria a este ponto seria: se a literatura é ficção até que ponto nos ajuda a entender a realidade? Ou melhor, em que medida um texto literário nos ajuda a compreender o comportamento subjetivo dos interlocutores de minha pesquisa?

Particularmente, em se tratando deste trabalho, não vou lançar sentenças que indiquem ao leitor a existência de demarcações objetivas acerca do que é a literatura e do que é a realidade. A linha entre elas é tênue. Minha proposta é entender ambas como discurso, e como tal, representações que orientam práticas. Isto porque a ficção, normalmente confundida com imaginação, induz o leitor/espectador a pensar fatos não reais, embora se aproprie deles para pensar a realidade dos fatos e sensações que vive. Portanto, a ficção não é uma realidade, mas conduz-nos a um disfarce acessório para chegar até ela. Daí duas conseqüências, segundo Antonio Cândido: 1) o elemento central de um romance deve ser fatos reais, acontecidos; 2) o elemento inventado se justifica para torná-los mais atraentes e ressaltar neles a verdade. Assim, o disfarce não altera a natureza do real, preserva-o, “funcionando como as máscaras usadas nas festas pelas senhoras que conhecemos” (CÂNDIDO, 1989, p. 90).

De todo modo, se há romances e se eles chegam ao nosso tempo enfeitando ou alimentando nossos sonhos e imaginação, é por que conseguiram incorporar, absorver e conseqüentemente interpretar o contexto social e afetivo de personagens reais, demonstrando haver intensa compatibilidade e correspondência entre o que sentimos e o imaginário social (e pessoal) do autor desses sentimentos. Essa característica permite ao romance moderno, em especial aos que trabalharei aqui (mas extensivo a qualquer um outro do gênero), uma performance de expressões e reflexões capazes de estreitar a distancia do tempo e do espaço que os separam do público atual,

mas sobretudo, de aproximar a imaginação afetiva e sentimental dos seus leitores de agora com as práticas e representações de uma classe determinada de produtores de sentimento, inequivocadamente representadas por membros da burguesia em ascensão.

Sua função, portanto é mais pedagógica que lúdica, uma vez que os indivíduos incorporam, pela leitura e racionalização, múltiplos códigos (de saberes, valores, estilos, condutas, práticas, representações) para, através deles, desempenharem uma performance expressional que lhes favoreça um (ou vários) relacionamentos afetivos, abrindo precedente, assim, para uma conduta que o torne alvo de uma possível escolha conjugal.

Para elucidar o que afirmo me reportarei a minha própria experiência com a leitura de romances. Não obstante tenha lido vários textos vi a necessidade de refinar minha seleção destacando os que mais me chamaram a atenção, com ênfase naqueles cuja escolha do parceiro conjugal é o objeto de reflexão do autor. Embora, a princípio, despreziosa, essa metodologia revelou-se bastante útil no que se refere à análise do objeto da pesquisa, facilitando meu acesso a um conjunto de variáveis que me permitiu elencar textos que tipificam a escolha enquanto um dado objetivo. E tudo isso para explicar o porquê de eu ter escolhido a obra de Jane Austen para relacionar ao que encontrei em meu campo de análise. Dentre as obras que li, considero que esta autora é a que melhor retrata – pelo conteúdo e forma de exposição – o contexto das transações matrimoniais em um momento de profundas transformações no cenário social moderno: industrialização, perda de prestígio e poder do clero e nobreza agrária, aparecimento do individualismo como categoria de pensamento do self, e que pode ser expressa pelo contínuo abandono dos padrões de arranjos conjugais pré-determinados, etc. Farei referência, exclusivamente a três de suas obras: *Orgulho e Preconceito*, *Razão e Sensibilidade* e *Emma*, enfatizando que todas elas me permitem demonstrar a tensão entre razão e sentimento, e ao mesmo tempo servem-me de ponte e inspiração para, posteriormente, identificar nessas abordagens as conexões com as práticas dos noivos entrevistados no decorrer de sua experiência pré-conjugal.

Escolhendo Austen (ou sendo por ela escolhido)

Ao longo de minha pesquisa passei por diferentes fases. Uma delas se refere a análise das entrevistas e sua relação com o trabalho de campo. Nesta fase fui surpreendido com uma reflexão, muito alimentada por minha orientadora e pelos

professores Flávio Leonel e Angelica Motta-Maués na disciplina Seminário de Dissertação (I e II): poderia eu retratar o universo das escolhas matrimoniais sem atentar para o fato de que esse tema está inserido nos mais diversos campos de saber e conhecimento cotidiano?

Como chamei atenção no capítulo 2, a idéia de escolha nos acompanha diariamente, afinal de contas, das propagandas ao amor, escolher é uma ação incondicional para continuarmos vivendo.

Habitado a indagar-me sobre a obrigação de corresponder a essa reflexão³⁶, procedi com uma concisa e profunda análise do porquê seria útil desviar do curso original (análise do ritual do noivado, seguida de entrevista com noivos e conseqüente relação entre essas variáveis) para retratar e discutir a escolha em outros universos de referência. Meu questionamento, como já se viu e se verá, se concentrou, pois, numa investigação do tema “escolha matrimonial” como objeto de análise no gênero romance, sem, contudo, cair na armadilha de achar que tudo que havia lido significava escolha do modo como compreendo esse termo no presente trabalho. Interessava-me somente por referências que tratassem do contexto em que se produz o sentido de ter que se escolher alguém para casar.

A princípio minha orientadora me instruiu a ler e interpretar um dos contos de Machado de Assis, *Letra Vencida* (1997), com o qual logo me familiarizei devido às longas investidas de minha infância e adolescência junto a *Esau e Jacó* (1997), *Dom Casmurro* (1981) e *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (s/d)³⁷. Contudo, após ler esse texto e refletir sobre minha percepção acerca dos romances que havia lido antes, deparei-me com o problema de mostrar para meus interlocutores que o fato de haver casamentos e escolhas na obra de Machado de Assis não significa que ele as abordava como eu pretendo abordar, por exemplo, os textos de Jane Austen (2008, 2010a, 2010b) ou Emily Brontë (2009), cujo esforço por retratar um tipo de manifestação das tramas

³⁶ Enfatizo que o fato de eu não responder ou não corresponder a tudo que se me apresenta como problema durante a realização da pesquisa, por minha própria orientadora, professores do curso ou colegas de classe, não significa que eu menosprezo ou rejeito suas sugestões, mas sim que eu cuidei de analisá-las e percebi, com o andamento da pesquisa, que, por um lado não há “espaço” suficiente para discutir tudo que é sugerido (como textos, referências, informantes, etc.) e, por outro, algumas indicações não se adaptaram ao tema desta investigação ou mesmo não corresponderam aos meus propósitos analíticos e teóricos.

³⁷ Há um risco enorme ao tentar analisar a obra de Machado de Assis como um todo e fazer avaliações a partir de um conhecimento limitado, isto por que além de eu não ter formação na área da literatura, o que conheço e aprendi sobre sua obra é-me alheia a qualquer análise literária. Seria como “falar de um vizinho”, quando tudo que se avalia transforma-se em fofoca.

amorosas na sociedade de sua época, as diferenciam pelo conteúdo retratado. Essa característica me levou a definir que o tratamento dado aos textos literários envolvidos neste debate levam em consideração o percurso dos personagens, como forma de manifestação de uma dada realidade social, assim como a reflexão que um determinado autor nos faz admitir ter, através da *sua realidade*, sobre dispositivos de ação presentes no pensamento humano.

Mesmo falando de um mesmo tema, como o amor, a traição, o sexo ou a morte, cada autor elabora representações mentais que ajustam seu modo de pensar à realidade da qual faz parte, nos mesmos moldes do cenário antropológico, cujos precursores de nossas *linhagens intelectuais*, como bem salienta Peirano (1995), elaboraram conceitos às vezes muito semelhantes para tratar de um determinado tema, muito embora a forma como nos debruçamos sobre o conceito e o tema dependa do pacto interpretativo estabelecido entre nós e a linhagem que queremos seguir, seja racionalista, empirista, estruturalista, funcionalista, hermenêutica, e assim por diante.

Por termos começado falando de Machado de Assis é necessário que se afirme que este é o autor mais respeitado, lido e interpretado da literatura brasileira. Sua postura irônica e levemente reacionária, no contexto do processo de transição entre império e república, aponta para uma postura de análise que se concentrava na discussão psicossociológica do que ele considerava o Brasil, isto é, o Rio de Janeiro de sua época. Em *Letra Vencida*, por exemplo, ele aborda o relacionamento de Eduardo e Beatriz, um jovem casal que cumpre a promessa de casamento mesmo após 15 anos de afastamento. Sobre eles pesam os mais ardores da cobrança social, incluindo o fato de terem de esperar pela morte dos pais para assumirem o compromisso que firmaram. Machado de Assis trata, assim, de um amor impossível, mas que resistiu às duras cobranças do pai de Beatriz, que queria vê-la casar com um filho de coronel, ou dos pais de Eduardo, que o mandam para o exterior para estudar, afastando a possibilidade de casá-lo com um membro da família rival, para tornar o desejo de escolha exequível.

Contudo, a meu ver falta-lhe o tempero do tempo em que esse afastamento se deu, afinal são 15 anos de distância e provável sofrimento, caso se amassem ou esperassem honrar suas respectivas promessas. Ora, por que eles se escolheram? O que os persuadiu a isto? O que levou-os a acreditar na promessa, a resistir às duras tentações da carne e da alma?

Perguntas semelhantes fiz em relação ao conto *História de uma fita azul* (1997), também de Machado, no qual Marianinha provoca Gustavo a procurar uma

“bendita” fita azul, que ele achava ter perdido. O rapaz vê-se em apuros, pois mostrar a tal fita à namorada seria a condição para ela aceitar seu pedido de noivado. Mal sabia ele que a moça havia encontrado a fita e fizera isso para testar a importância que ele havia dado ao relacionamento.

Em *Casa, não casa* (1997) o protagonista Julio, enamorado de Luisa e Isabel, fica em dúvida sobre qual das duas moças escolher. Neste outro conto Machado de Assis nos coloca frente a uma questão moral, mais do que a uma escolha afetiva. O texto termina com Julio sem nenhuma das duas, como num típico resultado do adágio “mais vale um pássaro na mão do que dois voando”.

Todos estes são contos muito persuasivos quando admitimos o contexto em que se produz um relacionamento com o objetivo conjugal, mas também são muito evasivos quanto à conjuntura envolvida nessas tramas. Como e o que pensam nossos personagens? De que forma suas ações nos ajudam a interpretar o sentimento de escolher um parceiro? Como se manifesta o interesse por alguém? Por que Gustavo? Por que Marianinha? Por que Beatriz e Eduardo?

Considerando a postura irônica que Machado de Assis assume nos seus escritos, numa clara crítica a literatura romântica de sua época, esses textos não poderiam expressar outra coisa senão sua objeção a visão idílica das relações sociais que a burguesia brasileira começa a instaurar no Brasil. Além disso, os textos que cito são uma pequena parte de sua obra e não podem ser usados para analisar sua contribuição à literatura de nosso país. Mas eles servem como pretexto (um mote) para discutir, mesmo que transversalmente, o tema da escolha individual versus decisões familiares, ou seja, a liberdade diferenciada entre noivo e noiva para escolher o cônjuge, manter um noivado e realizar um casamento, assim como as conseqüências diferenciadas, para cada um, do investimento feito na escolha.

Para D’Incao essa característica expressa, basicamente, o advento do individualismo, a possibilidade da constituição do casamento por livre escolha, por amor como pré-condição, e o cultivo das maneiras civilizadas que se manifestavam durante o século XIX (D’INCAO, 1996, p. 59). Não esquecendo, como havia dito antes, que o contexto no qual, por exemplo, Machado de Assis elabora seus textos é o de uma profunda transformação, tanto no campo político como social, nos quais as representações de amor, casamento e indivíduo se confundem com as mutações pela qual passam a moral e os valores de sua época.

Em *Esau e Jacó* (1997), por exemplo, a disputa dos personagens pelo amor de Flora remete-nos aos conflitos entre modernidade e tradição, futuro e passado, república e monarquia, cuja ênfase é a reforma dos valores nacionais sob a óptica republicana. Em todo caso, a ambigüidade política presente e personificada nas figuras dos personagens, representa o conflito existencial que o narrador nos coloca frente às contradições contidas na relação entre uma burguesia em ascensão, ansiosa pela revolução e controle do aparelho estatal, das atividades econômicas e financeiras, e a nobreza, que dada sua decadência, tanto moral quanto econômica, vê fragmentada sua condição de mandatária do poder e das normas costumeiras do final do século XIX.

Ainda mais expressivamente, essa característica pode ser observada em *A Mão e a Luva* (1997), texto que, no melhor estilo do realismo inglês, enfatiza as perspectivas das crias de família em mudar de status social, a performance das pessoas calculistas e o lugar ocupado pelos agregados na estrutura social daquele período. Nele os esforços do autor se concentram em transformar Guiomar, a protagonista, numa típica golpista, sem necessariamente rebaixá-la ao nível de um calculismo repreensível. Entre Estevão, um jovem advogado, lânguido de paixão por ela, e Jorge um indiferente membro da decadente nobreza brasileira, que esperava a conveniência de um arranjo proporcionado por sua tia, Guiomar opta por Luis Alves, um ambicioso advogado, membro da elite carioca e postulante a congressista.

Guiomar, além de parecer fria e dissimulada à pena de Machado, faz de seu ímpeto pela mudança de status um tratado objetivo e racional de conquistas pessoais, coerentemente encaixadas no ambicioso plano de Luis Alves em desbancar seus trôpegos adversários. Eles são a mão e a luva de uma trama que traduz um contexto em que o brasão, a tradição e as determinações familiares passam a dar lugar ao interesse e escolha baseadas em valores pessoais.

Todavia, como há de se constatar, o contexto literário com o qual nos deparamos ao lermos Machado de Assis, avança sobre um cenário de aprendizagem do amor, onde, conforme analisa D’Incao, “as pessoas [...] estavam aprendendo as normas da civilização européia; entre as quais se incluía ter certos sentimentos e utilizar certas relações sociais” (D’INCAO, 1996, p. 62). Se, como havia dito antes, o romantismo provoca uma ruptura com um *habitus* anterior, introduzindo novas maneiras de manifestar e sentir o amor, com Machado de Assis temos a oportunidade de perceber como esse cenário se alterou. Em Joaquim Manoel de Macedo e José de Alencar, por exemplo, o requisito do amor no casamento passa a ser uma necessidade, ainda que em

nível de discurso e de representação do pensamento moderno, embora, na prática, os casamentos fossem ditados pela conveniência.

Todavia, a esfera sobre a qual orbita o tema da escolha em Machado é carente de reflexão quanto à origem desse sentimento nos personagens. O leitor, ávido por entender suas escolhas, percebe que todas elas apontam para um indivíduo envolvido em suas próprias contradições, seja entre seus discursos e suas práticas ou seus valores e a conduta que resolvem seguir, mas que no fim sempre se adéquam a interesses dissimulados, numa clara e alusiva perspectiva individualista que, mesmo negando um conjunto de valores anteriores – escravidão, monarquia, patriarcado –, não se sustenta sem ela, ou não se questiona sobre o porquê de negá-la.

Ainda em busca de identificar uma literatura com a qual pudesse dialogar acerca dos significados antropológicos contidos no processo de escolha, dediquei-me a vasculhar outras obras literárias. Entre elas uma me chamou atenção: *A escolha*, de Mary Wine (2010).

Tratando-se de um romance histórico, o que significa dizer, uma história de romance escrita por uma autora contemporânea sobre, no caso em questão, a Escócia do século XVI, “*A escolha*” insere-se naquele grupo de textos muito comuns entre jovens de camadas médias, denominados com nomes característicos desse meio e voltado para um público eminentemente feminino. As ‘Sabrinhas’ ou ‘Biancas’ que lêem familiarizam-se com uma linguagem provocante e recheada de imagens eróticas, cujo frenesi provocado ultrapassa e supera em larga medida o perfil psicológico dos personagens presentes na maior parte dos romances do século XIX ao XX. Contudo, na minha perspectiva de “viajante de primeira viagem”, apesar do cenário e da sensação de êxtase, considero essa versão do romance, mais moderno e menos apologético, algo reificado, que transforma o texto numa digressão anacrônica, voltado para o consumo de massa e aproximando-se de um roteiro hollywoodiano às vésperas de encontrar quem o dirija.

O texto conta a história de duas famílias inimigas que vêem seus respectivos filhos se apaixonarem um pelo outro. Os protagonistas Cullen MacJames e Bronwyn McQuade, após um encontro e “apalpada nas nádegas” vivem uma verdadeira aventura amorosa, colorida de raptos, tentativas de fuga, estupros consentidos, assassinatos, envenenamentos, invasões de castelo, e coisas do gênero, no qual o ponto central da história está no fato do pai da moça, Erick, fazer uso de uma ocasião (o encontro ocasional de Cullen e Bronwyn) para manchar sua honra, impedindo que houvesse

pretendentes a se casar com ela. Assim, ele conseguiria evitar o fracionamento das terras que, na Escócia daquela época, se dava pela linhagem matrilinear.

Erik procura deixar bem clara suas razões para isso num de seus diálogos com os filhos:

- A terra é a única coisa que torna um homem rico. Nunca permita que ela escape de suas mãos. *Sempre se case para conseguir terra*. O dinheiro pode ser gerado pelos arrendatários. [...] Escutem, meus filhos, a herança que um dia será melhor do que a que ganhei de meu pai. Trabalhei demais para suportar ver qualquer terra deixar de ter o nome McQuade. Bronwyn é uma mulher, feita para servir as necessidades dos homens. O fato de ser minha filha não muda isso.

Os filhos balançaram a cabeça concordando.

- Mas era necessário sujar o nome dela em público? – Liam perguntou.

- Sim, era. Agora o rei não vai me pressionar para vê-la casada. A terra que ela tem de dote está legalmente ligada à mãe e a qualquer filha que ela possa ter. Isso não pode ser alterado. Bronwyn não deve jamais se casar ou perderemos essa terra. Espero firmeza por parte de vocês. Já recebi muitas propostas de casamento para ela neste ano. – McQuade grunhiu, irritado, antes de continuar: - Mas ela é uma mulher, e eu não sou tolo para esperar que ela tivesse forças para permanecer inocente. Mulheres são criaturas fracas. Elas buscam um amante na calada da noite quando estão no tempo de procriar. É por esta razão que eu deixei claro que nenhum homem usando as nossas cores olhasse para minha filha. Se ela gerar uma filha, a terra passará para a criança, seja bastarda ou não.

Desse modo, Bronwyn jamais poderia se casar. Se permanecesse solteira, a terra se tornaria propriedade McQuade. Chamá-la de vagabunda em plena Corte faria com que cessassem quaisquer futuros pedidos de casamento (WINE, 2010, p. 33-4).

Para evitar que sua honra também viesse a ser manchada, Cullen resolve raptar a donzela para seu castelo e lá pedi-la em casamento. Imediatamente Bronwyn, cujo enredo indica não ter se relacionado com outros homens, vê-se envolvida numa situação desagradável: apaixonando-se pelo seu raptor, cujo aspecto e temperamento assemelhavam-no ao pai, o qual repudiava; e, ao mesmo tempo, temerosa pelo conflito e derramamento de sangue caso resolvesse ceder as tentações de seu sedutor algoz. Em meio à persistência e ao charme de Cullen, Bronwyn resolve ceder, mas não sem antes provar da retaliação de seus familiares por essa escolha.

Apesar de envolvente, esse romance nos escapa à compreensão das variáveis que motivam, subjetivamente, os personagens a elegerem seus afetos como *modus operandi* das relações que existem entre eles. Por enfatizar, na conjuntura dos eventos que entrelaçam a série de acontecimentos presentes em seu roteiro, uma fetichização do amor como prelúdio à escolha do par ideal e por fazer disso a retórica sobre a qual supostamente se baseariam os personagens da época, o texto se afasta de uma realidade

objectual, capaz de traduzir as imperfeições dessa visão objetiva que separa a razão do sentimento.

Algo muito diferente do que podemos encontrar, por exemplo, no conjunto da obra de Jane Austen, a qual, segundo minha perspectiva, aproxima-se do que estava procurando e, por essa razão, me permitiu identificar um objeto capaz de transmitir a mensagem da discussão contida neste capítulo: as transformações provocadas pela descoberta de si do sujeito, no itinerário das revoluções mentais pelas quais a modernidade se viu atravessada, como será visto no próximo capítulo.

Capítulo 4

A escolha em Jane Austen

Jane Austen (1775-1817) nasceu em Steventon, Inglaterra. Assim como Defoe, Richardson e Fielding, seus escritos deram ao romance inglês o primeiro impulso para a modernidade. Com aguda percepção psicológica e um estilo de ironia sutil abordava o cotidiano de pessoas comuns. Descreve, assim, o que vê e conhece: as tentativas de ascensão na escala social, o valor das pessoas determinado pela sua renda anual, o grau de ignorância dos falsos nobres, a maldade das pessoas boas e, mais que tudo, a luta das mulheres para se casarem, única porta de saída para a modificação (ainda que precária) de seu *status* de animal doméstico. “É o mundo das casas dos nobres e abastados da província, cuja vida rotineira segue indiferente às convulsões sociais que agitam a Inglaterra” (CEVASCO, 1999, p.52).

No que se refere ao seu estilo de aguda percepção psicológica³⁸, ao criar personagens reais, com vícios e virtudes, revela sempre uma ironia dissimulada pela leveza da narrativa, que possui um tom irônico e na qual os sentimentos são contidos. Isto se deve a sua profunda sensibilidade literária, já que trata com ironia aquilo que não pode ser confundido com o real, mas que nos faz pensá-lo como tal. O que segundo Colasante (2005) se confunde com a paródia, dado o propósito da autora em estabelecer um distanciamento entre a vida real e a criação literária:

Sendo o romance um gênero com raízes nas realidades do tempo histórico e do espaço geográfico, mas que ao mesmo tempo tem sua realidade apenas dentro da própria narrativa, a paródia tem o poder de ressaltar a literariedade do texto, já que, através dela, haverá um outro texto contra o qual a obra deverá ser simultaneamente medida e entendida. Nesse contexto, a ironia, um de seus elementos essenciais, é um mecanismo retórico primordial para despertar a consciência do leitor para o mundo ficcional, permitindo que ele avalie e interprete a obra, e o comentário narrativo torna-se fundamental para esse processo, já que ele pressupõe um distanciamento crítico entre o texto parodiado e a nova obra que o incorpora, invertendo-a ou negando-a precisamente através do tom irônico. Deve-se ressaltar, porém, que tal procedimento exige do leitor que ele consiga identificar alusões ou citações. Caso contrário, ele limitar-se-á a naturalizá-las, adaptando-as ao contexto da obra, o que eliminaria uma parte significativa tanto da forma como do conteúdo do texto. Desse modo, para que o texto paródico seja

³⁸ Conforme afirma Watt, Jane Austen teria conseguido unir a proximidade psicológica de Richardson e Defoe à análise irônica e distanciada empregada por Fielding, conseguindo conjugar numa “unidade harmoniosa as vantagens do realismo de apresentação e as do realismo de avaliação, das abordagens interior e exterior da personagem” (1996, p. 158).

identificado como tal, é necessário fazer coincidir sua elaboração com seu reconhecimento ou interpretação (COLASANTE, 2005, p. 31).

Ao mesmo tempo, preconiza um tipo de romance que busca observar o seu tempo presente, o seu país, a sua observação do comportamento social de famílias pertencentes à aristocracia agrária. E a forma escolhida pela autora dá a ela a capacidade de criar imagens poderosas para transmitir suas idéias e orientar a reflexão do leitor. Para isso faz uso do discurso *indireto livre*, técnica ideal para dar forma ao conteúdo das contradições e filigranas presentes no itinerário social de suas heroínas, deixando assim, um espaço livre à voz individual (e um espaço *variável*, conforme as personagens e as circunstâncias: exatamente como sucede às pessoas de carne e osso no curso de sua socialização), mas ao mesmo tempo mistura e subordina a expressão individual ao tom abstrato e suprapessoal do narrador (Moretti, 2003). Jane Austen pode, assim, nos ajudar a compreender como estão refratadas no texto de ficção suas projeções como mulher, bem como alguns elementos da ideologia e cultura da sociedade burguesa que lhe era coetânea, a partir da qual ela compõe suas personagens.

Em parte a razão para isto está no fato de que sua obra se confunde com o período britânico da Regência de Jorge IV como Príncipe de Gales, durante a enfermidade de seu pai, Jorge III, e constitui uma ponte entre o período georgiano e o vitoriano. Este cenário permitiu-lhe descrever com precisão a sociedade rural georgiana que estava em vias de desaparecer e não tanto as mudanças sofridas com a chegada da modernidade. Isto se dá em razão de dois fatores externos fundamentais: por um lado, a revolução agrária, que constitui o começo da revolução industrial, e suas importantes repercussões sociais; por outro lado, o colonialismo, as Guerras Napoleônicas e a extensão do Império Britânico³⁹.

A era georgiana caracterizou-se pelas mudanças sociais no aspecto político. Foi a época das campanhas para a abolição da escravatura, da reforma das prisões e das críticas à ausência de uma justiça social. Foi também a época em que os intelectuais começaram a defender políticas de bem-estar social, e se construíram orfanatos, hospitais e escolas dominicais. Na literatura também exerceu influência, que se manifesta pelo ressurgimento do romance e pela discussão se esse era realmente um gênero literário e de qualidade.

³⁹ Contudo, o que se pode estranhar no texto de Jane é ausência de referências as estas mesmas revoluções. A conclusão a que se pode chegar é que ela driblou o discurso oficial, evidenciando como esta se deu na vida íntima das pessoas.

De acordo com Ian Watt (1996), em seu ensaio *The Rise of the Novel*, onde discute a ascensão do romance, está intrinsecamente enlaçado com o florescimento da classe burguesa, que, diferentemente da nobreza, não havia sido educada com os clássicos, não conhecia o latim, nem o grego, e tampouco compartilhava o interesse pelos temas das literaturas clássicas.

Hoje se reconhece que mais da metade dos autores desta época eram mulheres que, através da escrita, conseguiam certa independência econômica. Não obstante, a qualidade da maioria dessas obras deixava a desejar, pois era repleta de tópicos e clichês de linguagem e de personagens, herança da literatura gótica. No caso de Austen, que defendia um estilo mais erudito, tomou o romance como gênero de qualidade.

Durante a época de Jane Austen não existia um sistema de educação propriamente dito, e a educação das crianças era feita nas escolas dominicais, ou, no caso das famílias mais abastadas, através de tutores. Por outro lado, existiam algumas “escolas para damas”, que tinham má reputação, pois ofereciam uma educação deficiente. Também era comum mandar os filhos homens para viver na casa de um tutor, como o era o pai de Jane Austen. Crescendo nessa casa, pode-se supor que a autora foi uma mulher bastante instruída para seu tempo.

O tratado de educação mais relevante para a época era o *Emilio* de Rousseau, que tem suas bases no Iluminismo. A influência do Iluminismo fez com que se começasse a criar um sistema educativo fundamentado na razão. Sem dúvida, tanto em Rousseau, como em muitos outros pensadores do Iluminismo, a mulher estava excluída dessa necessidade educativa. Como exemplo, em *Emilio* se faz referência à educação da mulher através da sugestão para Sofia, a mulher destinada a casar-se com Emilio: a mulher deve ser educada para cumprir suas funções de esposa e mãe, e obedecer a seu marido. Sendo assim, não é de se estranhar que os manuais de casamento citados anteriormente tenham se popularizado no século XVIII, ensinando doutrinas morais e enfocando a educação em aspectos domésticos, religião e “talentos”, e separando-as de outros conhecimentos, que a tornariam pouco desejável aos olhos masculinos. Há muitas passagens na obra de Jane Austen dedicadas aos “talentos”, porém se há algo que todas as obras têm em comum é que nenhuma de suas heroínas está muito interessada neles. Por talentos, então, se pode entender as diferentes habilidades que uma mulher que busca marido deve cultivar para atrair a atenção dele. Acerca disso em *Orgulho e Preconceito* nossa autora escreve o seguinte:

“Fico impressionado”, disse Bingley, “com a paciência que têm as jovens para se tornarem tão prendadas”. [...] “Todas elas pintam mesas, forram biombos e tecem bolsas. Não conheço nenhuma que não saiba fazer tudo isso e tenho certeza de que nunca ouvi uma moça ser mencionada pela primeira vez sem ser informado de que era muito prendada”. (...) “Uma mulher deve ter um amplo conhecimento de música, canto, desenho, dança, e línguas modernas para merecer essa palavra (talentosa); e, aparte de tudo isso, deve haver algo em seu ar e em sua maneira de andar, no tom de sua voz, em sua forma de relacionar-se com as pessoas, e em sua expressão que, se não for assim, não merecerá completamente a palavra” (AUSTEN, 2010b, p. 54)

Assim, Austen advoga, em seus romances, por uma educação liberal para a mulher, independente de todos esses “talentos”, que funcionavam como marcadores de seletividade, e que ajudavam na definição de que esposa escolher para casar. Suas heroínas não são, portanto, instruídas por governantas, nem tampouco são exímias desenhistas ou sabem tocar instrumentos musicais.

Em seu célebre estudo sobre a obra de Jane Austen, Butler (1990) defende que há dois padrões de heroínas presentes nos romances da autora: “a heroína que está certa e a heroína que está errada” (Butler, 1990, p. 166). Butler argumenta que as heroínas que estão certas – Elinor, em *Razão e Sensibilidade* (2008), Fanny Price, em *Mansfield Park* (2010) e Anne Eliot, em *Persuasion* (‘Persuasão’ [2009]) – agem em nome de uma ortodoxia conservadora e advogam princípios, deveres e o sacrifício de suas próprias vontades em nome do bem estar de outros. Já as heroínas que estão erradas atingem esse nível de compreensão da verdade num momento mais tardio da narrativa. Partindo de um erro intelectual, que poderia ser motivado por imaturidade – como no caso de Catherine, em *Northanger Abbey*; Emma, em *Emma* (2010); ou Elizabeth, em *Orgulho e Preconceito* (2010) – as heroínas descobrem suas “falhas” pouco antes do desfecho do romance, e um dos grandes momentos desse tipo de enredo é a auto-descoberta, seguida de uma decisão de, no futuro, seguir a razão. Com isso ela tentar passar a mensagem de que a racionalidade e o desenvolvimento estão ligados a métodos tradicionais de educação.

Dentre as diversas obras da escritora, três, em particular, tornam-se objeto de estudo aqui, devido à representatividade das mesmas na produção literária da escritora e sua relação com a proposta do projeto. Numa delas, *Orgulho e Preconceito*, referência em minha análise, é relatado como o amor dos protagonistas é forte o bastante para superar barreiras de orgulho e preconceito, da diferença social entre eles e do escasso poder de decisão concedido à mulher na sociedade da época, sobretudo no que se refere à margem de liberdade que apóie, fazendo valer, sua própria escolha afetiva. Nesta obra,

o diálogo predomina, refletindo a criatividade e a habilidade de captação psicológica da escritora. A temática feminina é polêmica por ser discutida no perigoso terreno da ambigüidade entre desejos femininos de ascensão social (racionalidade) e de amor (afetividade) que se entrelaçam nos dilemas familiares⁴⁰.

Na convergência entre os enredos de tão diferentes romances é possível notar que a autora não tem como objetivo discutir a educação formal de modo geral. Seu olhar está, de fato, voltado para o papel desempenhado pela família e pelas regras de conduta social na formação do caráter, da moral, do bom senso e, principalmente, da racionalidade da mulher. Conjugados a isto está sua ambivalência no tocante á relação entre razão e afetividade, que no decorrer dos textos colocam os personagens em contradição consigo mesmos e com os arquétipos de racionalidade de sua época.

Orgulho e preconceito

Orgulho e Preconceito (AUSTEN, 2010b), uma das obras de Jane Austen, é, talvez, o texto mais popular dessa autora. Ela é extremamente útil no que se refere à análise do contexto em que as emoções dos personagens estão em constante tensão com as estruturas sociais envolventes.

O texto trata de forma irônica e maliciosa as contradições dos personagens, com ênfase no romance entre Elizabeth (carinhosamente chamada por seus familiares e vizinhos de Lizzy), da família Bennet, pequenos proprietários de terra, e Darcy, herdeiro de uma grande fortuna e membro da alta nobreza londrina.

A história começa com a visita do primo de Darcy, Bingley, a Netherfield Park, região vizinha à propriedade dos Bennet. Daí em diante, por meio da tumultuada relação entre a irmã de Lizzy, Jane, e o primo de Darcy, Bingley, desenvolve-se uma trama de acontecimentos que, ao mesmo tempo em que afasta, socialmente, Lizzy e Darcy um do outro, os aproxima afetivamente. Em parte, a razão desse distanciamento se dá pelo jogo de conjecturas sobre suas aparências.

⁴⁰ *Orgulho e Preconceito* tem sido traduzido para várias línguas estrangeiras e adaptada para o teatro, para a ópera e para vários filmes e televisão. A mais recente adaptação cinematográfica produzida foi lançada em 2005, e recebeu indicações para o Oscar para as categorias de atriz, figurino, direção de arte e trilha sonora. Há dois séculos inteiros, leitores e espectadores continuam sofrendo com a trama vivida por Elizabeth e Darcy, os quais parecem estar impedidos de ficar juntos por uma série de fatores sociais relativos às diferenças de classe.

Razão para isto está no fato de Lizzy considerar Darcy extremamente arrogante por achar que ele interferiu no relacionamento de Jane com Bingley. Exemplo disto ocorre em Netherfield, na ocasião em que Darcy, a sós com Lizzy, a pede em casamento:

Posso dizer que desde o princípio, desde o primeiro instante quase em que o conheci, *as suas maneiras me convenceram de que era um homem arrogante, pretensioso, e de que tinha a maior indiferença pelos sentimentos dos outros*. Esta impressão foi tão profunda que constituiu, por assim dizer, o alicerce sobre o qual os acontecimentos subseqüentes elevaram uma indestrutível antipatia; e talvez menos de um mês depois de conhecê-lo estava convencida de que o senhor seria o último homem no mundo com o qual eu me casaria (AUSTEN, 2010b, p. 206) [grifo nosso].

Tudo isto por que desde o primeiro encontro que tiveram, dias depois da chegada de Bingley ao Netherfiel Park, Lizzy considerou extremamente orgulhosa a postura e o comportamento de Darcy para com os convidados da comunidade da qual ela fazia parte.

É necessário que se diga que a nobreza inglesa descrita por Austen em seu livro é analisada segundo o papel que exerce na estrutura social daquele período, ou seja, como reguladora das condutas e da moral social existente, cuja crítica ao comportamento dos *outsiders* de sua classe se expressa pelo ato de evitar o contato pessoal. Sobre isto Darcy versa demonstrando ser a sua educação a razão para tal comportamento:

Em criança me ensinaram o que era direito, mas não me ensinaram a corrigir o meu gênio. Deram-me bons princípios. Mas deixaram-me praticá-los orgulhosamente. Infelizmente, sendo durante muito tempo único filho, e mais tarde único filho homem, fui mimado pelos meus pais e, embora eles fossem bons, meu pai sobretudo, que era a benevolência em pessoa, permitiram, encorajaram e quase me ensinaram a ser egoísta e tirânico, a pensar apenas nas pessoas da minha família, desprezar todos os outros e a pensar, com desprezo, no bom senso e valor das outras pessoas, comparados com os meus. Assim fui eu dos oito aos vinte e oito anos (AUSTEN, 2010b, p. 374).

Contudo, assim como Lizzy chegou à conclusão de que o orgulho e preconceito de Darcy, e sua família interferiram no relacionamento de sua irmã com o primo de Darcy não se pode deixar de considerar que as impressões de Darcy sobre a família Bennett refletiam um imaginário do que era uma família campestre em contato com a corte.

Em primeiro lugar Darcy teve a impressão de que a mãe de Lizzy queria se aproveitar da presença de Bingley para “empurrar” uma de suas cinco filhas para o

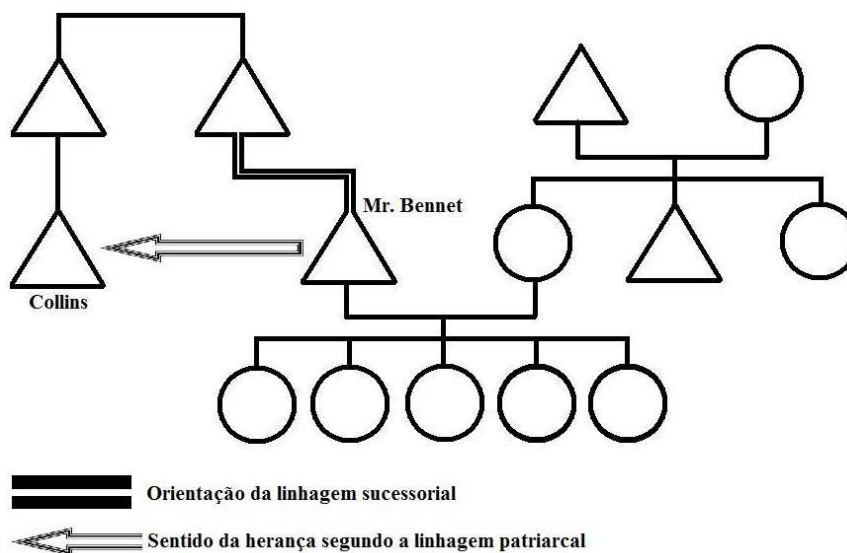
casamento. Seguindo a análise de Bourdieu (1980) sobre o Beárn francês, pode-se dizer que, no caso dos Bennett, estava-se diante da pior “mão de cartas” que um pai poderia desejar, afinal de contas com cinco filhas e a obrigatoriedade sucessorial de transferência patrimonial pela linha masculina, as terras e os seus bens seriam progressivamente dilapidados a cada casamento (ver diagrama abaixo).

Com efeito, na esperança de ter um filho o pai de Lizzy correu o risco de apostar em cada gestação...

Quando Mr. Bennet se casou, julgara que era perfeitamente inútil fazer economia, pois naturalmente haveria de ter um filho. Este filho entraria no direito de herdar a propriedade e desse modo a viúva e as crianças menores ficariam garantidas. Cinco filhas sucessivamente vieram ao mundo, mas o filho ainda estava para vir. Muitos anos depois do nascimento de Lydíia, Mrs. Bennet acreditara que o filho viesse a nascer. Mas afinal tivera que renunciar a essa esperança. Mrs. Bennet não tinha jeito para economia e os gostos morigerados do marido foram a única coisa que os impediu de gastarem além da renda que possuíam (AUSTEN, 2010b, p. 313),

o que o levou à situação em que se encontrava no contexto do livro, e que, de certo modo o tornava, na visão de Darcy, um homem sem ímpeto e indiferente: “Seu pai se limitava a rir e nunca fazia nenhum esforço para corrigir as leviandades das filhas mais moças [...]” (AUSTEN, 2010b, p. 224).

Diagrama 1: Orientação da linhagem sucessorial (masculina) na família Bennet.



Em segundo lugar, o modo como Darcy encarava a distinção entre burguesia-aristocracia, o nível de instrução das pessoas do campo e, no que se refere exclusivamente ao espaço de ação social da família de Lizzy, o grau de inserção dos Bennet na corte influenciavam sobremaneira o tipo de sentimento manifestado por ele em relação à Lizzy. Em dois momentos do texto essa distinção torna-se evidente,

demonstrando estar Darcy num contexto controverso entre o que entende como estrutura social e o sentimento que adiante manifestará:

(Diálogo entre Darcy, Bingley, seu irmão e irmã, respectivamente, Hurst Bingley e Luise Bingley, sobre o comportamento e as atitudes de Lizzy após o jantar, na ocasião e que a mesma fora visitar a irmã que havia ficado doente após ser convidada por Louise para passar alguns dias em sua companhia):

Depois do jantar Elizabeth voltou imediatamente para perto de Jane, e assim que saiu da sala Miss Bingley começou a falar mal dela. Não achava boas as suas maneiras. Revelavam, a seu ver, um misto de orgulho e impertinência. Ela não sabia conversar, não tinha estilo, gosto, nem beleza. Mrs. Hurst pensava a mesma coisa e acrescentou:

— Nada tem, em suma, que a recomende, senão ser uma excelente andarilha. Nunca esquecerei de como nos apareceu hoje de manhã. Parecia quase uma selvagem.

— É verdade, Louise, quase não pude impedir-me de rir. Que absurdo ela ter vindo. Que sentido tem vir correndo pelo campo só porque a irmã apanhou um resfriado? O cabelo dela estava tão desarrumado, tão despenteado!

— Sim, e a saia dela? Espero que você tenha visto. A barra estava toda suja de lama.

— Sua descrição pode ser muito exata, Louise — disse Bingley —, mas não reparei em nada disso. Achei que Miss Elizabeth Bennet estava muito bonita quando entrou na sala hoje de manhã. As saias sujas de lama escaparam à minha atenção.

— O senhor viu, com certeza, Mr. Darcy — disse Miss Bingley. — E eu estou inclinada a pensar que o senhor não gostaria que uma das suas irmãs se exibisse deste modo.

— Decerto que não.

— Andar três ou quatro milhas, ou cinco milhas, ou lá o que seja, com os tornozelos metidos na lama, e sozinha, inteiramente sozinha! Que significa isto? Parece-me mostrar um conceito abominável de independência, uma indiferença toda campestre à mais elementar decência.

— Mostra a afeição que ela tem pela irmã — disse Bingley.

— Creio, Mr. Darcy — observou Miss Bingley, quase num sussurro —, que esta aventura deve ter afetado a admiração que *o senhor tinha pelos seus belos olhos*.

— *De modo algum — replicou ele. — Achei que o exercício os tornou ainda mais brilhantes.*

Depois de uma curta pausa, Mrs. Hurst recomeçou a falar:

— Eu gosto imensamente de Jane Bennet, é realmente uma ótima menina. Desejaria de todo o coração que ela se casasse. Mas, com um pai daqueles, com uma mãe daquelas e com relações tão baixas, creio que ela não tem nenhuma probabilidade de se casar.

— Creio que ouvi dizer que o tio dela é advogado em Meryton.

— Sim, e outro tio dela mora perto de Cheapside.

— Isto é definitivo — acrescentou a irmã. E ambas riram cordialmente. — Mesmo que elas tivessem tantos tios que bastassem para encher todo o Cheapside — exclamou Bingley —, isto não as tornaria nem um pingão menos agradáveis.

— *Mas é lógico que deve diminuir muito as probabilidades de elas se casarem com homens de importância social* — replicou Darcy (AUSTEN, 2010b, p. 51-2) [grifo nosso].

(Diálogo entre Lizzy, sua mãe – senhora Bennet –, Darcy e Bingley na residência de Netherfield Park durante o almoço no qual a senhora Bennet foi convidada para cuidar da filha, Jane, que estava doente)

— Realmente, encontrei-a pior do que esperava — respondeu Mrs. Bennet. — O seu estado não permite que ela seja transportada. Mr. Jones disse que nem devemos pensar nisto. Seremos obrigadas a abusar mais algum tempo da sua hospitalidade.

— Transportá-la? — exclamou Bingley. — Nem devemos pensar nisto. Minha irmã, estou certo, não o permitirá.

— Pode ficar certa, madame — disse Miss Bingley com fria amabilidade —, de que Miss Bennet receberá todas as atenções enquanto estiver em nossa casa.

Mrs. Bennet agradeceu efusivamente.

— Estou certa — acrescentou ela — de que, se não fossem os bons amigos que ela tem, a sua situação seria muito grave, pois está realmente muito doente; ela sofre muito, embora com uma paciência admirável; aliás, é sempre assim, pois ela tem, sem nenhuma dúvida, o gênio mais dócil do mundo. Eu sempre digo às minhas outras filhas que elas nada são perto de Jane. O quarto em que ela está, Mr. Bingley, é muito agradável e tem uma encantadora vista sobre a aléia principal. Não conheço outro lugar no país que seja tão agradável quanto Netherfield. Espero que o senhor não se apresse a abandoná-lo, embora o tenha alugado por pouco tempo.

— Tudo o que faço — replicou ele — é às pressas, e portanto, se resolvesse deixar Netherfield, eu o faria provavelmente em cinco minutos.

— Isto é exatamente o que eu supunha da sua parte — disse Elizabeth.

— Está começando a compreender-me? — exclamou ele, virando-se para Elizabeth.

— Compreendo-o perfeitamente.

— Desejaria poder aceitar a sua declaração como um elogio, mas acho que ser tão transparente é lamentável.

— Em geral é assim, mas não se segue necessariamente que um caráter profundo e complicado seja mais estimável do que o seu.

— Lizzy — gritou a mãe —, lembre-se de onde está e não se precipite como se estivesse em casa.

— Não sabia — continuou Bingley imediatamente — que a senhorita era tão grande estudiosa dos caracteres. Deve ser um estudo absorvente.

— Sim, mas os caracteres complexos são os mais interessantes. Pelo menos têm a vantagem de ser complicados.

— O campo — disse Darcy — *oferece em geral poucos exemplares para um tal estudo. A sociedade em que nos movemos no campo é em geral muito limitada e monótona.*

— Mas as pessoas em si mudam tanto que sempre existe nelas alguma coisa de novo a observar.

— Realmente — exclamou Mrs. Bennet, ofendida pela maneira como ele se referia aos moradores do campo. — Asseguro-lhes que existe tanta monotonia na cidade como no campo.

Todos ficaram surpresos e Darcy, depois de fitá-la um instante, virou-se para o outro lado em silêncio. Mrs. Bennet, que imaginou ter ganhado uma vitória completa sobre o outro, continuou, triunfante:

— Não vejo em que Londres tenha tão grande vantagem sobre o campo, exceto quanto às lojas e lugares públicos. O campo é muito mais agradável, não é, Mr. Bingley?

— Quando estou no campo — respondeu este — nunca desejo ir embora. E quando estou na cidade acontece a mesma coisa. Cada lugar tem as suas vantagens. Sinto-me igualmente bem em ambos.

— Sim, isto é porque o senhor tem boa vontade. Mas aquele gentleman — disse ela, olhando para Darcy — parece que detesta o campo.

— Está enganada, mamãe — disse Elizabeth, envergonhada com a simplicidade da mãe. — Você não compreendeu Mr. Darcy. Ele quis apenas dizer que não há tão grande variedade de tipos no campo quanto na cidade. E você tem de reconhecer que isto é verdade.

— Certamente, meu bem, ninguém disse o contrário. Mas quanto ao pequeno número de pessoas que moram nesta redondeza, creio que existem poucas regiões mais habitadas. Sei que nos damos com vinte e quatro famílias (AUSTEN, 2010b, p. 58-9) [grifo nosso].

Certamente que esse cenário de aparências pode confundir-nos numa leitura mais objetiva do que dizem e sentem Darcy e Lizzy. Mas o que torna tudo isso interessante é que no constante e desconfortável ambiente de contradições entre estes dois personagens, um jogo de dissimulações estimula ambos a refletir sobre suas conjecturas acerca do que lhes conforma enquanto membros de suas respectivas classes sociais, e o tipo de sentimento que vêm manifestar-se na contramão desta conformação.

Há de se considerar, por exemplo, que Lizzy parece não querer casar, quer por considerar isto comprometedor para sua situação social (enquanto filha de um pequeno proprietário rural, o qual perderia, com seu dote, parte da herança, assim comprometendo a condição de vida da família), quer por ser objeto de uma escolha obrigatória, embora naturalmente desejada pelo costume tradicional inglês. Podemos considerar ainda o fato de Lizzy perceber que a relação afetivo-conjugal dos pais não era das mais felizes, tornando-a menos inclinada a se apaixonar por alguém, e fazer disto um motivo para se casar⁴¹. Na mesma direção está Darcy, que se vê confrontado com o desejo de sua tia em casá-lo com a prima, afim de reproduzir o nome e o patrimônio familiar.

⁴¹ “Se as opiniões de Elizabeth se originassem do exemplo dado pela sua própria família, a sua idéia de felicidade conjugal e de conforto doméstico não poderia ser das mais lisonjeiras. Seu pai, cativado pela mocidade, beleza e aparência de bom humor que a juventude em geral confere às mulheres, tinha se casado com uma pessoa de débil compreensão e de idéias estreitas; muito pouco tempo depois do casamento, esses defeitos haviam extinto toda a afeição sincera que tinha por ela. O respeito, a estima, a confiança se tinham desvanecido para sempre. E todos os seus anseios de felicidade doméstica foram destruídos. Mas Mr. Bennet não era desses homens que procuram se consolar das desilusões causadas pelas próprias imprevidências entregando-se a esses prazeres em que os infelizes procuram uma compensação para as suas loucuras e os seus vícios. Gostava do campo e dos livros; disso tirava as suas principais distrações; e, quanto à sua mulher, ele pouco mais lhe devia do que os divertimentos que o espetáculo da sua ignorância e a sua falta de senso lhe tinham proporcionado. Essa não é a espécie de felicidade que os homens em geral desejam encontrar no casamento. Mas, na falta de outros dons, o verdadeiro filósofo se contentará com os poucos que lhe são dados” (AUSTEN, 2010b, p. 247).

Acerca dessas circunstâncias que colocam em conflito questões de natureza afetiva e normativa, em que ambos protagonistas encontram-se envolvidos podemos tecer alguns comentários e produzir algumas análises.

Em primeiro lugar, Lizzy foi pretendida por dois outros personagens, além de Darcy. O primeiro foi Collins, seu primo, que após ser rejeitado por Jane, herdeira natural do patrimônio familiar (dote), resolve escolhê-la para casar. Este personagem aparece na trama como que designado pela tutora, Lady Catherine de Bourgh (que também é tia de Darcy), a encontrar uma esposa e assim possuir as qualidades morais de um pastor que desejasse ter sua própria paróquia. Seu parentesco, apesar de distante, oferecia-lhe, condições para essa empreitada, haja vista fazer parte da linhagem paterna de Lizzy, sobre a qual possuía privilégios sucessoriais, e o fato de possuir em sua rede de relações uma forte agência de influência (embora negados ou rejeitados os casamentos poderiam ser tramados juridicamente por quem exercesse influencia diante da corte).

Sua intenção era justamente escolher uma das filhas de seu parente, caso elas fossem tão bonitas e amáveis como se dizia. Estas eram as reparações que ele tencionava oferecer em troca da sua futura apropriação de Longbourn. Achava o plano excelente, conveniente, excessivamente generoso e desinteressado da sua parte. O contato com as meninas não o fez alterar o plano. O lindo rosto de Miss Jane até o confirmou nas intenções; as suas preferências quadravam, aliás, com as severas noções que tinha do direito de primogenitura. E desde o primeiro momento a sua escolha recaiu sobre Jane. A manhã seguinte, entretanto, trouxe uma alteração.

Durante uma conversa tête-à-tête com Mrs. Bennet pelo espaço de um quarto de hora da primeira refeição, a palestra que se iniciou acerca do seu presbitério conduziu-o naturalmente a confessar as suas esperanças de encontrar uma dona-de-casa em Longbourn. Mrs. Bennet, entre sorrisos amáveis e outros encorajamentos, procurou dissuadi-lo da escolha que parecia recair sobre Jane. Quanto às filhas mais moças, ela não podia responder positivamente, mas não sabia ao certo de nenhum impedimento da parte delas. Em relação à filha mais velha, porém, ela se sentia na obrigação de avisar que provavelmente ela ficaria noiva dentro de pouco tempo (AUSTEN, 2010b, p. 87-8).

Rejeitado, Collins viu-se obrigado a remediar sua situação optando por outra dentre as filhas do senhor Bennet:

Mr. Collins, com a maior naturalidade, transferiu o seu projeto de Jane para Elizabeth. E isto foi logo feito, enquanto Mrs. Bennet falava sobre o assunto. Elizabeth, que vinha logo em seguida a Jane, em idade e beleza, era a sucessora natural (AUSTEN, 2010b, p. 88).

A naturalidade com a qual se exerceu tal escolha significava uma prática de escolha matrimonial que refletia, naquele contexto, o modo como os indivíduos estavam

dispostos na estrutura da sociedade agrária inglesa do século XVIII. E mais: o modo como são influenciados por essa estrutura, no sentido de que a trama de suas relações sociais não eram apenas determinadas pelo sentimento que nutriam por alguém, mas pela ordem de nascimento, o caráter da primogenitura, a influência das agências de controle social (clero e nobreza). De modo que a projeção do amor que se nutria por um parceiro amoroso, demonstrada pela proposta de casamento de Collins a Lizzy⁴², era determinada pelo objetivo social a que esta escolha se destinava cumprir.

Neste sentido a rejeição, sob a ótica austeniana, é uma renúncia do indivíduo à ordem social. Ao mesmo tempo, é uma revisão do papel do indivíduo no mundo. Negando-se a casar Lizzy apropria-se de si, não por negar o casamento enquanto instituição, mas por entender que ele deve ser sua escolha. Dessa maneira, a pessoa com quem vai casar, embora não seja previsível nos primeiros capítulos (Darcy), é de sua preferência, e não definida por regras de natureza sucessorial ou de agências de poder instituídas (nobreza, clero).

Vale ressaltar ainda que, embora rejeitado, Collins se casa com a vizinha de Lizzy, Charlotte, cuja idade (27) e a insistência dos pais a leva a pensar que o casamento, assim como a felicidade, “dependia da sorte”⁴³.

Quando descobre que sua melhor amiga casou com seu primo, Lizzy sente-se traída, mas mais que isso. Sente pena e desconforto diante da situação:

Elizabeth sempre desconfiara de que a opinião de Charlotte sobre o casamento não se parecia muito com a sua. Mas nunca poderia ter suposto que no instante de confrontar as suas idéias com a realidade ela fosse capaz de sacrificar todos os seus melhores sentimentos às vantagens mundanas. Charlotte mulher de Mr. Collins era um quadro humilhante. E a dor de ver uma amiga se rebaixar assim na sua estima acrescia a triste convicção de que era impossível que aquela mesma amiga fosse feliz no caminho que escolhera” (AUSTEN, 2010b, p. 142).

⁴² “Quase desde o primeiro momento em que entrei nesta casa escolhi-a para companheira da minha vida futura. Antes de me deixar levar pelos meus sentimentos a este respeito, talvez convenha dizer-lhe as razões que tenho para me casar e além disso os motivos que me trouxeram ao Hertfordshire com o propósito de escolher uma esposa” (AUSTEN, 2010b, p. 122).

⁴³ “Em suma, toda a família se sentiu profundamente feliz. As filhas mais moças começaram a ter esperança de entrar na vida social um ano ou dois mais cedo do que de outro modo poderiam fazê-lo e os rapazes se sentiram aliviados da sua apreensão de que Charlotte morresse solteirona. Charlotte, pessoalmente, se mostrou bastante discreta. Conseguira o que almejava e tinha tempo para refletir no assunto. Suas reflexões foram em geral satisfatórias. Mr. Collins não era a bem dizer nem sensato nem agradável. *A sua companhia era cansativa*. E a sua afeição por ela devia ser imaginária. Mas mesmo assim seria seu marido. Sem ter grandes ilusões a respeito dos homens ou do matrimônio, o casamento sempre fora o seu maior desejo; era a única posição tolerável para uma moça bem-educada e de pouca fortuna. E por mais incertas que fossem as perspectivas de felicidade, era ainda a forma mais agradável de ficar ao abrigo da necessidade. Esta proteção, ela agora a obtivera. Tinha vinte e sete anos e jamais fora bela. **Sabia portanto que tivera sorte**” (Id. Ibid., p. 139) [grifo nosso].

Mas ao mesmo tempo fica a dúvida: não teria ela se arrependido de não ter aceito tal proposta? Não teria ela o mesmo destino das solteironas que escolhem demais e nunca estão satisfeitas com as oportunidades que lhe aparecem? Para Austen talvez a renúncia a um compromisso pela simples necessidade de conformação é um aspecto elementar para compreender a mulher como agente de sua própria vontade, ou melhor, do desvio como ato heróico em busca de uma felicidade sublimada pelas convenções sociais.

O outro pretendente de Lizzy era Wickham, integrante do exército inglês, que seduziu a moça tentando beneficiar-se do dote que receberia. Seus modos respeitáveis e elogiosos faziam dele uma preferência possível, dado o equilíbrio entre suas condições sociais. Mormente sua aparência, Jane Austen desmascara-o, apresentando esse personagem como cruel e vil.

Tudo começa quando ele foge com a irmã mais nova de Lizzy, Kitty, e exige o resgate do dote para evitar a humilhação social dos Bennet. Este foi o principal precedente (evento) para Darcy se aproximar de Lizzy, uma vez que, para evitar o prejuízo moral de sua família, ele paga o dote a Wickham e lhes oferece uma cerimônia de casamento.

Tais circunstâncias colocam Darcy na contramão de seu orgulho, dado conscientizar-se de que o prejuízo de sua conduta foi ter contribuído com a reiteração de que a família de Lizzy estava abaixo de sua classe social, logo passível de circunstâncias desastrosas como as que ela, através de sua irmã, passou nas mãos de Wickham. Assim, encontrava-se na contradição entre o que, deveria pensar e o que os “olhos” de Lizzy o levaram a sentir. Cito os olhos de Lizzy, pois são eles que na ocasião do evento que os fez entrar em contato (festa) lhe despertam um princípio de interesse.

A princípio, Mr. Darcy nem sequer tinha concordado com os que achavam que ela era bonita. Olhara-a no baile sem admiração. E da outra vez em que se encontraram, fitara a moça apenas para criticá-la. Mas logo que declarara a si mesmo e aos amigos que Elizabeth não possuía um só traço agradável no rosto, *começou a achar que a bela expressão dos seus olhos negros dava àquele rosto um ar excepcionalmente inteligente*. A esta descoberta sucederam outras igualmente humilhantes. Embora o seu olhar crítico houvesse descoberto mais de um defeito na simetria das suas formas, foi forçado a reconhecer que as linhas do seu corpo eram de grande pureza; e, apesar da sua afirmação de que as maneiras dela não eram as do mundo elegante, sentiu-se fascinado pela sua encantadora naturalidade. Elizabeth ignorava tudo isto; a seus olhos Mr. Darcy era apenas o homem que não sabia ser agradável em parte alguma e que não a achara suficientemente elegante para dançar com ele. Ele começou a querer conhecê-la mais intimamente e, para conseguir conversar pessoalmente com Elizabeth, começou a interessar-se pela conversa dela com os outros. Essa sua atitude atraiu a atenção de

Elizabeth. O fato se passou em casa de Sir William Lucas, onde grande número de pessoas estava reunida (AUSTEN, 2010b, p. 38-9) [grifo nosso].

A descrição desta cena certamente nos permite identificar o contexto em que os dois, apesar do aparente desagrado frente aos seus respectivos comportamentos, se atraem. As qualidades físicas, embora superficiais num primeiro plano, são posteriormente investigadas e analisadas, para assim *pintar-se* o quadro do parceiro amoroso desejado.

Mas nem tudo são flores. Ciente desse “desvio”, a tia de Darcy, Lady Catherine de Bourgh, a mesma que incentivou Collins a procurar entre os Bennet uma esposa para o novo pastor de sua paróquia, foi ter com Lizzy para intimidá-la:

(Diálogo entre Lady Catherine e Elizabeth na residência desta última):

— Sei que compreende, Miss Bennet, a razão da minha viagem até aqui. Seu coração, sua consciência, devem lhe revelar por que foi que eu vim!

Elizabeth olhou para ela com sincero espanto.

— Realmente, está enganada, minha senhora. Não consigo absolutamente adivinhar o motivo da sua presença aqui.

— Miss Bennet — replicou Lady Catherine num tom irritado —, deve compreender que eu não sou de brincadeiras. Se preferir ser pouco sincera, fique certa de que não farei o mesmo. Meu caráter é célebre pela sinceridade e franqueza. E num assunto de tamanha importância, como o presente, não me mostrarei diferente do que sou. Uma notícia da mais alarmante natureza chegou aos meus ouvidos, há dois dias atrás. Disseram-me não somente que a sua irmã estava às vésperas de realizar um casamento dos mais vantajosos, como também que a senhora, Miss Elizabeth, estaria provavelmente muito em breve unida ao meu sobrinho, ao meu próprio sobrinho, Mr. Darcy! E, embora eu esteja certa de que isto é uma escandalosa falsidade, embora eu nunca tenha feito ao meu sobrinho a injúria de supor que esta notícia seja verdadeira, resolvi imediatamente vir *a este lugar* a fim de lhe revelar claramente o que penso disto.

— Se a senhora acha impossível que a notícia seja verdadeira — disse Elizabeth, corando de espanto e desdém —, não compreendo por que se deu ao trabalho de vir de tão longe. Que pretende, Lady Catherine, com isto?

— Insistir exatamente para que tal notícia seja universalmente desmentida.

— Se esta notícia realmente existe — respondeu Elizabeth, friamente —, o fato de a senhora vir a Longbourn para me visitar, e à minha família, constituiria antes uma confirmação.

— Sim! Pretende então ignorar a notícia? Não foi ela posta astutamente em circulação pela sua própria família? Não sabe que este boato corre por aí?

— Nunca ouvi falar em tal coisa.

— E pode declarar igualmente que não existe fundamento para ele?

— Não tenho a pretensão de ter a mesma franqueza, Lady Catherine. A senhora pode fazer perguntas a que eu prefiro não responder.

— Isto é insuportável. Miss Bennet, exijo que me responda. Meu sobrinho lhe fez alguma proposta de casamento?

— Vossa Senhoria mesma declarou que isto era impossível.

— Deve ser. É evidente, *a menos que ele não esteja no uso da razão*. Mas os seus artificios e astúcias o podem ter levado a esquecer, num momento de fraqueza, o que ele deve a si próprio e a toda a sua família. É possível que o tenha seduzido.

— Se o fiz, serei a última pessoa a confessá-lo.

— Miss Bennet, sabe quem eu sou? Não estou acostumada a que me falem nesse tom. Sou quase o parente mais próximo que Mr. Darcy tem no mundo. E tenho direito de estar a par dos seus negócios mais íntimos.

— Mas não tem esse direito quanto aos meus. E com a sua atitude jamais conseguirá que me torne mais explícita.

— *Permita que eu fale- mais claramente: esse casamento que tem a pretensão de ambicionar nunca se realizará. Mr. Darcy está noivo da minha filha*. E agora, que tem a dizer?

— Apenas isto: que sendo este o caso não precisa temer que ele me venha fazer uma proposta.

Lady Catherine hesitou por um momento, e depois respondeu:

— *O noivado deles é de natureza especial. Desde a infância foram destinados um para o outro. Era o maior desejo da mãe dele, bem como o meu. Planejamos esta união enquanto ainda estavam no berço. E agora, quando o desejo de ambas as irmãs poderia ser realizado, uma moça de classe inferior, sem nenhuma importância na sociedade e totalmente estranha à família, ousaria se interpor entre eles, sem nenhuma consideração para com os amigos dele e o seu compromisso tácito para com Miss de Bourgh. Terá perdido todos os sentimentos de delicadeza e de equilíbrio? Não ouviu dizer que desde o seu nascimento ele foi destinado à prima?*

— Sim, já ouvi dizer isto antes. Mas que tenho a ver com isto? Se não existe outra objeção ao meu casamento com o seu sobrinho, o simples fato de saber que sua mãe e a sua tia queriam que ele casasse com Miss de Bourgh não me faria renunciar a ele. Planejando o seu casamento, fizeram tudo o que lhes era dado fazer. A sua realização depende de outras pessoas. Se Mr. Darcy não está ligado a esse casamento nem pela honra nem pela inclinação, por que motivo não poderá ele escolher outra pessoa? E se esta escolha recair sobre mim, por que não hei de aceitá-la?

— Porque a honra, a decência, a prudência e até o interesse o impedem. Sim, Miss Bennet, o interesse. Pois não espere ser recebida pela família dele e pelos seus amigos *se agir propositadamente contra a vontade de todos. Será censurada, humilhada e desprezada por todos os parentes de Mr. Darcy*. Seu casamento será a sua infelicidade. Seu nome nunca será mencionado por qualquer um de nós.

— Estes são graves infortúnios — replicou Elizabeth. — Mas a mulher de Mr. Darcy ficará numa posição tão privilegiada e terá tantos motivos de felicidade que, em última análise, ela não terá motivo de se arrepender.

— Menina teimosa e obstinada! Envergonho-me de você! E esta é a gratidão com que me paga as atenções com que a cumulei quando estive em casa de Mr. Collins? Acha que não me deve nada por isto? Vamos sentar. Deve compreender, Miss Bennet, que vim decidida a resolver tudo isto. Nada me poderá dissuadir da minha resolução. Não fui habituada a me submeter aos caprichos dos outros. Não estou habituada a que resistam aos meus desejos.

— Isto apenas tornará a sua situação presente mais lamentável, mais desagradável. Mas não terá nenhum efeito sobre a minha pessoa.

— Não me interrompa. Ouça-me em silêncio. Minha filha e meu sobrinho são feitos um para o outro. *Ambos descendem pelo lado materno de uma nobre linhagem*. E do lado paterno, de famílias respeitáveis, honradas e antigas, embora sem título. As fortunas de ambos são excelentes. É voz unânime nas respectivas famílias que eles estão destinados um para o outro. E quem pretende separá-los? Uma moça ambiciosa, que não possui nem família, nem relações ou fortuna. Isto pode

ser tolerado? Não deve ser e não o será. Se pesasse os seus próprios interesses, não desejaria sair da esfera em que foi criada.

— Não acho que se me casar com seu sobrinho sairei da minha esfera. Ele é um *gentleman*. Eu sou a filha de um *gentleman*. Portanto, somos iguais.

— De fato é a filha de um *gentleman*. Mas quem era a sua mãe? Quem são seus tios e tias? Não pense que ignoro a situação deles.

— Qualquer que seja a situação deles — respondeu Elizabeth —, se o seu sobrinho não faz objeção a isto, não sei em que isto lhe pode interessar.

— Diga-me francamente: está noiva dele?

Embora Elizabeth não quisesse responder a esta pergunta, com o único fito de não fazer a vontade de Lady Catherine, ela não pôde se impedir de dizer, depois de pensar alguns instantes:

— Não estou.

Lady Catherine pareceu ficar satisfeita.

— E promete nunca aceitar um tal compromisso?

— Não farei nenhuma promessa dessa espécie.

— Miss Bennet, estou ofendida e atônita. Esperava encontrar uma moça mais razoável. Mas não se iluda pensando que eu jamais recuarei. Não irei embora antes de receber a garantia que exijo.

— E pode estar certa de que nunca a darei. A senhora não poderá me intimidar nem me obrigar a fazer uma coisa tão pouco razoável. A senhora quer que Mr. Darcy se case com a sua filha. Mas se eu lhe fizesse a promessa que deseja, isto tornaria o casamento deles mais provável? Suponha que ele tenha afeição por mim. Seria a minha recusa suficiente para que ele transferisse essa afeição para a sua filha? Permita-me dizer-lhe, Lady Catherine, que os argumentos com que procurou justificar este extraordinário pedido foram tão frívolos quanto o pedido, ele mesmo, foi insensato. A senhora se engana redondamente acerca do meu caráter se pensa que possa ser influída por persuasões desta natureza. Não sei até que ponto o seu sobrinho permite que a senhora se imiscua nos negócios dele, mas a senhora não tem o menor direito de interferir nos meus. Peço-lhe portanto que não me importune mais a respeito deste assunto.

— Mais devagar, faça o favor. Eu ainda não acabei. A todas as objeções que já apresentei, acrescentarei ainda uma outra: sei tudo a respeito da infame conduta da sua irmã mais moça. Sei todos os detalhes. Sei que o casamento foi uma coisa arranjada, às pressas, às expensas do seu pai e do seu tio. E é possível que essa moça se torne a irmã do meu sobrinho? E que o marido dela, que é o filho do intendente do seu pai, se torne também um parente dele? Deus do céu, em que está pensando? Serão os antepassados de Pemberley ofendidos desse modo?

— Agora já nada mais terá a dizer — falou Elizabeth, ressentida. — Já me insultou de todas as maneiras. Com sua licença, vou voltar para casa.

E dizendo isto ela se levantou. Lady Catherine se levantou também, e elas regressaram. Sua Senhoria estava furiosa.

— Então não tem a menor consideração pela honra e bom nome do meu sobrinho? Menina egoísta, não vê que o casamento com você o desonrará aos olhos de todo o mundo? — Lady Catherine, nada mais tenho a dizer! Já conhece a minha opinião.

— Então está resolvida a obtê-lo?

— Eu não disse tal coisa. Mas estou resolvida a agir de maneira a conquistar o que eu considero a felicidade, sem pedir os seus conselhos e nem os de qualquer outra pessoa estranha à minha família.

— Está bem. Então recusa atender ao meu pedido? Recusa-se a reconhecer os direitos do dever, da honra e da gratidão? Está decidida a destruir o bom nome do meu sobrinho na opinião de todos os seus amigos? E torná-lo assim um objeto de desprezo para todo o mundo?

— No presente caso, nem o dever, nem a honra, nem a gratidão têm quaisquer direitos sobre mim. Nenhum desses princípios será violado pelo meu casamento com Mr. Darcy. E, quanto à consideração ou ressentimento da sua família, ou a indignação do mundo, admitindo que eu a merecesse por este casamento, nada disto me daria a menor preocupação. E além disso as pessoas em geral têm bastante bom senso para desprezar os outros por motivo tão fútil.

— Então esta é a sua verdadeira opinião. Esta é a sua decisão final. Muito bem, saberei agora como agir. Não imagine, Miss Bennet, que a sua ambição seja jamais satisfeita. Eu vim aqui para a experimentar. Esperei encontrar uma moça razoável. Pode ficar certa, entretanto, de que farei valer a minha vontade (AUSTEN, 2010b, p. 358-63) [grifo nosso].

Através desse longo diálogo podemos perceber que estão pontuados os dois aspectos mais relevantes deste capítulo, no que toca à questão da transformação dos modos de operar o casamento, isto é, do embate entre um mundo em ascensão e outro em decadência, entre a escolha pessoal e as estruturas pré-existentes de arranjo matrimonial. Nota-se também que a figura feminina representada pela autoridade de Lady Catherine e pela dissimulação de Lizzy (ela já havia aceitado a proposta de casamento) exerce profunda influência no imaginário social de Austen, enfatizando que o seu papel não era o de mera espectadora dos acontecimentos narrados. Mas fica a pergunta: e o que pensa Darcy de tudo isso? Ou, como são descritos os sentimentos e condutas masculinas em se tratando das escolhas amorosas?

Afirmei páginas atrás que Darcy se viu na contramão de certos critérios de racionalidade impostos pelo seu grupo social a sua escolha afetiva (preconceito) quando tentou decifrar os olhos de Lizzy. Mas cabe a esta afirmação uma crítica. Obviamente que não foram apenas os olhos de Lizzy que o deixaram apaixonado, mas talvez o sentido subliminar presente nesse encantamento. Talvez por ambos destoarem, isto é, não estarem em harmonia, com o que se acredita ser o modo natural de seus respectivos grupos familiares se comportarem, e segundo o qual Darcy julgava incoerente com a posição social de uma possível pretendente. Não obstante, ele próprio vê-se no meio desse conflito:

Em vão tenho lutado comigo mesmo; nada consegui. Meus sentimentos não podem ser reprimidos e preciso que me permita dizer-lhe que eu a admiro e amo ardentemente (AUSTEN, 2010b, p. 202).

Verifica-se, assim, que por diversas vezes ao longo do texto, ele se assusta/espanta (ou nos leva a vê-lo se assustar/espantar) com os modos de agir, ser e pensar de Lizzy, e como isso é, na sua visão, incompatível com a personalidade de uma mãe treloucada e interesseira e o gênio de um pai indiferente. Sua visão é, portanto,

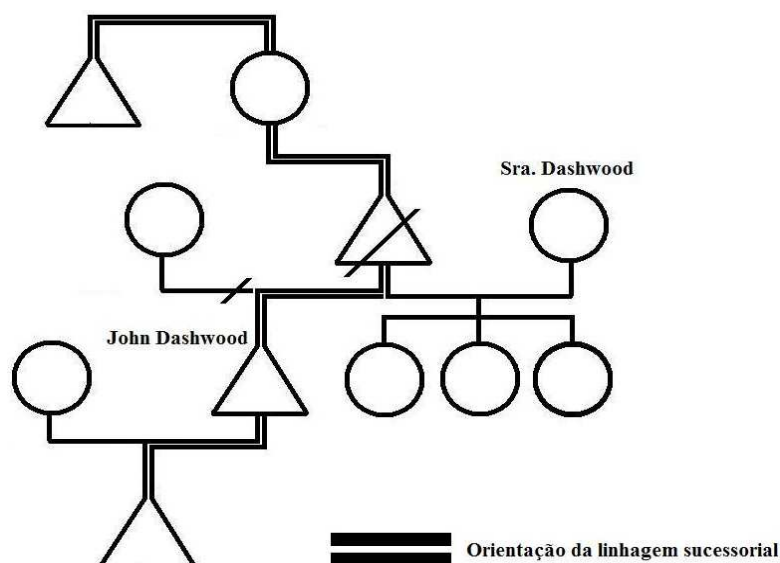
afetada pela ruptura das estruturas tradicionais de casamento e arranjos familiares ainda em voga, promovidas pelas heroínas de Austen, lugar comum de uma revolução silenciosa, vivida no campo dos sentimentos e das conquistas sociais femininas, da qual Lizzy é, talvez, a sua mais importante militante. Assegura-se, assim, que sua personagem é deslocada do eixo original em que se forma o *ethos* de um indivíduo – ou seja, a instituição familiar –, para uma agência pessoal de intelecto e afetividade.

Razão e Sensibilidade

Enquanto Lizzy e Darcy se apaixonaram depois de se detestarem, que dizer de Marianne e Elinor, personagens do livro *Razão e Sensibilidade* (AUSTEN, 2008), também de Jane Austen, que de apaixonadas transformam-se em duas personagens cerebrais, que compreenderam bem o sentido de ser racional no amor?

A trama começa com a trágica morte do marido da Senhora Dashwood, mãe de Marianne, Elinor e Margaret. Com o mesmo teor do drama vivido pelos Bennet, esta viúva vê-se em prejuízo quando descobre que o enteado, John Dashwood, naturalmente privilegiado pela herança sucessorial masculina, adquire o direito sobre as terras da família (Norland) (ver diagrama abaixo). Influenciado por sua esposa, a mesquinha e ambiciosa Fanny Ferrars Dashwood, John Dashwood descumpre parte dos compromissos assumidos com o pai em leito de morte e ocupa a residência de Norland, forçando a Sra. Dashwood e suas filhas a se mudarem para um chalé, em Devonshire.

Diagrama 2: Orientação da linhagem sucessorial (masculina) na família Dashwood



Elinor, a filha mais velha, assume o papel de protagonista tornando-se a conselheira das irmãs e da mãe. Seu comportamento se caracteriza por um temperamento prudente. Bem diferente da vulnerável e impulsiva Marianne, que se vê à beira da morte após os excessos de ilusão romântica provocados pela paixão avassaladora que admite ter pelo cínico Willoughby, cavalheiro cujas impressões de afeto despertadas na moça não passavam de um mero jogo de sedução.

Elinor é, assim, *pintada* com os tons da racionalidade pequeno burguesa, características que a acompanham por toda a trama e que, de certa forma, preenchem de equilíbrio um roteiro instável onde os personagens (sobretudo os masculinos) são muito vulneráveis às contradições entre o sentimento e as conveniências. Prova disto é que o próprio Edward Ferrars, o pretendente de Elinor, a deixa em profundo constrangimento quando descobre haver entre ele e Lucy uma promessa de casamento.

Contudo, diferentemente do que se pode observar em *Orgulho e Preconceito*, *Razão e Sensibilidade* trata de um relacionamento (entre Edward e Elinor) que, embora contestado, apresenta uma simetria que confere ao par romântico igualdade de condições muito diferente do que existia entre Darcy e Lizzy. Talvez por que numa fase mais madura de sua escrita, Austen se via diante de um profundo diálogo com impedimentos matrimoniais que iam muito além da natureza segmentada da estrutura camponesa.

O papel exercido por Fanny Ferrars neste sentido é fundamental. A cunhada de Elinor considerava impróprio e inadequado o relacionamento entre seu irmão e a jovem, por que os modos prudentes e objetivos dela conferiam-lhe um status incompatível com sua suposta posição social, afinal de contas “como era possível a Sra. Dashwood ter coisas tão lindas quando o rendimento dela era tão insignificante em comparação com o seu” (p. 24). O mesmo se pode afirmar da Sra. Jennings, uma “nova rica” que após casar com o Sr. Palmer esforçava-se inutilmente em convencer as jovens Dashwood a fazer-lhe companhia, entendendo que Marianne e Elinor, apesar da situação em que se encontravam, eram excelentes damas de companhia.

Há de se considerar que ambas irmãs possuíam dotes apreciados, a começar pelas atitudes, pelo modo de se portar, o apreço pela leitura e o gosto para as artes e a música, muito incomum para *jovens do interior*.

Parece-me que este detalhe é muito comum aos textos de Austen, ou seja, a presença de jovens “prendadas” que surpreendem os personagens (principalmente seus

pretendentes) por possuírem atributos incomuns à classe social da qual se originam. Pensar isso é por em evidência duas situações distintas, ambas presentes nos dois textos analisados até agora.

Em *Orgulho e Preconceito* Darcy refere-se às qualidades de uma pretendente afirmando, por exemplo, que poucas estão ao seu nível:

— Queria muito tornar a vê-la. Nunca encontrei uma pessoa tão encantadora. Que modos, que delicadeza...

E como é prendada para a idade! Toca piano divinamente.

— Espanta-me a capacidade que têm as moças de se tornarem tão prendadas — disse Bingley.

— Todas as moças são prendadas! Meu caro Charles, que quer dizer com isto?

— Sim, todas desenham mesas, forram biombos e fazem bolsas de tricô. Não conheço uma só moça que não saiba fazer todas estas coisas. E nunca ouvi mencionar o nome de uma moça pela primeira vez sem que me informassem que era muito prendada.

— A sua lista dos talentos comuns — disse Darcy — é verdadeira demais. A palavra “prendada” é aplicada a muitas moças somente porque sabem tricotar uma bolsa ou forrar um biombo. Mas estou longe de concordar com você no seu julgamento sobre as moças em geral. Apesar do grande número das minhas relações, não posso gabar-me de conhecer mais de meia dúzia de moças realmente prendadas.

— Nem eu — disse Miss Bingley.

— Nesse caso — observou Elizabeth — deve exigir muitas qualidades para o seu ideal de mulher perfeita.

— De fato, exijo muitas qualidades.

— Oh, certamente — exclamou a sua fiel aliada. — Nenhuma mulher pode ser realmente considerada completa se não se elevar muito acima da média. Uma mulher deve conhecer bem a música, deve saber cantar, desenhar, dançar e falar as línguas modernas, a fim de merecer esse qualificativo, e além disso, para não o merecer senão pela metade, é preciso que possua um certo quê na maneira de andar, no tom da voz e no modo de exprimir-se.

— Sim, deve possuir tudo isso — acrescentou Darcy. — E acrescentar ainda alguma coisa mais substancial: o desenvolvimento do espírito pela leitura intensa.

— Já não me espanto de que conheça apenas seis mulheres completas, espanto-me é de que conheça alguma.

— Julga com tanta severidade o seu sexo, que duvida da possibilidade de tudo isto?

— Eu nunca vi uma mulher assim. Nunca vi tanta capacidade de aplicação, gosto e elegância reunidas numa só pessoa (AUSTEN, 2010b, p. 54-5).

Por outro lado, em *Razão e Sensibilidade*, ocorre o inverso. É Marianne quem advoga em torno destas qualidades, advertindo a irmã sobre os atributos de Edward:

Edward é muito querido e eu o amo com ternura. No entanto... ele não é o tipo do jovem... Há alguma coisa que lhe falta... Sua aparência não é impressionante; ele não tem aquele encanto que eu esperava no homem destinado a ligar-se seriamente a minha irmã. Falta em seus olhos todo aquele espírito, aquele fogo que ao mesmo tempo revela virtude e inteligência. E, além de tudo isto, tenho medo, mamã, que ele não tenha bom gosto. A

música parece exercer pouca atração sobre Edward e, se bem que ele admire muito os desenhos de Elinor, não se trata da admiração de uma pessoa que pode entender seu valor. É evidente que, na verdade, ele não entende nada do assunto, apesar da constante atenção que lhe dá enquanto ela desenha. Edward a admira como quem ama, não como um connoisseur. Para me satisfazer, estas qualidades precisam estar juntas. Eu não poderia ser feliz com um homem cujo gosto não coincidissem com o meu em todos os pontos; ele precisará participar dos meus sentimentos; os mesmos livros e as mesmas músicas deverão encantar a nós dois. (AUSTEN, 2008, p. 18)

Ser prendada ou possuir qualidades e atributos de um bom marido ou de uma boa esposa são, portanto, fatores relevantes no processo de apreciação do pretendente desejável. Obviamente que tais considerações são afetadas pelo teor das relações de gênero, cuja assimetria entre homens e mulheres não poderia deixar de influenciar o tipo de atributo necessário para um indivíduo ser desposado. Seguramente, que isto vai diferenciar, apesar da origem social e trajetórias pessoais semelhantes, Marianne e Elinor das filhas do senhor Bennet (talvez à exceção de Lizzy e Jane, cujo caráter destoante do restante das irmãs lhe engendra virtudes afetivas e intelectuais bastante similares as de Elinor). Certamente a mais importante delas seja o aspecto racional que se manifesta no comportamento que se tem diante do casamento.

Contudo, a razão que orienta o comportamento de Elinor se dirige para um confronto com duas inimigas ainda mais perigosas que Lady Catherine de Bourgh: Lucy, a suposta noiva de Edward, e a mãe dele, Fanny Ferrars. Isto por que apesar de Elinor perceber que, frente à composição da hierarquia agrária inglesa, está acima de Lucy, considerada no texto como “uma jovem do interior, sem graça, sem estilo, sem elegância e até mesmo sem beleza” (AUSTEN, 2008, p. 239), não está acima da Srta. Morton, a pretendida da Sra. Ferrars. Seu drama é talvez maior, por que além de sentir-se ofendida com a omissão da promessa feita a Lucy, vê-se diante de um pretendente sem opinião formada acerca do que quer. Para Elinor a solução estava em esperar o rumo dos acontecimentos e o modo como Edward iria resolver essa situação.

Centro-me no papel desempenhado por Elinor na trama, mas não podemos esquecer de que sua história concorre com a de Marianne. O fato de esta ter sido seduzida por Willoughby e ser assediada pelo coronel Brandon a faz (e nos faz) refletir sobre a renúncia do amor pela lógica das conveniências.

Em primeiro lugar a paixão avassaladora que sente por Willoughby é condicionada por um ímpeto de desejo irracional, muito diferente do que acontece com sua irmã. A idade e suas fantasias em torno do amor romântico, provavelmente desencadeados pela intensa leitura que faz desse gênero a torna bastante diferente das

personagens femininas de Austen, como a própria Elinor, talvez a mais racional de todas, a dissimulada Lizzy, a fria e indiferente Jane, sua irmã, e a calculista Emma, a ser analisada em seguida. Marianne, por essa razão, lembra a Guiomar de Machado de Assis; uma espécie de incorporação, inequívoca, da profunda crítica ao romantismo de sua época. E é certo que Austen invoque nela sua verdadeira oposição ao sentimentalismo dos textos pós renascença que, de Shakespeare a Goethe, influenciaram toda uma geração de escritos literários, não pelo conteúdo em si do que se considera o sentimento, o amor, mas pela forma inebriante pela qual vivem e militam seus representantes, a nova burguesia em ascensão.

De todo modo, ao se manifestar assim, Marianne não só incorpora essa crítica, como também aponta para as contradições dessa mesma conduta, a ser verificada pela incompatibilidade entre volubilidade e materialismo, entre romantismo e intelecto. Em um de seus diálogos com Elinor e Edward torna isso evidente, demonstrando que mesmo estando apaixonada não abriria mão do conforto e de uma boa renda anual. O que a faz orbitar entre o amor e a conveniência que ele possa proporcionar.

- Então, de que maneira pretende alcançar a fama? Pois é claro que terá de se tornar famoso para contentar sua família. Sem inclinação alguma para grandes gastos, com pouca habilidade para aproximar-se de estranhos, sem profissão e sem a mínima convicção, essa vai ser uma proeza muito difícil de realizar.

- Nem pretendo tentar. Não sinto o menor desejo de me tornar famoso e tenho toda a razão do mundo para saber que jamais o conseguiria. Graças a Deus! Ninguém pode me obrigar a ser genial e eloquente.

- Sei perfeitamente que não tem grandes ambições; suas pretensões são todas moderadas.

- Tão moderadas quanto as pretensões da maioria das pessoas, acredito. Como todo mundo, aspiro a ser perfeitamente feliz; como todo mundo, também, terei que conquistar essa felicidade por mim mesmo. A importância e o poder não fazem ninguém feliz.

- Seria muito estranho se fizessem! - interferiu Marianne. - o que a importância e a riqueza têm a ver com a felicidade?

- A importância tem pouco a ver - concordou Elinor -, mas a riqueza tem muito a ver!

- Que vergonha, Elinor! - espantou-se Marianne. - o dinheiro só pode dar felicidade quando uma pessoa não tem mais nada para ser feliz. Além de oferecer meios de subsistência, o dinheiro não oferece satisfação verdadeira. Pelo menos, não no que me diz respeito.

- Talvez - sorriu Elinor - tenhamos chegado ao mesmo ponto. Os seus meios de subsistência e a minha riqueza são muito parecidos, atrevo-me a afirmar. E sem eles, do modo que o mundo é agora, temos de concordar que é impossível conseguir-se o mínimo de conforto necessário. Mas reconheço que suas idéias são mais nobres do que as minhas. Diga-me, o que significa "meios de subsistência" para você?

- Cerca de mil e oitocentas ou duas mil libras por ano, nada mais do que isso.

Elinor riu.

- Duas mil libras por ano! A minha “riqueza” é mil. Eu desconfiava de que você diria isso.

- Todavia, duas mil libras por ano é uma renda moderada - garantiu Marianne. - Uma família não pode ser bem mantida com menos do que isso. Tenho absoluta certeza de que não sou extravagante em minhas pretensões. Uma casa com o número adequado de criados, uma carruagem, quem sabe duas, e cães de caça, não podem ser sustentados com menos do que essa quantia.

- Cães de caça! - surpreendeu-se Edward. - Para que a senhorita precisa de cães de caça? Nem todo mundo costuma caçar.

Marianne corou ao responder:

- Mas muita gente o faz.

- Eu gostaria - declarou Margaret, desviando o rumo da conversa - que alguém desse uma fortuna a cada uma de nós!

- Ah, se isso acontecesse! - Os olhos de Marianne cintilavam de entusiasmo e seu rosto ficou rosado diante de tanta felicidade imaginária (AUSTEN, 2008, p. 74-5).

Nesse ponto podemos destacar que Elinor é bastante clara em suas intenções (excedendo-se talvez em sua objetividade), fazendo-se crer ambiciosa e realista, não só por estar apaixonada, mas por manifestar gostos e valores que não se harmonizam com o lugar do qual fala e da situação em que se encontra. Significa dizer, que ambas irmãs vivem distintas dimensões do amor: uma ardentemente envolvida pela paixão que sente por Willoughby, embora inconsciente dos fatores que a envolvem nessa ilusão afetiva; a outra prudente em suas manifestações, como se à espera de encontrar a verdade nos olhos e atitudes de Edward.

É necessário indicar que Marianne foi rejeitada por Willoughby em função do compromisso que ele havia assumido com a Srta. Grey, jovem muito rica, e pela qual o rapaz manifestava o interesse de se beneficiar de sua posição social. Capítulos depois ele expressa seu profundo arrependimento à Elinor

Eu tinha razões para acreditar que ficaria em segurança com minha atual esposa, se escolhesse casar-me com ela e me convenci a pensar que nada mais me restava a fazer, dentro de uma prudência aceitável. Entretanto, uma cena dolorosa me estava reservada antes que deixasse Devonshire. A senhora sua mãe me havia convidado para jantar no dia seguinte, portanto era preciso que eu desfizesse esse compromisso. Se devia fazê-lo por meio de um bilhete ou pessoalmente foi a causa de longo debate interior. Eu sabia que seria terrível ver Marianne e duvidava se continuaria mantendo minha resolução depois de vê-la. Nesse ponto, contudo, avalei errado minha magnanimidade, pois fui vê-la, tornei-a infeliz e deixei-a infeliz... e levei comigo a certeza de nunca mais tornar a vê-la (AUSTEN, 2008, p. 258).

A frequência com que emergem essas alterações de espírito e personalidade nos personagens de Austen (lembrando que Darcy, Charlotte e Robert Ferrars mudam de opinião ao longo do texto – este último, por exemplo, resolve se casar com Lucy, difamada por ele quando descobre seu envolvimento com Edward) demonstra o abalo e

a crise provocada pela díade obrigação/escolha. Enfatizando que *escolher entre e não ter opção* são dimensões figurativas da dúvida, que pode se expressar pelo conflito em ter que tomar uma atitude inevitável, mas que no caso de Austen, faz dos personagens (e nos serve de exemplo), com exceção de suas protagonistas, seres em constante redescoberta de si mesmos.

O fato é que após a decepção com Willoughby, Marianne resolve ceder à pressão da mãe e da própria irmã, que vêm na figura séria e resoluta do coronel Brandon um companheiro natural às ambições da moça. Por outro lado, Elinor, à espera de uma decisão de Edward, vê-se correspondida quando ele desfaz o compromisso com Lucy e não cede às pressões de sua mãe ao casamento com Lady Morton:

Em princípio, a Sra. Ferrars procurou convencê-lo com todos os argumentos de que dispunha a não se casar com a srta. Dashwood. Disse ao filho que na srta. Morton ele encontraria uma esposa de posição social melhor e fortuna maior. Reforçou o argumento observando que a Srta. Morton era filha de um nobre e possuía trinta mil libras, ao passo que a Srta. Dashwood era apenas a filha de um cavalheiro e tinha apenas três mil libras. Edward admitiu que a mãe estava com a razão, mas não se mostrou inclinado a deixar-se conduzir pelos conselhos dela. Ao perceber isso, a Sra. Ferrars recordou-se das experiências do passado⁴⁴ e achou melhor não insistir. Depois de uma pausa longa o suficiente para preservar a sua dignidade, mas não longa o bastante para demonstrar má vontade, consentiu que Edward desposasse Elinor” (AUSTEN, 2008, p. 298).

Desse modo percebe-se claramente a oposição do papel desempenhado pelas figuras femininas nos dois textos que vimos até agora. Enquanto Lizzy encontra-se numa posição muito mais delicada de ser desposada, dado o peso e a influência das diferenças de classe entre sua família e a família de Darcy, Elinor parece mais segura de si e menos dependente das avaliações que configuram a negociação do seu relacionamento com Edward. É claro que são personagens diferentes e, assim como na *vida real*, respondem a contextos socializadores distintos. Mas o que chama atenção é o amadurecimento e a independência que as heroínas parecem obter com a contínua experiência do meio social em que vivem. Isso configura, se assim podemos expressar, uma revisão de Austen, de forma mais contundente em *Razão e Sensibilidade* do que em *Orgulho e Preconceito*, do papel que o indivíduo passa a ter sobre o seu próprio destino, sobre suas próprias escolhas.

⁴⁴ Referindo-se a promessa de casamento feita a indesejada Lucy.

Emma

Se analisarmos o processo de construção das personagens femininas em Austen certamente chegaremos à conclusão de que o romance *Emma* (AUSTEN, 2010a) certamente corresponde a um amadurecimento considerável de seu estilo irônico e de análise psicológica, no interior dessa densa análise que venho tentando realizar sobre o contexto em que se produzem as escolhas matrimoniais modernas.

Avaliar a protagonista desse enredo cheio de reviravoltas, é, sem dúvida alguma, confirmar o pressuposto de que a autora explora com precisão as ambigüidades do que vem a ser para a modernidade um diálogo permanente sobre o papel que o sujeito exerce na estrutura social que o envolve.⁴⁵ Por esta razão, em *Emma* minha ênfase recairá sobre os desvios que uma escolha potencial pode tomar segundo o modelo de ação afetiva e racional que um personagem assume para si. Isto porque, segundo a perspectiva do enredo traçado neste romance, apesar de, aparentemente a protagonista exercer o controle da situação e do destino dos outros personagens, ela própria se vê em conflito quando o x da questão é mudar o destino de sua própria

⁴⁵ Nas conversas que tenho com minha esposa e sobre as quais me baseio para referendar minha análise (considerando que a explico pelo que trato e penso) é muito comum compararmos as três personagens com as quais venho lidando ao longo deste capítulo. Emma certamente ocupa o lugar central de nosso diálogo. Seu espírito e personalidade, traduzidos como são por Austen, nos permite imaginar uma figura ao mesmo tempo arrogante e impetuosa, cuja marca da escritora a tornam humanamente viável pela dissimulação entre o que diz e pensa. Um cenário muito interessante para analisar isso é quando ao convidar Elton para visitar sua casa a fim de estimulá-lo a se interessar por Harriet questiona-o sobre o seu desejo de pintar amiga. Ao perguntá-lo sobre o que achava de ela fazer um retrato da amiga ele responde:

-Deixe-me confirmar encarecidamente que, de fato, seria maravilhoso! – entusiasmou-se o sr. Elton. – Deixe-me implorar-lhe, senhorita Woodhouse, que exerça esse seu valioso talento para com sua amiga. Conheço os seus quadros, sim. Como pode me julgar tão ignorante? Não se acha esta sala embelezada por suas paisagens e flores? Não há algumas inimitáveis cenas bucólicas pintadas pela senhorita na sala de estar da senhora Weston, em Randalls?

Ao que ela pensa:

Sim meu bom homem [...]. Mas o que isso tem a ver com retratos? O senhor não entende nada de pintura. Não finja estar fascinado pelos meus quadros. Guarde tanta animação para o retrato de Harriet (AUSTEN, 2010a, p. 42).

O que privilegia qualquer leitor esporádico e menos entusiasmado com romances a considerá-la ao menos uma personagem familiar. E a nós, eu e minha esposa, que aprendemos a ler romances juntos, ao pé da cama, familiarizamos-nos com esta personagem afirmando, ao longo desse aprendizado sobre escolhas e renúncias, que “Emma estava certa!”.

trajetória afetiva (escolher casar; e com quem casar), o que não necessariamente depende dela mesma, mas do contexto estrutural em que está inserida.

A história começa com o casamento da governanta da casa onde mora Emma Woodhouse, a filha caçula de um importante e rico proprietário de terras do condado de Highbury.

Esse abandono causou grande perda à jovem de 21 anos. Contudo, ao contrário do que se poderia imaginar, fora ela quem arranjara tudo. Havia providenciado o casamento entre a Srta. Taylor com o viúvo Weston vários meses antes. Sua iniciativa rendeu-lhe perante o pai a alcunha de casamenteira, o que certamente era algo ingrato para uma moça daquela época (geralmente esse era o papel da solteirona, ou seja, das senhoras que não conseguiam arrumar um marido em idade hábil).

Com o pai idoso e limitado em suas capacidades físicas e intelectuais, Emma não via outra opção a não ser encontrar uma substituta para a amiga, Srta. Taylor, que preencheria o lugar da mãe, morta quando ainda era nova – cerca de 5 anos – e a da irmã, separada pela distância e o casamento com um rico comerciante londrino, John Knightley. Desde então elegeu Harriet para sua dama de companhia, uma personagem muito comum à época, mas cujo vizinho e concunhado George Knightley considerava ingênua e dona de um “sorrisinho afetado de estudante”.

Dado que o casamento não era um de seus projetos pessoais, Emma tinha como passatempo preferido arranjar casamentos para os outros. Não tardou muito para fazer o mesmo com sua nova amiga, tendo encontrado como par “ideal” Elton, um vigário ainda solteiro aos 25 anos, cujo comportamento, ações e *suspiros* permitiam-lhe considerar que estava deveras apaixonado por Harriet. É neste cenário que uma série de mal-entendidos dá-se início.

Em primeiro lugar, quando Emma conhece Harriet, esta encontra-se interessada por Robert Martin, um jovem fazendeiro da região, cuja origem e classe social são intensamente desqualificadas por Emma⁴⁶. Sua pretensão é tornar Harriet uma

⁴⁶ “Por Deus! Pensar que um granjeiro (porque, com todo seu sentido comum e todos seus méritos o senhor Martin não é nada mais que isso) poderia ser um bom partido para minha amiga íntima! [...] O senhor Martin pode ser o homem mais rico dos dois, mas sem dúvida é inferior a Harriet em nível social. A esfera em que ela se movimenta está acima dele. Seria uma degradação” (AUSTEN, 2010a, p. 60).

“Esses fazendeiros são precisamente uma classe de gente com a qual não tenho nada a ver. Pessoas que estejam por debaixo de sua classe social, com tal de que seu aspecto inspire confiança, podem me interessar; posso esperar ser útil a suas famílias de um modo ou outro. Mas um granjeiro não necessita nada de mim, portanto em certo sentido está tão por cima de minha atenção como em todos outros está por debaixo” (Id. *Ibd.*, p. 29).

pessoa cujos modos e aspirações elevem-na culturalmente, afastando-a de pessoas de nível social inferior, tal como os Martin.

Contudo, numa ocasião inoportuna para Emma (cerrada com Elton no interior de sua carruagem), descobre ser ela a razão dos *suspiros* de Elton, o que no seu entendimento era algo censurado, não só por não gostar dele, ou por que isso comprometeria sua amizade com Harriet, mas por considerá-lo inapropriado em se tratando da disparidade entre suas respectivas origens e classes sociais (a considerar que Elton era um clérigo, e nestas condições sua renda era bastante inferior a da milady).

Após rejeitar o pedido de casamento do rapaz, Emma, que não acreditava ter confundido-lhe, embora correspondesse aos seus apelos de conversação e de atenção, mesmo sabendo que assim o fazia tão somente para aproximá-lo de Harriet, chega a seguinte conclusão:

O jovem cavaleiro queria casar-se bem e tivera a arrogância de erguer os olhos para ela, *alegando que a amava*. Porém, Emma tinha a absoluta, a tranqüila certeza de que ele não estava sofrendo uma decepção amorosa que merecesse cuidados. O Sr. Elton não demonstrava nenhum sinal de afeição verdadeira em seu modo de falar ou em suas atitudes. Havia emitido suspiros e pronunciado palavras insinuantes em enorme quantidade, mas ela não poderá divisar em toda essa quantidade de expressões e no tom dele o mínimo indício de amor. Não precisava preocupar-se em sentir pena, pois esse senhor desejava apenas subir na vida, enriquecer, e se a Srta. Woodhouse de Hartifield, a herdeira de trinta mil libras, não se deixasse apanhar facilmente em seus laços, iria tentar com outra Senhorita Alguém qualquer, herdeira de vinte ou dez mil libras (AUSTEN, 2010a, p. 128).

Podemos perceber que sua insatisfação com as intenções de Elton não se funda apenas no ocasionalismo do pedido em si, mas na sua presunção de que era um pretendente de seu nível. Pode-se enfatizar que, no mesmo sentido de Lizzy, em *Orgulho e Preconceito*, Emma demonstra ser competente em sua capacidade de eleger quem quer para si e quem quer que a escolha.

Contudo, o ocorrido atrapalha os seus planos para com a amiga Harriet, que, ao contrário do que parecia não figurava nas pretensões de Elton. Muito além disso. O mesmo considerava-a abaixo de seu nível social em termos financeiro (não podemos esquecer que Harriet é descendente de um cavalheiro).

Interessante notar que, nesse contexto, Emma sente-se ofendida pelo fato de Elton considerar sua amiga de um nível inferior, embora considere legítimo desclassificá-lo enquanto pretendente conjugal por essa mesma razão, ou seja, pelo fato de sua linhagem e origem social estarem abaixo de sua colocação na sociedade.

A trama segue com Emma cogitando novas possibilidades de pretendentes conjugais a Harriet⁴⁷. Dentre elas o seu próprio concunhado, George Knightley, cujas severas observações em relação a amizade de ambas davam-se como dispositivo de crítica a aproximação das suas diferentes posições. No decorrer do texto, Emma descobre que essa possibilidade se transformaria num grande equívoco, caso investisse em suas pretensões.

Nesse ínterim, tem a oportunidade de se relacionar com Frank Churchil, filho do senhor Weston e enteado de sua ex-governanta. Chama-lhe a atenção o fato de o rapaz ter sido criado na corte, ter boas maneiras e ser herdeiro de uma grande família de Yorkshire

e apesar da decisão que tinha tomado Emma de não casar-se nunca, havia algo no nome, na idéia do senhor Frank Churchill que sempre a havia atraído. Com freqüência tinha pensado –sobre tudo desde que o pai do jovem havia contraído matrimônio com a senhorita Taylor- que se ela tivesse que casar-se Frank Churchill seria a pessoa mais indicada, tanto por sua idade como por seu caráter e seu posição social. Pela relação que existia entre ambas as famílias parecia uma união perfeitamente natural (AUSTEN, 2010a, p. 112).

Por sinal, a herança de Frank era toda ela de ordem matrilinear, visto que se pai, um rico empreendedor fabril, apenas possuir riquezas adquiridas com sua prática comercial e não ser dotado de títulos de nobreza; fato pelo qual seu casamento com a senhorita Churchill ter sido criticado pelos pais da moça. Contudo, com sua morte, três anos após o casamento com o senhor Weston, os Churchill assumem a criação de Frank e se reconciliam com Weston.

⁴⁷ Há que se considerar que no roteiro dos relacionamentos amorosos de Austen não há espaço para um aprendizado no amor, ou seja, uma experiência afetivo-sexual capaz de favorecer os personagens de um leque de opções pela experiência sensório-afetiva. O que demanda um grave problema a qualquer análise comparativa – no que se refere ao contexto da escolha e do noivado atuais. Uma vez que as novas experiências afetivas produzidas no plano das transformações da intimidade, como resultado do aumento populacional, dos efeitos da urbanização e o acesso a informação produzido pelos meios de comunicação, viabilizaram diversas possibilidades de escolha as pessoas em suas pretensões conjugais, há que se pensar no quanto essas escolhas (de Lizzy, Elinor e Emma) são profundamente racionais, conquanto observem as dimensões afetivo-sensoriais dessa racionalidade. Significa dizer que se suas escolhas são menos afetivas que as atuais, elas são mais que uma aposta no que sentem, mas uma loteria da instituição matrimonial. Algo, sem dúvida alguma, bastante coerente para uma época em que o casamento era arranjado para fins de natureza hereditária, e que, no mais das vezes, correspondia a algo alheio aos interessados. O fato é que de duas uma: ou se casava por conveniência em busca de afeto, a fim de obter, pelos benefícios de uma trama político-econômica, um aprendizado afetivo que ensinasse o casal a se amar, no plano da experiência matrimonial; ou se casava tão somente pela conveniência, no qual a afeição, caso não fosse um aprendizado obtido através do matrimônio, era um benefício surgia da legitimidade proporcionada pela manutenção da instituição matrimonial e familiar, identificadas no orgulho em criar e promover os filhos, pela alegria em aumentar a renda, no prazer de reproduzir as tradições, engrandecer a linhagem, fortalecer o brasão, etc.

Frank, contudo possuía um segredo que apesar de ser revelado somente ao final da história, demonstrava como seu caráter era o oposto do de Edward Ferrars, de *Razão e Sensibilidade*.

Tanto Frank quanto Edward demonstram indícios de interesse nas protagonistas, respectivamente, Emma e Elinor. Porém, enquanto Frank faz isso apenas para desviar a atenção dos moradores de Highbury, Edward o faz para dissuadir-se de sua escolha equivocada.

Aproveito-me dessa questão para indicar que não só as heroínas femininas amadurecem nos escritos de Austen, mas me parece também que os personagens masculinos representados pelas figuras de seus pretendentes conseguem, de Darcy a Frank, alcançar uma certa margem de liberdade que lhes permite realizar a escolha de sua predileção. Se não estou enganado, é muito provável que, ao contrário do que afirmava antes, o passo de dissimulação ofertado no texto de Emma, não é dado pela protagonista, mas sim por Frank (e ao mesmo tempo por Jane Fairfax).

Para sinalizar sobre o que digo com indicações presentes no texto é necessário demonstrar como isso acontece.

Em primeiro lugar, Frank, que visitava Highbury esporadicamente, passa a freqüentar os círculos familiares da região com mais regularidade, com destaque para os Woodhouse. Coincidentemente a jovem Jane Fairfax também passa a habitar o lugar, na residência da senhora Bates. Jane era órfã e neta desta senhora, mas havia sido criada longe de seu lar materno por um amigo de seu falecido pai, morto em campanha, o coronel Campbell. Ao longo dos anos, residindo em Londres teve a oportunidade de aprender diferentes ofícios e de estimular o bom senso para saber que aquele mundo de regalias não era dela, e que logo em breve teria de labutar pelo seu pão. Mas essa era uma perspectiva, segundo o texto, dela e tão somente dela. Se dependesse dos Campbell ela continuaria sem trabalhar e vivendo à custa dos rendimentos de seu tutor.

É muito clara a distinção das qualidades de Jane e Emma, tanto que para George Knightley havia uma ponta de ciúme, que se aproximava de inveja, na forma e trato de Emma para com Jane: “Isso acontecia porque Emma via em Jane uma jovem mulher realmente completa, como ela gostaria de ser” (AUSTEN, 2010a, p. 156).

São indícios de uma anti-heroína, talvez a mais evidente das protagonistas austenianas. Relembrando o que em nota anterior afirmei sobre “Emma estar certa!”, considero que o tipo de personalidade que esta personagem encarna não deixa margem de dúvida quanto às contradições do destino afetivo que uma pessoa pode ter,

ênfatizando que nem sempre o que se quer e deseja é necessariamente o que se alcança e conquista. De modo que sua incoerência, mais humana que literária, é sempre um desvio do roteiro tradicional de uma história de amor, com começo, meio e fim, ou, do tipo “felizes para sempre”. E Jane Fairfax se torna assim sua pedra no sapato, que é o motivo de uma grande reviravolta no romance.

Ora, o que de mais natural havia em se consolidar o relacionamento entre Emma e Frank? Ela queria. Ele se insinuava. Ambos faziam parte da mesma classe, do mesmo nível social. Por outro lado, a dimensão subliminar do afeto que se manifesta entre estes dois personagens não se dá num macrocosmos amoroso. Parece haver uma espécie de conflito entre razão e sentimento, que se manifesta numa crise pessoal e moral.⁴⁸

⁴⁸ É interessante notar que essa manifestação dá-se em dois sentidos:

- a) do sentimento de compromisso entre Frank e Jane, que os fazem fingir estarem solteiros, mas que leva o primeiro a seduzir Emma para desviar a atenção dos olhares desconfiados;
- b) do sentimento de paixão manifestado por Emma, em que o mesmo é notadamente racionalizado, sem que com isso se confunda com uma incoerência entre os estados emocionais e intelectuais as quais está submetida. É, na verdade uma profunda crise moral, envolvendo o que acreditava ser impossível – estar se apaixonando – e a resistência a perda de seus privilégios sucessoriais:

Devo estar apaixonada mesmo”, pensou Emma. “Esta sensação de falta de vontade, desânimo, estupidez, esta indisposição para me sentar e trabalhar, esta sensação de que nada tem a menor graça, de que tudo é insípido nesta casa! [...]

[...] Emma continuou convencida de que estava apaixonada. Só não tinha certeza de quanto. Em princípio, pensou que era muito. Mais tarde achou que era pouco. Tinha enorme prazer ao ouvir falar de Frank Churchill e, por causa dele, tinha uma prazer ainda maior em ir visitar o sr. e a sra. Weston. Vivia pensando nele e sentia profunda impaciência por receber uma carta, porque assim poderia saber como ele ia indo, qual era o seu estado de ânimo, como estava a tia dele e qual era a chance dele voltar a visitar os Randalls na próxima primavera. Mas por outro lado, não conseguia admitir nem mesmo a si própria que sentia tristeza e nem, depois da primeira manhã, que tinha menos disposição para as atividades habituais. Continuava ocupada, alegre e, apesar do quanto Frank Churchill era agradável, conseguia muito bem imaginar que possuía defeitos. E, mais do que pensar nele, enquanto trabalhava ou desenhava, imaginava milhares de esquemas interessantes e variados a respeito de como o relacionamento poderia evoluir e se concluir; criava diálogos interessantes, construía mentalmente cartas elegantes. E a conclusão de cada declaração imaginária que Frank Churchill lhe fazia era de que ela o *recusava*. Nas situações que imaginava, a afeição que sentiam sempre se transformava em amizade. Cada cena suave e encantadora servia para marcar a separação e sempre tinham de separar-se. Quando percebeu isso, chegou à conclusão de que não podia estar muito apaixonada. Pois, apesar de sua determinação anterior de nunca abandonar o pai, de nunca se casar, certamente uma afeição de fato profunda iria provocar algum embate emocional muito mais forte do que ela podia prever em sonhos de olhos abertos.

‘Não me vejo fazendo nenhum uso da palavra *sacrifício*’, pensou ela. “Em nenhuma de minhas respostas espertas, minhas delicadas negativas, há qualquer alusão a fazer um sacrifício. Suspeito de que o senhor Frank

Mal sabia Emma que nas suas investidas dissimuladas, Frank escondia um segredo, procedendo assim para evitar transtornos as suas pretensões. Ele havia feito uma promessa de casamento a Jane, ainda em Londres, e, mesmo diante das qualidades da senhorita Woodhouse, não se deixou abalar ou confundir-se, parecendo demonstrar que Emma não era tudo aquilo que ela pensava ser.

Essa punhalada no peito fez Emma reconsiderar suas impressões a respeito de Jane e rever sua equivocada maneira de julgar a posição e os sentimentos alheios. Isto por que enquanto dedicou seu tempo a querer encontrar partidos para suas amigas e a confiar crédito as insinuações de Frank, descobriu que havia transformado Harriet numa pretendente cheia de qualidades e que um certo casamento para esta moça traria para si um grande inconveniente. Refiro-me ao seu relacionamento com o seu concunhado, George Knightley, a qual se refere assim:

Se esse casamento, um dos mais desiguais que poderiam existir, viesse a ocorrer, poderia culpar-se por ter começado tudo, pois criara na mente de Harriet a idéia de que era merecedora da afeição dele e, com certeza, ele jamais teria reparado naquela moça se não fosse a sua loucura.

O senhor Knightley e Harriet Smith! Era uma união que se encontrava além da mais fértil imaginação. A ligação entre Frank Churchill e Jane Fairfax tornava-se o acontecimento mais comum do mundo em comparação, sem causar surpresa alguma, sem demonstrar a menor disparidade. O senhor Knightley e Harriet Smith! Que elevação seria para ela! E que queda seria para ele! (AUSTEN, 2010a, p. 391).

Nessa versão um tanto quanto *feitico que se vira contra o feiticeiro* Emma se redescobre enquanto *persona* e ao mesmo tempo reconsidera sua atuação como membro da alta nobreza agrária, cuja prática de casamentos arranjados trazia inúmeros inconvenientes, de ordem pessoal e estrutural. É certo que o seu legado fora pretender acionar um dispositivo de ascensão social, através do casamento, mas sem muitas revoluções no plano da mentalidade.

Neste ponto percebo uma Austen bastante conservadora, cujo realismo de sua abordagem pretende ser ao mesmo tempo revisora do papel que o indivíduo exerce sobre sua própria trajetória social, assim o tipo de conformação social a qual cada um está inserido e sobre a qual qualquer modalidade de interferência provoca um desajuste em sua lógica de funcionamento.

Churchill não é realmente necessário para a minha felicidade. É muito melhor assim. E, com certeza, não vou querer me persuadir a sentir mais do que de fato sinto. Estou bastante apaixonada e lamentaria se estivesse mais (AUSTEN, 2010a, p. 249-50) [grifo da autora].

E cabendo a esta lógica de funcionamento uma readequação natural dos personagens, Emma toma como iniciativa investir suas habilidades de casamenteira para beneficiar-se de sua relação com George.

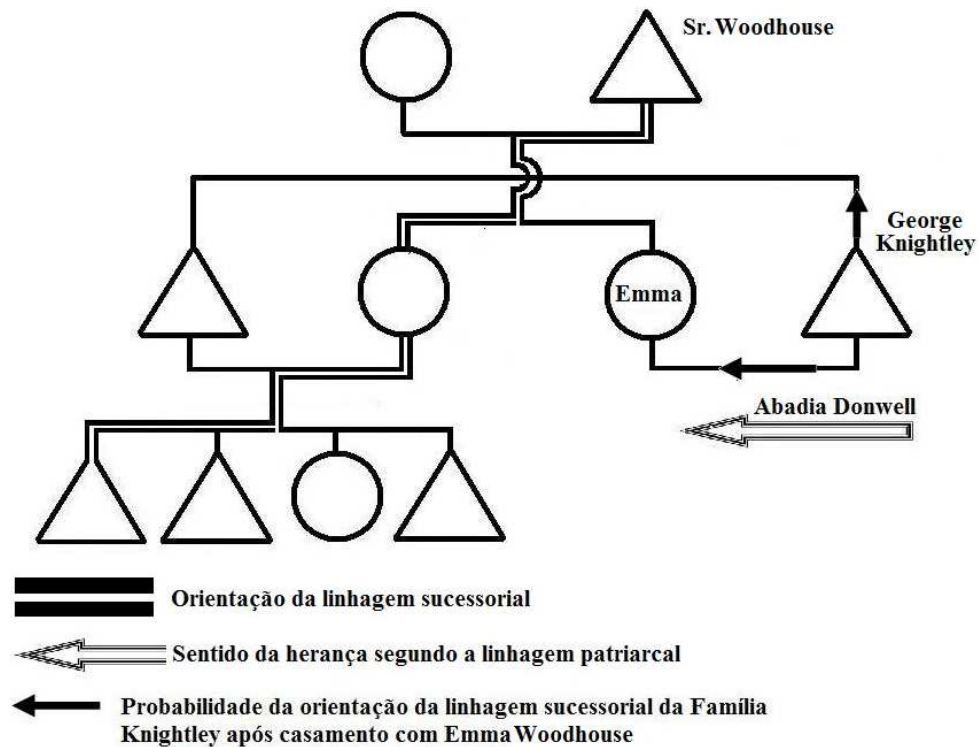
Imediatamente Emma desviou o olhar. E durante uns minutos permaneceu em silêncio, meditando, com os olhos fixos. Uns poucos minutos bastaram para lhe revelar o que havia em seu próprio coração. Uma inteligência como a sua, uma vez concebida uma suspeita, fazia rápidos progressos para seu objeto. Emma supunha... admitia... reconhecia toda a verdade. Por que era muito pior que Harriet estivesse apaixonada por senhor Knightley em vez de estar por Frank Churchill? por que aquela contrariedade adquiria proporções tão enormes com o fato de que Harriet tivesse esperanças justificadas de ser correspondida? Uma convicção se abriu passo com a celeridade de uma flecha no ânimo da Emma: o senhor Knightley só podia casar-se com ela! (AUSTEN, 2010a, p. 238).

Para ela um casamento entre ambos conferiam-lhe o modo mais acertado de ajustarem suas respectivas condições sociais:

Aquele, sem dúvida, seria um casamento adequado, próprio, aceitável e, em determinado aspecto, apresentava um ponto da mais alta importância: tratava-se de uma união de conveniência tão evidente, um acontecimento tão singularmente afortunado [...] (AUSTEN, 2010a, p. 443).

Não se pode esquecer que esta conveniência, da qual se produziu o afeto de Emma por George, emerge num contexto de manifesta expressão dos interesses patrimoniais. George era irmão de John, logo parente por afinidade de Isabelle, esta irmã de Emma. Sua herança, como irmão mais velho seria herdada pelo filho mais velho de John, cujos interesses eram seguramente preservados pela tia através do constante impedimento desta em George se casar. Até aparecer Harriet e ela despertar seu senso de hereditariedade. Caso George se casasse com Harriet, seu patrimônio seria herdado pelo filho, caso tivesse. Casando-se com Emma, ele estaria, no mínimo, garantido-o ao seu sobrinho Henry, mesmo que ela não viesse a ter filhos (ver diagrama abaixo)

Diagrama 3: Orientação da linhagem sucessorial na família Woodhouse.



E assim se deu. Emma se casa com George, mesmo sabendo de sua profunda crítica ao temperamento imperativo e comportamento mesquinho. E ao mesmo tempo, para dissuadir a amiga Harriet de seu interesse por George, investe sua estima em Martin, considerando-o aceitável em razão do provável destino que ela terá, mas não antes sem declarar que: “[...] faria tudo, aceitaria qualquer coisa para que os Martin fossem de um nível social mais elevado. Eram pessoas muito dignas e, se estivessem um *pouquinho mais acima na sociedade*, seria o suficiente” (AUSTEN, 2010a, p. 177) [grifo nosso].

Os três trabalhos de Jane Austen selecionados para serem analisados neste capítulo permitem verificar que, por mais isolada que seja, a escolha no processo de transição para a modernidade dialogou com os constrangimentos sociais provocados pelas regras de casamento ainda em vigor. Em razão disso as experiências afetivas das três protagonistas esclarecem bem o debate sobre o processo de escolha conjugal, demonstrando que os vários itinerários escolhidos para se tomar uma decisão dependem não só do roteiro estabelecido pelos pretendentes, mas também das conjunturas sociais que os envolvem.

Assim, mesmo sendo uma ficção, a literatura, por meio do romance, oferece condições de se afirmar que não se escolhe um cônjuge sem considerar as variáveis

presentes num determinado contexto social. Lizzy, Elinor e Emma, portanto, expressam bem a natureza do habitus e a influência do meio social no processo de seleção do par conjugal. Ao mesmo tempo, demonstram que há sempre alternativas que os próprios personagens elaboram para que a demanda da sociedade se ajuste ao que eles consideram vantajoso para si.

Tudo isso, porém, só nos é útil à reflexão se associados com as experiências reais do mundo vivido. Neste sentido é necessário apresentar os elementos indispensáveis à uma crítica do processo de escolha que nos ofereça como quadro a dinâmica das relações afetivas por meio de experiências concretas e atuais, razão dos capítulos a seguir.

Parte 3

A escolha como processo



The Betrothal of the Virgin. Domenico Beccafumi. Afresco. Oratory of San Bernardino, Siena, 1518.

Capítulo 5

“A cada escolha uma renúncia”

O campo de trabalho com o qual o pesquisador se depara sempre é um campo efêmero, líquido. Escorre pelos dedos como água. Sua dinâmica nos faz mergulhar num exercício contemplativo do que estamos fazendo, como se ao fazê-lo congelássemos o nosso olhar, permitindo que ele fosse capaz de ser tocado. Caso não se perca de vista que esse olhar é produzido em meio a um diálogo com a volatilidade da vida moderna, as aparências, que regulam o caráter irreflexivo da ação e do pensamento – devido ao fato de serem o reflexo de uma prática pré-determinada pelo habitus –, podem confundir-nos, fazendo-nos acreditar que estamos lidando com verdades. E num tempo em que a etnografia revela muitas verdades, essas aparências podem nos deixar impotentes frente à diversidade de explicações que podem ser dadas para os fenômenos sobre os quais nos debruçamos a entender. O que resulta num profundo questionamento sobre o tipo de olhar que devemos fazer uso ao elaborar nossas pesquisas.

Minha pesquisa sobre a escolha do cônjuge entre noivos sintetiza isto, por que se liquefaz em entender a dinâmica da trajetória afetiva de um sujeito, capaz de comparar, escolher, se arrepender da escolha, comparar de novo e, quem sabe, se arrepender de ter se arrependido, mudando de opinião conforme a natureza da situação. Assim, quando releio o que descrevi em meu diário de campo percebo que o meu trabalho trata de um questionamento metodológico acerca do que vi e senti e, ao mesmo tempo, sobre minha capacidade de interpretar os dados com os quais me deparei no campo. De um lado, porque diante das variáveis que meu campo me ofereceu, encontrei-me num diálogo com o papel que deveria exercer ao abordá-lo, o que faz de minha monografia não um tratado sobre verdades indiscutíveis, mas o produto do que penso ser um trabalho etnográfico. De outro, por que me reencontro sempre com o projeto de uma metodologia “tão objetiva e desapaixonada quanto possível” (FIRTH, 1998, p. 526), que, ainda que possa soar *démodé* nos dias de hoje, é o que me permite estabelecer o distanciamento necessário para “explicar” os fenômenos com os quais me deparei.

Pensar o texto etnográfico privilegia-me, portanto, da condição de intérprete, cuja visão sobre a escolha da pessoa com quem se quer compartilhar um relacionamento conjugal é a de um expectador interessado em questionar a aparência da vida afetiva,

mostrando ser ela uma fonte de verdade para quem compartilha seus valores, e um dado do discurso, para quem admite ser ela o referencial sob o qual os indivíduos, em seu itinerário social, compartilham do sistema de códigos elaborados num lugar específico e sob determinadas condições.

Absorvido pela linguagem literária me aprofundo em discutir a trajetória social dos personagens que escolheram uma determinada parceria amorosa, sinalizando, assim, para discursos, modos de percepção e formas de “construção da realidade”. Não é o caso de entender o texto como ficção, mas como produto de uma experiência ficcional onde o que busco exprimir são minhas percepções acerca da verdade contida nos discursos e nas representações sobre escolha conjugal. A objetivação como elemento primário destas percepções ofereceu-me aportes para entender que a iniciativa de produzir uma genealogia da escolha exprime minha preocupação em não “atolar” no campo vasto das variáveis com que me deparei. O *campo*, cristalino e devidamente drenado, me possibilitou pensar que a objetivação dos dados cruza-se com a perspectiva austeniana, exatamente no perímetro da apreensão objetiva, onde a subjetividade, aquela do dado objetivado, nos permite ver que o processo de escolha do parceiro afetivo sempre deriva de uma experiência prática, nunca de um dispositivo lógico emanado das convenções habituais. Por que o dado objetivo é, tanto para mim, enquanto etnógrafo, quanto para Jane Austen, uma romancista, o que nossa apreensão subjetiva nos oferece enquanto interpretação da realidade com a qual nos deparamos.

Mas há de se considerar que não falamos a mesma língua e apesar de olharmos para o mesmo objeto, o vemos sob ângulos distintos. (De todo modo eu – que tenho a oportunidade de lê-la – sei a que me proponho quando interpreto o texto e o pensamento de Austen. Ela, pelo contrário, não tem essa oportunidade). O que escrevo e abordo na etnografia que segue está situado num outro universo, que difere, pelo grau de complexidade e natureza do objeto, em relação àquele vivido no interior da Inglaterra oitocentista, com o qual se deparou Austen. Aqui, pretendo analisar a constituição do parceiro ideal através do rito do noivado entre indivíduos da primeira década do século XXI. Especificamente daqueles que se envolveram afetivamente, e que apesar de não fazerem parte de um roteiro “the-endizado”⁴⁹, encontram-se inseridos num contexto

⁴⁹ Neologismo que pensei enquanto refletia sobre a natureza das histórias sobre as escolhas amorosas. Há sempre um limite para contar uma história, seja ele o texto ou o filme (The End), ou seja, uma tenra e fina folha de papel ou película filmica, muito embora cada história imaginada ou baseada em fatos reais se perca no infinito do imaginário social.

social cujos valores e significações afetivas e morais encontra correspondência com o universo no qual Austen deixa-nos a pensar desde a segunda metade do século XVIII.

Minha etnografia, portanto tem um objetivo claro. Ao mesmo tempo em que busca uma articulação com a visão literária em torno da escolha conjugal, difere dela por ser (e pretender ser) científica, uma vez que intervém objetivamente sobre a realidade das pessoas. Discorre assim sobre a natureza de um dado, cujas convenções sociais fazem das ações particulares um pressuposto de ação pessoal, muito familiar a cada um de nós. Familiaridade que vem sendo abordada enquanto categoria a ser questionada e revisada conceitualmente. Minha percepção a esse respeito é a de que me encontro num constante processo de revisão da categoria escolha, algo muito pertinente para o meu estudo ser levado a cabo, conforme a proposta original, caso contrário transformaria o meu estranhamento em torno desse objeto num perigoso estudo sobre as aparências que a experiência afetiva oferece aos indivíduos.

Todavia, há de se considerar que nem tudo que estranhei lendo e ouvindo se transformou em dado. O que ocorreu foi uma seleção do que se me apresentou estranho e questionável, do ponto de vista conceitual e teórico. Portanto, meu tema só veio a se tornar um problema antropológico por que o reconheci como tal no cenário da sociedade em que ele é discutido (PEIRANO, 1992). Aliás, essa concepção é comum a Peirano, e instrui-me a pensar que a construção do texto etnográfico surge de uma oscilação entre a problematização da experiência e o tratado objetivista com o qual nos deparamos academicamente (PEIRANO, 1995). Com efeito, isso significa que o modelo de análise sob o qual nos baseamos para empreender nossos trabalhos deriva de nossas representações acerca do fazer científico. Sendo assim, as visões holista/individualista não são movimentos ambíguos no interior da disciplina, mas modelos que os cientistas utilizam para entender as questões com as quais se deparam através de um tratamento microscópico e comparativo, nos quais a antropologia surge como modalidade do discurso moderno, em variados níveis: como objeto de análise, como postura de conhecimento, como questionamento teórico; demonstrando que, por texto etnográfico, compreendo uma forma de expressão do conhecimento científico suscitado pela experiência de contato com o problema que me comprometi a analisar, esteja ela presente num texto ou no campo de pesquisa. Neste sentido, a textualidade, enquanto forma de expressão do convívio e contato com realidades distintas daquela em que vivo, é uma representação. Mas uma representação não do real, como algo absoluto e concreto, e sim do vivido, que é a célula da universalidade humana.

Significa dizer que, sem trazer, ao que me parece, qualquer condescendência, fui obrigado a me questionar incessantemente sobre minha relação com o objeto no que ele tinha de genérico, e também de particular. Daí minha irrenunciável proposta de encontrar os modelos subjacentes que tornam a experiência subjetiva um corpus sobre o qual se assenta a natureza conceitual de meu tema. E poderia ser que esta objetivação que venho tentando realizar constitua o principal produto de toda minha empreitada, não em si mesma, como contribuição teórica a uma teoria da escolha, mas como princípio de uma definição mais rigorosa, menos entregue ao acaso das disposições individuais, mas de uma relação justa com o objeto, que é uma das condições mais determinantes de uma prática propriamente científica em ciências sociais.

Neste sentido, gostaria de chamar atenção para esse contato que, apesar de vivido, carece sempre de uma fundamentação histórica e teórica. Mas afinal, em que sentido uma pesquisa histórica e baseada em revisões teóricas têm o potencial de qualificar a discussão sobre dados etnográficos? Ou, no contexto de uma pesquisa sobre seleção de cônjuges, o que me levou a estudar o noivado e acreditar que isto facilitaria minha compreensão acerca da noção de escolha?

Ora, neste que é necessariamente um capítulo “*etnográfico*”, pretendo discutir a formulação de uma proposta de entendimento do problema com o qual me deparei. Recorro, assim, à minha experiência com o campo selecionado para este estudo e ao conjunto de referências que me possibilitou chegar a este mesmo campo. Abordo assim o noivado com ênfase em sua dimensão histórica, aludindo a um processo de constituição terminológica definido, a priori, por ritos de natureza privada, até sua dissolução e reafirmação pública no século XIX. Ao mesmo tempo, o estudo se volta para o discurso em torno do noivado, procurando identificar, através das entrevistas com noivos, a visão de mundo que cerca este ritual e sua dimensão simbólica enquanto prelúdio à escolha pelo casamento. O material coletado refere-se a impressões pessoais, etnografias do curso de noivos da paróquia de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém, e entrevistas com noivos frequentadores (ou não) deste curso.

Noivado: breve histórico de um ritual “esquecido”

O noivado católico encontra suas bases no direito romano clássico. Contudo, segundo Ribordy (2001) se a Igreja e a nobreza medieval concordavam sobre a forma do noivado e a importância de seus ritos, quer fossem profanos ou religiosos, eles não

concordavam com o seu significado. Para a nobreza do fim da Idade Média, o noivado constituía um juramento que confirmava o acordo concluído quando das negociações de casamento, assim como assegurava a sua realização. Representavam, por conseguinte uma etapa fundadora do casamento e não somente o anúncio de um casamento futuro, como o considera a Igreja Católica hoje.

Cronologicamente situado no final das conversações que selavam o tratado, o noivado anunciava o casamento futuro e comprometia toda a família. Era igualmente uma promessa, uma garantia de que a aliança iria realizar-se. Esta dupla função conferia-lhe um lugar central no processo matrimonial dos fins da Idade Média.

Segundo Del Priore,

Variando regionalmente, segundo tradições e culturas dos povos europeus, os ritos matrimoniais espelhavam sempre uma aliança que atendia, antes de tudo, a interesses ligados à transmissão do património, a distribuição de poder, a conservação de linhagens e ao reforço de solidariedades de grupos. Simplificando, diríamos que eles mais eram associação entre duas famílias – diferentemente de hoje, que é associação entre duas pessoas – para resolver dificuldades económicas e sociais, sem padre nem altar. Mais importante do que as uniões abençoadas eram as “promessas de casamento” feitas pelo homem à família da noiva – os chamados *esponsais* ou *desponsórios*. Comemorados com grandes festas e troca de presentes, eles autorizavam aos olhos da comunidade a coabitação dos futuros cônjuges. A intervenção eclesiástica nesse processo tornou-se crescente a partir do século XIII, mas se adaptou, em geral, aos costumes de cada lugar (2007, p. 122).

A atenção dada a esta questão pelos historiadores, porém, não reflete a importância do noivado, excetuando o fato do componente eclesiástico que tem sido amplamente estudado por historiadores como Gaudemet (1987), Molin e Mutembe (1974). Segundo estes, o noivado é parte de uma criação romana.

No direito da época romana clássica, eles precediam normalmente o casamento, às vezes por vários anos. Celebradas com mais frequência para as crianças pequenas, pelo pai ou aquele que tinha poder sobre elas, estas *esponsalia* eram acompanhadas de cerimônias familiares, sociais e religiosas. Sem grande consequência jurídica, podiam ser rompidas.

No direito romano tardio, o noivado adquirira um lugar mais importante e sua quebra tornou-se mais difícil. Em particular, a Igreja quis assegurar a sua publicidade e solidez e não admitia mais sua ruptura por qualquer motivo. O noivado era acompanhado da entrega de um anel, de presentes e, depois do século IV, de um depósito de noivado, o que posteriormente deu origem ao *dote*, os quais confirmavam a promessa e serviam de garantia para o casamento.

Por seu lado, o mundo germânico não conhecia o noivado. O termo *desponsatio*, parente de *sponsalia*, usados do séc. VI ao séc. XII eram, sobretudo, utilizados para descrever a primeira das duas etapas do casamento germânico. Esta etapa representava mais que uma promessa de casamento; constituía o primeiro gesto fundador da união matrimonial. Acompanhado do pagamento de uma soma em dinheiro, o *desponsatio* criava um *matrimonium initiatum*. Ele implicava o consentimento ao casamento e dava ao homem a autoridade sobre a mulher. Só então, após um intervalo não muito longo, é que o casamento era completado pelo *traditio puellae*, onde a mulher era entregue ao seu marido, o casamento consumado e a vida comum estabelecida.

Durante todo o início da Idade Média, o casamento por etapas dominava tanto na teoria como na prática. Até ao século X, os canonistas não utilizavam sequer a expressão *sponsalia*. Referiam-se antes ao equivocado termo *desponsatio*, sem deixar claro se consideravam isso como uma promessa de um futuro casamento ou a conclusão de um acordo matrimonial.

É no século XII, durante a elaboração da doutrina matrimonial, que os teólogos franceses reencontram a *sponsalia* romana. Estas simples promessas de casamento, batizadas de *verbo de futuro* por Pierre Lombard (apud GAUDEMET, 1987), não criavam mais um *matrimonium iniatum*; representavam apenas o anúncio de um casamento. Ao incorporar esses noivados ao ritual eclesiástico, os teólogos franceses, por conseguinte, não aprovavam mais o casamento por etapas. Consideravam antes que uma união realizava-se unicamente pela troca dos *verba de presenti* no momento do casamento.

Embora rejeitada pelos teólogos italianos, esta concepção de noivado e casamento termina por se impor no século XIII. Doravante, o noivado, simples compromisso de casamento, não deixava de ser obrigatório. Sugeria, contudo, um tempo para que os futuros cônjuges refletissem sobre as obrigações e a indissolubilidade da sua união.

Se a evolução das regras que cercam o noivado é bem conhecida, não se pode dizer o mesmo do seu real lugar no desenrolar do casamento na Idade Média. O noivado constitui, no entanto, um tema de estudo relevante para os historiadores. Uma compreensão do seu funcionamento, o seu papel e o seu significado podem contribuir para o melhor conhecimento da história do casamento no ocidente e, em especial, das relações entre dois modelos de casamento: o laico e o eclesiástico. Segundo Ribordy

(2001), por exemplo, os casamentos da nobreza francesa, ao mesmo tempo muito preocupada em respeitar as prescrições da Igreja e extremamente ligada aos seus rituais matrimoniais tradicionais, refletem particularmente as tensões entre os dois tipos de casamento. Após séculos de luta com a Igreja, nos quais esta procurou impor os seus princípios de monogamia, de indissolubilidade e exogamia, a nobreza do fim da Idade Média conservava ainda o seu próprio modelo matrimonial. Este modelo, descrito por Georges Duby entre os séculos X e XII, subsistiu aos séculos XIV e XV, período em que as famílias e os desafios econômicos e políticos envolvidos na trama matrimonial deixavam os casais a expensas de seu casamento, assim como os seus sentimentos e a doutrina eclesiástica do consentimento dos cônjuges.

É desse conflito entre os valores da nobreza e a doutrina católica que nasce, por exemplo, a concepção de que o noivado é um ritual flexível e menos importante durante a modernidade. Para Coulmont (2002) essa característica se deve à “maleabilidade histórica” que é intrínseca ao noivado e que também pode ser descrita através do conflito entre as concepções jurídicas e litúrgicas após a Revolução Francesa.

Vê-se, por exemplo, que, do ponto de vista jurídico, os noivados desaparecem do direito no meio do século XIX para reaparecerem perto do fim deste. Após a Revolução Francesa os noivados não são mais amparados pela legislação interna do Estado. Ficam fora do código civil e são declarados “nulos e sem efeito” pelo Tribunal da Cassação em 1838: a jurisprudência francesa ratifica assim a nulidade das promessas de casamento. Mas, perto do fim do século XIX e no início do XX, pode-se ler em certas teses de direito uma re-espiritualização dos noivados, uma insistência sobre o seu caráter religioso, que se deve principalmente ao fato de o direito canônico não ser mais percebido como anti-moderno, mas como uma das inspirações do próprio direito moderno. No campo jurídico, nasce, portanto, o interesse em se codificar as relações de compromisso. Um número considerável de teses de direito e de artigos são consagrados ao noivado (e mais particularmente ao problema da ruptura do noivado) na virada do século XIX para o XX. Algumas teses mostram, por exemplo, que os noivados “continuam a ser produzidos”, ou que os mesmos são produto da “natureza humana” ou que ele é “o prelúdio obrigatório” e necessário para a realização do casamento. O noivado é, então, reintroduzido no Código Civil Francês de 1912.

No domínio litúrgico, tende-se a observar estes mesmos fenômenos de desaparecimento e reaparecimento. Os rituais diocesanos – nos quais eram dadas bênçãos ao noivado - desaparecem na segunda metade do século XIX, quando do ritual

romano. Até meados do século XIX, uma parte dos rituais diocesanos inclui uma “ordem para a comemoração do noivado”. O ritual usado pela Diocese de Mans em 1798 descreve, por exemplo, o comportamento e os gestos do celebrante: “O padre, vestindo uma estola branca, após ajoelhar-se em oração, deslocou-se as partes que estão de pé, o rapaz que está à direita da menina, fez uma breve exortação e em seguida seu pedido...”. A unificação litúrgica do meio do século XIX faz rapidamente desaparecer estes rituais diocesanos em proveito do ritual romano, que não possui agenda para a celebração dos noivados.

Por volta dos anos 1860, portanto, os compromissos católicos tornaram-se uma cerimônia sem ritual, um rito sem suporte escrito oficial, o que de alguma maneira encarna o Código de Direito Canônico de 1917.

A ausência do noivado no ritual romano – doravante utilizado em toda a França – não faz desaparecer o rito do compromisso. Numerosos são os sinais que indicam um uso real, porém raro. Vários discursos de casamento, conservados na Biblioteca Nacional de Paris, fazem menção aos compromissos no fim do século XIX, num quadro religioso. Lá está escrito, por exemplo, que o noivado desfruta da “simpatia” da igreja. E se certos manuais de *savoir-vivre* (etiqueta) julgam esta prática fora de moda, é um sinal da sua utilização.

Progressivamente, graças ao seu desaparecimento e sua reaparição, o noivado é reinvestido de sentidos: é doravante objeto percebido como quase desaparecido, raro, mas que pode ser reformulado para ser adaptado à modernidade. Os compromissos podiam, por exemplo, ajudar no casamento, lutar contra o divórcio, ajudar no repovoamento da França. A partir do início do século XX desenvolve-se assim a idéia de que os compromissos – compreendidos como uma prática tradicional – são a essência da modernidade. Albert Robida (1892) publica, por exemplo, uma notícia intitulada *Viagem de noivado* no auge dos anos 1900, na qual os compromissos serviam para valorizar a idéia de que o futuro casal de jovens é uma entidade autônoma, a fusão de duas individualidades, fusão que necessita de um tempo de preparação.

Atualmente, com o declínio do número de casamentos católicos e da proporção de casamentos católicos, em comparação com casamentos civis, dois eventos simultâneos têm lugar: (1) o enfraquecimento do caráter católico do casamento e (2) a folclorização do que resta dos casamentos católicos. Dois movimentos parecem combinar-se: ao mesmo tempo uma baixa do número de casamentos católicos e um grande número de casamentos na Igreja que não são casamentos católicos, mas

casamentos de não-praticantes e não-crentes. A resposta de uma parte da Igreja foi assimilar o casamento a uma demanda crente e fazer dele um modo de re-socialização religiosa (através de pastorais familiares e cursos de noivos). Assim, o caráter sacramental do casamento católico não se encontra mais na cerimônia (desvalorizado), mas no que precede esta mesma cerimônia.

Sendo assim o noivado católico, pouco sujeito a codificações jurídicas e litúrgicas, permanece como um rito frouxo⁵⁰, pouco praticado, de existência incerta, o que torna possível sua adaptação permanente às mudanças sociais. E por serem percebidos como uma “tradição” é que seu caráter “antigo” não é questionado, permitindo assim que certas transformações sociais, como coabitação, seleção individual e não mais familiar do/da noivo/a como no início do século, sejam aceitos pelos grupos sociais.

A idéia corrente de noivado ilustra, portanto, o conteúdo cultural de nossas instituições, nos ajudando a entender e identificar o imaginário presente no processo de constituição dos arranjos familiares, assim como a produção de uma demanda matrimonial assentada no critério patriarcal que, segundo o modelo brasileiro, baseia-se em concepções de raça, classe, etnia e cor, representadas por diversas leis, como a Ordem Régia de 1726, estudada por Sérgio Buarque de Holanda, que vedava a qualquer mulato, até a quarta geração, “o exercício de cargos municipais em Minas Gerais, tornando tal proibição extensiva aos *brancos casados com mulheres de cor*” (HOLANDA, 1995, p. 55) [grifo nosso].

Prado Jr. (1971), por outro lado, enfatiza que um dos principais instrumentos utilizados durante a época pombalina (1750 a 1777) para o assentamento de cidades era o incentivo aos casamentos entre europeus e indígenas. Fontenelle (2008), buscando retratar a atuação da Metrópole portuguesa, mostra que esta chegou a oferecer benefícios, como cargos públicos, àqueles “brancos” que voluntariamente celebrassem casamentos com “não-brancos”. Vale lembrar que os casamentos efetuados pela Metrópole portuguesa neste período, em conjunto com a Igreja Católica, visavam legalizar um fenômeno bastante amplo e que ocorria em grande escala: a miscigenação.

Portanto, a parca literatura sobre o noivado no Brasil indica estarmos diante de um rito cuja fonte é o nosso patriarcado e, embora ‘*frouxo*’, é, para Azevedo (1986), um

⁵⁰ O termo frouxo é o que mais se aproxima da definição de Coumoult (2003) no que se refere à *maleabilidade* do rito do noivado: “rite *mou*”. Cf. Avolio (2002): *mou adj* mole, fofo, flácido, frouxo. *n pop* molenga

elemento fundamental à compreensão da totalidade de nossa sociedade, dado expressar a maneira como são realizados os ajustes e entendimentos entre os cônjuges ou entre suas famílias. É assim uma etapa no processo de arranjo conjugal, posterior à verbalizada pelo *namoro* e anterior ao rito matrimonial. Semelhante concepção é a de Wagley (1977), que entende o ‘noivado’ como uma série de preparativos formais que levam ao casamento (WAGLEY, 1977, p. 233).

Versando sobre um Brasil caracteristicamente rural, estes autores chamam atenção para a escolha de cônjuges sob o regime patriarcal e familista do Brasil colonial; um privilégio quase exclusivo do *pater familias*. Na monografia *Vida social do Brasil nos meados do século XIX* (2008 [1964]), matriz de *Casa-Grande & Senzala*, Gilberto Freyre mostra que, geralmente, o casamento no Brasil não resultava de galanteios românticos, mas de mecanismos menos líricos presentes no sistema patriarcal. O homem com quem a moça, de pouco mais de treze anos, se casava, raramente era de sua própria escolha. A escolha era de seus pais ou simplesmente de seu pai.

Mas já no século XIX o antigo padrão começou a ser substituído pelas exigências do amor romântico, ainda que este continuasse a depender bastante das obrigações morais e até jurídicas do privatismo familiar e das tradições patriarcais. Vale lembrar que, de acordo com Bozon (1991b), a própria noção de escolha nasce neste século em decorrência do aparecimento da literatura romântica – cujo principal expoente é Stendhal – espalhando novas idéias de amor e sentimento (o amor-paixão, o carinho, a atenção) cuja verdade afetiva, segundo Levy (2009), se encontra no fundo do coração e contrasta com a verdade racional dos séculos XVII e XVIII (LEVY, 2009, p. 122). A literatura romântica aqui corresponde ao que Giddens (1993) chama de “via potencial para o controle futuro”, ressaltando a relação entre liberdade e amor contido num complexo de idéias que, associadas, faziam emergir a reelaboração das condições de vida pessoal (principalmente femininas). Assim, o nascimento do romance, discutido anteriormente (Cap. 3) reflete uma ruptura com os antigos padrões de moralidade sexual e emocional que, na concepção de Wall (1998), corresponde à homogamia patrimonial e ao consentimento paternal, expressas particularmente nas classes abastadas, onde a escolha do marido para a filha era determinada pelo *pater familias*, algumas vezes com a colaboração da mãe da moça (ver também LEVY, 2009, p. 121).

Quando se trata do Brasil, a análise de Azevedo (1986) sobre as regras do namoro à antiga da elite brasileira do final do século XIX e início do XX, nos mostra

como essas mudanças estão relacionadas aos novos padrões de relacionamento pautados na liberdade de escolha do cônjuge. Estes substituíam o antigo conjunto de normas onde os casamentos eram típicos de uma sociedade tradicional, sendo muito mais um arranjo entre famílias com o objetivo de manter a ordem social, a estabilidade econômica, os conchavos políticos, pautado, veementemente, nos princípios de solidariedade e integridade, do que uma escolha dos próprios indivíduos em questão (MEDINA, 2004). Nessa fase de transição é correto afirmar, de acordo com Vainfas, que o casamento no Brasil era “um ideal a ser perseguido, uma garantia de respeitabilidade, segurança, e ascensão a todos os que o atingissem” (1989, p.93). Contudo, não podemos esquecer que a atração mútua entre dois indivíduos não era desprezada, mas contribuía apenas na criação de laços mais sólidos entre aqueles que já satisfaziam os fatores determinantes: prestígio e posição sócio-econômica. Somente com o advento do século XX é que essa escolha adquiriu um novo aspecto, tendo os interessados uma voz mais ativa. Firmava-se a norma do consentimento individual condicionado, elegendo-se os candidatos ao casamento de modo imediato pela simpatia, pela atração física, pela correspondência afetiva, tudo subordinado a critérios de estamentos ou de classes sociais. Para Azevedo esse modelo refletia a revolução sexual que já vinha ocorrendo na Europa desde os fins do século XVIII, pois

Até então o sexo e o casamento tinham um objetivo mais social, da comunidade e da família; àquela altura começaram – entre outros motivos, por força do crescente individualismo – a ter um sentido mais afetivo. Os jovens vieram a atribuir maior atenção às suas inclinações interiores e, cada vez menos, a considerações estranhas aos mesmos, como a prioridade, a estabilidade das instituições, os desejos dos pais. Ali pelo ano de 1850 essa tendência se havia fixado, em definitivo, com o surgimento do namoro romântico e o casamento por amor: esses movimentos se haviam “privatizado”, tendo a felicidade do casal deixado de subordinar-se unicamente aos interesses da família como antes. No Brasil, essa mudança se teria verificado mais claramente, de fato, quase ao mesmo tempo que no Velho Mundo: a literatura de ficção da época revela essa eclosão de rebeldia romântico-individualista que inaugura o novo tipo de relação pré-matrimonial (1986, p. 08).

Verifica-se, desde então, o nascimento de diversos manuais de etiquetas (guias de namorados), que tinham como objetivo a conquista do/a parceiro/a. As finezas, as boas maneiras, a etiqueta, o modo de “praticar com pessoas” eram inculcados, por exemplo, em compêndios de civilidade cristã (ver Capítulo 1).

Desse modo a concepção de escolha e noivado presentes em nossa sociedade, longe de ser resultado de um dado objetivo, é fruto de um processo sociológico que se baseia em trajetórias individuais culturalmente inculcadas pelo modelo patriarcal de

casamento. Portanto, a concepção de casamento, caracterizada pela versão monogâmica da união entre parceiros sexuais e a interferência dos genitores em sua constituição, encontra-se determinada pelo sistema de gostos, perfis e valores produzidos por nossa cultura.

O cônjuge preferencial⁵¹ é, pois, resultado de gostos e preferências e, mais que um ideal, é a representação de práticas sociais indicativas das escolhas coletivas e individuais que fazemos, tal como sistemas de disposições (e pré-disposições) à prática, nos mesmos termos de um *habitus* condicionado por condutas regulares (BOURDIEU, 1986). Ou seja, os indivíduos, na singularidade de suas experiências, servem-se de aparelhos de produção e reprodução simbólica que os ajudam a constituir suas linguagens e representações amorosas, de modo que elas possam, assim, ganhar uma realidade própria através de escolhas bem acertadas e segundo procedimentos performativos característicos de determinada sociedade.

Alguns dos noivos interrogados em minha pesquisa se admiravam com o caráter performativo dos seus noivados. O casal Ana e Érick destacou, por exemplo, percebeu que muita coisa havia mudado no intervalo de algumas semanas entre dois casamentos realizados pela família da noiva – que à época ainda era namorada. Érick, o até então namorado, não havia sido convidado para o primeiro casamento, uma vez que até o presente momento eles ainda não estavam noivos, mas foi convidado para o segundo, já que haviam noivado dias antes do mesmo ocorrer. Para Érick o noivado foi uma “entrada” na família de sua noiva, e o convite a participar da cerimônia de casamento era a prova.

Em parte, a legitimação dos noivos como casal é um aspecto muito importante no processo de escolha do cônjuge e ser aceito é algo fundamental. Uma rejeição ou manifestação de desagrado por parte dos familiares dos pretendentes pode comprometer seguramente o relacionamento. Em nossa sociedade, todavia, homens e mulheres diferem quando da aceitação pelos parentes do noivo. Verifica-se que o homem assume o papel de pedir a mulher em namoro, noivado e casamento, e de acordo com o grau de envolvimento e do tempo de relacionamento dos mesmos depende também da avaliação que os parentes de

⁵¹ A concepção de cônjuge preferencial à qual me refiro fundamenta-se na análise de Lévi-Strauss, ou seja, baseado no princípio de reciprocidade, a noção de escolha presente em seus escritos é delimitada automaticamente por um grupo de parentes (“classe de parentes”) ou pela “determinação de uma relação, ou de um conjunto de relações, que permitem dizer em cada caso se o cônjuge considerado é desejável ou excluído” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p.159).

sua parceira fazem de sua proposta. A mulher, muito pelo contrário, na maioria dos casos assume o papel de aceitar ou não o pedido.

A literatura a este respeito indica que o noivado sempre foi um rito de passagem que impõe aos envolvidos uma série de obrigações, detalhe muito importante na interpretação que se pode fazer dele em nossa cultura.

O noivo é considerado um estranho e o sentido que ele possui num relacionamento amoroso é quase sempre o de um forasteiro. Em Portugal pude notar que o processo de aceitação do noivo na família da noiva se dava por meio de inúmeros ritos expiatórios que tinham como finalidade puni-lo por retirar a noiva do meio dos seus. Em algumas aldeias portuguesas do século XIX havia, por exemplo, o ritual um onde o noivo era retirado de casa por rapazes da vila onde morava. Na ocasião ele era laçado por um coxo que muito provavelmente vivia como celibatário. Segundo Lages,

[...] antigamente o coxo avançava sozinho, ficando os demais rapazes escondidos a alguma distância. Estes só se juntavam ao manco depois de ele ter lançado a corda, em grande algazarra, quer para acompanhar o noivo e o coxo, quer para ajudar na luta, quando era caso disso (1983, p. 647).

Tradicionalmente, este cerimonial era cumprido apenas por ocasião do pedido da noiva em casamento, ou seja, quando já não houvesse dúvidas de que o enlace se faria.

Até a metade do século XX o “pagamento da cabrita” era um rito muito comum entre os portugueses. Ele consistia no pagamento do vinho no segundo ou terceiro domingo após o início do namoro.

Em Vila Cova-a-Coelheira quando um rapaz de fora do lugarejo casava na localidade, tinha de pagar o *carrolo*, o qual era constituído por vinho, pão, bacalhau e sardinhas. *Carrolo* referia-se, mais especificamente, a “três aguilhadas de pão [da altura do noivo, que lhe eram colocadas] uma de cada lado e a outra de trás. Na aguilhada eram, pois, enfiados bolos de trigo até atingirem a altura do rapaz” (LAGES, 1983, p. 649).

O mesmo era verificado em Pendilhe, próximo à Vila Nova de Paiva, onde o rapaz que vem de fora pagava vinho, cerveja, e o que os moradores do lugar lhe pediam.

Este processo de depauperamento simbólico é, além disso, visível num outro fato que igualmente confirma uma antiga tradição tourense:

Quando [os noivos] não queriam pagar, deitavam-nos a um poço de água, o poço das Grades, no cruzamento de dois rios. É um bocado fundo, aí com uns três metros. [...] há uns cem anos, amarravam-lhe duas cordas à cinta e depois metiam-no no poço e deixavam-no descer e, conforme ia chegando a água à boca, eles puxavam as cordas, um de cada lado; não deixavam afogar o homem (LAGES, 1983, p. 650)

Em Almofala, na província de Tarouca, era utilizada uma corda, tal como em Touro, sendo o *carrolo* feito com um arame da altura do noivo, cheio de trigo e bolos. Em Sendim, diz Teófilo Braga que, por ocasião do casamento exogâmico, se simulava a hostilidade entre as aldeias:

“quando um rapaz de fora da aldeia vai pedir uma moça para casar, *correm-no à pedrada*, e, ao casar, quando vêm da igreja, embaraçam o caminho por onde ele tem de passar, tendo necessidade de resgatar-se com algum dinheiro” (BRAGA, 1885, p. 244).

Do ponto de vista antropológico, a noção de indenização ou resgate presentes nestes ritos de passagem fazem notar que o costume de punir o noivo têm paralelo com as nossas *despedidas de solteiros*. Tais despedidas, em que não há, normalmente, componentes agonísticos, são constituídas por libações abundantes onde os noivos se deixam explorar pelos amigos pagando prendas ou aceitando trotes, tudo por que estão abrindo mão de sua companhia e da suposta liberdade que a antiga vida lhes oferecia.

As tramas da aliança

A escolha do/a parceiro/a diante do que se analisou em relação ao rito do noivado pode ser considerada uma condição *sine qua non* para exercício de um novo papel social. Tornar-se noivo é, pois, assumir este papel introduzindo uma nova máscara que lhe permite (e obriga) encenar um conjunto de práticas e comportamentos característicos de um novo personagem. O uso da aliança é como esta máscara, pois é com e por meio dela que, em sua nova performance, este sujeito enfrenta sua platéia: a sociedade.

Por ora vou considerar que o noivado é um fato social e obviamente histórico, em função de sua importância para a formação do vínculo conjugal na sociedade ocidental. Porém, como um conjunto articulado de ações e significados, o rito que nos leva ao casamento, segundo a versão católica, é incrementado pela institucionalização da aliança, que além de dar coerência semântica à natureza do casamento é a versão material de um vínculo simbólico. Por essa razão, a aliança ou anel de noivado⁵² é

⁵² Os egípcios, por volta de 2800 a.C., já usavam um anel para simbolizar o laço matrimonial. Para eles, um círculo, não tendo começo nem fim, representava a eternidade à qual a união se destinava. Cerca de 2 000 anos depois, os gregos descobriram o magnetismo, que acabou influenciando também nessa simbologia. Como eles acreditavam que o terceiro dedo da mão esquerda possuía uma veia que levava diretamente ao coração, passaram a usar nele um anel de ferro imantado, para que os corações dos amantes

considerada pelos participantes desta pesquisa um objeto indispensável no processo de oficialização do compromisso que os leva ao casamento. Por essa razão, o ritual que envolve sua escolha, compra e entrega exige algumas observações.

Em primeiro lugar, o que dá origem à intenção de trocar alianças é a situação sócio-econômica dos noivos e o tempo de namoro. Essa observação leva em conta o fato de que há – segundo afirmam as noivas – um momento certo e oportuno em que o pedido de noivado é coerente com a *situação*⁵³ do casal. Fora o noivado condicional, geralmente ocasionado por uma gravidez não planejada, o casal estabelece o momento ideal para noivar depois que alguns de seus objetivos pessoais são alcançados, o que envolve geralmente a idade, a aceitação seguida da cobrança por parte dos familiares, conquistas relacionadas aos estudos e, principalmente, a estabilidade financeira; entre os noivos que responderam ao Formulário de Pesquisa (Anexo 1) apresentou-se que o período em que dá-se início ao noivado ocorre quatro anos após o início do namoro. Após o noivado o casamento demora cerca de um ano para ocorrer (ver tabela abaixo).

Tabela 3: Tempo de namoro e de noivado antes do casamento

Nome ⁵⁴	Tempo de Namoro (anos)	Tempo de Noivado (anos)
Luiz & Renata	6,6	1,2
Victor	2,1	1,0
Rafael & Danielle	10,3	0,5
Ana & Erick	3,4	1,0
Samara	1,0	0,4
Bruna & Mychel	4,6	0,8
Jean & Maria	5,5	3,0
Glauce & João	1,0	1,4
Marcela & Marlos	2,9	2,5

permanecessem para sempre atraídos um pelo outro. O costume foi adotado pelos romanos e o Vaticano e introduziu o anel de noivado no ano 860, por decreto do papa Nicolau I (858-867), que o instituiu como uma afirmação pública obrigatória da intenção dos noivos. Esta tradição se manteve a partir século XVI, com o Concílio de Trento. Esse costume também se evidencia em outras culturas: no clássico estudo de Hertz sobre a polaridade religiosa, ele assinala que entre os Maoris o uso da aliança na mão esquerda possuía a finalidade de manter afastadas tentações e outras coisas más (HERTZ, 1980, p. 112).

⁵³ Não encontrei entre os noivos uma definição objetiva do que seria esta “situação”. Boa parte deles, sem distinção de gênero, relaciona este termo à situação financeira, outros a situação afetiva – intensidade do sentimento, qualidade do relacionamento – destacando sempre que o mais importante é não estarem brigando e se envolvendo em desentendimentos ocasionados por traição ou mentiras. O carinho e atenção dedicados ao/a parceiro/a são sempre o “termômetro” – nas palavras de uma noiva – dessa *situação do casal*.

⁵⁴ Como demonstrarei à frente muitos dos noivos não preencheram o formulário utilizado nesta pesquisa. Outros responderam, mas não me devolveram. Na tabela em questão encontram-se os dados referentes aos casais ou noivos que, individualmente, forneceram dados para a pesquisa. Ou seja, quando aparecem os nomes do casal é porque ambos preencheram o formulário. Caso contrário, quando aparece apenas um dos nomes, seja masculino ou feminino, é porque somente um dos parceiros devolveu o formulário preenchido.

Ricardo & Michela	2,6	0,2
Fábio	7,0	1,0
Odilon & Greice	0,4	0,6
Média	4,0	1,1

Fonte: Formulário

Constatei que a origem do pedido de noivado dá-se quando a parceira questiona as intenções do parceiro e os seus objetivos em relação ao futuro do casal. Esta afirmação leva em conta o fato de que as noivas declaram haver um “tempo de vida útil” do namoro, algo como “validade” (outro termo utilizado pelos casais) do relacionamento e que, portanto, exige do mesmo uma superação de fase, como se fosse uma *etapa* num processo ritual (o que não deixa de ser, de fato).

Até o casamento é possível afirmar didaticamente que as fases do relacionamento entre duas pessoas que desejam casar se subdividem em três: 1. flerte/ficar, onde ocorrem os primeiros contatos e um período de avaliação/reconhecimento do(a) parceiro(a)⁵⁵; 2. namoro, em que pode ou não haver o pedido de namoro seguido de um longo processo de convívio e aproximação sócio-afetiva; e 3. noivado.

O namoro é a mais longa das três fases e é nele que se define o tipo de cônjuge ideal (ou cônjuge preferencial), portanto é a partir dele que se origina o noivado. Segundo Azevedo (1986) o namoro pode ser considerado como a manifestação inicial da tendência biológica à formação de pares por atração sexual, que se desenvolve no homem a partir das mudanças orgânicas da adolescência e da puberdade⁵⁶. A tomada de consciência acerca das diferenças físicas e de personalidade entre as pessoas de um e outro sexo ocasionariam, por essa razão, as primeiras tentativas de sedução e de estimulação afetiva recíprocas.

Contudo, como havia afirmado, essa é uma divisão meramente didática, posto haver uma sobreposição entre o namoro e o noivado, que pode ser denominada como *fase de compromisso*. É nessa fase que o anel de noivado surge como tema central do relacionamento.

⁵⁵ Ficar é, segundo Heilborn (2006), é uma forma de não-compromisso codificado e agregado à classificação das formas de engajamento das pessoas no aprendizado da sexualidade, que começa a ser instituída no final dos anos de 1980. Para Lago (2002) seria a menor forma possível de relacionamento amoroso entre duas pessoas.

⁵⁶ O padrão “moderno” de namoro tal como o conhecemos hoje – o contato íntimo e, bem mais recentemente, a paquera e o “fica” – acentuou-se com a crise nos costumes instalada depois da Segunda Guerra Mundial e com a divulgação ocasionada pelo rádio, cinema, por viagens, pelo contato com outros povos e costumes, pelo modo de vida urbano mundial (ver LEVY, 2009, p. 122).

Na fase de compromisso, embora seja a mulher quem dá início à discussão sobre os “objetivos” do relacionamento – entenda-se futuro da relação –, é o homem quem deve assumir o papel de pedir a namorada em noivado. Neste sentido a fase que estou denominando como compromisso é entendida pelos noivos como um momento de noivado extra-oficial em que os noivos dão início ao processo de constituição do noivado que se concretizará com a troca de alianças. A fase de compromisso não deve ser confundida com a já difundida *troca de anéis de compromisso*, pois do ponto de vista dos freqüentadores do curso de noivos a relação estabelecida neste contexto faz parte do namoro.

A fase de compromisso pode significar um drama, sobretudo na vida dos homens. São eles que assumem as responsabilidades do noivado. Por esta razão devem cumprir com uma série de protocolos às vezes dialogados com a mulher, mas na maioria das vezes instituídos pelo costume, como comprar a aliança e/ou convidar as famílias de ambos para fazer o anúncio do noivado – quando o mesmo ocorre, pois muitas das vezes o pedido é feito privativamente, em celebrações de datas que marcam o relacionamento (aniversário de namoro, aniversário da mãe de algum dos namorados, casamentos de familiares, etc.).

Tudo começa com a escolha do anel. Ele deve ser metálico e, se possível, de ouro ou um tipo que atualmente vem sendo muito indicado pelas vendedoras de joalheira, o ouro branco (obviamente mais caro). Alguns casais afirmam ter usado anéis de prata ou de outros materiais, mas a grande maioria as mulheres prefere usar uma aliança de ouro. É desejável que o mesmo possua as características da aliança que será utilizada na cerimônia de casamento, uma vez que essa deve ser a finalidade da troca de alianças no noivado: servir de fase preliminar para a troca de alianças no rito matrimonial.

Escolher o material que compõe a aliança, contudo, é apenas um dos detalhes neste processo que pode durar dias ou meses. É necessário ainda saber a circunferência dos dedos anelares de ambas as mãos dos noivos, o peso e formato do anel, que varia em gramas e espessura, podendo o mesmo ser quadrado, curvo, enfeitado ou simples, além, é claro, o seu preço. Certamente dentre essas três variáveis a mais fácil de ser resolvida é a circunferência do dedo anelar. (Eu particularmente nunca havia parado para pensar que o meu dedo tinha um modelo de circunferência determinada.)

O peso do anel compromete o formato do mesmo e, conseqüentemente, seu tempo de vida útil, uma vez que quanto mais leve o mesmo for menos resistente ele será

a choques e eventuais deformidades. Porém, o seu peso também determina o formato e o preço. Atualmente existem diversos formatos de aliança, desde as que possuem brilhantes até as compostas, na qual várias alianças são entrelaçadas ou sobrepostas. Contudo, a *tradicional* segue sendo a mais utilizada entre os noivos. Esse tipo de aliança não recebe preenchimento de nenhum tipo de brilhante e se destaca pela simplicidade e elegância. Ela também é a mais barata.

Outro detalhe fundamental no processo de escolha e compra e que não pode ser esquecido, sob risco de profundas críticas por parte da noiva, é a inscrição dos nomes do casal na parte interior da aliança. Isso se faz em razão do significado que o nome possui na troca das mesmas. Ocorre que o nome do homem é gravado na parte interior da aliança que será entregue a mulher e o nome desta é gravado na parte interna da aliança que será entregue ao homem.

Para uma de minhas entrevistadas a aliança tem um significado especial. Glayce considera que as características da aliança – sua forma e peso – indicam a condição de classe do noivo, seu prestígio e a posse de recursos financeiros, que, segundo uma manifestação contígua, se estendem à noiva, ora reafirmando sua posição de classe, ora redefinindo-a em sua nova condição.

A reafirmação de uma posição de classe, objetivamente, se configura no uso de alianças boleadas grossas, de ouro (ou ouro branco) com brilhantes, vistas como mais discretas e elegantes pela família de ambos os noivos. A redefinição de uma nova posição de classe é, para Glayce, o que geralmente se chama “trampolim” ou “alpinismo social” obtido com um *bom casamento*, onde, habitualmente, se atribui às mulheres mais jovens, com baixo poder aquisitivo e dotadas de um corpo atraente e poucos escrúpulos, um interesse em homens com padrão de vida e renda financeira elevadas. Para esta entrevistada as mulheres que apresentam esse perfil são também conhecidas como “pistoleiras”⁵⁷.

⁵⁷ Infelizmente não obtive sucesso em minha pesquisa sobre o significado do termo “pistoleira”, mas noto, a partir da larga experiência com discussões envolvendo este personagem, que a pistolagem para os homens é um serviço ainda largamente solicitado por comerciantes, fazendeiros e políticos em cidades do interior do Pará, como Castanhal, Capanema, Redenção, Marabá e São Geraldo do Araguaia, por exemplo. Entre as mulheres, este não é um serviço muito comum, ou raro de acontecer, embora conheça – ouvindo de minhas gerações passadas – um serviço prestado por minha avó paterna, na metade do século passado, a sua parentela. Na ocasião havia um grande conflito agrário envolvendo a família Luna e os Saraiva na região do Cariri, interior do Ceará. Mas diferentemente de Tanticco (personagem quase mitológico de mortes por encomenda e vingança em nossos contos familiares – embora o tenha conhecido na minha infância), minha avó teve de fugir daquela região e veio habitar o Pará, constituindo a família da qual me originei e que ainda hoje teme uma retaliação pelo acontecido. Obviamente que o termo

Essa explicação minuciosa e técnica reflete apenas uma pequena parte da complexidade da situação que envolve o pedido de noivado. A parte emocional que se refere à experiência do homem é muitas vezes deixada de lado, em função do mesmo se tornar um coadjuvante no período que antecede o ritual matrimonial. As considerações a seguir nos ajudam a conhecer melhor alguns aspectos fundamentais relativos a este sujeito, muitas vezes oculto e periférico na história do casamento ocidental⁵⁸. Para tanto, analiso dois aspectos muito particulares aos noivos no contexto do noivado.

O primeiro diz respeito à relutância em fazer o pedido do noivado. Durante a pesquisa de campo junto ao curso de noivos (entre março e junho de 2009) estava me preparando para o dia do meu noivado, o qual foi organizado pela família de minha noiva, que apesar de conhecer não tinha intimidade. Para fazer o *anúncio do noivado* tive de me deslocar para a cidade de Teresina, no Piauí, onde a família dela reside. Quando discuti com ela sobre isto pela primeira vez, cerca de seis ou cinco meses antes do anúncio, me comprometi em comprar a aliança e fazer o pedido sem demonstrar medo ou renúncia em minhas intenções. Mas à medida que o tempo passava um certo caos mental se produzia em minha cabeça, pelo simples fato de eu estar diante de uma situação paradoxal em minha vida, pois além de encarar uma comunidade estranha, eu estaria indo de encontro a valores e padrões largamente criticados por meus pares, familiares ou não.

Bem, à primeira vista parecia medo mesmo. Quando da chegada em Teresina e da minha ida para o hotel (como namorado eu ainda não podia habitar entre eles, embora, quando retornasse novamente meses depois, como noivo, houvesse um quarto reservado para mim) o que conseguia ver e sentir, ou melhor, descrever emocionalmente, era a sensação de um profundo desconforto com relação às imagens/representações da situação em que estaria envolvido minutos depois. Era um “território alheio” (e de alguma forma *inimigo*).

É neste momento, que, por mais que não se tente pensar na ocasião, ou nas inúmeras possibilidades de fala e gestos, sucumbimos à emoção da responsabilidade conjugal. E é possível que isto seja reflexo de um inculcamento cultural engendrado pelo universo masculinizado e masculinizante de nossa sociedade, e mais

“pistoleira” atribuído às mulheres por minha entrevistada, no contexto deste trabalho, difere, portanto, do serviço prestado por homens visando o assassinato de desafetos políticos ou comerciais.

⁵⁸ Estou me referindo a ausência de estudos sobre o comportamento e conjunto de sentimentalidades envolvendo os noivos, coadjuvantes numa instituição que literária e historicamente privilegia a performance e o universo feminino.

particularmente de meus parentes, onde a vida conjugal é interpretada como renúncia à liberdade e às satisfações individuais.

Já o segundo aspecto se refere ao preço que se deve pagar por uma aliança de noivado ou casamento – no caso de quem vai usar a de noivado para celebrar o matrimônio. A princípio é sugerido pensar que isso significa uma visão parcial, insensível e materialista, muito pertinente a quem, habitualmente, considera o gênero masculino a partir deste ponto vista. Mas o fato de se estar diante de uma aliança coloca em questão o seu coeficiente de mensurabilidade simbólica, haja vista que sua mensurabilidade econômica é objetiva e monetariamente definida. Ora, sabe-se que o preço de uma aliança varia de joalheria para outra, mas como definir seu valor emocional diante das perspectivas afetivas da parceira, sua personalidade e seus desejos? Nisto encontramos uma função algébrica que tem como variáveis o seu coeficiente simbólico (valor de uso), o preço efetivo (valor de troca) e o significado atribuído ao casamento e a quem irá usar a aliança. Será então que a aliança é um objeto? Talvez para um homem (e eu não advogo em nome de todos, mas apenas em relação ao que os noivos me dizem) ela recupere os valores emocionais constrangidos pelo exercício da masculinidade, que inibem uma reflexão sobre os gostos e sentimentos femininos.

Quando noivei – e é disto que vou tratar agora – pude perceber que, apesar de objeto, a aliança carrega um peso muito maior do que os seus dez ou doze gramas. Ela implica numa avaliação permanente de nossas trajetórias. É também um índice do conflito que o ritual encerra.

Por ser um rito de passagem, o noivado se caracteriza pela ambigüidade: não se é namorado/a, mas ao mesmo tempo não se é esposo/a. Para o mercado matrimonial estar noivo é sair de circulação (embora na avaliação de um considerável público isso predisponha o noivo ou a noiva a um outro tipo de relação: o desafio, que na concepção e certas pessoas está em romper o obstáculo que a aliança impõe). Desse modo, a experiência pré-conjugal é uma antítese que confirma a regra: casar se torna uma prisão – de si próprio às convenções sociais.

Disto resulta pensar que a aliança também pode ser considerada uma algema, no sentido de inserir os noivos num novo conjunto de valores e comportamentos, impedindo-os de agir conforme o padrão corrente anterior ao noivado: freqüentar espaços públicos desacompanhados da parceira, como festas, boates, shows, etc., andar em companhia de parceiros do sexo oposto, isoladamente ou em grupo, sem o

consentimento da noiva, e desde que faça parte do círculo de amigos, familiar e profissional de ambos. Entre os noivos é muito comum e convicta a interpretação de que usar a aliança, no caso dos homens, indica sua posse e controle por parte da parceira. “Virou canoa”, “agora tá usando um bambolê de otário”, “tá amarrado”, “tá na coleira”, “ei teleguiado”, “*game over* pra ti” são expressões que ilustram o universo dos noivos após o noivado.

No caso feminino, apesar de semelhante conotação, há um prestígio deliberadamente maior pelo seu uso, indicando ser um artefato que eleva suas qualidades pessoais e valores morais.



Figura 1. Modelo de camiseta com referência ao casamento.

Em geral muitos noivados se tornam permanentes e, de ritos, se transformam em regras. Assim como o namoro, o noivado requer um conjunto articulado de ações que dependem invariavelmente de um acordo mútuo. Quem namora ou noiva, de um ponto de vista moral, depende de um pedido, feito sob as mais variadas formas, as quais vão desde um bilhete até a apresentação junto à família.

Disto resulta pensar que, para os noivos e noivas, o anel de noivado traduz um papel e status social assumidos perante a sociedade, pois, ao mesmo tempo, denuncia

uma escolha pessoal, dirigida a um indivíduo socialmente determinado, assim como a um conjunto de comportamentos e atitudes característicos de um *ethos* particular: o do indivíduo comprometido com a união conjugal e suas representações. Significa dizer que o uso de uma aliança indica a posição do indivíduo na sociedade e em que etapa de seu itinerário social/ritual ele está localizado.

Essa interpretação encontra fundamento nas conclusões depreendidas pelos noivos (homens) sobre a interferência de seu novo status diante dos amigos e parentes. Sobre grande parcela dos noivos recai uma crítica (vagamente disfarçada de conselho) na qual eles devem “tomar cuidado com essa escolha”. Como se pode notar, a crítica sobre a *escolha* não se dirige à noiva, mas ao compromisso. Parte dos noivos que possui entre 25 e 30 anos afirmam convictamente serem alvos de constantes repreensões dos amigos mais próximos e parentes que já passaram pelo que consideram ser o “constrangimento de uma péssima escolha”, onde a causa de seus infortúnios foi ter “pouca experiência” no casamento, ou seja, serem jovens demais na época em que se casaram.

Em relação às noivas, o sentido atribuído à escolha é passivo, no sentido de que elas é que se sentem alvo de uma escolha para o casamento. A tabela abaixo, por exemplo, indica o número e o percentual de vezes em que o homem tomou a iniciativa de pedir em casamento a parceira.

Tabela 4: Iniciativa de pedir em casamento. Percentual por sexo.

Nome	Iniciativa
Luiz & Renata	HOMEM
Victor	HOMEM
Rafael & Danielle	MULHER
Ana & Érick	HOMEM
Samara	HOMEM
Bruna & Mychel	HOMEM
Jean & Maria	HOMEM
Gláycy & João	HOMEM
Marcela & Marlos	HOMEM
Ricardo & Michela	MULHER
Fábio	MULHER
Odilon & Greice	MULHER
Total	Homem: 65%; Mulher 35%

Fonte: Formulário

Como se vê, em 65% dos casos os noivos relatam que o pedido de casamento foi uma iniciativa do parceiro masculino. Isto reflete uma concepção corrente de que é o homem que deve assumir o compromisso de pedir a mulher em noivado.

Em alguns casos, como o de Bruna e Mychel, a noiva produz uma série de situações na qual ela sujeita o namorado a fazer o pedido. No caso desta, em particular, foi adotada a seguinte estratégia:

No início de outubro de 2008 o casal começou a falar da aliança, iniciando sua busca pela internet. Mostraram a mãe da noiva e contentes com sua aprovação decidiram ir ao Shopping comprar. Foi aí que o noivo, segundo a noiva, “refugou sabe, como aqueles cavalos da Olimpíada. Eu fiquei chateada e decidi me vingar. Convidei ele para ir ao Shopping, passear. Havia juntado um dinheiro, o suficiente para pagar parte da aliança. Passávamos pela Vivara quando eu lhe mostrei uma aliança na vitrine. Ele sorriu e gostou. Mesmo constrangido convidei-o a entrar. Eu já tinha conversado com a vendedora, pedido o desconto. Levei [ele] só mesmo para comprar. [...] Ele disse que estava sem dinheiro. Eu abri minha bolsa e tirei oitocentos reais. Ele ficou assustado. Não tinha como escapar. Quanto fomos sacar dinheiro no caixa [eletrônico] vi que ele estava com saldo no cartão de crédito. Disse que pagava a metade e ele parcelaria o resto no cartão. Falava séria e irredutível. A vendedora me chamou no canto e disse ‘tem que botar coleira mesmo’. [...] A gente trocou aliança ali mesmo, com champanhe, pedido, e tudo. Foi muito legal.” (Fonte: Diário de Campo).

Foi interessante notar na declaração de Bruna o prazer e a satisfação em “receber”, mesmo que compulsoriamente, o pedido de casamento. Mychel, muito pelo contrário, esclareceu estar em dúvida, não com o casamento, mas com o fato de haver a possibilidade de o relacionamento ser prejudicado por ele, médico, ter que se deslocar da capital, Belém, para Salinópolis, onde é servidor público concursado. Quando lhe perguntei sobre a possibilidade de levar sua noiva para morar com ele, Mychel afirmou sentir dificuldades em convencê-la de tomar tal atitude, uma vez que em Belém Ana também é funcionária pública concursada. Na ocasião a noiva se manifestou e foi enfática ao se recusar a largar o seu emprego para morar com Mychel naquela cidade, e admitiu suportar a dor da solidão e a carência provocada pelo afastamento (que já ocorre atualmente) se isto significasse a estabilidade financeira do casal e a manutenção de seu padrão de vida.

Meu caso difere apenas em termos de procedimento, por que a trama é semelhante e quase da mesma espécie. (Não fosse eu ter comprado haveria ela de tê-lo feito).

Eu e minha noiva demoramos cerca de seis meses entre o pedido e a compra do anel. A princípio pesquisamos em joalherias do antigo shopping Iguatemi (hoje Pátio

Belém), mas os preços estavam muito distantes da nossa realidade econômica. Custavam entre de R\$ 1.500 a R\$ 3.000.

Não satisfeito com o preço dos anéis existentes em Belém, procurei ajuda de minha família em Castanhal. Enquanto isso, minha noiva procurava por anéis mais baratos na Internet (o que logo ficou fora de cogitação em razão da desconfiança que possuíamos em torno do procedimento de compra pelos meios virtuais, e também por que queríamos seguir um modelo mais tradicional).

Como se vê, não tomei necessariamente a iniciativa de pedi-la em casamento . Houve uma negociação. Minha proposta era que haveríamos de noivar caso eu passasse em um concurso público, e só casaríamos quando ela o conseguisse. Eis que surgem as estratégias. Acabava de me graduar em Ciências Sociais e havia sido aprovado em vários concursos, todos na minha área e de acordo com o meu nível de formação. Como minha noiva estava por se formar (faltava cerca de seis meses) ela resolveu fazer um concurso para área técnica e no nível médio, embora estivesse perto de se tornar bacharel em direito, e com isso, houvesse a possibilidade de realizar concurso para o nível superior. Promessa é promessa. Na mesma semana em que fui convocado para a posse em meu cargo ela também o foi, logo o pedido de noivado foi feito assim como a definição do período em que deveríamos casar.

A questão é: embora minha proposta fosse interessante para ambos a minha ingenuidade no assunto levou-a a tomar uma decisão clara e consistente com os seus objetivos, pois, ao contrário de mim, ela não se obrigou a passar num concurso em sua área e compatível com seu nível de instrução. Ora, estávamos a falar de casamento e ela queria casar.

Sem ter tido a oportunidade de pensar no assunto, em vista de nos surpreendermos com a velocidade com que os fatos ocorriam, fui ao encontro de minha tia paterna, que num primeiro momento me questionou resolutamente se isso era o que eu desejava. Após afirmar convictamente que sim, ela me orientou que eu procurasse seu filho (meu primo), dado que ele havia recentemente casado e comprado aliança por encomenda. Seguindo seu conselho, o procurei e ele resolveu me indicar a uma tia paterna de sua esposa, que me ofereceu, anéis muito bonitos, a preços acessíveis. Infelizmente minha noiva não gostou da idéia, alegando estar convencida de que comprar anel por encomenda não garantia a qualidade do material. Dei ouvidos a ela e desisti da compra que, aliás, já havia sido confirmada, faltava só efetivar o pagamento.

Foi quando tivemos a idéia de visitar o Pólo Joalheiro de Belém, antigo presídio hoje reformado e conhecido como São José Liberto⁵⁹. É neste espaço que são produzidas e comercializadas as principais peças de ouro e brilhantes da região. É um espaço que foi adaptado para este fim após longos anos de uso para a detenção de presos. Como nunca havia entrado ali, tive a sensação de que o local sinalizava uma escolha muito especial.

No dia em que chegamos, fomos recebidos pela vendedora que nos ofereceu variados tipos de anéis, de diferentes espécies e preços. Todavia, nos encantamos por um par de alianças de ouro 18’ que brilhava como nossos olhos deslumbrados. Fizemos a encomenda e tivemos de esperar uma semana para recolher os mesmos. Uma semana depois, numa tarde típica de Belém, onde após uma breve chuva desponta no céu um sol avermelhado borrando o céu cinza, fomos ao Pólo Joalheiro. Tendo em nossas mãos aquelas belas e brilhantes alianças, nos deparamos com uma dimensão atemporal de nossos sonhos e desejos. No ímpeto de trocá-las evitamos olhar para nossas mãos, que ao se tocarem buscavam o encaixe perfeito. Não só inesquecível como decodificador de um sentimento único foi toda aquela situação. Não havia palavras, tão menos explicações para o que eu sentia. Não derramamos as lágrimas que supúnhamos fossem necessárias. Dali seguimos para um restaurante e prometemos usá-las oficialmente apenas na presença de seus pais, os quais eu ia visitar em Teresina, Piauí, cerca de 15 dias depois.

E foi o que ocorreu. Após ser recepcionado e acomodado num hotel, tomei um banho, troquei de roupas (não tive tempo para fazer a barba) e fui à sua casa, onde estive na presença de seus familiares. Além dos pais e seus dois irmãos, estavam na casa as duas namoradas dos seus irmãos, que especulando sobre minha presença e que, após ter tido a oportunidade de conhecê-las, revelaram imaginar que eu faria o pedido de noivado naquela ocasião.

O pedido foi feito após uma breve exposição dos motivos que nos levaram a tomar aquela decisão, mostrando que tudo havia sido planejado. Com uma caixinha vermelha, onde as alianças estavam guardadas, olhei para sua mãe e seu pai proferindo as seguintes palavras: “... portanto eu gostaria de oferecer-lhes estas alianças como

⁵⁹ Posteriormente à qualificação do projeto que deu origem a esta dissertação, meus colegas de curso, num tom jocoso e irônico, chamaram a atenção para a *coincidência* de eu ter comprado minha aliança de casamento num presídio. Num estalar de espanto notei que aquela brincadeira indicava um dado interessante: as pessoas consideram bastante íntima a idéia de casamento com prisão, cadeia, ou qualquer vocábulo que os remeta a interpretação de que uma aliança matrimonial em nossa sociedade reflete a perda de uma suposta liberdade, “característica” da vida de solteiro.

prova de meu respeito e satisfação em fazer desta moça minha futura esposa; espero que aceitem meu pedido e acreditem em minhas palavras...”

Fomos tomados por uma sensação implacável, onde a alegria que transbordava em nossos corações tinha a mesma vazão das lágrimas derramadas pelos olhos dos que estavam presentes. Ainda não havíamos chorado, mas aquele dia não estava para lágrimas, mas sim para os muitos abraços que recebemos, todos indicando que eu fora aceito, muito embora o irmão mais velho de minha noiva tenha advertido para que eu cuidasse *direito* de sua irmã.

No curso de noivos: um sacrifício

Dizer que abandonamos hábitos intelectuais é uma declaração fácil, mas como cumpri-la? Ai está, para um racionalista, um pequeno drama diário, uma espécie de desdobramento do pensamento que por mais parcial que seja seu objeto — uma simples imagem — não deixa de ter uma grande repercussão psíquica (BACHELARD, 1978, p. 184).

Meu noivado serviu-me de referência para elaborar o roteiro de minhas entrevistas juntos aos noivos do curso de noivos. Mas, diferentemente do que eu esperava, entrevistá-los não foi algo tão fácil.

Noivar é algo muito especial e faz parte da intimidade de um casal, mas o noivado, como um ritual, é um tanto quanto complexo, já que envolve renúncias, escolhas e compromisso. Para os noivos do curso de noivos, em particular, é um ritual com profundo significado normativo e que, segundo minhas impressões, pareceu implicar profundo constrangimento social.

Por essa razão, sou levado a crer que o melhor modo de iniciar esta parte do capítulo é fazendo referência a Bachelard. Não que pretenda me aprofundar em sua discussão sobre a natureza fenomenológica do poema e suas repercussões imagéticas, mas porque discutir a relação entre ambas e o sensível, como recurso de análise à compreensão dos roteiros de escolha entre noivos, é emprestar da imaginação sua relação com nossas práticas.

Por práticas compreendo um sistema de ações no qual os agentes emprestam da racionalidade princípios para, através delas, produzir significados. Assim entendida, a prática corresponde ao que Bourdieu diz ser um espetáculo de significações no qual um observador

[...] que adota “um ponto de vista” sobre a ação e que, ao importar ao objeto os princípios de sua relação com o objeto, faz como se estivesse destinado somente ao conhecimento como se todas as interações com ele se reduzissem às trocas simbólicas. Esse ponto de vista é o que se adota a partir das posições elevadas da estrutura social de onde o mundo social se oferece como uma representação – no sentido da filosofia idealista, mas também da pintura e do teatro – e de onde as práticas não são senão papéis teatrais, execuções de partituras ou aplicações de planos (2009, p. 86).

Derivando de ações objetivamente subjetivadas cada uma de nossas práticas orienta, portanto, um papel de expressões correspondentes ao “ponto de vista” que adotamos no cenário social em que nos encontramos. Como observador das práticas de casamentos de outros noivos (afora o apreendido como noivo), minha posição, que naturalmente não é neutra, me indica que, ao analisar esse ritual, vejo-me forçado a compreendê-lo como algo fora de mim e, como não faço parte dele, excluído objetivamente de sua representação. Essa característica me fez perceber e sentir que estudar o ritual é percebê-lo, aos olhos dos noivos, como um sacrifício.

Minha tarefa diante deste quadro é então perceber como eu vejo o noivado do ponto de vista de sua ritualização e, ao mesmo tempo, como ele é incorporado ao meu senso prático, na medida em que este funcionou como dispositivo de ação para eu, sensível e objetivamente, pensar e fazer a minha pesquisa junto ao curso de noivos.

* * *

Minha pesquisa se deu no Centro Social de Nazaré, onde ocorre o curso de noivos promovido pela Pastoral Familiar da Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré, situada na Basílica Metropolitana de Belém. Vale ainda dizer que só tem permissão para casar em qualquer igreja católica de Belém quem participa de algum curso de noivos, oferecido em diferentes paróquias da cidade, como Santa Cruz (Marco), Nossa Senhora da Conceição Aparecida (Pedreira), São Pedro e São Paulo (Guamá), etc. O mesmo se realiza todos os meses – excluindo Julho, devido às férias-escolares, e Outubro, em razão do Círio – no primeiro final de semana, entre sexta-feira e domingo.

Dá-se início às 18h de sexta-feira e neste dia termina por volta das 22h. No sábado se inicia às 14h e finaliza às 18h. Já no domingo inicia às 8h e termina por volta das 12h. Como se vê, o curso possui horários variados em função, como dizem seus coordenadores, das atividades profissionais dos noivos. Essa justificativa leva em consideração o fato de que em Belém, uma cidade eminentemente comercial, o período de trabalho começa na segunda-feira e se estende até o sábado, com a diferença que nos “dias de semana” (de segunda a sexta) o horário de trabalho se inicia às 8h e termina às

18h, enquanto no sábado o trabalho se estende das 8h às 14h. No domingo, como de costume, a maioria da população não trabalha.

Minha participação consistiu em ficar sentado no canto da sala munido de um pequeno caderninho e uma caneta. Assim, procurava observar e anotar as coisas que mais me chamavam atenção, como as falas dos coordenadores do curso; reticência dos noivos em opinarem; a insatisfação masculina; a observância feminina; os ritos cerimoniais; a aparência do espaço, etc. Em toda reunião distribuo formulário para os noivos, seguido de uma pequena apresentação da proposta, assim como de seus objetivos.

Na sexta-feira a maioria dos noivos aparenta cansaço, mas é só no sábado que eu os observo cochilando. Há uma seqüência de atividades que eu não pude analisar, pois não havia conseguido participar da reunião de domingo. Sei, porém, que neste dia ocorre uma missa. A pesquisa de campo no domingo não ocorreu por que na primeira vez que fui ao curso ele estava sendo realizado apenas na sexta-feira e no sábado em função do dia das mães, que em Belém também é comemorado no segundo dia do mês de maio. Na segunda oportunidade evitei ir ao domingo por que me senti constrangido pela coordenação. A razão de meu constrangimento se deveu a alguns imponderáveis. Primeiro por que na semana em que o curso foi realizado só consegui participar da reunião de sábado, uma vez que trabalho na sexta-feira no período de realização da reunião. Outro detalhe foi que cheguei cerca de meia hora atrasado em razão da chuva, sobretudo por que eu era um dos poucos presentes que não tinha automóvel. Os coordenadores afirmaram terem se esquecido de mim (embora tivesse avisado que estaria lá), mas acredito que eles me lograram a oportunidade de fazer a apresentação da proposta de pesquisa e aplicação do formulário que utilizo para organizar meu banco de dados.

Minha primeira pesquisa de campo se deu em maio e nesta ocasião estava acompanhado de minha noiva. Na sala onde se reúnem os coordenadores da Pastoral Familiar fomos recepcionados pelo casal Arnaldo e Tânia que, gentilmente, nos aceitaram, indicando a sala onde ocorreria a reunião. Nos questionaram se iríamos noivar. Afirmamos que sim, mas que ainda não iríamos fazer o curso de noivo. Deram-nos crachás para participar do encontro. Vale dizer que para fazer o curso é necessário pagar uma *taxa de manutenção* de R\$ 25,00, por casal.

A reunião começa com as orações e preces iniciais. Deseja-se que seja realizado um bom curso e que todos os casais saiam cientes do compromisso que estão

firmando. A coordenação adota o regime de palestras, onde os seus membros discutem os mais variados temas, como convivência, religiosidade, sexualidade e o sentido jurídico-religioso do casamento. O primeiro casal de palestrantes a se apresentar é Fátima e Roque, cujos temas são: diálogo no casamento e o objetivo do curso de noivos. Em seguida discute-se o processo de encontro e decisão pelo casamento, debatido pelo casal Marcos e Izabel. A assistente social Josi palestra sobre a sexualidade do casal.

O que se percebe neste primeiro dia é que o curso é conduzido por casais que já possuem grande experiência em tratar de casamentos e que fazem parte da Pastoral Familiar. O objetivo de cada um é expor temas de relevância para o casal quando do casamento e das prováveis dificuldades que irão encontrar antes e durante o casamento. Relatam suas experiências e tentam discutir a importância da escolha que cada um está fazendo.

No segundo dia, sábado, o curso começa às 14h, com orações e preces iniciais, nas quais se pede a benção aos casais presentes no espaço, uma sala onde os mesmos sentam-se formando um semicírculo. À frente encontra-se uma mesa com a imagem do Cristo crucificado, um copo d'água e dois vasos com flores ornamentais vermelhas. O pano que reveste a mesa é uma renda branca. Há nos fundos da sala uma mesa onde os casais deixam alguns de seus objetos. Nós, eu minha noiva, por exemplo, deixamos nossa sombrinha, uma vez que para lá fomos de ônibus e estávamos sujeitos à chuva que desde cedo caía naquele dia.

Neste segundo dia fomos recepcionados pelos mesmos casais do dia anterior, que nos conduziram para a sala situada no terceiro andar do prédio. Percebi que nos dois dias do curso havia poucas pessoas circulando pelo local.

Dá-se início a reunião, novamente com uma palestra do casal Fátima e Roque, que abordam aspectos do seu relacionamento, afirmando estarem casados há dois anos e possuírem uma filha. Nesta segunda exposição o casal ressalta o contexto no qual eles se encontraram, como se conheceram e porque decidiram casar.

Roque estava indo a uma festa, a convite de três amigas, e acabou encontrando Fátima, com a qual perdeu o tempo conversando. Durante cerca de uma semana foram amigos e logo depois começaram a namorar. Ele é da cidade de Fortaleza e considera que a cultura diferente de ambos era uma demonstração de que os casais passam por uma grande dificuldade ao ficarem juntos: conviver com os tipos diferentes dos parceiros. Contudo, ele ressalta que isto “é fruto da criação que os noivos receberam”.

Logo em seguida os noivos foram apresentados a Zefa, mestre de cerimônias religiosas, que lhes demonstrou como deve ser organizada a cerimônia. Após sua palestra, em que fomos convidados a realizar alguns procedimentos cerimoniais (posição dos noivos em relação à igreja, posição e movimentação dos pais dos noivos em relação ao altar) começou um diálogo com um especialista em direito canônico sobre os aspectos jurídicos do casamento católico. Ele chamou atenção para todas as adversidades de um casamento quando não é observada a sua sacralidade. Mas o que mais me chamou atenção foi o fato de que, segundo a versão da igreja e de acordo com o que fora discutido anteriormente, quem realiza a cerimônia de casamento são os noivos e não a igreja. Na verdade o direito canônico postula que a Igreja apenas “derrama suas bênçãos”.

Após as palestras foi dado início à *Adoração ao Santíssimo*, um ritual que dura cerca de meia hora e é conduzida pelo diácono que, um pouco antes, havia palestrado sobre a importância do respeito às doutrinas do sacramento do casamento.

Após participar da reunião e no caminho para casa, percebi que o ritual teve um aspecto interessante, que foi o da acolhida que, ao mesmo tempo, me pareceu, de certa forma, desconfiada. Eles me questionavam com os olhares. Seguiam nossas ações (as minhas e as de minha noiva) e policiavam minhas palavras. Fui, a princípio, apresentado pelos coordenadores como “Fiscal do Curso” e disseram que estava ali como espião, com certeza para impor *respeito* à reunião e provocar medo nos noivos. Contudo, ao fim do primeiro dia de encontro, fui devidamente chamado e apresentado como pesquisador. Nesta ocasião me apresentei e divulguei os objetivos da pesquisa. Arnaldo ainda me confidenciou que no curso há um banco de dados com informações dos noivos que participaram dos últimos cursos, mas praticamente me exigiu que eu noivasse logo “pra não ficar enrolando a menina”.

Na primeira vez que fui à reunião havia levado 20 formulários para serem aplicados aos noivos, do quais só 13 me foram devolvidos e apenas 11 preenchidos, uma parcela muito significativa. Eu, aliás, não acreditava que haveria uma aceitação de todos, mas segundo alguns dos noivos eles achavam interessante o que eu estava fazendo. A assistente social que trata do tema da sexualidade achou interessante o fato de eu ser sociólogo e quis saber mais sobre a pesquisa, inclusive se disposto a prestar informações sobre o material do noivado existente na Cúria Metropolitana, local onde ficam guardados os documentos oficiais, como os Livros de Casamento.

Em minha segunda pesquisa de campo, como havia dito, cheguei atrasado em razão da chuva e não tive muito tempo para conversar com os coordenadores do curso.

Cheguei à sala quando Marcos e sua esposa estavam relatando sua história conjugal. Diferentemente da minha primeira participação na reunião, estava desacompanhado. Isolado em minha condição de ouvinte e sob suspeita, já que era o único “solteiro” dentre os presentes, passei a refletir sobre aquele *presente etnográfico*.

Os coordenadores do curso organizaram dois círculos e, pelo que pude ouvir, estavam tentando discutir com os noivos alguns aspectos da vida matrimonial. Por estarem falando todos ao mesmo tempo precisei aguçar minha habilidade auditiva.

Da branda conversa que havia no interior dos círculos uma me chamou atenção. Certo noivo perguntou sobre a função da Pastoral Familiar. A coordenadora do grupo respondeu que eles são *orientadores familiares*, ou seja, psicólogos religiosos de casamento.

Esse meu isolamento foi positivo. Pude observar a sala onde ocorre o curso. A mesma tem cerca de 50m² e é revestida de um assoalho plástico, do tipo que se usa na maioria das repartições públicas que conheço. É climatizada por um equipamento de ar-condicionado aparentemente antigo. As paredes laterais são brancas e relativamente sujas. Digo suja, por que a cerca de meio metro de altura do chão aparece uma marca acinzentada, provavelmente resultante do contato com a borda da mesa de madeira existente ali. Esta mesa é coberta por um pano amarelo cor de girassol. Sobre ela encontram-se copos de plástico e uma bandeja para servir os noivos com a água de uma garrafa térmica azul. É a mesma mesa em que os noivos guardam os objetos que trazem quando chegam ao encontro.

A entrada da sala se dá por uma porta lateral. Quando se entra e passa por ela é possível ver duas janelas que dão para a Basílica, o Instituto de Artes do Pará e um pequeno trecho da Praça Santuário. Há um quadro empoeirado de giz. Porém o que me chama mais atenção é que a mesa existente à frente serve de altar onde são colocados, como já disse, um crucifixo, um pequeno arranjo de flores e um castiçal contendo uma vela branca. Quando se está em reunião a vela fica apagada, mas toda vez que a mesma começa e termina a vela é acesa. Há também uma bíblia. Do ponto de vista dos coordenadores do curso isso significa a presença do espírito santo que abençoa aos cristãos que se reúnem em seu nome.

De onde estava sentado, podia ver que a porta se abria e fechava constantemente. Isso ocorre por que os coordenadores da pastoral vivem entrando e

saindo da sala; estão sempre preocupados em dizer quanto tempo falta para terminar algum tipo de atividade. Sempre às 16 horas os coordenadores dão uma pausa na reunião e convidam os noivos para lanche. Isso ocorre sempre na metade do horário de encontro e ao longo dos três dias. Infelizmente no dia em que cheguei atrasado não me convidaram para lanche e acabei ficando sozinho novamente na sala, ressentido.

Enquanto isso, aproveitava para conversar com os noivos ou mesmo os coordenadores. Naquela ocasião tive a oportunidade de trocar algumas idéias com a assistente social que aborda a sexualidade no curso. No seu entendimento é impossível haver o casamento sem compreender a sexualidade dos sujeitos.

Essas minhas primeiras observações me permitiram concluir que o curso de noivos oferecido pela Pastoral Familiar da Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré é uma estratégia da igreja católica em evangelizar os noivos, com a finalidade de fazer com que os mesmos façam parte das pastorais existentes na paróquia. Mas o curso também pode ser interpretado como um rito expiatório, onde os noivos compensam suas faltas para com os rituais católicos, sobretudo por sua ausência da igreja. Segundo se sabe – e esta é a visão dos coordenadores da Pastoral –, muitos dos noivos que participam do curso só freqüentarão a igreja durante a realização do curso e no dia do casamento. Dessa maneira, participar do curso é estar ciente de que ele é uma passagem a outro estágio da relação amorosa e com isso das suas implicações na vida individual dos noivos.

Capítulo 6

“A gente escolhe amar...”

Reminiscências

Há sempre um hiato interpretativo entre o *estar lá* do presente etnográfico e o *escrever aqui* da análise teórica. Convenciono chamar isso de reminiscência. É uma estratégia que uso para pensar o que penso e sinto quando reflito sobre o que fiz durante minhas visitas etnográficas, sejam ela *in loco* ou através de documentos. Às vezes, como quando pesquisei entre feirantes, durante a minha graduação, chego à conclusão de que o que penso é teoricamente válido para se ajustar a um conceito ou outro, dentre aqueles que apreendo em minhas leituras. Em outras ocasiões, como no caso dos perfis de casamento estudados em minha pesquisa de iniciação científica, e que deram origem ao projeto desta dissertação, se dá o contrário: é o conceito, enquanto ferramenta, que me orienta a pensar como devo agrupar o conjunto de variáveis com as quais me deparo para chegar a alguma conclusão. Mas no tocante às reflexões sobre a pesquisa junto aos noivos no curso de noivos, chego à conclusão de que tudo, para mim, foi profundamente dramático.

Considero que a minha obstinação em traduzir o que vi, ouvi e escrevi inscreve-se no panorama de uma pesquisa que envolve não só algo que está fora de mim, mas algo que eu procuro colocar para fora de minha experiência pessoal. Daí a impressão do sacrifício e da melancolia que era estar sentado em um banquinho à espreita, ainda mais quando profundas modificações em seu desenvolvimento abalaram minha convicção de que conseguiria cumprir a proposta original, qual seja, a) realizar estudo de casos em cursos de noivos e b) traçar o perfil dos critérios de seletividade marital (ver ALENCAR, 2009)]. Apesar de ser católico, sou profundamente crítico a essa posição de vigilância e constrangimento praticada pela igreja. Eu mesmo me sentia constrangido em ver todos aqueles casais receberem instruções sobre como ser e viver, quer a vida conjugal, quer a vida religiosa.

Uma situação bem especial que sempre orienta minha percepção sobre isso é quando, em meio à sua palestra sobre sexualidade, Josi instrui as noivas a utilizar um método anticonceptivo denominado Método Billing que, segundo ela, substitui com a mesma eficiência, os métodos mais convencionais como o preservativo e a pílula anticoncepcional. A idéia é de que fazer uso desse método não contraria a providência

divina, que ainda vê o sexo no matrimônio com finalidade reprodutiva. Apesar de surpresas e curiosas com este método, as noivas logo concluíram que o mesmo se tratava da famosa “tabelinha”. As mais desconfiadas – e talvez as mais bem informadas – olharam com repúdio para a palestrante, talvez imaginando que essa era uma versão mais light de seguir o catecismo cristão (Minto. Fui eu quem pensou assim).

Diante disso, busquei alternativas que me livrassem de meus impulsos objetivistas e que evitassem que, em razão desse constrangimento, eu transformasse o projeto em uma *camisa-de-força*. Penso ainda que, na condição de professor, cumprindo desde a época do início do curso de mestrado uma carga-horária de cinquenta horas semanais em diferentes esferas do serviço público, parte do que experimentei ao longo da pesquisa prejudicou minha rotina de análise e dedicação ao trabalho de campo. Por esta razão vi-me obrigado a realizar novos procedimentos de obtenção das informações, assim como adotar novas alternativas metodológicas que correspondessem coerentemente com minha proposta original.

Em primeiro lugar, a minha freqüência ao curso de noivos, fundamental para a manutenção de um vínculo com os seus organizadores, a formação de uma rede de contatos com os noivos e o estabelecimento de uma relação de confiança promissora, viu-se inviabilizada pela incompatibilidade de horários com minha jornada de trabalho.

Como afirmei antes, as reuniões do curso iniciam-se às 18 horas da primeira sexta-feira de cada mês (excetuando-se os meses de julho e outubro, respectivamente, em função das férias escolares e do Círio de Nazaré) com término às 22 horas, continuam no sábado, entre 14 e 19 horas e finalizam no domingo, de 8 às 12 horas.

Infelizmente, na sexta-feira à noite, na ocasião em que se dá início a reunião do curso, estava lecionando em uma escola pública de Castanhal, distante 74 km de Belém. E muito embora pudesse me fazer presente junto ao mesmo no sábado, convenci-me de que minha ausência no dia anterior não agradava à coordenação do curso, inviabilizando assim meu acesso aos noivos. Isto porque, como demonstrei, da última vez que faltei ao primeiro dia *não fui convidado nem para merendar*, assim como não me foi permitido esclarecer as razões de minha presença na reunião, a qual se confunde (caso não haja tal esclarecimento) com “delação”⁶⁰.

⁶⁰ Assim penso por que os coordenadores do curso utilizam minha presença para intimidar os noivos que conversam ou são pegos cochilando durante as palestras. Nas vezes em que me apresentei eles agiram de forma muito natural (cochilando), das outras vezes tratavam-me com certa reticência, pensando que eu e o meu diário éramos um tipo de *index* do curso.

Na intenção de impedir que isso viesse a prejudicar o andamento da pesquisa, procurei entrar em contato direto com os noivos, sem necessariamente participar da reunião. Ao seu término, quando pensava ser possível aproximar-me deles para conversar sobre o curso e o noivado, a pressa deles em ir embora do local e o (que suponho) receio em falar de algo tão *íntimo* eram tamanhos que, da última vez em que fiz isso, um dos noivos, prometendo preencher um dos formulários que distribuí tão logo encerro essa primeira parte da abordagem, desapareceu em meio ao estacionamento, me deixando sem a caneta para anotar as informações que colhia junto a outro casal. Na ocasião fui para casa com um registro ocular dos acontecimentos.

Dos formulários que entreguei nas três visitas que fiz ao curso de noivos, vinte e um foram preenchidos. Diante das informações obtidas com eles, poderia entrar em contato com os noivos, contudo apenas um casal dentre estes me cedeu entrevista, exatamente aquele que realizou a troca de alianças no antigo shopping Iguatemi. Uma entrevista com o casal é de fundamental importância para compreender a dinâmica da escolha durante o noivado. Infelizmente, segundo muitos dos noivos contatados posteriormente, realizar uma entrevista com ambos era difícil, em razão da rotina de trabalho dos mesmos.

Uma entrevista individual era relativamente mais fácil, por isso, após o contato, caso não fosse possível entrevistar o casal, perguntava se ele/a se disponibilizava para uma entrevista individual. Assim pude entrar em contato com os relatos de dois noivos. Gláycy foi uma delas e me dedicou pouco mais de vinte minutos. (É dela a expressão “pistoleira” discutida no capítulo anterior).

Por outro lado, parte do prejuízo de minha iniciativa investigatória se explica pelo fato dos noivos em processo de casamento encontrarem-se profunda e notavelmente envolvidos com o seu trabalho. As pessoas que me recusaram entrevista geralmente estavam trabalhando e, mesmo à noite, por volta das 6 ou 7 horas, diziam estar ocupadas com os preparativos do casamento. Numa de minhas ligações, um dos noivos disse estar disponível para a entrevista tão logo eu o encontrasse no Canecão em show do Jorge Aragão, provavelmente ironizando minha iniciativa, já que ele residia no Rio de Janeiro e iria casar com uma moça cuja família exigia o casamento em Belém⁶¹.

Refletindo sobre a metodologia etnográfica empregada durante as visitas ao curso de noivos da Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré descobri estar cada vez mais

⁶¹ Informação obtida durante a ligação via celular, com o noivo.

distante de meu objeto de pesquisa, que nada mais é do que a escolha amorosa com vistas ao casamento. As poucas vezes em que tive a oportunidade de aprofundar minha entrevista, os noivos não me revelavam o que eu desejava encontrar: os contextos em que se produzia o desejo de querer estar junto e que nos faz acreditar que a pessoa que se escolhe amar é quem se quer para uma vida conjugal.

As visitas ao curso tornaram-se cada vez mais angustiantes, menos produtivas e, com o passar dos meses, insuportáveis. Espero não constranger os seus organizadores, pessoas de minha mais alta estima, que abriram as portas da pastoral familiar para me receberem, mas, caso tenham a oportunidade e o interesse de lerem este trabalho até o final, advirto-lhes que foram horas dolorosas e de puro sacrifício.

Estar diante de um cerimonial repetitivo pode ser entediante, pelo menos para quem está fora dele e se compromete em vivenciá-lo por experimentação. Mas esse sentimento provavelmente não é algo isolado, exclusivamente meu. Talvez seja o que envolva subliminarmente o caráter de sua realização. “Se entedia, é sacrifício. Suportá-lo purifica a alma, deixando-nos em condições de casar”. Foi isso que pensei nas últimas semanas de campo, cerca de um ano antes de escrever essa dissertação. O mais interessante é que essa sensação, quase traumática, do ritual, ainda preenche minha memória, tornando-se campo para o que vou afirmar em seguida.

Contrariado pelas sensações provocadas pela minha trajetória diante do campo, isto é, visitas ao curso de noivos em busca dos relatos sobre o processo de escolha matrimonial, decidi entrar em contato com outros personagens, seguindo o conselho de meus amigos e professores, que além de perceberem minha angústia, viam-me insatisfeito com os resultados obtidos.

No Capítulo 3 descrevi que, não necessariamente fui em busca de personagens, digamos, de carne e osso. Segui a intuição de minha professora Angelica Motta-Maués, cuja experiência no campo literário me advertiu para a existência de crônicas, filmes, romances, histórias, enfim, *lentes* a cujo foco meus olhos precisavam se ajustar. Ao mesmo tempo minha orientadora havia me apresentado um texto, em papel reciclado e impresso fazia alguns dias, de um conto de Machado de Assis para o qual eu não tinha dado atenção, mas cujo teor orientou minha reflexão sobre a natureza do romance e sua influência no processo de escolha do cônjuge na modernidade.

Ao longo do tempo que me dediquei a ler obras que sempre considerei científicas, ou pelo menos mais importantes do que outras, essa era a primeira vez que tinha de suportar a idéia de me envolver com o que a rigor considerava útil, mas

incoerente com a proposta deste projeto, afinal estava lidando com um tema de natureza sociológica, versável segundo princípios metodológicos de âmbito eminentemente científico. O máximo que poderia fazer ou falar a respeito de uma crônica, de um texto romântico, de um poema, era elaborar uma epígrafe, fazer uma referência, mas sem nenhum compromisso em relacioná-la a uma discussão ou análise teórica mais profunda.

Mas eu não poderia pensar assim sem antes considerar que isto envolvia algumas deficiências em minha formação pessoal e acadêmica, que, aliás, foram limitadas pela indisponibilidade vocacional, financeira e familiar, umas e outras determinadas pelo nível de instrução e origem social de meus ascendentes. Infelizmente essa visão, que chega a chocar, é naturalizada e gera críticas em função da dualidade ciência/sensibilidade ou teoria/experiência, caras à produção de qualquer conhecimento, mas, sobretudo às que envolvem sentimentos e relações humanas. Contudo, é importante que se considere (ou que se reflita sobre) o psiquismo inerente à produção de uma pesquisa, e, neste sentido, à trajetória intelectual do pesquisador, cabendo a ambas, inseparavelmente, a produção de uma visão de mundo sobre o fazer saber.

Se eu desconsiderasse este aspecto estaria borrando a existência do intelectual enquanto indivíduo, cuja formação psíquica, afetiva, moral e ética não se coaduna, necessariamente, aos valores, tangíveis e intangíveis, proporcionados pela cultura intelectual e afetiva, supostamente universal, de uma comunidade. Ora, as leituras que fazemos não são as mesmas, nem se prestam aos mesmos fins. Ademais, a sensibilidade ou insensibilidade no ver, ouvir e sentir, não se configuram numa experiência ambígua em que o emocional e racional mutuamente se excluem. Pelo contrário, nossos saberes e conhecimentos encontram fundamento e sentido na intensa relação que há entre ambos.

Essa reflexão se originou quando percebi a distância entre o que me propunha fazer e o que se exigia de mim. Por essa razão decidi procurar meus amigos, colegas de trabalho, parentes, pessoas do meu próprio círculo pessoal interessadas em me ajudar a fazer a pesquisa. Estava (como sempre estive) interessado em encontrar evidências que denunciasses minhas descobertas teóricas, meus achados científicos, minha metodologia cética, mas agora deitando a pena sobre histórias de pessoas que me interessavam.

À época das visitas no curso ainda recorri a um dos noivos com quem consegui manter contato, mas contrariando minhas expectativas, ele demorou a me dar atenção. Quando me deu, não permitiu que eu gravasse e me pediu um tempo para pensar no que

deveria responder. Mandou um e-mail e conversou por celular durante alguns minutos. Era Alex, um piloto de avião, muito preocupado com o seu casamento e com a dúvida que o perturbava semanas antes de subir ao altar: “casar ou ser feliz?”⁶². Mas depois desisti. Chegar até os noivos por um método formal, querendo conhecê-los (e convencê-los) através de um formulário e dos seus discursos fragmentados, me impedia de avançar na pesquisa e de pensar o problema que eu havia criado.

Tais acontecimentos me levaram a uma revisão da metodologia inicial. Era necessário alterar os rumos da pesquisa. Isto não significa que os resultados apresentados até o presente momento com a minha participação no curso, as conversas ocasionais com os noivos durante e após a reunião, as entrevistas informais por telefone, desqualifiquem o projeto de pesquisa. Muito pelo contrário. Tudo isto foi altamente relevante para o desenvolvimento de minha análise acerca do caráter íntimo e pessoal que envolve o processo de escolha do parceiro conjugal.

O primeiro passo foi redirecionar o quadro de personagens que caracterizavam o discurso sobre o noivado. Originalmente, a idéia era entrar em contato com os noivos católicos através dos cursos preparatórios, numa tentativa ambiciosa de compreender a cosmologia ritual que envolve o noivado. Todavia, conforme descrito acima, tudo isso se tornou inviável. Foi então que elegi outros personagens, com os quais possuo um contato direto e que, não necessariamente, freqüentam ou freqüentaram um curso de noivos, embora assim se denominem e tenham cumprido com todos os rituais considerados necessários para a investida matrimonial.

Reflexões *com* noivos sobre trajetórias amorosas

Fabiane, Aline e Douglas fazem parte do meu círculo de relações. Eles estão casando ou casaram pela primeira vez, e relataram passar por um longo processo de conhecimento dos seus respectivos parceiros. Com a particularidade de Douglas ter casado recentemente e já ter se separado (seu casamento durou cerca de nove meses), todos indicam o noivado como parte do itinerário matrimonial em que estão ou estiveram envolvidos.

Numa perspectiva mais ampla e objetiva, esta mudança de orientação metodológica me permitiu ter contato com as dúvidas, incertezas e reordenações

⁶² Alex me pediu que não inserisse a entrevista neste trabalho, a qual respeito e asseguro sua confidencialidade.

afetivas de cada um dos meus interlocutores. No caso singular de Douglas pude compreender, por exemplo, como sua alegria e satisfação com o casamento tornaram-se, logo em seguida, angústia quando do término de sua relação. Isso favoreceu minha interpretação acerca de fatos e evidências que permaneciam obscuras quando da participação no curso de noivos, onde o que obtinha eram relatos dispersos e fragmentários, tanto da coordenação do curso quanto dos noivos.

Fabiane é bióloga. Ela me permitiu que a entrevistasse um mês antes de se afastar de mim⁶³. Foi bastante clara no que disse e objetiva no que lhe coube responder. Ao mesmo tempo foi sem dúvida quem me fez pensar (mas não cogitar) num estudo mais amplo sobre “como é difícil fazer perguntas sobre experiências amorosas para mulheres”.

Douglas é professor de Educação Física. Trabalhamos juntos e ele sempre se mostrou interessado na pesquisa, questionando, perguntando sobre o que estava estudando e o que a antropologia é, faz ou pesquisa. Talvez com ele essas dúvidas sobre o que a antropologia é, faz ou pesquisa, puderam ser testadas quando pensei em entrevistá-lo. Isto porque estava diante de um nó metodológico. Douglas não era mais noivo. Já havia casado há cerca de nove meses. Ora, como resolver a equação “processo de escolha” + “noivado” se tinha diante de mim a variável “casado”. Uma equação que não resistiu à curiosidade de testá-la.

Curiosamente, Douglas me proporcionou a melhor experiência de entrevista até então, pois me senti à vontade para perguntar sobre a trajetória dele e de sua noiva até o casamento, além de conseguir superar a dificuldade que há em questionar os noivos sobre sua trajetória amorosa antes do relacionamento com o/a atual parceiro/a.

Meses seguintes à nossa entrevista, contudo, Douglas me ofereceu suporte para mais algumas perguntas, afinal separou-se da esposa e contava com meu apoio para superar a difícil tarefa de repensar suas escolhas.

Em seguida conversei com Aline, também bióloga, mas com um perfil diferente de Fabiane. Não estava mais noiva, pois quando me cedeu a entrevista estava há quatro dias casada, e não rompeu relações comigo até a escrita deste trabalho⁶⁴.

⁶³ Mudanças na infra-estrutura da instituição e a incompatibilidade entre os horários provocaram nosso afastamento.

⁶⁴ Há a necessidade de se esclarecer um detalhe importante. Quando da revisão do texto após sua aprovação, uma das avaliadoras questionou (textualmente) o fato de eu e Aline não estarmos em lua-de-mel. Ocorreu que adiamos esse ritual para as férias escolares do início do ano de 2011, onde teríamos a oportunidade de acumular os 15 dias de recesso aos 8 de casamento, proporcionado pela “Licença Gala”,

Fabiane – Carência

A entrevista com Fabiane foi a minha primeira experiência com tempo e disponibilidade suficientes para discutir o tema enquanto processo e não apenas como referência para abordar aspectos teóricos sobre os quais deveria me basear para escrever o trabalho. Seguiu-se no ritmo de uma conversa.

A diferença de uma entrevista em tom de conversa com alguém *conhecido* para uma entrevista segundo um roteiro pré-definido, é poder adentrar aspectos mais íntimos e envolver o tema como se abraça um amigo ou aperta sua mão: sabendo da força necessária para *apertá-lo*. Não que isso signifique falta de objetividade, ou que a conversa se desvie para um bate-papo desprezioso. Pelo contrário. Sem a inconveniência de minha timidez e a desconfiança dos noivos sobre o que estou fazendo, vejo-me mais à vontade para abordar aspectos mais específicos como trajetória afetiva, ritual do noivado e as diversas variáveis que comportam o processo de conhecimento, afeto e escolha pelo parceiro.

Como já dito, Fabiane é bióloga e tem 29 anos. Nascida e criada no bairro do Jurunas, sentiu-se profundamente influenciada em sua formação afetivo-comportamental pelo intenso conflito entre os pais. Na ocasião da entrevista fazia poucos meses que eles, após 28 anos de casamento, haviam se separado. Ela reporta com profundo amargor e ressentimento este fato e demonstra como isso a abalou profundamente, sendo decisivo para a vida afetiva que seguiu.

[...] a relação deles nunca foi um exemplo, por que eles sempre brigaram. Era o tempo todo brigando. Era discutindo. Era uma falta de respeito. Eu sempre dizia assim “de dia a gente briga, a noite a gente se ama”⁶⁵. É por que eles amanheciam brigando, trocando ofensas. Então isso me marcou muito, por que eu dizia “ah! *Eu não vou casar nunca, por que se for pra casar e ter um relacionamento deste jeito eu prefiro ficar só*”.

Fabiane atribui à falta de experiência afetiva o fato de o casamento de seus pais não ter dado certo. Para ela, seus pais não tiveram tempo de se conhecer e, por isso, não experimentaram, em sua relação, a análise das possibilidades de um envolvimento conjugal, isto é, não planejaram se casar.

além dos 6 dias de folga obtidos com a dispensa devido nossa participação nas eleições majoritárias de 2010.

⁶⁵ O trecho ao qual Fabiane se remete é parte da música “Paz na Cama”, da dupla sertaneja Leandro e Leonardo, que fez grande sucesso no início da década de 1990. A mesma se refere a um eu poético masculino que pede à esposa para explicar, a quem lhe perguntar, que a razão de sua volta, após as inúmeras brigas, se deu razão deles se amarem e que, se durante o dia eles brigam, a noite selam a paz fazendo amor.

Eu atribuo o fato de não ter dado certo, apesar dos 28 anos juntos. Viveram momento bons. Mas o fato de eles não terem o namoro, prolongado, todas essas etapas, acho que isso influenciou no relacionamento deles depois de casados.

Ao mesmo tempo em que teve como referência a experiência afetiva de seus pais, Fabiane aponta que o convívio com a família de seu tio paterno a conscientizou de que “o relacionamento é muito relativo”, e varia conforme o grupo familiar envolvido. Em sua comparação entre os tipos de casamento ocorridos entre os seus pais e aquele desenvolvido por seu tio, ela faz uma clara distinção entre casamento planejado e aquele surgido de uma eventualidade, como a gravidez:

Tipo 1: casamento condicionado pela gravidez

Por exemplo, a minha mãe. Ela conheceu o meu pai. Ela tinha 20 anos. Veio do interior para estudar. Então o meu pai já era um homem bastante vivido apesar da idade. Ai ela acabou engravidando e acabou casando com ele.

Tipo 2: casamento planejado

Por exemplo, meu tio, irmão do meu pai, ele primeiro namorou durante uns anos, depois ele noivou, depois ele casou. Ai teve primeiro aqueles dois anos de casamento, pra depois virem os filhos. Hoje eles vivem superbem. Pra mim é um *exemplo de casal*. E como eles se tratam. Por exemplo, os filhos já estão adultos, então eles não vivem em função dos filhos. [...] Ai eu acho que assim que dá certo. Então eu vejo assim que o relacionamento é muito relativo. Não acho que eles representam meu referencial de casamento. Eu os admiro. Eu não fico pensando assim, “Nossa! Eu quero que o meu casamento seja igual ao do meu tio”. Eu sei que não vai ser igual. Pode ser igual, pode ser pior.

Ambos os tipos refletem para Fabiane possibilidades de experiências afetivo-amorosas correspondentes ao seu itinerário social que, ao mesmo tempo, se conjuga com um aprendizado pessoal medido, em contrariedade àquele vivido pelos pais, pelo seu nível de instrução. O que significa dizer que, apesar de ter tido contato com essas duas possibilidades de relacionamento, encontrou como referência um tipo de relacionamento que não era necessariamente aquele apreendido em casa com os pais. O que a aproxima muito de Lizzy, personagem de *Orgulho e Preconceito* que, carente de um referencial afetivo primário, ou seja, no interior de sua própria família – visto seus pais e os pais de Lizzy possuírem personalidades diferentes –, buscou fora do lar um sentido para o afeto conjugal.

Em nossas conversas sobre a vida e o cotidiano era muito comum ela relatar sua experiência familiar e o conjunto de valores que definiram sua personalidade: objetiva e fortemente baseada num espírito empírico, que no seu modo de ser se

expressa em atitudes como analisar cada gesto, expressão e palavra dos seus interlocutores. Essa era uma das razões que a diferenciavam de seus pais, que em algumas de suas versões tendiam à impulsividade e contrastavam com sua prudência e meticulosidade.

Contudo, embora defendesse a opinião de que não se sentia inclinada a querer viver uma experiência conjugal semelhante à do tio, a qual tendo a pensar que era o modelo no qual se espelhava, Fabiane sempre demonstrou em sua fala que o relacionamento desse mesmo tio sensibilizava-a quanto à idéia de querer casar, pois

[...] eles vivem como se fossem dois namorados. “Ah! Amanhã a gente vai pra Igarapé-Miri, aí outro final de semana a gente vai lá pra Mosqueiro”. Então eles vivem como se fossem namorados. E já tem uma certa idade, tem mais de 50 anos. E eles tem uma vitalidade muito grande. É como se fossem mesmo namorados. Ai uma vez conversando com meu tio, falei que admirava, e ele disse que “*pra ter um bom relacionamento é só pensar em fazer o outro feliz, por que o outro vai pensar em fazê-lo feliz. Não é querer criar atritos*”.

Embora discorde ou refute considerar tal idéia, fica a impressão de que o contraste entre o comportamento do tio e o de seus pais significou para Fabiane uma fonte de inspiração para ela pensar sobre se casar.

Fabiane relata que ao longo de sua trajetória amorosa teve poucos namorados, em parte devido à sua dedicação aos estudos, mas também pelo nível de sua elegibilidade, fato que a fez, na sua concepção, demorar para se dedicar a um relacionamento amoroso.

Eu era muito *criteriosa*. Sempre observava os defeitos, nunca as qualidades. Ai, por exemplo, quando eu entrei na faculdade, eu comecei a namorar um amigo meu. Só que eu via somente as coisas ruins dele. Ai, que eu criei uma barreira, nem suportava mais o menino. Nem queria que ele chegasse perto. Ai eu não conseguia.

Em parte isso pode ser explicado pelo grau de seletividade estabelecido por ela sob influência do seu nível de instrução, cujos efeitos se expressam, na maioria dos profissionais liberais com nível superior (e no caso dela, com mestrado) onde o parceiro ideal faz parte do círculo de relações profissionais ou encontra-se na mesma área de formação; assim como pela resistência a querer um compromisso, tendo em vista os possíveis traumas obtidos com a experiência afetivo-conjugal de seus pais. Em todo caso, ambos podem ou não determinar, de forma conjugada, o grau de exposição de Fabiane a um relacionamento duradouro. Como relatado acima, na ocasião de uma paquera, o desconforto com o rapaz se deu exatamente em razão de ela ver apenas os

defeitos do mesmo, criando assim uma barreira que, ao mesmo tempo, era uma forma de filtrar o caráter do tipo ideal de parceiro que ela gostaria para si, assim como afastar a possibilidade de uma entrega afetiva ainda no curso, e, talvez, a possibilidade de isso impedi-la de concretizar seus objetivos, tais como: se formar, obter emprego, renda e independência financeira.

No ano de 2006, após formada e já trabalhando, é que Fabiane engata um relacionamento mais duradouro.

Na época passei num concurso para professora substituta da disciplina [inaudível], e ele era um aluno. Então quando eu me interessei pelo Flávio, foi assim, eu tava chegando pra conhecer a turma, não conhecia nenhum aluno, e acabei o vendo, caminhando em direção à sala. E naquele momento logo, *eu me interessei*. É bem difícil ter esse interesse logo, olhar e me interessar pela pessoa, pelo menos da minha parte, é difícil. Então alguma coisa me chamou a atenção. E para minha surpresa, quando eu entrei na sala ele era meu aluno. Então houve uma empatia, logo desde o início. Era um aluno que sempre levava as coisas lá para o laboratório. Sempre quando terminava a aula ele levava o data-show, cpu. Mas a princípio ficou só nesse interesse meio que... *despretensioso*.

O fato de Fabiane se interessar por Flávio, atualmente seu noivo, empresta de minhas leituras de Jane Austen um sentido bastante psicologizado do ritual de encontro dos casais modernos. Enquanto Fabiane considerava ser o seu interesse *despretensioso*, as heroínas austenianas consideram que o interesses pelos seus parceiros é bastante objetivo, figurando num cenário de profunda seletividade conjugal. O que significa dizer que, em contrapartida com uma escolha para casar, mulheres como Fabiane agem despretensiosamente neste sentido. O interesse em nossa época nada mais é do que uma curiosidade sempre despretensiosa, ou pelo menos, na média, instaladora de um princípio de seletividade afetiva que reconhece índices de seletividade marital.

O interesse de Fabiane por Flávio, que à época ainda era visto por ela como um *aluno*, implicou numa mirada sobre a natureza do envolvimento que havia entre ambos. Para ela era algo desigual e profundamente constrangedor, haja vista estar ele numa posição desigual em relação a ela dentro da hierarquia educacional: professora – aluno.

É muito comum observarmos que este tipo de relacionamento (professor – aluno) provoca profundo constrangimento quando se trata de um envolvimento afetivo e, conseqüentemente, sexual. Em torno dele gira a mais profunda crise do modo de operacionalizar o sentimento. A escola, sendo uma instituição que opera o conhecimento como aparelho ideológico e índice que determina a relação entre professores e alunos, este transmitido/compartilhado do primeiro para o segundo, atribui

funções e significados à posição que cada um deles ocupa neste espaço. Considera-se, assim, que o professor encontra-se numa posição hierarquicamente *superior* e *ativa* no processo de educação, logo de agente dominante em relação à posição ocupada pelo aluno, geralmente considerado passivo neste processo. Julga-se, pois, que o conhecimento, aqui entendido como qualidades intelectuais de persuasão e convencimento, sendo fonte e expressão de poder, é um dispositivo de dominação que compromete a manifestação de sentimentos afetivo-sexuais entre ambos. Em face disso é moral e eticamente questionável, do ponto de vista social, uma relação que pressupõe o contato e a troca de carícias no ambiente da instituição em que ambos se encontram, ainda mais quando, associada com o nível de ensino (educação básica, ensino superior) e a diferença entre as faixas etárias dos agentes, repercute sobre ambos numa imagem de que um está se aproveitando da *ingenuidade* do outro (o que pode ocorrer numa via de mão-dupla, mas que geralmente transforma o professor em pedófilo).

Talvez assim tenha pensado Fabiane que, em vista do interesse e da conseqüente relação nascida entre ambos, comprometeu seu emprego, pedindo exoneração do cargo que ocupava, para poder levar a cabo seu relacionamento com Flávio. O fato ocorreu depois que ele a procurou para orientar seu trabalho de conclusão de curso.

Ele me procurou. Eu percebi que também havia um interesse dele. Foi ai que... em Abril de 2006, 1º de Abril, dia da mentira, nosso primeiro encontro. E ai tinha terminado o semestre [ENCONTRO PARA ORIENTAÇÃO] não! Encontro pessoal mesmo. Quando terminou o semestre nós trocamos e-mail e telefone. Ai ele me telefonou, marcou encontro, e ai foi que a gente começou a namorar. Daí então eu pedi a minha exoneração porque não tinha sentido voltar a ser professora, por que seu ia ser professora de uma outra disciplina. Da disciplina seguinte, de algas. Então eu seria professora da turma. Não tinha sentido ser professora e namorada. Ai eu pedi exoneração.

O fato de Fabiane pedir exoneração chama atenção por que cria uma dúvida: se ela fez isso então acreditava no relacionamento, ou como se diz, “ela estava afim mesmo de Flávio”. Mas como entender se isso é ou não prenúncio de que ela já pensava num relacionamento mais profundo, com vistas a algo duradouro, como noivado e, quem sabe um casamento. Algumas evidências deixam bem claro que a princípio ela não pensava em casar, mas que Flávio era um parceiro ideal a este fim.

Em primeiro lugar, Fabiane considera que o contraste entre Flávio e a média dos rapazes da sua idade fora um aspecto fundamental para o seu envolvimento afetivo. Ao contrário dos homens que conhecia, ele não era de “ficar falando de mulheres”.

Nunca gostei de homens que ficavam jogando gracinha, gracejo. Gostava daquele homem que era centrado.

Para ela esse era um aspecto fundamental: seriedade. O que repercutiu profundamente em sua própria história de vida, uma vez que a referência paterna demonstrou-lhe que homens que não são sérios, o que significa dizer, “bebem”, “procuram raparigas na rua”, “batem na mulher”, “falam palavrões”, “são mal educados”, “destratam os filhos”, não lhe chamam a atenção como possíveis parceiros.

Em segundo lugar, Flávio, embora como ela mesmo afirma “não [tenha] olhos azuis”, significou para ela um enigma, justamente por causa do olhar:

Eu não sei por que [...] Não tem nada. Era um olhar diferente. Eu sentia uma *carência* no olhar dele. Eu não sei se te dizer se era isso. Mas foi o olho dele que me chamou a atenção. Não sei te definir, mas foi o olho. E daí a gente começou a conversar e conversar bastante, muito sério, respeita bastante. Até ficava comentando entre os alunos.

O enigma dos olhos de Flávio, por contraste a tantos possíveis olhares que Fabiane deve ter visto ao longo de sua vida, encontravam harmonia com sua própria experiência sentimental. E a carência que ela via no olhar dele é-me elucidativa do reflexo que este sentimento produzia em si mesma. Assim, posso afirmar que este evento marca o centro de referência sobre o qual orbita a natureza do envolvimento afetivo entre Fabiane e Flávio. Isto por que é a partir do enigma dos olhos que Fabiane cria a curiosidade necessária para entender o que sentia por Flávio. E eis que...

Ai depois eu conheci *a história de vida dele*. Isso me chamou bastante atenção e aumentou o meu interesse. Ah, por que essa atração física, o olho a boca, a gente sente por causa da pessoa, mas não que isso signifique que tenha um interesse maior depois com uma relação pessoal. Isso só vem através do contato, conversar.

Minha compreensão acerca deste caso me permite afirmar que o olhar foi tido como referência no conjunto de eventos que marcou a trajetória afetiva do casal e que, por essa razão, influenciou o interesse e posterior contato entre ambos. Mas não como olhar em si, e sim como referência que complementa e assegura uma oportunidade de audiência de si para consigo, como na fábula dos andrógenos, presente no diálogo entre Platão e Aristófanes em *O Banquete*⁶⁶ (PLATÃO, 2004).

⁶⁶ Aristófanes relata que a natureza humana original era composta por seres denominados Andrógenos, constituídos por uma metade masculina e uma metade feminina. Segundo o mito, estes Andrógenos eram seres muito completos, terrivelmente fortes e resistentes, que alimentavam projetos ambiciosos, começando a atentar contra os deuses, pois pensavam ser capazes de os igualar. Após empreenderem

Se tomarmos os parceiros como andrógenos poderemos elucidar o fenômeno da complementaridade, visto que o efeito do enigma que uma pessoa desperta em nós, cativando-nos a conhecê-lo, é socialmente determinado pela emergência de trajetórias afetivas comuns. Assim, o olhar de Flávio que, na condição de referente, cativou Fabiane, pode ser entendido como a evidência simbólica da complementaridade que ela julgou haver entre ambos. O que significa dizer que ela interpretou a carência dele como sua própria, e a necessidade de conhecê-lo como uma investida de si própria num relacionamento que a faria descobrir o que sentia por si mesma.

E a carência é um sentimento muito comum a quem está solteiro, embora se julgue que carente é sempre o outro e que estamos ali para preencher uma lacuna deixada por alguém, seja um ex-namorado, um ex-marido ou ex-esposa, ou mesmo a família. No caso em questão a carência que Fabiane julgou ver nos olhos de Flávio remetia-lhe à mãe do rapaz que, estando gravemente doente, encontrava-se em grande dificuldade e dependia da assistência do filho.

O colo, a companhia e esse sentimento de complementaridade entre ambos favoreceram-lhes em sua manifestação de amor recíproco a ponto deles passarem a ver que algo mais sério era necessário. Contudo, do ponto de vista de Fabiane, alguns elementos poderiam ser obstáculos nesse itinerário, como a diferença de idade entre ambos e a posição, que segundo ela, ocupava na imaginação do parceiro.

A idade como referencial

[QUAL A DIFERENÇA DE IDADE ENTRE VOCÊS?] Ele é mais jovem 4 anos. [ISSO TROUXE ALGUM PROBLEMA PARA VOCÊS?] A princípio, eu pensava que eu tinha uma relação de poder, por ser mais velha. Mas depois eu ... mas isso é um problema psicológico meu. Tava depressiva, eu achava que eu era muito velha. As pessoas olhavam pra gente e eu pensava que estava olhando por que havia uma diferença de idade. Mas não tinha nada a ver porque, apesar dele ser 4 anos mais jovem, ele tem um físico e aparenta ser bem mais jovem do que ele é. Então, por exemplo, eu achava, quando tava na rua, principalmente depois que eu ganhei peso, por que eu era bem magra quando eu o conheci, comecei a observar que as pessoas olhavam. “Poxa”, eu pensava, “por que será que tão olhando? Será que é por que eu sou mais velha? Pelo físico?”. Ai eu comecei ... isso começou a me influenciar. Eu fiquei insegura por esse período. Mas depois não. Foi realmente uma fase no geral, *envolvendo relacionamento familiar*, tudo. Isso acabou afetando minha relação com ele. Estendendo para nossa relação. Mas depois não, eu voltei a restabelecer a relação de poder.

numa investida contra os deuses do Olimpo, Zeus, o Deus supremo, decide então enfraquecê-los para acabar com a sua arrogância e resolve cortá-los ao meio. Assim, cada Andrógeno foi dividido em duas partes, passando a sentirem-se mais fracos, incompletos e infelizes. Uma vez realizada a divisão da natureza humana, os novos seres mutilados passaram a procurar incessantemente em toda parte a sua cara metade e quando acontecia encontrarem-se novamente a atração era extremamente forte, pois desejavam restaurar a antiga perfeição, entrelaçavam-se tentando fundir-se num só (PLATÃO, 2004, p. 119-126).

Posição no imaginário do parceiro

[COMO VOCÊ SE VÊ COMO A PESSOA ESCOLHIDA PELO FLÁVIO PARA CASAR?] Não é como eu me vejo, mas é como ele me vê. Eu sou muito decidida. Ele diz também que eu consigo resolver problemas. É uma coisa que eu sempre aprendi, na vida mesmo. Sempre resolver problemas. Eu não tenho que criar problemas. Já existe um, por que criar outro. Eu tenho que resolvê-los. E ele diz que eu sou muito segura, “parece que nada te abala”. *Isso é um critério pra ele.* Ele me vê assim como um porto seguro. Tudo ele consulta. E isso as vezes até afeta a nossa relação, por que ele acha “ah! tudo tu tem razão. Égua, não, tu tinha que falar aquilo. Acho que foste tu que falou isso, por isso que não deu certo.” Digo “não. Por que eu já sei como é que vai dar a história. O que aconteceu foi uma inconseqüência, uma coincidência, a gente já sabia que acontecer. Então, se por um lado ele tem uma admiração muito grande, por outro lado ele sente uma raiva. Porque ele sempre falava que ... ele elogia essa minha segurança. Por outro lado ele fica com raiva. Ele diz “por que tu foste falar isso? Só porque tu falaste isso foi que não deu certo.” Não tem nada a ver por que “eu já sabia disso, disso e disso. Faz assim, faz dessa forma”. Ai ele não faz e aquilo acontece, ai ele coloca a culpa em mim, como se fosse assim “tu me jogou uma praga”. E não é verdade. Ai, da mesma forma que ele fica chateado ele me dá razão. “Puxa! Não ouvi você. Você tem razão.”

Ele tem uma relação de admiração por mim. Ele admira a minha história de vida. O fato de eu ter uma pós-graduação. Ele fala que eu sou muito inteligente. Então isso pra ele chama muita atenção. Então ele diz “ah, esse é o maior tesouro que eu tenho, ah então eu não posso perder”. Então isso, pra ele, ele sempre pedia “*vamo ficar noivo, vamo ficar noivo*”, e eu sempre dizia “ah, mas noivado, depois do noivado eu quero logo casar, não quero ficar nessa embromação”.

Vê-se que a diferença de idades e o sentido atribuído à posição do parceiro no cenário da relação foram importantes variáveis no processo de escolha e formação do casal. Vale ressaltar que essa é uma versão de minha interlocutora e, dado à indisponibilidade de Flávio em me ceder uma entrevista, não tive acesso à sua visão dos fatos, portanto sua representação de si e sobre si neste cenário. Como não analiso verdades, mas representações e práticas afetivo-sentimentais, fica evidente que o que Fabiane diz é produto de sua visão sobre o fenômeno da escolha conjugal em que esteve envolvida. Logo, a posição que ela atribui a si, deriva eminentemente dos dispositivos de hierarquização elencados por seu meio social, o que a leva à conclusão de que a diferença de idade, a escusa de apontar uma diferença apenas de ordem cronológica e biológica, serviu de fonte para que estabelecesse uma assimetria na relação que possuía com seu parceiro. Disto deriva que, no tocante à suposta posição que acredita possuir na imaginação do parceiro, a idade e o conjunto de símbolos que representa sobre si própria (experiência profissional, grau de instrução, círculo de amizades, emprego, renda, local de moradia) perante o parceiro, indica ser ela quem arbitrava o relacionamento, estabelecendo uma relação de poder capaz de determinar os rumos e destinos do casal. Ou seja, para Fabiane foi ela quem escolheu ser escolhida.

Segue-se então, que o noivado deste casal seguiu-se de uma preocupação, por parte da noiva, com o tempo que o mesmo duraria. Além de serem *embromadas*, muitas mulheres temem que o pedido de noivado seja apenas uma estratégia de acesso à relação sexual, caso elas se ofendam ou se neguem a atender o parceiro durante a fase de namoro. Uma de minhas amigas, quando lhe contei sobre o que estava estudando para o mestrado, disse-me que isso ocorre e é muito comum. Ela, por exemplo, havia se separado do seu parceiro, ex-noivo, por que descobriu, com o tempo, que depois que eles noivaram o mesmo perdeu o interesse pelo casamento e começou a embromá-la, levando-a a concluir que “noivar é pedir permissão pra namorar pelado.”

No caso de Fabiane esta variável deve ser considerada, mas também associada com o fato de ela se conscientizar de que o casamento lhe favorecia com a independência pessoal em relação à família.

Então quando chegou um tempo eu disse “vamo noivar”. Já tinha o interesse em sair de casa. Tem toda uma análise. Por que eu queria noivar com ele. Por que a gente tava junto tanto tempo. A concepção de casamento. Casamento era pra vida toda. Então comecei a analisar e ver que ele era pra mim uma pessoa ideal, por ele ser honesto, sincero.

Vejamos. Casar corresponde a um objetivo pautado em princípios afetivos, mas que ao mesmo tempo figura num cenário de variáveis, cujo sistema de funcionamento transforma a escolha num dispositivo de operação afetivo e racional: para ser livre, em se tratando de Fabiane, é preciso casar. Mas não com qualquer um, e sim com Flávio, homem honesto, sincero e adequado para se viver o casamento conforme *eu* (Fabiane) o concebo e segundo uma concepção que se arranja adequadamente ao que a sociedade tem como norma. Assim, casar não é só uma opção, mas um evento num cenário delimitado pelas fronteiras do eu e da sociedade. Para Fabiane, por exemplo, casar, como opção, está pautado nos valores que a sua socialização determinou.

[POR QUE A OPÇÃO PELO CASAMENTO?] Pra te ser sincero, é uma questão mais social. Por que a princípio eu pensei “não, pra mim morar junto é a mesma coisa que casar”. Só que há uma cobrança da sociedade, da própria família. Por exemplo, hoje, quando fala em noivado, nós não pensamos em não fazer uma festa. “Não, vamos guardar o dinheiro pra tentar comprar as coisas da nossa casa, pra fazer uma viagem pro exterior”. Só que a cobrança dos familiares de ter uma comemoração que eu pelo menos não consigo abrir mão. Falei “não, a gente vai ter que fazer uma comemoração. Sabe não é aquela comemoração”. É como fosse dar uma resposta pra sociedade. E ainda assim, pra mim, é um certo romantismo. Aquele ritual. É uma questão mesmo... social, de seguir os costumes. Pra ti ter uma idéia. Se tu parar para analisar. Não vai ser a mesma coisa. Se eu me juntar com ele sem casar, não vai ser a mesma coisa. Eu não vou me sentir casada, mesmo de fato. [ENTÃO, PRA TI, CASAR TEM UM PESO

SOCIAL, FAMILIAR, PROFUNDO?]. Tem. Pra mim mesma. Eu sou católica. Eu fui criada na igreja. Então é uma questão de ritual. Parece que não vai ter casamento se eu não casar na igreja. Até isso, olha, por exemplo, eu queria casar só no civil, mas não é a mesma coisa. Parece que eu tenho que dar uma resposta. Não eu tenho que casar no religioso, por que senão vai ser incompleto.

O mesmo ocorrendo com Flávio, quando sentiu-se inseguro:

A princípio eu aceitei o noivado, só que aí eu percebi que ele não queria mais, “não, vamos dar um tempo. Vamos prolongar”, como se ele tivesse ... inseguro. “Ah! Mas eu não tenho emprego, não sou concursado. Deixa eu passar num concurso público”. Aí ele ficou naquela insegurança. Aí eu já fiquei chateada. “Ah! Então tu não tá certo do teu sentimento?” “Não, eu to certo, mas eu prefiro fazer as coisas ... não quero me precipitar em termos de... financeiro. De repente eu noivo, a gente vai ficar noivo e assumi um compromisso e depois fica um tempo só nisso, sem ter como levar mais adiante”.

Ambos, portanto, pautaram suas escolhas na fronteira entre suas aspirações pessoais e as limitações financeiras condicionadas pelas transformações sociais: individualização do casal, inexistência do dote, etc.

Em se tratando da insegurança de Flávio, podemos pensar que ela corresponde ao seu medo de não possuir as condições que ele considerava adequadas para assumir o compromisso com Fabiane, mas que poderíamos resumir em: não ter condições de sustentá-la – considerando o que se pode pensar sobre o que se pensa desse fenômeno no senso comum. Essa insegurança é muito comum à média dos homens que, ansiosos por se casar, mas com baixo poder aquisitivo, enfrentam, a esse respeito, uma assimetria diante da parceira. Para Flávio uma possível forma de equilibrar essa relação seria obter renda, mas não só, posto que a assimetria com sua parceira se dava também ao nível do status. Daí ele querer uma renda, mas através de um *concurso público*, já que ela é uma funcionária pública bem remunerada.

Bem, como não sei se Flávio já obteve emprego, ainda mais se foi por meio de um concurso público, fica a impressão de que essa característica era um condicionante para o seu casamento com Fabiane. De qualquer forma, o pressuposto de que existiram critérios de seleção e que, assim como a condição financeira, operaram as etapas de um relacionamento de cerca de quatro anos com vistas ao casamento, pode-se afirmar que o relacionamento deste casal corresponde ao exercício da afetividade por meio de etapas, mormente as fases em que estas se desenvolveram sejam interpretadas como eventos de

uma conjuntura envolvendo suas trajetórias afetivas pessoais associadas com suas trajetórias de socialização⁶⁷.

Douglas – personalidade

Douglas é meu amigo. Junto com Amarildo⁶⁸, Romoaldo e Marcílio, formamos o time de professores da instituição em que trabalhamos. Apesar de termos um bom relacionamento, ele gosta muito de reclamar do resto do time quando alguém faz algo errado, como, por exemplo, de mim, quando eu perco um gol – o que não é algo muito raro.

O campo onde jogamos é de areia e quando meu pé “rasga” e eu fico com dificuldades de correr ele é o primeiro a falar “ô menino do *pé de moça*, corre!”. Certa vez de tanto perturbar-nos, Amarildo, que caminhava em direção ao gol com a bola nos pés, após um passe longo em diagonal dado por Douglas, chutou a bola de volta em sua direção – ele joga de volante – mandando-o calar a boca. Com o chute quase fizemos um gol contra. Foi o suficiente para ele ficar quieto e, como a gente diz, “jogar o seu jogo”.

Mas essa é apenas uma pequena particularidade do Douglas que, por ser formado em Educação Física, tende a ser competitivo e a cobrar dos outros a mesma disposição que ele tem em tudo que faz. Sua cobrança é, assim, uma demonstração da autocrítica que ele faz dos outros e de si próprio.

Douglas não é de Belém. Migrou de São Luis, no Maranhão, em razão de ter sido aprovado em concurso público para a instituição onde trabalhamos. Lá deixou a mãe e uma noiva. O fato de tê-las deixado lhe provocou profunda angústia, pois se sentiu longe das pessoas que, no seu julgamento, mais amava.

A mãe, funcionária pública de carreira, é separada e viu um dos filhos falecer, o mais velho, quando Douglas ainda era adolescente. Douglas considera que isso foi algo muito doloroso para a família, por que até então eram unidos e felizes. Mas, talvez por causa disso, as coisas começaram a mudar. Alguns anos depois da morte do filho, o pai de Douglas separou-se de sua mãe e veio morar em Barcarena, interior do Pará, a

⁶⁷ Enquanto fazia a revisão final do texto fiquei sabendo que ambos haviam casado. Eliane gozava de sua licença de casamento e certamente estava muito feliz de poder chegar a esta etapa de sua vida.

⁶⁸ Aqui cabe uma homenagem. Amarildo faleceu dias antes de eu concluir este trabalho e por ser formado em língua portuguesa estaria responsável pela revisão do texto. Infelizmente a revisão não ocorreu e o trabalho, ainda que pronto, seguramente não está de acordo com as refinadas regras de gramática e pontuação deste meu saudoso amigo.

trabalho. Lá instalado, ele casou novamente e teve uma filha. Na visão de Douglas, a perda do filho, a separação do marido e a distância para com ele, devido ao trabalho, tornou sua mãe infeliz, ou pelo menos diante de uma situação angustiante: “perdi os homens da minha vida”.

Quanto à noiva que ele deixou, Diana, a saudade e o ímpeto de casar com ela fizeram de seu ostracismo em Belém a razão de sua labuta diária, procurando casa, guardando dinheiro, planejando a vida. Partilhei com ele apenas uma pequena parte dessa parte de sua história, o suficiente para acreditar que sua escolha não foi só o motivo para ele casar, mas a certeza de que ele queria construir uma nova vida.

A princípio ele disse que não queria casar, afirmando que só se envolvia emocionalmente por curtição. Apesar disso, num momento muito particular de sua vida ele conheceu Diana. E para ele, o primeiro contato de ambos surgiu de uma contradição. Quando ele se interessou por ela estava comprometido com outra moça. Mas como ele diz, foi empatia, que pode ser também traduzido como amor à primeira vista:

Olha, definir o amor é muito complicado, mas eu acho que tudo é questão de momento. Naquele momento o amor à primeira vista foi essa questão da empatia, o que a gente sentiu realmente um pelo outro, a atração, atração física, atração pelo que a pessoa realmente é, o que ela demonstra naquele momento. E a questão da intuição é... aquela coisa interna, assim, tu olha uma pessoa - eu pelo menos tenho muito isso, pelo menos com todas as pessoas com as quais me relacionei sentia muito isso - eu vou ter alguma coisa com essa pessoa. Na maioria das vezes isso realmente se concretiza. Não sei explicar o que é, mas talvez seja, *quando tu percebe, a questão do caminhar, como a pessoa se expressa corporalmente, isso faz... isso se manifesta assim, acaba tendo alguma semelhança com o que tu gosta*. A questão física, eu acho que... não sei te explicar, uma coisa que pra mim ainda tá muito ... é muito transcendente. Não tá no campo aqui da terra.

Apesar da transcendência, a consciência de que o interesse para Douglas se manifesta através do gosto traduz, em gênero e grau, a visão de Bourdieu sobre a natureza do *habitus*, ou seja, da relação entre o espaço das possibilidades e das impossibilidades oferecidas num sistema de disposições. O que significa dizer que a escolha do objeto de transferência do amor, enquanto afeto objetivado (sensações, consciência do desejo, percepção de ser desejado), condicionou Douglas a se ver como objeto dessa mesma transferência, assim como acreditar que podia por em prática o conjunto de saberes e modos de operar essa relação. Assim, o amor à primeira vista naquela ocasião expressava um *assemelhamento* produzido pela compatibilidade de *habitus* entre os dois.

Se considerarmos que o gosto transcendentalizado através do amor à primeira vista resulta de condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existências, poderemos entender que, assim como pensa Douglas, alguém interessante aciona princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao um objetivo: paquerar, ficar, namorar, casar, transar, fazer ciúme para o parceiro, etc; sem supor que essa intenção consciente de fins resulta da obediência a algumas regras e é coletivamente orquestrada, sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (cf. BOURDIEU, 2009, p. 87).

Produto da história, o *habitus* produz as práticas, individuais e coletivas, portanto, da história, conforme os esquemas engendrados pela história; ele garante a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, tendem, de forma mais segura que todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo. Passado que sobrevive no atual e que tende a se perpetuar no porvir ao se atualizar nas práticas estruturadas de acordo com seus princípios, lei interior por meio da qual se exerce continuamente a lei de necessidades externas irreduzíveis às pressões imediatas da conjuntura, o sistema das disposições está no princípio da continuidade e da regularidade que o objetivismo concede às práticas sociais sem poder explicá-las [...] (BOURDIEU, 2009, p. 90)

Conforme analisado no Capítulo 2, o *habitus* torna possível a produção livre de todos os pensamentos, de todas as percepções e de todas as ações inscritas nos limites inerentes às condições particulares de sua produção, e somente daquelas cuja consciência faz ver apenas o que os olhos querem ver. Por meio dele, a estrutura do evento que marcou o encontro entre Douglas e Diana orientou, a partir daí, suas práticas, não de acordo com as vias de um determinismo mecânico, mas por meio das pressões e dos limites originariamente atribuídos a situação do contato.

Como citei anteriormente, quanto Douglas conheceu Diana, ele encontrava-se comprometido com outra moça. Foi em novembro de 2006, e na ocasião, durante um congresso, ele próprio admite que as circunstâncias providenciaram esse contato e, logo, o interesse posterior:

[QUAL O CONTEXTO EM QUE VOCÊ CONHECEU SUA NOIVA?] A gente se conheceu no ano de 2006, mais exatamente no mês de novembro. Nos conhecemos num congresso em Fortaleza. Nosso primeiro contato, nosso primeiro diálogo foi engraçado, porque na época eu estava namorando, tava num namoro já de 2 anos e... conversando com uma amiga nossa em comum ... a gente tava numa roda e ai ela perguntou assim “quem é o Douglas que vai ficar no mesmo quarto que eu?”. E nessa hora eu tava com a minha ex-namorada e eu falei “sou eu”. E ai aquilo já criou um clima ruim, por que minha namorada ficou pensando que poderia acontecer alguma coisa. Ai desde hora que eu *bati o olho nela...* aquela coisa da intuição, *sexto*

sentido - se é que a gente pode chamar isso - já me veio e eu *sentí que alguma coisa ia acontecer*. Então fomos pro congresso, participamos da abertura, ficamos no mesmo hotel, no mesmo quarto, e lá foi criando um certo contato, uma certa intimidade. E aí o que acontece. Nessa viagem teve uma história de fazer o anjo, que é... cada pessoa tirava um papel e ficava responsável, no congresso, por ajudar a pessoa, por exemplo, assim, pra acordar, tomar café, pra se preocupar com aquela pessoa e ficar ajudando, meio que anjo da guarda. E, por coincidência, ela tirou o meu nome, ficou sendo a minha “anja”. E aí ela ficou fazendo realmente isso. Me chamando pra tomar café, se preocupando se eu ia ficar participando das palestras e tal. E na volta, na viagem de volta, a gente recebia um presente do anjo, e ela comprou um presente. No congresso não aconteceu nada, mas eu fiquei realmente... vamo dizer, não sei se foi amor à primeira vista, mas certamente foi isso.

Preliminarmente o contato de ambos foi produzido pelo contexto social da trama da qual eles faziam parte (congresso), ou seja, da conjuntura em que eles se encontravam, tendendo a fazer com que ele visse naquilo um conjunto de coincidências. Mas as coincidências, como as admitimos, concorrem com o fato de nelas mesmas serem produzidos os eventos que, na sua aparente incoerência, formam a seqüência de fenômenos que opera nossa explicação do acaso. Ora, Douglas já tinha *batido o olho em Diana*, e, embora admita que nada houve entre eles no congresso, a condição de ela ser sua “anja” possibilitou-lhe criar condições para, de alguma forma (e minha análise encontra seu limite no contexto em que isso se deu), ela vir a se interessar por ele. Isso é fundamental para entendermos que sua intuição sobre o que poderia acontecer transformasse o acaso daquele encontro em um evento que mudou o curso de sua trajetória pessoal. Isto por que até então ele ainda não tinha levado a sério seus relacionamentos. Tudo era apenas “curtição”. E levar a sério, na concepção de Douglas, era apresentar a namorada para a família, fazer planos com ela, etc.

Mas desde quando começaram a paquerar, logo depois do congresso, passou a perceber que alguns acontecimentos transformavam cada etapa do relacionamento num conjunto de fases consecutivamente determinadas pela trajetória que escolheram seguir. Afinal, ambos cursavam a mesma área, Educação Física, faziam parte dos mesmos círculos de relacionamento, e, estando a fazer planos para a seqüência de suas trajetórias individuais, possuíam interesses comuns. Ela, contudo não era igual à média das mulheres que tinham os mesmos interesses que ele. Pelo contrário, importava-lhe por ser exatamente o oposto das suas antigas namoradas, a se destacar pela independência e atitude:

Então isso [namorar] veio que como uma imposição dela. “*E aí? Vamo ficar nisso até quando?*”. E aí eu vi que tinha que dar esse primeiro passo, na questão do namoro. E foi em fevereiro de 2007 que a gente

começou a namorar, mas por que ela me botou na parede. Se dependesse de mim eu ia ficando, ficando, até um certo tempo.

O que nos permite associar o seu caso ao da *embromação* temida por Fabiane, mas também ao da *simulação* de Edward Ferrars junto à Elinor, assim definidas por serem situações nas quais os parceiros, ao mesmo tempo em que se sentem inseguros sobre o que sentem, não demonstram coragem em assumir um relacionamento *oficial*. Lembrando que o sentido em se assumir um relacionamento como oficial resulta da compreensão de que tal oficialização assegura a validade do contrato que é estabelecido. Por um lado para evitar que a honra de algum dos envolvidos seja manchada. E por outro, para que o *status quo* de uma relação corresponda às obrigações que os indivíduos devem cumprir num dado cenário social. Exemplo disso é que, em casa fase do processo que envolve a escolha para o casamento, um tipo de ritual demarca a seqüência de obrigações às quais os indivíduos encontram-se obrigados a cumprir. É o que Douglas demonstra no processo de oficialização de seu namoro com Diana, retratando que nem tudo que ocorreu foi coincidência, mas uma *tendência natural das coisas*:

[ENTÃO, TER COMEÇADO A NAMORAR NÃO FOI UMA COISA ESPONTÂNEA?] Eu acho que foi a seqüência, o que a gente chama *tendência natural das coisas*. Mas no nosso caso, eu achei que pra mim a gente já estava namorando, só não tinha oficializado, como as mulheres querem ou gostam de... por exemplo, a gente tá noivo, a gente compra um anel, dá pra pessoa, mas ela quer fazer, a questão do jantar, falar pros familiares. Então foi espontâneo nessa medida, pois pra mim a gente já estava namorando, se via praticamente todos os dias, compartilhava já de algumas coisas, saia junto e tudo, mas ainda não tinha tido a oficialização. E ela pediu, exigiu na verdade, essa oficialização. E ai teve ... ela ficava falando no namoro e tudo, e tudo, e eu percebia aquilo, que era justamente ela tentando dar um toque “tem que pedir pra namorar, tem que me pedir pra namorar”.

E isso é importante para compreendermos que a coincidência de tê-la encontrado não corresponde à sua análise sobre o fato de tê-la como namorada, ou seja, não coincide com sua explicação do fato de ela ser exatamente o oposto do que queria encontrar. O que torna esse dado bastante relevante para analisarmos o tipo ideal de parceira pretendida por nosso interlocutor, haja vista que, apesar dele gostar “de mulher com as pernas grossas e com bunda”, viu que nela não havia “nada disso”.

Eu vou te revelar uma coisa. Toda namorada que eu tive chegaram a ser submissa e aceitaram a forma como eu pensava e tentaram impor as coisas eu descartei. Ela é uma pessoa que vai e bate de frente comigo.

Assim, Douglas, consciente destes atributos e do tipo de comportamento expresso por Diana, acolheu isso como algo positivo, que a distinguiu de outras mulheres, um valor, suprimindo ou substituindo os aspectos físicos pelo tipo de personalidade por ela manifestado, tornando sua parceira uma pretendente ideal:

[...] A minha esposa tem uma personalidade muito forte. Muito decidida no que vai fazer. Ela tenta seguir os princípios da educação que ela ganhou, teve dos avós dela. Então tenta ser uma pessoa muito certa, muito honesta. *Eu acho que isso é uma coisa que nos une e que antes não nos causava tanto problema.* Hoje, além de unir, chega até certo ponto a separar a gente, por que às vezes, como a gente tem opiniões diferentes, bem diferente mesmo, cada um é de um modo diferente, acaba em alguns conflitos. Mas na época e ainda hoje continua sendo um atrativo pra mim.

Conquanto, personalidade adquire aqui um significado especial, diferindo daquele derivado dos estudos de psicologia. Enquanto nos estudos psicológicos a personalidade pode ser entendida como sendo fruto do ambiente social e se produz continuamente moldando o comportamento (ITO e GUZZO, 2002), o senso comum entende que a manifestação da personalidade se confunde, numa visão praxiológica, com o fato de uma pessoa “ter atitude”, ou seja, possuir um conjunto de características que a permita agir frente a uma situação determinada. Assim, personalidade confunde-se com ação e deriva, por essa razão, da prática de uma pessoa. Vale lembrar, conforme dito anteriormente (no caso de Fabiane e Flávio), que a personalidade, ao engendrar práticas e encontrar correlação com significado das ações de uma pessoa, corresponde, num só momento, a um dispositivo de interação com o meio social no qual se age e a um *modus operandi* dessa ação, na qual, afastadas as intencionalidades, é provocativa para um observador que vê nessa prática um elemento de complementaridade. Todavia, Douglas sinaliza que tal elemento é um dispositivo que, ao mesmo tempo em que lhe agrada, insinua-se contraditório com aquilo que deseja nela – talvez a mesma submissão encontrada em suas parceiras anteriores.

É interessante pensar que, ao identificar em Diana aquilo que ele gosta em si (a personalidade), Douglas projetou sobre ela um *modus operandi* semelhante ao seu, confundindo isso com complementaridade. Essa foi a razão para que muitos problemas terminassem por separá-los, nove meses após eles casarem. De qualquer forma, encontrar em alguém aquilo que temos como referência para nossa conduta, é entrar em choque consigo mesmo e, longe da referência a que “os opostos se atraem”, o modo de operar sua escolha fez de Douglas, posteriormente, algoz de si próprio. Apesar disso, Douglas considera (assim como Fabiane) que a personalidade imprimia na conduta da

sua parceira um espírito de planejamento que, na sua concepção, era um aspecto muito importante para o casamento dar certo. E isso, segundo ele, deriva da sua referência conjugal:

[QUAL FOI A SUA REFERÊNCIA DE CASAMENTO?] O casamento dos meus pais eu nunca tive como exemplo de casamento perfeito, de casal feliz. Não foi. Por causa das brigas que eu presenciei. Então o que acontece. Eu via sempre a irmã do meu pai ... a família dela como a família perfeita. Então o que acontece. Era o meu padrinho e ela era irmã do meu pai. Então ela... o que acontece... eu. Ela médica, ele médico, três filhos, uma vida estável, os filhos estudando num bom colégio, todas as férias viajando, sempre juntos e tu vê aquele *álbum* sempre com os cinco e tudo. Aquela coisa acontecendo, vamo dizer, parece que foi programado e que deu realmente certo, e que deu certo. E já quando eu olhava pra minha casa, eu, por exemplo, não via essa coisa programada, por exemplo, tu abre um álbum, numa viagem, sempre tá faltando alguém, não tem um riso, não tem um sorriso. Então quando eu olhava pra família da minha tia e do meu tio, *eu tinha ele como meu exemplo*. Eu falava “*é isso que eu quero*”. E eu sempre usava isso como exemplo pra dar pra minha mãe, por que “eles se conheceram na faculdade, se formaram juntos na mesma turma, foram fazer a residência no Rio de Janeiro juntos, voltaram, se casaram - meu tio era o mais velho, tinha uns 28 anos, minha tia tinha 24, por aí - aí eles foram construíram uma vida, trabalhando, trabalhando, e foram ter filho depois de um certo tempo, esperaram o momento certo e hoje tão aí muito bem de vida. Criam os três filhos, fazem faculdade cada um. Tem uma vida. Cada um tem o seu carro. Não falta dinheiro, não tem confusão. Os filhos tem a sua namorada. O pai e a mãe aceitam a presença delas.” Era isso que eu queria que acontecesse na minha casa, mas não acontecia. Então eles tinham realmente essa questão. *A gente não tem o exemplo em casa acaba procurando fora*, e encontrando realmente fora. [E O QUE TU ACHA, A GENTE ESCOLHE ALGUÉM, OU A GENTE ESCOLHE CASAR?] Eu me vejo assim. Como eu via que na minha casa, como o casamento dos meus pais não dava certo e via que um casamento dava certo e que esse casamento teve conseqüências positivas praquelas duas pessoas, eu realmente imagino que o casamento... se tu realmente me perguntar eu escolhi casar e não a pessoa, a questão do casamento. O casamento bateu mais forte.

Nota-se que a complementaridade existente, a princípio, entre Douglas e Diana corresponde ao exemplo que ele obteve do contraste entre a vida afetiva dos pais e aquela projetada sobre a relação da tia. Na sua concepção, por serem semelhantes, terem idades relativamente iguais, visão de planejamento, possuiriam as mesmas condições para que sua vida conjugal fosse igual ou parecida com a da tia. Para ele o casamento, sendo algo planejado, deveria corresponder a um estilo de vida mediado pelas conquistas materiais e econômicas, logo pela obtenção de condições adequadas para ser feliz. E como *a grama do vizinho parece sempre mais verde*, o casamento que para ele deu certo foi aquele em que a felicidade era algo tido como natural ou uma expressão de que tudo deu certo. Ao contrário do que via em sua casa:

[...] minha mãe, por exemplo, ela casou quando tinha 19 anos e o meu pai tinha 18. Então, aí o que acontece, eu vejo muito assim. Os casamentos antes aconteciam muito cedo e... as pessoas viam isso como erro e de uma geração para outra eles mostraram para os seus filhos que casar cedo não é o correto, não é o bom. Aí como é que eles tentam mostrar isso? É com exemplo na família. No caso da família do meu pai. Ele casou quando tinha 18, e minha mãe quando ela tinha 19, e ela já grávida, do meu irmão, o primeiro filho no caso, e ficaram 23 anos juntos e não deu certo. Então ela tentou passar pra mim que o exemplo de vida que ela teve não deu certo e que posteriormente não iria dar comigo.

Essa característica, que também nos remete à discussão oriunda do relacionamento entre Fabiane e Flávio, demonstra que a relação afetiva dos pais e sua influência no processo de socialização dos filhos pode produzir uma representação negativa acerca do casamento, levando-nos à conclusão de que o comportamento não necessariamente é definido em casa, mas pelos contrastes que se encontram entre as casas que nossos interlocutores freqüentaram. Em suas trajetórias sentimentais, portanto, podemos dizer que Fabiane e Douglas, tendo os pais como referencial, orientaram suas práticas segundo um contraste negativo com os mesmos. Casar seria então, na visão de Douglas, escolher a pessoa perfeita para formar uma família perfeita e feliz, mas segundo os padrões que ele elegeu coerentes a partir do aprendizado obtido pela socialização de contraste entre a vida dos pais com a vida dos tios. E o álbum ao qual ele se referiu desempenha aqui um papel fundamental.

Ora, o que procuramos num álbum? Não só fotos, mas memórias que capturamos para recordar o que fomos e entender o que somos. A memória de Douglas é sempre preenchida de ausências, e assim como sua mãe – que acredita ter perdido os homens de sua vida – aprendeu que não ser feliz é sempre procurar alguém para fazer parte do álbum que tem em suas mãos. Casando, seu álbum estaria completo (ou pelo menos poderia começar a ficar completo).

Nota-se que este contraste com a experiência dos pais serviu-lhe também como referência para ele formar sua concepção de sujeito autônomo:

Eu tinha 25 anos, mas eu era um cara que já tinha passado num concurso e tava fazendo a minha casa. Então tinha assim todos os atributos, requisitos básicos para levar uma vida a dois. E assim eu não vejo, eu sou um cara muito assim, eu não vejo isso de forma errada. Tem gente que tá aí a 30, 35 anos, eu vejo isso errado, quem tem 30, 35 anos e ainda tá morando com o pai e mãe. Eu sempre me vi assim. Vai chegar um determinado tempo que eu vou sair da casa dos meus pais e vou ter a minha vida. Que seja sozinho, que seja com outra pessoa. Mas sempre tive essa idéia de sair cedo de dentro de casa, de ter a minha independência. *Então a questão de ter uma pessoa comigo, nessa fase da minha vida, essa foi a responsável por eu ter logo essa independência, de eu sair de casa.*

Autonomia aqui corresponde à possibilidade de se tornar independente ou ter sua própria casa, o que significa dizer que casar, como expressão da autonomia, revela o valor que a conjugalidade imprime sobre o papel do indivíduo em nossa sociedade. Há de se refletir que o matrimônio, entendido como um ritual com base no cristianismo, além da função de unir duas pessoas “numa só carne e num só espírito”, repercute sobre o papel do indivíduo na família, socializado, ao mesmo tempo, para se tornar um membro da mesma e autônomo em relação a ela.

O quadro que se desenhou para entendermos esse processo de autonomização do nosso casal – Douglas e Diana – demonstra que a escolha de alguém para casar encontra outras variáveis, além das que remetem o indivíduo ao seu próprio julgamento de valor, mas das circunstâncias sociais (eventos) em que o indivíduo encontra-se situado.

Quando Douglas escolheu noivar, ele vivia com Diana uma situação, pelo menos, incômoda para ele:

Já tava um ano namorando e a gente teve uma confusão muito séria. A gente discutiu. Discutiu na porta da casa dela. A família dela entrou na história da confusão e... nessa confusão, a avó dela, por quem ela foi criada, acabaram tomando o meu partido. Me defenderam e não defenderam ela. E ela ficou muito chateada com isso e falou que ia sair de casa. E lá em São Luis, o pai dela tem uma casa que tava fechada e ela tinha a cópia da chave. E o que ela fez. Pegou as coisas dela, pegou a chave da casa do pai e foi pra casa do pai. E aí aquilo criou um clima chato, por que eu me senti culpado. Que eu realmente fui culpado na história da confusão. E nesse dia que ela foi pra lá, a noite, eu fui pra lá, à noite. Ai lá é meio perigoso. Eu peguei, disse pra minha mãe que eu ia dormir fora. Só que eu não falei aonde. Fui dormir lá na casa do pai dela. Essa história, minha mãe ficou sabendo e... maior confusão. Liguei pra ela reclamando, dizendo que ela ia acabar com a minha vida, que não sei o quê, que eu já tava começando a dormir fora. E aí eu vi que, tipo, minha mãe já estava se intrometendo muito. Ela já não tratava a Diana como namorada, e eu tava percebendo que ela já tava se intrometendo muito na minha vida. E aí eu resolvi ... vou ter que dá um ... acabar com isso, tomar uma atitude, uma decisão, que foi, justamente, ser independente, sair de baixo da saia da mãe e realmente ter a minha vida, criar a minha vida. E nessa confusão toda, pra reconquistar a confiança da minha namorada, na época, eu falei pra ela que ela era a mulher da minha vida, que eu pretendia, pensava em casar com ela. E pra demonstrar isso, essa vontade, eu resolvi dar esse passo. Foi quando eu comprei as alianças.

A influência de sua mãe na relação implicou que ele teve de escolher entre agradá-la e reconquistar a namorada. A oficialização da relação por meio do noivado, aqui entendido como “passo”, apareceu-lhe como saída para o caso, mas como a cada escolha há uma renúncia, esse fato repercutiu no tipo de relacionamento estabelecido entre os três, devido ao fato de sua mãe considerar que Diana não era a escolha certa para Douglas.

O noivado de Douglas, podendo ser confundido como resposta a uma pressão exercida pelas circunstâncias em que ele se encontrava, reflete também seu modo de encarar a relação com Diana, cujas particularidades diferiam-na de suas namoradas anteriores, o que terminou por definir, assim, sua concepção de casamento e do tipo de relação que desejava estabelecer:

Com ela teve essa questão de estar namorando, primeiro começar a ficar, depois dar o primeiro passo, namorar, já tinha que dar o segundo passo, que é essa questão do noivado, que veio logo, um ano depois do namoro. E aí, um ano e meio depois já veio o casamento. *Quis seguir com ela o padrão fica, namora, noiva e casa.*

Para Douglas, noivar corresponde a uma atitude, assumir uma postura diante de um relacionamento. Corresponde, grosso modo, à sua visão de personalidade, a mesma que o fez interessar-se por Diana:

[...] então eu resolvi fazer isso, mostrar que eu queria um compromisso maior, que a gente ia sair de um namoro e passar prum noivado, é mostrar atitude, é mostrar realmente que é um compromisso. Então eu resolvi fazer isso. Comprei as alianças. Ela tava na casa do pai dela. Comprei sem ela saber. Cheguei na casa do pai dela com as alianças em mão e já oferecendo, pedindo a mão dela em casamento, em noivado. E aí foi aquele negócio, eu chorei, ela chorou, e aceitou. [...] [COMO VOCÊ SE SENTIU?] Nervoso. É um momento difícil e até ... tava com o que, tava com vinte e dois pra vinte e três anos, então era um momento ... muito jovem. Então, uma atitude, *uma decisão dessa*, ainda mais eu que, na época o meu pai, como te falei, está aqui desde 2005, então ele não tava lá presente. Então essas decisões eu não compartilhava com ninguém. Primeiro com meu pai, mas ele não tava presente pra compartilhar. Com a minha mãe, como ela não gostava muito da minha namorada, então eu não compartilhava nada com ela, sobre as decisões que eu ia tomar. Então era eu comigo mesmo ali, tentando resolver e tentando dar uma direção do que eu tava tentando realmente fazer. Então é realmente complicado pra gente. Agora eu tive muita sorte por que ... por causa da família dela, por que assim, de eles me aceitar. Os avós dela realmente sempre conversaram, me chamaram pra conversar. Perguntavam o que eu queria o que eu tava sentindo. Então era com eles que eu acabava meio que, falando, contando o que eu sentia, o que eu realmente tinha vontade de fazer, se era realmente isso que eu queria. Era com eles, mas eu acho que ... ééé ... a mulher encara isso com mais naturalidade que o homem [...].

Vê-se que “ter personalidade” é assumir um compromisso, o que perfaz toda a trajetória sentimental de Douglas, tornando-o um personagem bastante interessante para refletir sobre as emoções no âmbito do noivado.

Como disse anteriormente, o noivado, assim como o casamento, é um ritual profundamente vinculado ao universo feminino, cujos valores e significados refletem a realização afetiva da mulher. Neste contexto o sentido atribuído ao papel do homem é menor, sua relação com o ritual é a de coadjuvante e sua sentimentalidade pouco

estudada. Em função disso, o campo de ação do homem diante de *uma decisão como essa* é o de sua própria intimidade. Numa sociedade em que a expressão de sentimentos masculinos é tolhida e ridicularizada, o espaço para a reflexão e questionamento está diretamente ligado ao grau de autonomia que o sujeito adquire em sua relação com os outros. Quanto mais dependente da opinião dos amigos, dos pais, dos familiares ou das revistas especializadas em casamento, mais o homem é tido como inseguro, logo incapaz de assumir compromissos e exercer sua honra como futuro homem do lar. Talvez por isso que Douglas fizesse sempre questão de afirmar que encarou

[...] o noivado como um compro... um compromisso, assim, vamo dizer, tá namorando, mas seria um namoro mais sério. Eu encarei o noivado mais ou menos como isso. Por que a gente noivou, eu tive o gasto somente com as alianças e com o jantar que a gente fez no restaurante em que a gente convidou a família. Mas aí, depois disso, eu acho que a idéia de noivar, e o próprio passo para casar foi amadurecendo.

O fato de Douglas encarar o noivado como compromisso repercutiu no ato de levá-lo a cabo como recurso para manter o relacionamento, muito embora soubesse que essa escolha fosse encontrar obstáculo no descontentamento da mãe e nas condições econômicas para assumir o casamento. Apesar disso, procurou a estabilidade necessária para garantir que iria cumprir com a promessa de casar com Diana.

A gente noivou em janeiro de 2008, eu tava no último semestre da faculdade e aí quando foi em junho eu me formei e aí ... já tinha pensado nisso: “vou noivar, que é a única forma de eu continuar namorando com a Diana, continuar junto com ela”. Eu não perdi a confiança nem nada. Mas aí pra eu ficar no noivado eu não vou poder ficar nisso um bom tempo, então eu vou atrás de buscar a minha independência. E aí foi quando, justamente, tava nesse período, terminando a faculdade e estudando pra fazer concurso. E deu certo. Eu terminei a faculdade em tempo hábil, passei nos concursos e aí vim pra cá pra Belém e aí passei esses nove meses aqui, sozinho, só trabalhando, trabalhando, e aí fui atrás da questão de, de comprar um apartamento, pra poder ter uma casa, por que aquele negócio “quem casa quer casa”. E aí fui logo atrás da casa, entrei num financiamento, comprei o apartamento. E aí voltei pra São Luis em Dezembro de 2008. E aí a gente já combinou “no meio do ano a gente casa”. Aí voltei depois em janeiro pra Belém, fiquei até julho e quando foi em julho eu voltei pra São Luis e a gente casou.

Podemos dizer que há vários elementos no discurso de Douglas que projetam-se sobre sua escolha, visto que as razões que o levaram a casar são coerentes com um projeto pessoal de escolher alguém capaz de dividir com ele seus sonhos, suas aspirações. Isso corresponde à maneira dele encarar seus projetos pessoais, que, pressuponho, estão fortemente baseadas numa conduta de honra, terminologia que me ajuda a dar conta de um tipo de conduta fortemente ligada ao universo masculino.

Também podendo ser traduzido por dignidade e auto-respeito, honra é um conceito moral que permite a uma pessoa ser reconhecida como membro de um determinado grupo. Há uma honra *exterior* que se confunde com a reputação, e há outra *interior* (também chamada de ‘*honra virtude*’ [PITT-RIVERS, 1965]) que responde à seguinte análise:

“o sentimento interior que se desenvolve em nós com muita força, a ponto de impor as mais duras renúncias, os mais heróicos sacrifícios, não somente de interesse material, mas de interesse pessoal: sacrifícios gratuitamente oferecidos a um ideal mais forte a que chamamos honra” (FEBVRE, 1998, p. 59).

Em poucas palavras, Febvre sintetiza a definição moral de honra: “sentimento e forma da dignidade pessoal” (FEBVRE, 1998, p. 120). Assim como Febvre, mas procurando estabelecer uma relação entre honra e vergonha, Pitt-Rivers escreve:

Ficando vermelho, mostramos que possuímos honra, uma vez que esta reação incontrolável da vergonha demonstra que aceitamos a regra da transação da honra, mesmo contra nossa própria vontade. Aqueles incapazes de enrubescer [...] são pouco honráveis (PITT-RIVERS, 1965, p. 32).

Em resumo, a honra corresponde ao sentimento do próprio *valor moral*. Age-se de forma honrada quando se procura manter ou aumentar o valor moral presente nas representações de si. Mostra-se ser sensível à honra quando, uma vez cometida uma ação que contraria a moral, sente-se vergonha. É neste sentido que honra pode ser sinônimo preciso da vergonha moral.

Todavia, como seu peso semântico é carregado de várias interpretações, notadamente com ambigüidades (honra precedência *versus* honra virtude, honra exterior *versus* honra interior, agir por honra *versus* agir com honra – ver LA TAILLE, 2000), talvez seja prudente empregar outro conceito, que se encontra na obra de Rawls (1971), e que pode ter o mesmo sentido: o *auto-respeito*. Assim teremos auto-estima quando os valores associados às representações de si forem estranhos ou contrários à moral, e teremos honra ou auto-respeito quando tais valores forem morais. E este auto-respeito corresponde, como o discurso de Douglas nos permite analisar, à força motivacional que leva a pessoa a agir, e a pensar moralmente como agente a cumprir com um compromisso.

Ser honrado, portanto, é compartilhar dos valores predominantes. Logo, perdê-la rebaixa o indivíduo a um status inferior na hierarquia desse grupo, causando-lhe vergonha. Para uma mulher, por exemplo, perder a honra, logo, tornar-se desonrada, é

deixar de possuir um atributo que lhe imprime dignidade: a virgindade, por exemplo. Para um homem, perder a honra pode ser levar um soco no rosto e não revidar, vendo-se, assim, ferido em sua virilidade. Ambas correspondem à manifestação de uma avaliação sobre o valor do sujeito e por isso imprimem sobre eles uma coerção exterior.

Refiro-me à honra, assim definida, para dizer que, a partir das minhas observações sobre o comportamento de Douglas, o casamento para ele figura como a resposta a uma promessa feita à Diana, quando o mesmo a deixou para vir trabalhar em Belém. Mas também como resposta a um conjunto de *coincidências* em que se viu inserido.

A começar pelo fato de que a personalidade de Diana, apesar de cativá-lo, levou-o a tomar uma atitude que antes não havia sequer pensado: oficializar uma relação perante a família. Quando ele o fez, levando a sério o relacionamento, passou a freqüentar a casa de Diana e viu-se obrigado a apresentá-la à sua mãe. Infelizmente, sua mãe, certa de que a nova namorada estava “roubando” seu único e derradeiro filho, não procurou agradá-la. Como se pode esperar nestes casos, a namorada viu-se afrontada e passou a tratar a possível sogra da mesma forma. Douglas, que estava no meio de tudo isso, considerava que havia algo de errado, pois enquanto se sentia bem tratado junto à família da namorada, percebia que o mesmo não se dava com sua parceira quando ela freqüentava sua casa.

Ela não aceitou a idéia do casamento justamente por isso. E acabava que ela também influenciava a família dela, no caso, a minha família nisso, mostrando que não ia dar certo, que eu tava louco, que ia atrapalhar na faculdade, que ia atrapalhar na questão de arrumar um emprego, podia ter logo um filho, que ia acabar com a minha vida. Então ela acabou influenciando. Então as irmãs dela, meus tios, minhas tias, ficavam do lado dela, por que tava tomando uma, uma decisão errada. Então isso me incomodava muito. E como a família dela sempre me recebeu bem eu ficava chateado por causa disso. Pow! Eu sou um estranho na família dela, um estranho, mas eles me acolheram. Não os conhecia e fui conhecendo com o tempo. Já minha família fez o contrário. Não deu espaço pra minha esposa e, eu acho que, se fosse outra mulher, por mais que gostasse, poderia sair disso, por que sabe que quando a gente casa, a gente sabe que não casa com uma pessoa, a gente casa com toda a família. Por que a convivência ela vai existir, um momento ou outro ela vai existir. Então ela poderia ver “pow esse casamento vai ferrar com a minha vida seu eu casar com ele, por que a família dele não gosta de mim.” Então ela tomar essa decisão, da vontade de casar, foi uma coisa que me fez ter mais vontade ainda de casar, ter a nossa casa, nosso lar.

Assim, é possível pensar que o fato de ter sido aceito por sua esposa, à revelia dela ter sido maltratada pela sua família, fez Douglas considerar que, além da

personalidade e, coincidentemente, o fato de sua mãe não gostar dela, tornou o casamento algo muito oportuno para alguém que acreditava que o amor por eles nutrido era forte o bastante para superar os obstáculos que a vida oferece. E apesar de ser inoportuno para sua própria família, era uma questão de honra assumir tal compromisso.

Segue-se que, apesar de separados, após sua vinda para Belém, Douglas e Diana resolvem casar-se em julho de 2009. Após alguns meses, Douglas começou a notar que Diana sentia-se triste por estar longe de casa e da família. Enquanto ele estava muito empolgado com o emprego e com a nova vida de casado, ela estava melancólica, sem vontade para estudar. Isso começou a incomodá-lo e gerar conflitos, o que ele considerou ser resultado da “incompatibilidade de gênios” entre eles. O fato é que Douglas orientava sua esposa para que ela estudasse para um concurso público ou procurasse um emprego em Belém, o que gerou efeito contrário.

Entre abril e maio de 2010 essa situação chegou ao seu ápice quando sua mãe veio visitá-los. À época Douglas sofreu uma pequena cirurgia para a retirada de seu apêndice que havia inflamado. Logo após o desembarque no aeroporto de Belém, sua mãe, que veio acompanhada de uma de suas irmãs, teve a idéia de comprar um galeto (frango assado na brasa) para levar para casa. Segundo Douglas, elas haviam feito isso por que sua mãe gosta muito de comer galeto e por que ela estava com fome e não queria “incomodar” sua nora.

Ao chegar à casa do filho foi tratar de cuidá-lo. Enquanto isso Diana aproximou-se dos dois e questionou a sogra sobre o fato de ter comprado galeto para o almoço. Segundo Douglas, Diana passara a manhã toda preparando o almoço e sentiu-se ofendida com aquele ato. Ambas discutiram e Diana “convidou” a sogra para se retirar de sua casa. Douglas ficou profundamente magoado com tudo aquilo e pediu que a mãe relevasse o que Diana havia falado.

No dia seguinte Douglas saiu de casa para entregar os documentos que lhe permitiram ficar de licença do trabalho. Quanto retornou não encontrou a mãe, somente a notícia de que ela estava a caminho do aeroporto com o objetivo de voltar para São Luis. Correu para lá a fim de dissuadir sua mãe, mas não conseguiu trazê-la de volta.

Voltando para casa teve a certeza de que não poderia colocar sua esposa acima das relações familiares e que, naquelas circunstâncias, a sua escolha fora equivocada. Dias depois Douglas e Diana, após nove meses juntos, deram início à sua separação.

Contado num dia em que fomos impedidos de voltar para casa por causa de um engarrafamento em Belém, entre expressões de ressentimento e goles de cerveja, essa

história me fez pensar no que estava sentindo Douglas. Para ele eu seria a primeira pessoa para a qual ele revelava detalhes tão íntimos, mas ao mesmo tempo tão significativos, do aprendizado social que ele obteve com sua escolha conjugal.

Aline – amadurecimento

Assim como Douglas e Fabiane, Aline faz parte de minha rede de relações pessoais. Trabalha na mesma instituição onde leciono. Como chego cedo e ela trabalha em turnos diferentes do meu, vemo-nos a partir da tarde durante três dias da semana. Coincidentemente seu irmão, Marcos, também trabalha conosco e divide as alegrias e fadigas da profissão de educador.

Nossos casamentos se deram em um espaço de tempo muito curto, tendo ela casado quatro dias depois de mim. A entrevista que ela me cedeu ocorreu dois dias depois do seu casamento e, como havíamos conversado antes, o tema estava muito “fresquinho” em nossas vidas.

Ela é bióloga e possui um temperamento reservado, pouco dado a intimidade. Por isso fala muito pouco de sua vida pessoal – pelo menos comigo. Fato que me fez pensar duas vezes em convidá-la para participar da entrevista e, durante a mesma, sentir-me inseguro diante das perguntas que havia de fazer-lhe. Apesar disso, quando questionada foi bastante objetiva, segura e tratou da questão com mais naturalidade que eu, posto estar entusiasmada com o fato de falar do seu recente casamento. Creio que a minha insegurança surgiu do medo que tinha em ela confundir a entrevista com uma conversa despretensiosa sobre algo que nos era comum naquela circunstância. Numa ocasião como essa, em que o entrevistado está profundamente afetado por um acontecimento recente de sua intimidade, há sempre o perigo de ele expressar suas opiniões sem o distanciamento necessário para refletir sobre o mesmo – o que é muito importante para minha pesquisa. Sabe-se também que, apesar do distanciamento ser um artifício utilizado apenas para indicar que uma pesquisa é (e pretender ser) científica, o tipo de relação que o pesquisador tem com o seu objeto (o tema e não o entrevistado) não pode ser de intimidade, sob o risco de confundir uma entrevista com fofoca. Eu busquei deixar isso claro, sobretudo com pessoas próximas a mim, como amigos e colegas de trabalho, para que a minha pesquisa não atrapalhasse a continuidade de nossa relação. De todo modo, Aline foi bastante receptiva às perguntas, facilitando meu acesso a mais uma visão sobre o processo de escolha conjugal.

Talvez Aline seja, dentre meus interlocutores, àquela que melhor correspondeu aos meus anseios durante a pesquisa. Ela conseguiu definir com clareza os aspectos que a condicionaram à escolha do seu parceiro.

Em primeiro lugar, quando nos conhecemos estávamos no início de nossas carreiras profissionais. Muitos de nós somos professores de primeira viagem, ainda jovens, e naquelas circunstâncias – recém-formados, solteiros, aproveitando nossos primeiros salários – tínhamos muitos motivos e oportunidades para sairmos juntos. Entre uma festa e outra tive a oportunidade de conhecer o seu último namorado, cuja popularidade me levou a chamá-lo de “vereador”. Ele era sempre parado e cumprimentado pelas pessoas que o conheciam, onde quer que estivesse. Quando fomos ao Mormaço, um bar muito freqüentado do centro histórico de Belém, ele, que nos acompanhava, fez com que eu, Aline e os nossos colegas demorássemos a entrar no local, pois era recebido, abraçado e muito cumprimentado pelas pessoas que trabalhavam no bar, do porteiro aos garçons. Percebi que o assédio chegava a comprometer a conversa de ambos quando estavam a sós. Não sei se isso a incomodava, mas notei que, por alguma razão, ela suspendia a sobancelha e baixava a cabeça logo após cada novo desvio da atenção do namorado.

Todavia, esse namorado não foi com quem ela decidiu casar. Segundo ela, por algum motivo eles não combinavam:

É uma pessoa que eu admiro muito. É um homem extremamente sério, honesto, é um bom filho, é um bom irmão, é um bom namorado, é lindo, se for assim... eu vou me perder na lista de qualidades. Só que assim... não combinava. Sabe, eu tava contando uma piada e ele tá achando que eu tava falando de política. Ou ele tá falando de uma coisa e ele não tá entendendo nada. Sabe. E a gente tá junto e não ter assunto. E os dois ficarem calado. Sabe aquela situação. Tu entendeu? E ele, não se pode dizer que não seja um cara que não tenha papo. Ele é extremamente inteligente. É estudioso. Ele tá o que agora? Com 25 anos. Tem um ano que ele terminou o mestrado. Entendeu, super inteligente. Tem uns amigos, conversa bem. Só que eu sentia a necessidade. *Faltava alguma coisa*. E veio o Beto e supriu.

É interessante notar que na sua definição de ausência, há pouca coisa que uma pessoa não considere relevante para casar (dentre aquelas que se pode falar objetivamente). Assim, de acordo com a sua caracterização do ex-namorado, Aline produzia uma individualização do mesmo que o separava dela. Podemos entender o que isso quer dizer quando, ao falar de si, Aline considera que, antes de chegar à maturidade, se envolvia emotivamente sob a influência do que considera *química*. Nela, esse termo, que podemos associar com a *intuição* de Douglas, ajuda a explicar a

natureza da sensação de assemelhamento, na qual um indivíduo vê-se envolvido pelo outro, física e sentimentalmente falando.

Mas há que se notar que essa química, muito provavelmente relacionada às sensações provocadas pelo que se julga produto das ações hormonais feromônicas ou adrenalínicas, é o produto de uma representação social da empatia que, ao contrário de reduzir o sentimento a uma explicação científica, explica os seus efeitos no corpo e na mente, produzindo assim uma ação de interação entre os indivíduos. Logo, ao contrário da intuição – que projeta no outro algo de si –, a química encerra uma compatibilidade entre dois sujeitos que se envolvem objetivamente (e não “platonicamente”), por meio das carícias, do toque e do contato.

Ora, a carência de algo no seu ex-namorado e o fato de se ver separada dele – embora estando junto – fez Aline, no contexto de sua trajetória afetiva, refletir sobre o que queria encontrar:

Eu passei por várias fases na minha vida. Em vários momentos eu acreditei em coisas diferentes. Antes eu achava que relacionamento era *a química do olhar*. Via a pessoa e queria ficar com ela e pronto. Hoje não, isso tá muito diferente na minha cabeça, hoje é muito mais do que química. Sabe é conhecer a pessoa. E várias coisas também. Se ela quer trabalhar, se ela quer crescer, se ela é uma pessoa generosa, se ela é uma pessoa companheira, se é uma pessoa fisicamente bonita pra ti, se tem uma família que... assim, a recíproca seja verdadeira. Então hoje tem muitas coisas envolvidas. Eu também aprendi uma coisa de alguns meses pra cá. Que a pessoa com a qual a gente decide casar, a pessoa que a gente decide amar é uma escolha. **A gente escolhe amar**. Então a gente pode amar qualquer um. E antes eu achava que não, a gente sentia aquilo e não podia evitar. Hoje eu sei que a gente escolhe quem ama.

Vê-se que a escolha para Aline, além de uma experiência sensório-afetiva, é o resultado de sua trajetória social, cuja variabilidade dos contextos em que ela viu formar sua personalidade, fê-la admitir que há uma ordem moral cujos padrões de elegibilidade marital a influenciaram em seu processo de escolha do cônjuge. Assim, ao afirmar que “a gente escolhe amar”, Aline chama atenção para o fato de que a escolha de alguém – podendo ser a escolha de *qualquer um* – é sempre uma escolha definida pelo valor de uma pessoa num dado contexto social; e que o sentimento, embora produzido numa conjuntura particular, opera, no seu caso, a coincidência entre *maturidade* e *química*. Aline também demonstra que, ao “aprender muita coisa”, reveste-se dos princípios determinados pelo *habitus*, de modo que a formação de sua opinião sobre o tipo ideal de parceiro com quem *queria* casar conjugou-se à memória proporcionada por suas

experiências afetivas, tornando-a capaz de selecionar o parceiro com quem *deveria* casar.

Sendo a maturidade um dispositivo sobre o qual Aline formula a explicação do *por que decidir casar*, é importante que se diga que, na condição de princípio determinante do *modus operandi* da escolha conjugal, este fenômeno corresponde a uma referência que indica a passagem de um status a outro. Nessa condição “ser maduro” ou “estar se tornando maduro” é um elemento de reflexão pessoal sobre o qual os indivíduos se baseiam para identificar em seu itinerário social os tipos de atitude e percepção de si capazes de justificar as diferentes escolhas que fazem durante esse processo. Analisando três diferentes relações de Aline, ao longo de sua trajetória afetiva, podemos notar que, tomando como referência esse amadurecimento pessoal, a cada novo envolvimento uma percepção de si faz com que esse processo de escolha transforme cada personagem por quem ela se apaixonou num referencial, no qual ela se baseou para determinar quais características formaram sua opinião do parceiro com características de um marido ideal. Vejamos:

[VOCÊ ACHA QUE A MATURIDADE É UM PONTO FUNDAMENTAL PARA A ESCOLHA DE UM MARIDO?] As pessoas sempre acham que somos muito novos. Tu já trabalha, entendeu? Tu namora com a pessoa há muitos anos. Por mais que tu seja novo, tu já tem uma certa maturidade. E chega um momento que... Por que que eu não casei com o meu primeiro namorado? Eu acabei não casando com ele por que eu não tinha emprego, era estudante e ele também. Ele tinha emprego, mas não era emprego fixo. Queria passar num concurso, pra poder trabalhar. Ele sempre trabalhou em lojas, coisas assim. Ai ele foi demitido. Ficou desempregado. “Fica assim não, a gente vai resolver isso, calma”. Ai ele fez um concurso pro CRESCI, um Conselho ai⁶⁹. Ai começou a ganhar, na época, 500 reais, ai ele pensou “é muito pouco”... porque quando ele trabalhava numa lojinha ele ganhava mil e pouco. “Isso é muito pouco, muito pouco”. Eu falei que ninguém começa por cima “calma que as coisas vão acontecer”. Quando a gente terminou ele tava trabalhando nesse conselho, ai a gente não ia casar porque não dava pra casar com 400 reais. *Porque eu também não tinha vontade de casar com ele*. Se eu tivesse a intenção eu ia esperar, cinco anos, dez anos, vinte anos. Hoje, a gente depois... Eu nunca fui apaixonada por aquele homem. [COMO ASSIM?] Não era, não era, não era, não era. A pessoa com quem eu mais tive essa *química* foi o Beto. Na verdade foi quando eu tive realmente, a vontade de estar... Por que às vezes, por exemplo, eu tive um relacionamento que ele tinha namorada. Mas menino, eu me apaixonei perdidamente. A gente era muito apaixonado um pelo outro. Nós dois éramos muito apaixonados um pelo outro. E ele tinha a namorada dele e eu sei que ele era apaixonado por ela. Independente dele... Sabe era apaixonada por ele. Sabe assim... Mas era uma ilusão, que ia acabar em algum momento, como acabou. Quando eu vi o Igor pela primeira vez eu esqueci toda essa loucura que eu tinha. Eu dei graças a Deus, por que *era horrível ele ter namorada*. Eu via ele hoje e passava um mês sem ver. E nisso eu sofria eu chorava. E quando a gente se encontrava, sabe aquela coisa meio

⁶⁹ CRECI é a sigla do Conselho Regional de Corretores de Imóveis.

platônica, a gente só queria estar se olhando. A gente já estava se satisfazendo em tudo. Só de conversar, de ouvir a voz. A gente era apaixonado. Só que a *paixão* é aquela coisa... é uma ilusão.

Verifica-se que nesse seu processo de amadurecimento pessoal, as variáveis *vontade*, *química* e *paixão* são ingredientes de um discurso de decodificação do marido ideal, cujos índices de significação são determinados pela trajetória social de nossa interlocutora. Considerando que, cronologicamente, cada envolvimento se deu em diferentes contextos de seu itinerário social, presume-se, pois, que a condição necessária para sua escolha ocorrer derivou do aprendizado obtido com cada uma dessas experiências.

Tocar este ponto é de fundamental importância, pois nos indica que a pessoa pela qual nos interessamos casar é aquela que se ajusta ao conjunto de valores formados por nossa opinião (*habitus*) ao longo de nossas experiências afetivas. Aline, por exemplo, diz que

Os meus últimos três namorados tinham a mesma altura. Os três são pessoas muito generosas, não só em relação ao relacionamento, mas com os outros. Com a família, com um mendigo, com uma causa. [E QUAL A TUA REFERÊNCIA PARA TER ESSE INTERESSE POR PESSOAS GENEROSAS] O meu pai, sabe, morreu muito cedo. Eu tinha 4 anos. Eu sei dele pelo que as pessoas falam. Tem, mas por *coincidência*, que essa pessoa de vereador, fala muito, tem muitos amigos, todo mundo gosta.

Sendo a generosidade uma *coincidência* para Aline, na sua avaliação há nela algo que a remete ao pai, como referência para se interessar por pessoas com essa mesma característica. Para Klein (1996 [1930b], p.121), sentimentos que a mulher nutre por um homem e que levam à escolha do mesmo como parceiro amoroso, recebem fortes influências da ligação original dela com o seu pai. Em qualquer casal podemos observar claramente as diferenças existentes, mas o que costuma ficar oculto são as semelhanças que, na maioria delas, são inconscientes. A atração de um pelo outro também faz parte do processo inconsciente. Somos, assim, atraídos por pessoas iguais a nós, porque elas “ativam” em nós, qualidades que também temos, mas que estão em um “estado de dormência”. Uma qualidade reprimida, ao ser vista em outra pessoa, acaba sendo liberada (GUELFY, 2006, p. 84).

Há de se compreender que, mesmo não tendo conhecido o pai, o convívio com pessoas que a fizeram lembrar-lo pela *generosidade* torna-se ingrediente fundamental para formar sua opinião sobre que tipo de homem escolher. Não estou com isso querendo dizer que ela procurava em seus parceiros a figura do pai, ainda mais por que

ela não teve a oportunidade de conhecê-lo, mas nossos pais e os pais de nossos parceiros servem de referencial para o que queremos ser e com quem queremos conviver. Os noivos – sobretudo os homens –, por exemplo, afirmam que um dos critérios utilizados para a escolha do cônjuge é ou foi a visita à casa do parceiro durante a fase de namoro. O contato com a genitora e/ou genitor serviram como referencial para determinar se haveria sucesso ou malogro naquele envolvimento. Há extremos, é claro. Ricardo, um dos noivos do curso de noivos me disse certa vez que antes da troca de alianças exigiu de sua noiva que mostrasse a foto de sua mãe quando ela era nova, com certeza desconfiado da aparência da mesma, uma vez que ela, ao mesmo tempo em que dissera que possuía sessenta anos, afirmava-lhe que muito de sua beleza se devia às plásticas que fizera ao longo da vida. Convencido de que a mãe da noiva possuía uma aparência agradável quando jovem e que as plásticas serviram apenas para conservar a mesma, manteve-se convicto de que deveria casar.

Além dos referenciais que determinam quais características deve-se encontrar no tipo ideal de parceiro, a valorização de si no decorrer deste processo demonstra que ao escolher, é-se também escolhido. Isto por que, assim como se formula opiniões valorativas acerca do outro, o indivíduo também faz considerações acerca de si, tomando como ponto de partida aquilo que se ajustou ou não aos gostos dos parceiros amorosos com os quais se relacionou no decorrer de uma determinada trajetória afetiva. Como demonstra Aline, o critério sexo, por exemplo, serviu-lhe de referencial para identificar em si um aspecto do processo de escolha que a distingue em dois níveis: a de mulher “gostosa” interessada em agradar o parceiro e a de mulher “gostosa” consciente de que essa característica não dura para sempre. Tendo atravessado essas duas esferas de análise de si, ela acredita que o desempenho sexual com vistas ao casamento não corresponde à natureza do relacionamento conjugal, tendo em vista que o mesmo, sendo *para sempre*, na sua opinião, deve estar condicionado aos efeitos do tempo:

Eu sempre digo pras minhas amigas “a gente quer ser a mulher mais gostosa”, mas claro! É o que a gente quer, ser a mulher mais gostosa. Mas não adianta tu fazer um monte de coisa se tu não quer, que tu não tem vontade. Não é nada disso. Breno eu namorei oito anos, eu nunca fiz nenhuma peripécia, e eu o *deixava louco*. Era Deus no céu e eu na terra. Ainda bem que foi a minha primeira experiência, ainda bem que eu aprendi logo que a gente não precisa fazer mirabolâncias. Isso é tudo besteira. “Ah! Aquela mulher que tem o corpo, que rebola, e terêê”. Eu sei que isso *pesa pro homem*, mas o que acontece é que essa mulher que te deixou louco hoje, por que ela tem o corpinho, por que é boa daquele jeito, não vai durar. Essa empolgação não dura, não dura. Tudo isso passa. Tudo isso, eu digo, que não é pra mim. Pra mim é uma coisa sólida, até que a morte nos separe. Tu não

pode casar com uma mulher por causa disso, por que isso passa. E se o corpo for lindo, ele vai cair, ele vai cair.

Ora, a reflexão elaborada em torno do desempenho sexual demonstra, para Aline, que esse dado, ao compor o índice de significação de um sujeito cujo objetivo é agradar, mas numa versão competitiva de provar “que se é bom em fazer ou ser algo” para si e para o outro, difere em grau do índice de significação atribuído ao mesmo quando se pensa em casar, demonstrando que o sexo, como critério de seleção afetiva, varia no tempo, conforme o grau de inserção do sujeito no jogo das escolhas matrimoniais. O tempo, assim pensado, atua como princípio regulador das preferências afetivas ao longo de uma determinada trajetória pessoal, ao mesmo tempo em que adverte para a existência de variações e adaptações do gosto, capaz de se ajustar conforme a conjuntura social de uma época ou contexto particular.

Podemos exemplificar isso nos remetendo para os novos arranjos conjugais que vêm ocorrendo entre pessoas com mais de sessenta anos, os chamados idosos “jovens” (BRITTO DA MOTTA, 2010). Baseados em padrões de elegibilidade marital distintos daqueles em que contraíram suas núpcias, viúvos ou insatisfeitos com os longos anos de casamento, esses indivíduos contrariam as normas que regulavam sua visão de casamento, seja ela voltada para a manutenção de relações familiares, de caráter religioso, com objetivos reprodutivos ou baseados num forte predomínio da divisão sexual do trabalho, cuja dona-de-casa é nossa mais elementar evidência⁷⁰, para ajustarem seus gostos às novas modalidades de convívio afetivo e amoroso. Assim, influenciados pelas novas mídias e formas de interação, como internet e “bailes da saudade”, cuja interface com músicas eletrônicas falam de corpo e sexualidade, eles se vêem dialogando com uma nova forma de expressão de si, adaptando seus gostos e preferências aos novos modelos de expressão de sentimentos e de socialização, o que viabiliza novas experiências afetivas e, até mesmo, novas experiências conjugais (recasamento).

Desse modo, o processo de escolha do parceiro, ao contrário de ser somente um movimento do sujeito em busca de algo fora de si, é também uma busca de algo em si, que repercute na sua compreensão do que é perante o mundo, e como se vê representado aos olhos dos seus interlocutores ao longo do tempo e nos mais diferentes espaços sociais.

⁷⁰ Estas características podem ser encontradas no artigo de Lins de Barros (2006), em relação ao caráter da formação de famílias e as representações de mulheres idosas sobre a vida conjugal.

Além, do sexo, Aline chama atenção para o fato de que o seu temperamento sempre fora algo muito apreciado pelos parceiros. Em sua avaliação

Às vezes é difícil a gente falar da gente. Pelas coisas que eu vivi, eu sempre tive muitas características que os meus namorados gostavam. Eu sempre fui uma mulher *calma*. Eu sempre fui muito *feminina, mulher*, honesta ... é isso, é isso.

Assim, podemos perceber que o fato de se ver escolhida por apresentar um comportamento feminino e muito calmo resulta de um contexto de sociabilização no qual ela compreende que o padrão de comportamento feminino é bastante valorizado, logo um aspecto a ser apreciado numa esfera de ação dos sujeitos no qual se define com clareza e objetividade tipo de papel que homens e mulheres devem assumir num relacionamento afetivo. Da mesma forma, o fato de identificar no desempenho sexual um aspecto que *pesa para um homem*, indica que, apesar de agir dissimuladamente frente à valorização do mesmo, ela se comporta de acordo com uma esfera de ação na qual seu desempenho se ajusta tanto aos interesses da libido masculina (ao deixá-lo louco!) quanto à sua consciência do papel que exerce no interior de uma relação afetiva. O que significa dizer que uma auto-avaliação de si justifica não só uma estratégia de como *atuar* num dado contexto afetivo, mas de como *ser* tendo como referência um padrão de comportamento definido pela diferenciação de papéis atribuídos a homens – ativo e masculino – e mulheres – passivo e feminino.

Essa diferenciação segundo o comportamento definiu, por exemplo, o modo como cada um atuou ao dar-se início o relacionamento. Sabe-se, por convenção e conforme descrevi no capítulo anterior, que o homem encarrega-se do chamado “primeiro passo” (*iniciativa*), notadamente por que pesa sobre ele o fato de assumir (ou ter a obrigação de assumir) o papel de agente ativo de uma investida afetivo-sexual. Embora haja interesse de ambas as partes é, portanto, sempre ele quem assume o papel de instigar a sua possível parceira a se interessar por um relacionamento, seja ele afetivo, sexual, duradouro ou esporádico.

No caso de Aline, quando isso surgiu como uma oportunidade (de ser instigada), ela se via comprometida. Mas a insistência, como um aspecto muito importante num contexto em que os obstáculos servem de prova ao interesse do pretendente, fizeram com que ela admitisse que ele realmente desejava ficar com ela.

[QUAL FOI O CONTEXTO EM QUE VOCÊ CONHECEU E SE INTERESSOU PELO SEU NOIVO?] A gente se conhecia de vista, por que a

gente morava no mesmo conjunto. Então a gente sabia que um e outro existia. Só que ele tinha namorada, a namorada dele e eu tinha o meu namorado. Se conhecia e tudo, só que num belo dia a gente se encontrou numa festa e ele se aproximou de mim, só que eu tinha namorado e ele já não tinha mais namorada. *Ai ele se aproximou de mim, se aproximou de mim*, só que eu não tive nenhum interesse nele. Só que depois ele foi *insistindo, insistindo*, e até então nada, até por que eu era comprometida. Além de eu ser comprometida eu também não tinha nenhum sentimento em relação a ele. Só que ai a gente começou a ter um contato que a gente não tinha antes. E durante aqueles meses o meu namoro foi meio que desandando. E nisso que o namoro foi desandando eu já fiquei prestes a um possível relacionamento com ele. Até que... enfim eu *decidi* que ia terminar com o meu namorado e ia tentar alguma coisa com ele. E foi isso que aconteceu. Eu terminei com o meu ex-namorado e a gente começou a namorar.

A insistência de Beto por se aproximar de Aline foi algo fundamental na concepção desta. Para ela sua insistência revelava que ele a tinha como alguém especial e pela qual ele se prestava a continuar insistindo, mesmo sabendo que havia um obstáculo entre eles – o namorado de Aline. Há de se considerar que muitas das vezes os namorados, e até mesmo noivos ou casais casados, sofrem investidas de terceiros, nas mais diversas circunstâncias. Mas, o que “balança” um relacionamento é a insistência de alguém pelo qual há a possibilidade de se sentir interessado. Isto por que, é muito comum afirmar-se que um relacionamento afetivo de longa duração torna-se *rotina*. Mesmo não sendo um consenso, esse dado demonstra que o ímpeto pela “novidade” e, no mais das vezes, por uma aventura, chama atenção de quem se sente incomodado com a rotina e busca novas experiências afetivas e sexuais. Mas a insistência, como dado objetivo num processo de escolha amorosa, oferece outras considerações.

Se pensada como a manifestação de um interesse obstaculizado, a insistência estaria presente em qualquer relacionamento, variando em grau e condições para se manifestar. Por exemplo, ao se avistar (conhecer) alguém pelo qual se manifesta interesse, há que se considerar que existe um espaço de tempo entre esse momento e o paquerar/“ficar”. Invariavelmente, esse primeiro contato é-nos fundamental para entender que, para um relacionamento afetivo ocorrer, há a necessidade de os sujeitos dessa relação darem continuidade ao contato. Quando uma das partes não se interessa e a outra insiste verifica-se que há uma assimetria no tipo de tratamento dado à investida, que pode culminar na aceitação, quando quem insiste consegue convencer o outro de que vale a pena iniciar um relacionamento com ele/ela – caso de Aline –, ou na rejeição,

quando a insistência se transforma em inconveniência⁷¹. Há ainda o fato de que recusar ou aceitar a insistência de alguém é indicativo do temperamento de uma pessoa. Quando se aceita a investida, sem maiores obstáculos, uma pessoa pode ser considerada fácil ou volúvel. Por outro lado, se um homem ou mulher resolve agir com o que se considera “firmeza” e não ceder às investidas de alguém, este é tido como “difícil” e/ou exigente. Podemos notar ainda que, a esse respeito, ser difícil ou exigente, indica o grau de dissimulação de quem sofre a investida e que em determinados casos funciona como estratégia para identificar o grau de interesse do pretendente. Como no caso do Coronel Brandon e Marianne, em *Razão e Sensibilidade*, de Jane Austen, cuja insistência do primeiro vence a dissimulação da segunda, convencendo-a de que, apesar de mais velho e menos impulsivo, poderia garantir a ela uma condição de vida superior àquela em que se via com a mãe, a Sra. Dashwood, e a irmã, Elinor.

Após a insistência de Beto e considerando-se convencida de que poderia namorar com ele, Aline julgou que seu interesse se manifestava a partir do contato – emocional e físico – e de perceber que se encontrava num contexto pessoal e afetivo que lhe permitia pensar em investir em algo mais duradouro:

[...] o meu interesse é a partir daquilo que eu conheço. Pronto, conheço, aí aquilo pode me interessar. Como eu não conhecia então eu não tinha interesse nenhum, mas depois... sim. Fisicamente eu achava ele muito charmoso e o jeito dele ... ele era muito prestativo ... muito romântico [*reticente ao falar*], talvez romântico, muito companheiro, isso me fez ficar mais interessada.

Eu tô num momento da minha vida em que eu já queria casar. Mas eu não iria forçar uma situação para querer, tanto que eu nunca coloquei essa situação, eu nunca pedi, eu nunca falei de casamento pra ele. Eu nunca falei, por mais que eu já sentisse depois de uns meses pra cá, eu nunca falei.

Note-se que o contexto no qual emerge o sentimento de querer casar é compatível com um maior conhecimento sobre as condições materiais de vida de Beto, um parceiro que, aos olhos de Aline era, além de romântico, companheiro e muito prestativo, um funcionário público e morador do mesmo bairro que ela, logo detentor de atributos que o tornavam interessante para uma união conjugal. Há que se considerar,

⁷¹ Sobre isso posso relatar o caso de uma das noivas, Marcela, no qual a insistência de um de seus primos a namorar com ele, levou-a a aceitar, contra sua vontade, um grande número de presentes, por que a família considerava aquele relacionamento útil para os seus interesses. Por essa razão, no intervalo de quatro meses deu início a um namoro que culminou com o noivado, apenas por que não queria ver-se contrariada em casar por obrigação com o tal primo.

todavia, que embora esse sentimento de querer casar já se manifestasse, Aline, num primeiro momento, ainda não se sentia segura, mesmo por que não conhecia Beto.

Ele sempre falou, ele sempre falou. Mas eu ainda não me sentia segura. Mas foi a mudança dele que me fez mudar de opinião.

Essa mudança a que nos reporta Aline refere-se à mudança de atitude observada no comportamento de Beto nos meses que antecederam o pedido de casamento. Segundo ela, nos primeiros meses do relacionamento, Beto “não tinha tudo aquilo que [ela] queria”

Era de um jeito bem diferente dos homens que eu gostava de estar. Sempre gostei de homens mais velhos, mais envolvidos com o relacionamento. E ele não era tão assim. Gostava muito de amigos.

Ora, apesar dos atributos necessários Aline considerava que deveria haver no comportamento de Beto uma postura em relação ao relacionamento que a predispuesse a querer algo mais sério além de um namoro.

Só que nos últimos meses ele também resolveu mudar. Ele também começou a enxergar certas coisas e passou a ficar mais... e aí assim, foi aí que eu decidi que queria casar com ele. Ele ficou mais envolvido no relacionamento. Mais preocupado com a *causa*, mais junto, mais perto, não que ele não fosse assim, mas também ele se preocupava muito com o outro lado.

Para Aline um relacionamento duradouro, conforme sua avaliação do tipo de envolvimento que estava desejando àquela altura de sua vida, era uma *causa*, ou o motivo pelo qual o seu pretendente devesse se dedicar a fim de mostrar-lhe que o relacionamento era, de veras, sério. Seriedade que, conforme podemos perceber ao longo do discurso de Aline, tem o sentido de valorização dos seus sentimentos, ou seja, de sua visão de casamento que, como podemos constatar no início dessa discussão sofreu influência de sua visão sobre o comportamento de si e do seu parceiro. Visão que não podemos nos recusar a analisar, posto ser ela o resultado da interação entre o comportamento de Beto e os valores familiares de Aline produzidos ao longo de sua trajetória pessoal.

De acordo com Aline, um dos motivos que a impediam de se interessar por Beto no começo do relacionamento, apesar de sua insistência, era o fato de que bebia muito e vivia saindo com os amigos.

Inicialmente a minha família não gostava dele e... de certa forma, tinha motivos, mas hoje não. [E QUAIS SERIAM OS MOTIVOS PARA

SUA FAMÍLIA NÃO APROVAR, DE INÍCIO O RELACIONAMENTO DE VOCÊS?] Bebida. Ele gostava muito de beber, de estar na rua, na roda de amigos, em festas. As vezes mesmo acompanhado, mesmo comigo. Ele queria o tempo todo. A gente não tinha um momento reservado, uma coisa mais família, uma coisa mais. Era o tempo todo, essa farra.

Portanto, tão logo mudasse esse comportamento mais fácil seria ser aceito por Aline e sua família.

Não podemos esquecer que o interesse em se casar era, a princípio, de Aline, e, conforme descrito por ela, Beto, ao contrário do seu ex-namorado – o “vereador” –, percebeu que suas relações e o fato de não dedicar atenção suficiente a ela, poderiam provocar a ruptura do relacionamento. Ruptura que, como se percebe, não ocorreu por que Beto, segundo Aline, amadureceu:

Hoje como algumas coisas mudaram, até por causa do *amadurecimento*, a gente começa a querer coisas diferentes, ver coisas diferentes.

O fenômeno do amadurecimento, assim revelado pelo tipo de atitude tomada por Beto, favoreceu, no caso de Aline, uma interpretação de que ele passou a se dedicar a sua causa (casar), mostrando estar em condições de assumir um compromisso sério, não só por que ela assim o determinava, mas por que ele também estava, segundo seu julgamento, preparado para isso. É o caso de pensarmos que Beto usou de uma estratégia para demonstrar que não era igual aos ex-namorados de Aline, ou seja, mais dado à sua individualidade do que a uma valorização dos sentimentos de sua parceira.

Portanto, no processo de escolha entre Aline e Beto o índice de significação afetiva capaz de determinar o relacionamento e conseqüente casamento foi o amadurecimento de ambos, demonstrando que, apesar de possuírem um conjunto abrangente de valores e índices de significação afetiva bastante contundentes para um envolvimento conjugal, a valorização disto por parte de Beto enquanto causa, orientou o significado atribuído por Aline à sua investida, na medida em que ela tomou esse aspecto como medida para comparar o comportamento do mesmo frente aos seus ex-namorados.

Conclusão

Entre a regra e as estratégias

Este estudo partiu da idéia de que as experiências pessoais, sentidas e vividas por um ator social específico, emergem num contexto relacional como produto da interação entre os indivíduos e a cultura/sociedade na qual estão inscritos valores e representações sócio-afetivas.

Ao tratar desse tema, procurei demonstrar um mecanismo básico de reprodução social. Minha ênfase se centrou no fato de que os indivíduos e grupos são constantemente obrigados a fazer escolhas entre várias alternativas possíveis. Entretanto, os dispositivos que orientam as pessoas e os grupos a realizar suas escolhas estão intimamente ligados aos modelos de seletividade social, os quais, conforme abordado, variam de sociedade para sociedade e de época para época. Assim, foi elaborada uma análise do processo de escolha do cônjuge com base na discussão sobre a experiência de noivos em processo de casamento. O objetivo era identificar se havia no imaginário social a presença de um cônjuge ideal. Ao mesmo tempo foi realizada uma revisão das contribuições teóricas e literárias que abrangem o tema.

Uma vez que o cônjuge é o resultado de gostos e preferências e, mais que um ideal, é a representação de práticas sociais indicativas das escolhas coletivas e individuais, a pesquisa demonstrou que este personagem é o resultado de um processo de avaliação pessoal, onde os indivíduos, no decorrer de suas trajetórias afetivas, servem-se de dispositivos de classificação (critérios de seleção) que os ajudam a constituir suas linguagens e representações sobre o par ideal, de modo que eles possam, assim, ganhar uma realidade própria caracterizando escolhas bem acertadas e em concordância com os valores morais da sociedade.

No capítulo 1 analisei o parentesco enquanto uma ferramenta de compreensão da relação entre duas pessoas, onde a aliança seria um elemento importante no processo de reprodução social. Neste sentido, reduzi a experiência do casamento às regras contidas no funcionamento da estrutura de parentesco e os sentimentos que se originam em seu interior, onde mais que classificar ou limitar certos tipos de relação, impõem nos sujeitos modos de agir, maneiras de pensar e formas de escolher.

Conforme analisei a descrição dos dispositivos que regem o processo de escolha das pessoas fornecem modelos idealizados que interferem classificando e justificando a classificação. Na realidade toda classificação que se faz num cenário de alternativas possíveis é determinada pelo significado atribuído à classificação que se quer fazer do

outro. Assim, foi possível observar que nos manuais de casamento do Brasil e Estados Unidos do final do século XIX e início do XX as pessoas convertiam sua ideologia de classe em modelos de aceitação e reprovação das condutas individuais.

Procurando me afastar das noções de acaso e coincidência procurei demonstrar também que a escolha é um processo no qual uma cadeia de eventos leva os indivíduos a seguir trajetórias comuns, sem que os mesmo dêem conta de que tais trajetórias resultam de modelos inconscientes produzidos no interior da sociedade ocidental. A partir disso analisei que a reprodução de certos padrões sociais é o que leva a existência do imaginário sobre o casamento e das relações afetivas. Desse modo, pude compreender que as normas que presidem o funcionamento das estruturas sociais contidas na instituição do casamento ocidental orientam os indivíduos a avaliar e classificar os tipos de parceiros ideais na sociedade moderna.

No Capítulo 2 procurei tornar claro que, apesar das normas que regulam a organização social, os indivíduos combinam modelos a estratégias pessoais de reprodução de valores. Avaliando as contribuições filosóficas de Foucault, as etnografias de Malinowski e Firth e a concepção de *habitus* contida nos trabalho de Bourdieu, pude concluir que os sujeitos ajustam, por meio das alternativas postas em jogo, modelos de ação capazes de atender as demandas do seu grupo e suas estratégias pessoais de reprodução social. Existiriam então, não apenas alianças, mas boas e más alianças; não apenas estruturas, mas também sujeitos capazes, em maior ou menor grau, de jogar com a necessária sutileza.

Em razão disso o Capítulo 3 teve como propósito demonstrar que, por ajustarem interesses particulares a modelos de organização social, os indivíduos qualificam o que sentem e pensam, transformando em valor as escolhas que fazem. Desse modo, a escolha, passaria a desempenhar na modernidade o papel de traduzir a manifestação da vontade e do desejo, antes eclipsadas pelos constrangimentos das estruturas familiares.

Em conseqüência o Capítulo 4 trouxe evidências de que ao longo do processo de transformação da escolha em valor, os sujeitos se viram em contradição com as estruturas sociais anteriores. Por meio da exposição e análise de três obras da romancista inglesa Jane Austen pude demonstrar que o processo de escolha do cônjuge está sujeito a dinâmica de uma dada estrutura social. Isso contribuiu para avaliar que apesar de múltiplas, as variáveis que fazem parte de um relacionamento com vistas ao casamento dependem incondicionalmente do lugar que o sujeito ocupa nessa estrutura. Em razão disso as relações das protagonistas de *Orgulho e Preconceito*, *Razão e*

Sensibilidade, e *Emma*, respectivamente Elizabeth, Elinor e Emma com a aristocracia agrária do início do século XVIII deixam claro que as alternativas em jogo naquele cenário eram condicionadas pelo tipo de organização social a que estavam sujeitas e o papel que desempenhavam no processo de reprodução social de suas respectivas famílias.

O Capítulo 5 deu ensejo a minha experiência de pesquisa junto ao curso de noivos da paróquia de Nossa Senhora de Nazaré, onde entrevistei noivos em processo de casamento. Refletindo sobre a inexpressiva literatura sobre o noivado no Brasil indiquei que este rito, embora *frouxo*, é um elemento fundamental à compreensão da totalidade de nossa sociedade, dado expressar a maneira como são realizados os ajustes e entendimentos entre os cônjuges ou entre suas famílias desde a formação de nossa sociedade atual. Caracterizei este rito como sendo uma etapa no processo de arranjo conjugal, posterior à verbalizada pelo *namoro* e anterior ao rito matrimonial. Avaliou-se que, enquanto um processo, o noivado caracteriza um período no qual os indivíduos mutuamente se avaliam, procurando identificar objetivamente quais as condições que tem para assumir o compromisso matrimonial.

Isto resultou na convicção de que o noivado traduz um aspecto de nossa estrutura social, onde o papel que o indivíduo assume e o status social que possui são índices do significado que união possui em nossa estrutura. Uma vez que expõe a escolha pessoal, dirigida a um indivíduo socialmente determinado, assim como exige de cada pessoa um conjunto de comportamentos e atitudes característicos de um *ethos* particular, cada casal comprometer-se-ia com os valores do casamento e suas representações perante a sociedade.

O Capítulo 6 procurou corroborar as reflexões contidas nos capítulos anteriores apresentando dados relevantes sobre o processo de escolha de três interlocutores. Pude, assim, observar que as possibilidades de experiência afetivo-amorosas de um indivíduo correspondem ao itinerário social que ele resolve seguir. Logo, as referências contidas em uma trajetória pessoal, isto é, relações familiares, grau de escolaridade, renda, por exemplo, servem como critérios utilizados para definir um cônjuge potencial.

Neste sentido, foi possível verificar que cada entrevistado apresentou como justificativa para a escolha que fazia representações acerca do cônjuge ideal, que funcionariam como índices de significação e decodificação do tipo de conduta exigida para se casar. O interesse por casar neste processo seria, então, um dado muito relevante para pensar a escolha, pois se revelou como *modus operandi* de práticas

sociais que indicam quais trajetórias individuais se combinam a fim de realizar a união de indivíduos com destinos aparentemente diferentes. Uma vez pautado em princípios afetivos, mas que ao mesmo tempo figuraria no cenário de variáveis delimitadas pelas fronteiras da individualidade de cada um, casar constitui-se como uma escolha que permite avaliar que tipo de parceiro estaria apto a uma convivência conjugal. Assim, pode-se considerar que a escolha cônjuge para os entrevistados não se reduz apenas a *com quem casar*, mas também saber se a pessoa por quem me interesse está apta a viver uma experiência conjugal.

Tocar neste ponto foi fundamental, pois auxiliou nosso entendimento sobre o valor do casamento na modernidade, onde, mais que uma instituição, representaria uma opção num cenário de múltiplas alternativas de realização pessoal. Neste sentido, as pessoas estariam sujeitas a um profundo embate consigo mesmas, procurando analisar se o casamento é uma opção adequada e se a pessoa que estão escolhendo se adapta as suas projeções.

A este respeito procurei demonstrar que os agentes são eles próprios, em sua prática comum, os sujeitos no processo de construção do significado do casamento, mas não sem antes estarem submetidos a uma lógica de atuação nele. A escolha do cônjuge servindo de exemplo para explicar sua dinâmica nos mostra que o objetivo de casar regula o comportamento dos indivíduos, moldando suas práticas a fim de se ajustar a uma determinada demanda do grupo. Em função disso, pode-se considerar que as escolhas não valem somente pelo que se escolhe, mas pelo valor atribuído as alternativas em jogo.

Fornecendo o meio de ligar os homens entre si e de superpor os acasos e as coincidências que terminam por anular a existência de um padrão de homogamia, as escolhas individuais expressam, assim, o fenômeno da reprodução social em larga escala. Isto porque, é somente no nível do sistema de classificações que uma sociedade possui que se pode definir tanto a presença de um padrão de escolhas quanto a participação de cada um na rede que é formada pelo padrão de seletividade da sociedade.

Note-se que as estruturas cognitivas utilizadas para definir isso foram encontradas nos discursos dos noivos, onde é possível reconhecer que o perfil ideal de cônjuge é sempre incorporado através de um processo de aprendizagem sobre o que é ser cônjuge e de como comportar-se enquanto tal na sociedade moderna. Esse reconhecimento supõe uma conduta “razoável”, que de acordo com o diálogo entre

Bourdieu (2008) e Foucault (1985) nos auxiliam a identificar esquemas classificatórios

—

[...] ou, se preferirmos, “formas de classificação”, “estruturas mentais”, “formas simbólicas”, ou seja, outras tantas expressões que, se forem ignoradas as respectivas conotações, são praticamente impermutáveis –, esquemas históricos de percepção e apreciação que são o produto da divisão objetiva em classes (faixas etárias, classes sexuais, classes sociais) e que funcionam aquém da consciência e do discurso (BOURDIEU, 2008, p. 436).

Neste sentido, por mais que nos sintamos ofendidos com o fato de fazermos escolhas reguladas pela sociedade, não podemos deixar de considerar que cada escolha ocupa um lugar central no processo de reprodução social, onde os esquemas envolvidos no processo de seleção do par conjugal seguem regularidades objetivas (biológica e socialmente falando).

Como sabemos a reprodução biológica, social e cultural da sociedade como um todo é alcançada através de um conjunto de estratégias acionadas por cada indivíduo a fim de maximizar sua continuidade no grupo. Isto quer dizer que, mesmo sendo política, por ser sinônimo de um ato consciente e individual, guiada pelo cálculo racional ou por motivações éticas e afetivas, a escolha do cônjuge não borra as fronteiras entre o indivíduo e a sociedade sem antes servir de instrumento a manutenção de uma certa ordem social. Assim, as preferências que se pode observar na análise da literatura, das etnografias e dos discursos são o resultado da relação de força entre o aprendizado social oferecido pelas trajetórias de vidas dos indivíduos com a história particular de cada envolvimento afetivo dos mesmos.

As alternativas, o gosto e a crença na escolha individual seriam, então, socialmente construídos, em conformidade com os interesses econômicos e sociais, de tal forma que a verdade objetiva das trocas matrimoniais é continuamente camuflada pelos sentimentos, não menos verdadeiros.

Sustento assim, que a estrutura social em situações práticas consiste numa rede articulada de símbolos onde cada um atribui sentidos diferentes a posição do outro e de si no conjunto de relações que os envolvem. Mas apesar de o casamento ser considerado uma relação entre indivíduos, os símbolos que ele ajuda a produzir e reproduzir não existem isoladamente, mas como parte de uma série de casamentos passados e futuros. Deste ponto de vista, cada escolha é apenas mais um incidente numa série de transações recíprocas entre os diferentes indivíduos nas suas respectivas classes e gerações.

Dentro das minhas expectativas para este trabalho posso concluir que o que há de objetivo na análise que realizei é que o modelo de relacionamento seguido pelos noivos como forma de justificar suas escolhas, representa um modelo cultural manifesto. O que me leva a considerar que a interpretação estrutural do modelo de casamento na sociedade moderna está inscrita nas estruturas particulares do padrão de seleção que se produziu ao longo de sua constituição.

De fato, numa sociedade onde o casamento está revestido da ideologia do amor romântico e individualista, o matrimônio é institucionalizado socialmente como que para expressar a felicidade em encontrar alguém com quem se possa dividir o amor tornando-o eterno enquanto dure. Desse modo, mesmo quando sei que, no final das contas, foi minha classe social quem determinou minha mulher, ainda assim desejo pensar que foi alguma força superior (a coincidência, o acaso ou o destino) que nos uniu.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Keila de Sousa. **“Quando é da família, é melhor!”: família e casamento entre cearenses em Santarém-Pará.** 2009. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- ALENCAR, Breno. **Entre a regra e as estratégias: a escolha do cônjuge na Amazônia.** Belém, 2009. Projeto de Pesquisa.
- _____. **Matrimônio, migração e homogamia na Belém do entre - séculos (1995-2006).** 2008. 118 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- ALMEIDA, Ana Nunes. Perspectivas dos jovens sobre a família e o casamento - notas críticas. **Análise Social**, Lisboa, v. XXII, n. 90, p. 157-164, 1986.
- ALMEIDA, Ana Nunes; SOBRAL, José Manuel; FERRÃO, José. Destinos cruzados: estruturas e processos da homogamia. **Análise Social**, Lisboa, v. XXXII, n. 43-4, p. 875-898, 1997.
- ALMEIDA, Ângela Mendes de. **Família e modernidade: o pensamento jurídico brasileiro no século XIX.** São Paulo: Porto Calendário, 1999.
- _____. Os manuais portugueses de casamento dos séculos XVI e XVII. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n.17, p. 191-207, set. 88/ fev.89.
- ALMEIDA, Thiago de; OLIVEIRA, Halley Caixeta de. **A importância e a banalização do amor no cotidiano.** In: JORNADA APOIAR: SAÚDE MENTAL NOS CICLOS DA VIDA, V, 2007, São Paulo. Anais. São Paulo, 2007. p. 1-16.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa. **Relação conjugal no Rio de Janeiro Republicano: esboço de uma reflexão.** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 13^a, 1989, Caxambu. Anais. Caxambu, 1989.
- ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André (Orgs.). **Sexualidades Ocidentais.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- AUSTEN, Jane. **Emma.** Rio de Janeiro: BestSeller, 2010.
- _____. **Mansfield Park.** Buenos Aires: CS, 2010.
- _____. **Orgulho e Preconceito.** Porto Alegre: L&PM, 2010.
- _____. **Persuasi3n.** Madrid: Cátedra, 2009.
- _____. **Raz3o e Sensibilidade.** Rio de Janeiro: BestSeller, 2008.
- AVOLIO, Jelsa Ciardi. **Michaelis: dicion3rio escolar franc3s: franc3s-portugu3s, portugu3s-franc3s.** São Paulo: Melhoramentos, 2002.

- AZEVEDO, Thales de. **As regras do namoro à antiga: aproximações socioculturais**. São Paulo: Ática, 1986.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855**. Campinas: Centro de Memória da UNICAMP, 1997.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores, v. 3).
- BARNES, Robert. Marriage by Capture. **The Journal of the Royal Anthropological Institute**, London, v. 5, n. 1, p. 57-73, mar./1999.
- BECKER, Howard. **Uma Teoria da Ação Coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- BERTAUX, Daniel; BERTAUX-WIAME, Isabelle. L'installation dans la boulangerie artisanal. **Sociologie du Travail**, Paris, n.1, p. 8-23, 1982.
- BLOOM, Benjamin. **Stability and Change in Human Characteristics**. New York: Wiley, 1964
- BOSSARD, James. Nationality and Nativity as Factors in Marriage. **American Sociological Review**, Washington D.C., v. 4, n. 6, p. 792-98, dec./ 1939.
- BOTELHO, Tarcísio. **Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850**. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XIV, 2004, Caxambu. Anais. Caxambu: UFMG, 2004.
- BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loïc. **An Invitation to Reflexive Sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- _____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2008.
- _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **Da regra as estratégias**. In: _____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 77-95.
- _____. **Gostos de classe e estilos de vida**. In: ORTIZ, Renato. (Org.) Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983, p. 82-12.
- _____. **Habitus, code et codification**. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v. 64, n.1, p. 40-44, 1986.
- _____. **Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction**. **Annales**, Paris, v. 4-5, 1972.
- _____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

- _____. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 26, jun./2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de janeiro de 2010.
- _____. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. **Questions de sociologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984
- BOZON, Michel. **Apparence physique et choix du conjoint**. In: ROSSEL, Louis; HIBERT, Thérèse (Org.). L'Évolution de la nuptialité en France et dans les pays développés. Paris: INED, 1991, p. 93-112. (Colección Congrès et Colloques).
- _____. **Lechoix du conjoint**. In: SINGLY, François de. (dir.). La famille: l'état des savoirs. Paris: La Découverte, 1991.
- _____. Les femmes et l'écart d'âge entre conjoints: une domination consentie. **Population**, Paris, ano 45, n. 2, p. 327-360, mar/abr. 1990. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pop_0032-4663_1990_num_45_2_3548. Consultado em 10 abril de 2010.
- _____. Sexuality, gender, and the couple: A sociohistorical perspective. **Annual Review of Sex Research**, London, v. 12, p. 1-32, 2001.
- _____. Sociologie du rituel du mariage. **Population**, Paris, v. 47, n. 2, p. 409-433, 1992.
- BOZON, Michel; HÉRAN, François. La découverte du conjoint: I. Évolution et morphologie des scènes de rencontre. **Population**, Paris, v. 42, n. 6, p. 943-985, 1987.
- _____. La découverte du conjoint: II. Les scènes de rencontre dans l'espace social. **Population**, Paris, v. 43, n. 1, p. 121-150, 1988.
- _____. **La Formation du couple: textes essentiels pour la sociologie de la famille**. Paris: La Découverte, 2006.
- BRAGA, Teófilo. **Contos tradicionais do povo português: contos de fadas, casos e facécias**. Porto: Livraria Universal, 1883. 1v.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. A família multigeracional e seus personagens. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 435-458, abr.-jun./2010.
- BRONTË, Emily. **O morro dos ventos uivantes: o amor nunca morre**. São Paulo: Lua de Papel, 2009.
- BURGESS, Ernest; WALLIN, Paul. Homogamy in Social Characteristics. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 49, n. 2, p. 109-24, sep./1943.
- BUSS, David. Human mate selection. **American Scientist**, New York, v. 73, p. 47-51, jan.-fev./1985.
- _____. Sex differences in human mate preferences: evolutionary hypotheses tested in 37 cultures. **Behavioral and Brain Sciences**, Cambridge, n. 12, p. 1-49, 1989.

- _____. The Strategies of Human Mating. **American Scientist**, New York, LXXXII, p. 238–249, 1994.
- BUSS, David; BARNES, Michael. Preferences in Human Mate Selection. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington D. C., n. 50, p. 559-570, 1986.
- BUSS, David; KENRICK, Douglas. **Evolutionary Social Psychology**. In: GILBERT, Daniel. (Ed.). *The Handbook of Social Psychology*. Boston: McGraw-Hill, 1998, p. 982–1026. 2v.
- BUTLER, Marilyn. **Jane Austen and the War of Ideas**. Oxford: Clarendon Press, 1990.
- CABRAL, João de Pina. Um realismo minimalista. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, Abr./ 2009.
- CAMPBELL, Colin. **A ética romântica e o espírito do consumismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.
- CARABAÑA, Julio. Homogamia y Movilidad Social. **Revista Española de Investigación Sociológica**, Madrid, v. 21, p. 61-81, 1983.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **A antropologia de Rivers**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1991.
- CARNEIRO, João Emanuel. Namoro e casamento em Rio Tinto. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, v. 3, n. 3, p. 223-44, 2002.
- CARNEIRO, Terezinha. A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.10, n. 2, p. 351-368, 1997.
- CASTAÑEDA, Luzia Aurelia. Eugenia e casamento. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, Dez./ 2003 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 de Janeiro de 2010. doi: 10.1590/S0104-59702003000300006.
- CHOMSKY, Noam. **Estruturas sintáticas**. Coleção Signos. Lisboa: Edições 70, 1980.
- CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. São Paulo, Cocac & Naify, 2003.
- COLASANTE, Renata Cristina. **A leitura e os leitores em Jane Austen**. 2005. 124 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- COLEMAN, David. **Marital Choice and geographical mobility**. In: BOYCE, A. J. (Ed.). In: *SYMPOSIA OF THE SOCIETY FOR THE STUDY OF HUMAN BIOLOGY*, v. 23, 1984. Annuals. Chicago: University of Chicago Press, 1984, p. 19-55.

- COULMONT, Baptiste. Politiques de l'alliance: les créations d'un rite des fiançailles catholiques. **Archives de sciences sociales des religions**, Paris, n. 119, p. 5-27, 2002.
- D'ÍNCAO, Maria Ângela. **Sentimentos Modernos**. São Paulo: Editora. Brasiliense, 1996.
- DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- _____. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.
- _____. **Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- _____. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- DAVIS, S. Men as success objects and women as sex objects: a study of personal advertisements. **Sex Roles**, New York, n. 23, p. 43-50, 1990.
- DAWKINS, Richard. **O capelão do diabo: ensaios escolhidos**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- DEL PRIORE, Mary. Pequena história de amor conjugal no Ocidente Moderno. **Estudos de Religião**, São Paulo, Ano XXI, n. 33, 121-135, jul/dez 2007.
- DESROSIERES, Alain. Marché matrimonial et structure des classes sociales. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 20, n.1, p. 97-107, 1978.
- DIAS, Juliana Braz. **Estratégias Familiares no Jogo Matrimonial**. In: Entre Partidas e Regressos: tecendo relações familiares em Cabo Verde. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2000. p. 78-133.
- DOMINGUES, Octávio. Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. A pulsão romântica e as ciências humanas no ocidente. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, jun./2004.
- DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. **Algumas formas primitivas de classificação**. In: MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- EAGLY, Alice. **Sex differences in social behavior: a social-role interpretation**. Hillsdale: Erlbaum, 1987.
- EAGLY, Alice; WOOD, Wendy. The origins of sex differences in human behavior: evolved dispositions versus social roles. **American Psychologist**, Washington D. C., 1999, p. 408-423.

- ELDER, Glen. Appearance and Education in Marriage Mobility. **American Sociological Review**, Washington D.C., v. 34, n. 4, p. 519-533, Aug./1969.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. 1v.
- EVANS-PRITCHARD, Evans. The Study of Kinship in Primitive Societies. **Man**, London, XXIX, p. 190-194, 1929.
- FEBVRE, Lucien. **Honra e pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FIRTH, Raymond. **Nós, os tikopia**. Rio de Janeiro: Edusp, 1998.
- FISMAN, Raymond; IYENGAR, Sheena; KAMENICA, Emir; SIMONSON, Itamar. Differences in mate selection. **The Quarterly Journal of Economics**, Harvard/Massachusetts, v. 121, n.2, p. 673-697, may/2006.
- FLANDRIN, Jean-Jacques. **A distinção pelo gosto**. In: ARIÉS, Philippe e DUBY, Georg (Orgs.) . História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1991. 3v.
- FONTENELE, Francisca Nescylene. **Casamentos Mistos: um agenciamento da Política Pombalina**. In: _____. Grão-Pará Pombalina: Trabalho, desigualdade e relações de poder. 2008. 191 f. Dissertação (Mestrado em História), Pontífice Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A Hipótese Repressiva**. In: _____. A história da sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2007. 1v.
- _____. **História da Sexualidade: A cultura de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 3v.
- _____. **Introdução**. In: _____. A história da sexualidade: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 2007, p. 9-29. 2v.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.
- _____. **Ordem e Progresso**. Rio de Janeiro, Record, 1990.
- _____. **Sobrados e Mocambos**. Rio de Janeiro, Record, 1990.
- _____. **Vida social do Brasil nos meados do século XIX**. São Paulo: Global, 2008.
- GANGESTAD, Steven; SIMPSON, Jeffry. The evolution of human mating: Trade-offs and strategic pluralism. **Behavioral and Brain Sciences**, Cambridge, n. 23, 573-644, 2000. Disponível em <http://smg.media.mit.edu/classes/Identity2004/EvolutionOfHumanMating.pdf>. Acesso em 25/02/2010.
- GAUDEMET, Jean. **Le mariage en Occident. Les moeurs et le droit**. Paris: Cerf, 1987, p. 165-170.
- GEARY, D. C.; BJORKLUND, D. F. Evolutionary Developmental Psychology. **Child Development**, Malden, n. 71, p. 57-65, 2000.

- GELL, Alfred. *Amour, connaissance et dissimulation*. **Terrain**, Paris, v. 27, p. 5-14, 1996.
Disponível em <http://terrain.revues.org/3344>. Consultado em 01 março de 2010.
- GERBER, Eleanor. **The Cultural Patterning of Emotions in Samoa**. San Diego: University of California, 1975.
- GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- _____. **Transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Unesp, 1993.
- GILMAN, Charlotte Perkins. **Our androcentric culture, or the man made world**. New York, Charlton Company, 1914.
- GIRARD, Alain. Le choix du conjoint: une enquête psycho-sociologique en France. **Population**, Paris, v. 19, n. 4, p. 727-732, 1964.
- GLEN, Elder. Appearance and Education in Marriage Mobility. **American Sociological Review**, Washington D.C., v. 34, n. 4, p. 519-533, 1969.
- GLENN, Norval. Intersocietal variation in the mate preferences of males and females. **Behavioral and Brain Sciences**, Cambridge, n. 12, p. 21-23, 1989.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GOODE, William J. The Theoretical Importance of Love. **American Sociological Review**, Washington D.C., v. 24, n. 1, p. 38-47, fev./1959.
- GRAVES, Nancy; GRAVES, Theodore. Adaptive strategies in urban migration. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 3, p. 1-20, 1974.
- GUELFY, Evelin Cristina; FRASSON, Cláudia Algosio; BALTAZAR, José Antônio. Análise dos fatores que levaram à escolha do cônjuge em indivíduos pesquisados na cidade de londrina e região. **Terra e Cultura**, Londrina, n. 43, ano 22, jul./dez. 2006.
- HATTORI, Wallisen Tadashi. **Escolha de parceiros na adolescência**. Dissertação (Mestrado em Psicobiologia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
- HECHTER, M.; KANASAWA, S. Sociological Rational Choice Theory. **Annual Review Sociological**, Palo Alto, v. 23, p. 191-214, 1997.
- HEIDER, Karl G. **Landscapes of Emotion. Mapping Three Cultures of Emotion in Indonesia**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- HEILBORN, Maria Luiza. **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006.
- HENRY, Louis. Perturbations de la nuptialité résultant de la guerre 1914-1918. **Population**, Paris, v. 21, n. 2, p. 273-332, 1966. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pop_0032-4663_1966_num_21_2_13178 doi : 10.2307/1528946. Consultado em 15 de janeiro de 2009.

- _____. Problèmes de la nuptialité. Considérations de méthode. **Population**, Paris, v. 23, n. 5, p. 835-844, 1968. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pop_0032-4663_1968_num_23_5_11664 doi : 10.2307/1528429. Consultado em 15 de janeiro de 2009.
- _____. Schémas de nuptialité : déséquilibre des sexes et âge au mariage. **Population**, v. 24, n. 6, p. 1067-1122, 1969. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pop_0032-4663_1969_num_24_6_14144 doi : 10.2307/1529735. Consultado em 15 de janeiro de 2009.
- _____. Schémas de nuptialité : déséquilibre des sexes et âge au mariage. **Population**, v. 24, n. 6, p. 1067-1122, 1969. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pop_0032-4663_1969_num_24_6_14144 doi : 10.2307/1529735. Consultado em 15 de janeiro de 2009.
- HERDER, Johann Gottfried. **Auch eine Philosophie der Geschichte zur Bildung der Menschheit**. Stuttgart: Reclam, 1997.
- HERMAN, Sondra. Loving Courtship or the Marriage Market? The Ideal and its Critics 1871-1911. **American Quarterly**, Los Angeles, v. 25, n. 2, p. 235-52, 1973.
- HERTZ, Robert. A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. In. **Revista Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 128, nov./1980.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLLINGSHEAD, August. Cultural Factors in the Selection of Marriage Mates. **American Sociological Review**, Washington D.C., v. 15, n. 5, 1950.
- HOMANS, George; SCHNEIDER, David. **Marriage, authority, and final causes: a study of unilateral cross-cousin marriage**. Glencoe: Free Press, 1955
- ITO, Patrícia do Carmo Pereira; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Diferenças individuais: temperamento e personalidade; importância da teoria. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 19, n. 1, abr./2002.
- KENRICH. D. T.; SADALLA, E. K.; GROTH, G.; TROST, M.R. Evolution, traits and stages of human courtship: Qualifying the parental model. **Journal of Personality**, Malden, n. 58, p. 97-116, 1990.
- KERCKHOFF, Alan; BEAN, Frank Davis. Role-Related Factors in Person Perception Among Engaged Couples. **Sociometry**, Washington D. C., v. 30, n. 2, p. 176-186, jun./1967.
- KIRKPATRICK, Clifford; CAPLOW, Theodore. Courtship in a Group of Minnesota Students. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 51, n.2, p. 114-125, 1945.
- _____. Emotional Trends in the Courtship Experience of College Students as Expressed by Graphs with some Observations on Methodological Implications. **American Sociological Review**, Washington D.C., v. 10, n.5, p. 619-626, 1945.

- KLEIN, Melanie. **A importância da formação de símbolos no desenvolvimento do ego**. In: _____. *Obras completas: amor, culpa, reparação e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. 1v.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Revista Brasileira de Sociologia das Emoções**, João Pessoa, v. 4, n. 12, dez./2005.
- KRÁĚOVÁ, L'uba. Homogamia – zákon alebo alternativa výberu životného partnera? **Sociologický časopis**, Praha, v. 31, n.1, p. 335-44, 1995.
- KRISTEVA, Julia. **Histórias de amor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- KROEBER, Alfred. Classificatory systems of relationships. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, London, n. 39, p. 77-84, 1909.
- KUPER, Adam. **Antropólogos e antropologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- LA TAILLE, Yves de. **Vergonha, a ferida moral**. Tese de Livre-Docência não publicada, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2000.
- LAGES, Mário. O casamento exolocal numa aldeia da Beira Alta. **Análise Social**, Lisboa, v. XIX, p. 645-665, 1983.
- LAGO, Syane de Paula. **Namoro pra casar? Namoro pra escolher (com quem casar)**. 2002. 122 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.
- LARANJEIRA, Adriano Gonçalves. **Representações da mulher no tratado do amor cortês de André Capelão**. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: PODER, CULTURA E DIVERSIDADE, III, 2008. Anais. Salvador: UESB, 2008. Disponível em www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/adriano_goncalves.pdf. Acesso em 30 de setembro de 2010.
- LEACH, Edmund. **Nascimento virgem**. In: DAMATTA, Roberto. *Edmund Leach - Antropologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. **The epistemological background to Malinowski's empiricism**. In: FIRTH, Raymond (Ed.). *Man and Culture. An Evaluation of the Work of Bronislaw Malinowski*. New York and Evanston: Harper Torchbooks, 1964.
- LEAL, Ivone. A mulher e o amor no século XVI: afectividade, sexualidade, casamento: uma abordagem do tema. **Análise Social**, Lisboa, v. XXII, n. 92-3, p. 769-78, 1986.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Vozes: Petrópolis, 2008.
- _____. **Introdução a obra de Marcel Mauss. Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda./ Edusp, 1974, p. 1-37. 1v.
- _____. **Totemismo hoje**. In: _____. São Paulo: Abril Cultural, 1976. (Os Pensadores, v. 50).
- LEVY, Maria Stella. A escolha do cônjuge. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 117-133, jan./jun. 2009.

- LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Trajetória dos estudos de velhice no Brasil. Revista **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 52, p. 109-132, 2006.
- LOPES, Eliane Cristina. **O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XIII**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.
- LOPES, Janaina Christina Perrayon **Casamentos de escravos e forros nas freguesias da Candelária, São Francisco Xavier e Jacarepaguá: uma contribuição aos padrões de sociabilidade marital no Rio de Janeiro (c.1800-c. 1850)**. In. COLÓQUIO DO LAHES, I, 2005. Anais. Juiz de Fora, 2005.
- LUTZ, Catherine; WHITE, Geoffrey. The Anthropology of Emotions. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v.15, p. 405-436. 1986.
- LUTZ, Catherine. **Unnatural emotions: everyday sentiments on a micronesian atoll and their challenge to western theory**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- LYNCH, Owen. **The mastram: emotion and person among Mathura's chaubes**. In: Owen M. Lynch (Ed.). *Divine passions: the social construction of emotion in India*. Delhi: Oxford University Press, 1990.
- MACFARLANE, Alan. **História do casamento e do amor: Inglaterra 1300-1840**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MACHADO DE ASSIS. **A mão e a luva**. São Paulo: Globo, 1997.
- _____. **Casa, não casa**. In: _____. Papéis Avulsos I. São Paulo: Globo, 1997.
- _____. **Dom Casmurro**. São Paulo: Nova Cultural, 1981.
- _____. **Esaú e Jacó**. São Paulo: Globo, 1997.
- _____. **História de uma fita azul**. In: _____. Papéis Avulsos. São Paulo: Globo, 1997. 1v.
- _____. **Letra vencida**. In: _____. Papéis Avulsos. São Paulo: Globo, 1997. 1v.
- _____. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- MALCHER, Leonardo Fabiano Sousa. **Mulheres querem amor, homens querem sexo? Amor e masculinidades entre jovens de camadas médias urbanas de Belém**. 2002, 117 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **A vida sexual dos selvagens do noroeste da Melanésia: descrição etnográfica do namoro, do casamento e da vida de família entre os nativos das Ilhas Trobriand (Nova Guiné Britânica)**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- _____. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1948.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850**. São Paulo: Ed. Pioneira/EDUSP, 1973.

- _____. **Caçara: terra e população**. São Paulo: Paulinas, CEDHAL, 1986.
- MARE, Robert. Five Decades of Educational Assortative Mating. **American Sociological Review**, Washington D.C., v. 56, p. 15-32, fev./1991.
- MAUSS, Marcel. **A expressão obrigatória dos sentimentos (rituais orais funerário australianos)**. In: _____. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosacnaify, 2003.
- _____. **Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’**. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 367-97.
- MEDINA, Paloma Rocha Lima. **A escolha: um estudo antropológico sobre a escolha do cônjuge**. 2004. 175 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- MENKEN, J.; LARSEN, U. **Fertility rates and aging**. In: MASTROIANNI JR, L.; PAULSEN, C. A. (Eds.). *Aging, reproduction, and the climacteric*. New York: Plenum Press, 1986.
- MICELI, Sergio. **Introdução: a força do sentido**. In: BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- MILLER, G. F.; TODD, P. M. Mate choice turns cognitive. **Trends in Cognitive Sciences**, n. 2, p. 190-98, 1998.
- MOLIN, Jean-Baptiste; MUTEMBE, Protais. **Le rituel du mariage en France du XIIe au XVIe siècle**. Paris: Éditions Beauchesne, 1974.
- MONSMA, Karl. Repensando a Escolha racional e a teoria da Agência: fazendeiros de gado e capatazes no século XIX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-113, 2000.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII. **Análise Social**, Lisboa, v. XXVII, n.123-124, p. 921-50, 1993.
- MORETTI, Franco. O século sério. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 65, p. 3-33, mar./2003.
- MORGAN, Lewis. **Systems of consanguinity and affinity of the human family**. Washington: Smithsonian Institution, 1871.
- MURSTEIN, Bernard. Stimulus-Value Role: A Theory of Marital Choice. **Journal of Marriage and the Family**, Greensboro, XXXII, 1970, p. 465-481.
- NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NEEDHAM, Rodney. **Structure and sentiment: a test case in social anthropology**. Chicago & London: University of Chicago Press, 1962.

- NOGUEIRA, Oracy. Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor. **Revista de Sociologia**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 36-50, 1942.
- _____. **Vozes de Campos do Jordão: experiências sociais e psíquicas do tuberculoso do estado de São Paulo**. Dissertação. São Paulo: ELSP, 1945.
- OTTA, Emma. Escolha de parceiros heterossexuais: um estudo de proclamas de casamento. **InterAÇÃO**, Curitiba, v. 2, p. 97-112, jan./dez. 1998.
- PARSONS, Talcott. **A estrutura social da família**. In: ASHEN, Ruth (Org.). A família sua função e destino. Lisboa: Edições Afrontamento, 1971.
- _____. **Essays in Sociological Theory**. Glencoe: Free Press, 1949.
- PATERSON, C.; PETTIJOHN, T. F. Age and human mate selection. **Psychological Reports**, Missoula, n. 51, p. 70, 1982.
- PEIRANO, Mariza. **Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.
- _____. **A Favor da Etnografia**. In: _____. A Favor da Etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 31-57.
- PIANI, Giorgina. **¿Quién se casa con quién? Homogamia educativa en las parejas de Montevideo y Zona Metropolitana**. Documento n. 13/03, Universidade de la República, Uruguay, 2000.
- PILLORGET, Rene. **La tige et le rameau: Familles anglaise et française, XVIIe-XVIIIe siècle**. Paris: Calmann-Levy, 1979.
- PISCITELLI, Adriana Garcia. **Amor, paixão e casamento: Escolhas de cônjuge em famílias de camadas médias e altas do sul de Minas Gerais**. 1990. 244 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1990.
- PITT-RIVERS, Julian Alfred. **Honra e posição social**. In: Peristiany, John. (Org.), Honra e vergonha. Lisboa: Fundação Capouste Gulbenkian, 1965, p. 11-60.
- PLATÃO. **Apologia de Sócrates/Banquete**. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- POPENOE, Paul. Mate Selection. **American Sociological Review**, Washington D.C., v. 2, n. 5, p. 735-43, Oct./1937.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- QUEIROZ, Maria Isaura (Org.). **Roger Bastide**. São Paulo: Ática, 1983.
- QUEIROZ, Maria Luiza. **A vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Rio Grande: Editora da FURG, 1987.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. **O irmão da mãe na África do Sul. Estrutura e função na sociedade primitiva**. Rio de Janeiro: Vozes, 1973 p. 27-45.

- _____. **Sistemas africanos de parentesco e casamento.** In: MELATTI, Julio Cezar (Org.). Radcliffe-Brown: Antropologia. São Paulo: Ática, 1978.
- RAWLS, John. **Théorie de la justice.** Paris: Seuil, 1971.
- REGAN, Pamela; LEVIN, Lauren; SPRECHER, Susan; CHRISTOPHER, Scott; CATE, Rodney. Partner preferences: what characteristics do men and women desire in their short-term sexual and long-term romantic partners? **Journal of Psychology and Human Sexuality**, New York, XII, p. 1-21, 2000.
- REZENDE, Claudia Barcellos. Mágoas de amizade: um ensaio em antropologia das emoções. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, Oct./2002 .
- RIBORDY, Geneviève. Les fiançailles dans le rituel matrimonial de la noblesse française à la fin du Moyen Âge: tradition laïque ou création ecclésiastique? **Revue Historique**, Paris, v. 4, n. 620, p. 885-911, 2001.
- RIVERS, William Halse. **Kinship and social organization.** Londres: Constable & Co Ltd, 1914.
- ROBIDA, Albert. **Voyage de fiançailles au XXe siècle.** Paris: Librairie Conquet, 1892.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.** Salvador: Progresso, 1957.
- ROSA, Rodrigo. **A escolha do cônjuge.** In: WALL, Karin. *Famílias em Portugal.* Lisboa: ICS, 2005.
- _____. **Escolha do cônjuge e locais de encontro.** In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, V, 2004. Actas. Braga, 2004. p. 1-9.
- ROSALDO, Michelle. **Toward an Anthropology of Self and Feeling.** In: SHWEDER, Richard; LEVINE, Robert (Eds.). *Culture Theory: Essays on Mind, Self and Emotion.* Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- RÖTTGER-RÖSSLER, Birgitt. Emoção e Cultura: Algumas questões básicas. **Revista Brasileira de Sociologia das Emoções**, João Pessoa, v. 7, n. 20, p. 177 a 220, Ago./2008.
- SAHLINS, Marshall. **Metáforas históricas e realidades míticas.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- SÂMARA, Eni de Mesquita. Estratégias Matrimoniais no Brasil do Século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 91-105, 1987/88.
- SARTI, Cynthia Andersen. **Família e individualidade, um problema moderno.** In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.) *A família contemporânea em debate.* São Paulo: Cortez, 2000, p. 39-49.
- SARTRE, Jean-Paul. **Esboço para uma teoria das emoções.** Porto Alegre: L&PM, 2009.
- SCHUTZ, Alfred. **The Problem of Social Reality.** In: _____. *Collected Papers.* Hague: Martinus Nijhoff, 1970. 1v.

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Uma história de ‘diferenças e desigualdades’: As doutrinas raciais do século XIX**. In: _____. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SEGALEN, Martine. **Casamentos, divórcios, uniões de facto**. In: _____. *Sociologia da Família*. Lisboa: Terramar, 1999.
- SEGALEN, Martine; JACQUARD, Albert. Choix du conjoint et homogamie. **Population**, Paris, v. 26, n. 3, p. 487-498, 1971.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: T.A. Queiroz, Edusp, 1984.
- SILVA, Maria da Conceição. Catolicismo e casamento civil na Cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 43, p. 123-46, 2003.
- SIMMEL, George. **A Filosofia do Amor**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- SINGLY, François de. **Sociologia da Família Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. (Coleção Família Geração e Cultura).
- SINIBALDI, Silvia. **Valore dei beni e valori della persona: la scelta del coniuge in un comune della Val di Chiana nel corso del 20. secolo**. 2005. 268 f. Tesi (Dottorato di Ricerca in Metodologie della Ricerca Etnoantropologica), Facoltà di Lettere e Filosofia, Università degli Studi di Siena, Siena, 2005.
- SLETTO, Raymond. Interrelations between Certain Social Background and Paren-Son Factors in a Study of Courtship among College Men: Discussion. **American Sociological Review**, Washington D.C., v. 11, n. 3, p. 341-343, 1946.
- SOLOMON, Robert. **O amor: reinventando o romance em nossos dias**. São Paulo: Saraiva, 1992.
- SOUZA, César Augusto Martins de. **Quando a “Santa Terezinha” é o ponto de encontro: sociabilidade, amor e família na paróquia do Jurunas, Belém-Pa**. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.
- SPIRO, Melford. **Some Reflections on Cultural Determinism and Relativism with Special Reference to Emotion and Reason**. In: SHWEDER, Richard; LEVINE, Robert (Eds.). *Culture Theory: Essays on Mind, Self and Emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- STEWART, Stephanie; STINNETT, Heather; ROSENFELD, Lawrence. Sex Differences in Desired Characteristics of Short-Term and Long-Term Relationship Partners. **Journal of Social and Personal Relationships**, XVII, p. 843-853, 2000.
- STOCKING Jr., George. **After Tylor: British Social Anthropology 1888 - 1951**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1995.
- _____. **Observers observed: essays on ethnographic fieldwork**. In: _____. *History of Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 1983.

- SZTUTMAN, Renato. Do dois ao múltiplo na terra do um: a experiência antropológica de David Maybury-Lewis. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 443-4476, 2002.
- THIESSEN, D. D. **Biological trends in behavior genetics**. In ROYCE, J. R. e MOS, L. P. Theoretical Advances in Behavior Genetics (Ed.). Alphen aan den Rijn: Sijthoff and Noodhoff, 1979. Disponível em: <http://homepage.psy.utexas.edu/homepage/group/bussLAB/pdffiles/Human%20Mate%20Selection%20-%201985.pdf>. Acesso em julho de 2009.
- THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-55, Jan./Fev. 2006.
- TORRES-LODOÑO, Fernando. **A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na Colônia**. São Paulo: Loyola, 1999.
- TRIVERS, Robert. **Parental investment and sexual selection**. In. CAMPBELL, Bernard. (Ed.). Sexual selection and the descent of man: 1871–1971. Chicago: Aldine, 1972, p. 136–179.
- VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. **Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- VASCONCELLOS, Leda Raquel. **Simulação de flerte e de amizade: uma análise perceptivo-auditiva de emissões vocais**. 1997. 245 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental), Programa de Pós-Graduação, Universidade de São Paulo, 1997.
- VELHO, Gilberto. **A busca da coerência. Coexistência e contradições entre códigos em camadas médias urbanas**. In: FIGUEIRA, Sérvulo (Org.). Cultura da Psicanálise. São Paulo: Brasiliense, p. 169-177, 1985.
- _____. Individualismo e Cultura. **Notas para uma antropologia da sociedade complexa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. Memória, Identidade e Projeto. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 95, p. 35 a 43, 1988.
- _____. **Projeto e Metamorfose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. **Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. **Romeu e Julieta e a origem do Estado**. In: VELHO, Gilberto. Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 130-169, 1977.
- WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, INL, 1977.

- WALL, Karin. **Famílias no campo: passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- WATT, Ian. **A Ascensão do Romance**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1996.
- WESTERMARCK, Edward. On Primitive Marriage: a rejoinder to Mr. V. F. Calverton. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 41, n. 5, p. 565-84, mar./1936.
- WINCH, Robert. Courtship in College Women. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 55, n.3, p. 269-278, 1949.
- _____. Primary Factors in a Study of Courtship. **American Sociological Review**, Washington D.C., v. 12, n. 6, p. 658-666, 1947.
- _____. The relation between courtship behavior and attitudes towards parents among college men. **American Sociological Review**, Washington D.C, v. 8, n.2, p. 164-174, 1943.
- _____. The Theory of Complementary Needs in Mate-Selection: A Test of One Kind of Complementariness. **American Sociological Review**, Washington D.C., v. 20, n.1, p. 52-56, 1955.
- WINE, Mary. **A escolha**. São Paulo: Nova Cultural, 2010.
- WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo-Brasília: Hucitec, 1995.
- WOORTMANN, Klaas. A etnologia (quase) esquecida de Bourdieu ou, o que fazer com heresias? **Série Antropologia**, Brasília, n. 317, p. 1-12, 2002.
- _____. A Idéia de Família em Malinowski. **Campos**, Curitiba, v. 2, 2002, p. 7-32.

Anexo 1



Universidade Federal do Pará
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Mestrado em Antropologia

Projeto de Pesquisa “Entre a regra e as estratégias’: a escolha do cônjuge e o rito do noivado na Amazônia”

Formulário de Pesquisa

Ficha Número _____

Data: ___/___/20___

Igreja:

1. Nome:
2. Endereço:
3. Telefone para contato:
4. Idade:
5. Origem (Local de Nascimento):
6. Qual o seu estado civil? <input type="radio"/> Solteiro(a) <input type="radio"/> Divorciado(a) <input type="radio"/> Separado(a) <input type="radio"/> Viúvo(a)
7. Profissão:
8. Faixa Salarial: <input type="radio"/> 1 a 2 Salários Mínimos p/ Mês (SM/M) <input type="radio"/> 3 a 5 (SM/M) <input type="radio"/> 5 a 10 (SM/M) <input type="radio"/> Mais de 10 Salários Mínimos p/ Mês
9. Quanto a cor de sua pele você se auto declara... <input type="radio"/> Branco(a) <input type="radio"/> Pardo(a) <input type="radio"/> Negro(a) Outra denominação:
10. Como você caracteriza o(a) seu(sua) parceiro(a) quanto à cor? <input type="radio"/> Branco(a) <input type="radio"/> Pardo(a) <input type="radio"/> Negro(a) Outra denominação:
11. Onde se conheceram (local)?
12. Tempo de namoro: ___ ano(s) ___ mês(es)
13. Tempo de noivado: ___ ano(s) ___ mês(es)
14. É o(a) primeiro(a) namorado(a)? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
15. É o(a) primeiro(a) noivo(a)? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
16. Quem tomou a iniciativa no pedido do casamento? <input type="radio"/> Homem <input type="radio"/> Mulher
17. Houve aprovação dos pais ou convivas (parentes)? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
18. Já possuem data de casamento marcada? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
19. Se já há data para a realização do casamento quando o mesmo ocorrerá: ___/___/___

Estou ciente do declarado e autorizo a utilização das informações para fins acadêmicos, com devido sigilo da fonte.

Assinatura